

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DOUTORADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE**

**UMA LEITURA AMBIENTALISTA DA COMUNICAÇÃO
NO OCIDENTE**

DOUTORANDA: PAULA BRÜGGER

ORIENTADOR: DR. PAULO JOSÉ KRISCHKE

CO-ORIENTADORA: DRA. MARIA BERNADETE RAMOS FLORES

FLORIANÓPOLIS, NOVEMBRO DE 1999



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DOUTORADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

UMA LEITURA AMBIENTALISTA DA COMUNICAÇÃO NO OCIDENTE

Por
Paula Cals Brügger Neves

Orientador Prof. Dr. Paulo Krischke
Co-orientadora Profa. Dra. Maria Bernadete Ramos Flores

Esta tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de *Doutor em Ciências Humanas/Sociedade e Meio Ambiente* e aprovada em sua forma final no dia 26 de novembro de 1999, atendendo as normas da legislação vigente do Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Profa. Dra. Clélia Maria Nascimento-Schulze - Coordenadora do Curso

Prof. Dr. Paulo Krischke - Orientador

“L’écriture acquiert un droit sur l’histoire, en vue de la redresser, mater ou éduquer. Elle se fait pouvoir entre les mains d’une ‘bourgeoisie’ qui substitue l’instrumentalité de la lettre au privilège de la naissance, lié à l’hypothèse que le monde donné est raison. Elle se fait science et politique, avec l’assurance, bientôt mue en postulat ‘éclairé’ ou révolutionnaire, que la théorie doit transformer la nature en s’y inscrivant. Elle se fait violence, taillant et coupant dans l’irrationalité de peuples superstitieux ou de régions ensorcelées” (Certeau c1990, p.212)

“A escritura adquire um direito sobre a história, em vista de corrigi-la, domesticá-la ou educá-la. Ela se torna poder nas mãos de uma ‘burguesia’ que coloca a instrumentalidade da letra no lugar do privilégio do nascimento, ligado à hipótese de que o mundo dado é razão. Faz-se ciência e política, com a certeza, logo transformada em postulado ‘esclarecido’ ou revolucionário, de que a teoria deve transformar a natureza inscrevendo-se nela. Ela se faz violência, cortando e arrancando na irracionalidade de povos supersticiosos ou de regiões enfeitadas” (Certeau, 1996 p.236).

A ganância mata.

Consuma menos “recursos naturais”.

Consuma menos “recursos humanos”.

Ame.

Ao meu filho João Pedro

Aos meus orientadores, pela liberdade de expressão

Aos colegas que lutam por um mundo melhor (e não por títulos...).

Aos que já entenderam que precisamos de mais eco-ação e menos ego-ação.

A todos os oprimidos, homens e animais.

SUMÁRIO

Resumo.....	07
Abstract.....	08

Capítulo I

Situando a questão ambiental.....	09
Notas.....	25

Capítulo II

Considerações sobre o mérito e o método deste trabalho	
II.1. Sobre o mérito.....	28
II.2. Sobre o método.....	35
Notas.....	50

Capítulo III

Dois filósofos, duas visões: Foucault, Heidegger e a relação entre linguagem e razão	
III.1. Introdução.....	52
III.2. Foucault, as palavras e as coisas.....	53
III.3. Heidegger e a ruptura entre <i>logos</i> e <i>physis</i>	66
Notas.....	77

Capítulo IV

Reificação e comunicação

IV.1. Introdução.....	80
IV.2. Reificação, comunicação e cultura.....	81
IV.3. Ciência, representações sociais e reificação.....	92
Notas.....	107

Capítulo V

Crise ambiental, crise ocidental: uma única história escrita

V.1. Introdução.....	112
V.2. Racionalidade gráfica e ciência.....	113
V.3. Comunicação, matrizes de racionalidade e relações com o entorno.....	131
V.4. Economia escriturística e crise ambiental: a história de um (des)envolvimento (in)sustentável.....	145
Notas.....	161

Capítulo VI

Meio ambiente e comunicação globalizada

VI.1. Comunicação e globalização.....	168
VI.2. A natureza da mídia e a natureza na mídia.....	182
VI.3. Mídia e educação ambiental: uma parceria improvável.....	196
Notas.....	233
Anexo.....	238

Capítulo VII

Considerações finais

VII.1. O fracasso da comunicação como utopia.....	244
VII.2. As possibilidades e os limites de mudança.....	247
VII.3. Últimas palavras: “alter ego, alter ethos, alter natura” ?.....	265
Notas.....	274
Bibliografia.....	278

RESUMO

O objeto de estudo desta tese é a interrelação entre a trajetória histórica da comunicação e a questão ambiental na cultura ocidental, ou seja, sobre como a *démarche* da comunicação foi um fator decisivo na construção de um determinado *Lebenswelt*, que tem como traço marcante uma relação de extrema dominação para com a natureza. A discussão envolve uma análise sobre a passagem da comunicação oral para a escrita, cuja generalização resultou numa domesticação da natureza e do Homem. Ao contrário de outros sistemas de linguagem menos reificados, a instrumentalidade da letra, transmutada em razão científica e política, foi uma condição fundamental para a estocagem do conhecimento, para a transformação da natureza (através da ciência e da técnica) e para a criação de Estados, hierarquias e sistemas de educação dominantes. Esse processo de reificação da comunicação é também um processo progressivo de ruptura entre o Homem e o entorno que atinge seu ápice com o advento da sociedade industrial, na qual os universos reificados continuam a se expandir, em consequência da hegemonia da racionalidade instrumental. O estudo finaliza com uma apreciação de como a comunicação hoje - uma comunicação altamente sofisticada do ponto de vista técnico - continua a influenciar a nossa relação com o entorno, seja por meio de suas mensagens, seja pelo que é decorrente de sua própria estrutura. Com a globalização dos *media*, informações oriundas dos universos científico, tecnológico e simbólico estão ajudando - sob a influência das corporações transnacionais - a consolidar uma visão instrumental da questão ambiental, tornando os processos de reificação e de ruptura com o entorno ainda mais intensos.

ABSTRACT

The subject of this dissertation is the relationship between communication and the environmental question in western culture, *i.e.* of how the historical *démarche* of communication has been determinant for the construction of a *Lebenswelt* marked by dominion over nature. The discussion involves an analysis of the transition from oral to written communication which has contributed to the domestication of Man and Nature. Unlike other less reified language systems, the instrumentality of the alphabet, transmuted into scientific and political reason, was a fundamental condition for the accumulation of knowledge, for the transformation of nature (through science and technique) and for the emergence of States, hierarchies and the dominant systems of education. This reificatory process also constitutes a progressive rupture between Man and the environment, now at its zenith, with the advent of industrial society in which the reified universe continues to grow due to the hegemony of instrumental rationality. This study closes with an appreciation of the highly sophisticated communication of the present, which continues to influence our relationship with the environment by means of its messages or by means of its structure. With the globalization of the media, information from the scientific, technological and symbolic universe helps, under the influence of the transnational corporations, to construct an instrumental view of the environmental question, making the reification and processes of rupture even more intense.

CAPÍTULO I

SITUANDO A QUESTÃO AMBIENTAL

A história do homem sobre a Terra se caracteriza por uma progressiva ruptura entre o homem e o entorno (Santos, 1994 p.17). Embora essa seja, originalmente, sobretudo a história do mundo ocidental, já não é possível falar em Ocidente e Oriente, em termos culturais, como há até duas ou três décadas atrás. Esse processo de ruptura que se caracteriza pelo domínio da natureza pela ciência e pela técnica (e mais recentemente pela informação como produto da tecnociência), vem uniformizando, ocidentalizando ou, como diria Marcuse (1982), unidimensionalizando a cultura mundial no sentido mais amplo. Santos (1994 p. 17) argumenta ainda com relação a essa ruptura que, historicamente,

“Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza. Hoje, com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução”.

Vivemos neste século, ao que parece, o ápice dessa ruptura com o entorno. Já na década de 1950 Hanna Arendt, nas primeiras páginas de “A condição humana”, comentava, a respeito da vontade do Homem de ir à Lua, que embora os cristãos tenham chamado essa terra de “vale de lágrimas”, jamais na história da humanidade se havia concebido a terra como prisão para o corpo dos homens (como os filósofos haviam visto o próprio corpo dos homens como a prisão da mente e da alma). Ela se pergunta então se

“Devem a emancipação e a secularização da era moderna, que tiveram início com um afastamento, não necessariamente de Deus, mas de um

deus que era o Pai dos homens no céu, terminar com um repúdio ainda mais funesto de uma terra que era a Mãe de todos os seres vivos sob o firmamento ?”

A essa pergunta, ela responde que a Terra é a própria quintessência da condição humana e até onde sabemos, a única no universo capaz de nos oferecer um habitat no qual é possível mover-se e respirar sem esforço nem artifício. O artifício humano separa a existência do homem de todo ambiente meramente animal; mas a vida, em si, permanece fora desse mundo artificial, pois é através dela que permanecemos ligados a todos os outros seres vivos. Recentemente, a ciência vem-se esforçando por tornar ‘artificial’ a própria vida, por cortar o último laço que faz do homem um filho da natureza (cf. Arendt, 1983 p.10).

De fato, estamos hoje vivendo uma retomada - em grande estilo - dos projetos espaciais e bilhões de dólares estão sendo gastos em expedições e pesquisas que poderão transformar a Lua, ou o nosso vizinho Marte, em um lugar habitável no futuro. Surgem também os projetos de criação de ecossistemas totalmente gerenciados pelo homem que, contudo, têm sido mais marcados por fracassos do que por vitórias ¹. Enquanto isso, milhares de seres humanos morrem de fome e nossa espaçonave Terra - para usar um termo mais atual - sofre conseqüências nefastas dessa mesma tecnociência.

Esse processo de ruptura com o entorno que, como veremos ao longo deste trabalho, parece ser parte da condição humana, se acentua entretanto com o advento da civilização industrial. Por onde se espraia, a colonização de novos espaços pela sociedade industrial substitui a natureza por espaços urbanos, carreando consigo uma progressiva eliminação de diversidades e cores. Saíras e caturritas cedem espaço a rolinhas, pardais ² e a arco-íris cada

vez mais virtuais - as cores vibrantes que antes estavam na natureza entram nas telas de computadores e tevês. Como vemos, entornos sempre existirão. Então na verdade o que se rompe é o elo entre o homem e o entorno natural. E nós não questionamos isso. Pior, achamos essa situação mais segura e confortável por que, aparentemente, está mais sob o nosso controle.

Apesar disso, e também precisamente por isso, o nosso momento histórico é o de uma redescoberta da natureza, corroborando as palavras de Santos (1994 p.15-28). Após três décadas de alerta e muita discussão sobre a questão ambiental e a iminência de inúmeras “ecocatástrofes”, conscientização ambiental e necessidades como reciclar materiais se tornaram palavras de ordem no âmbito da “ecologia”. Autores como Capra (c1982) e Toffler (c1980), por exemplo, apontam profundas mudanças no modo de viver industrial, com a concomitante passagem a uma nova era, onde haverá novas relações da sociedade com a natureza³ e dos homens entre si.

Mas não podemos acreditar, sem maiores questionamentos, que relações mais harmônicas com a natureza estão por vir, sem que haja uma luta específica nesse sentido. Devemos ainda nos perguntar que natureza estamos por redescobrir.

Santos (1994 p.17-19) nos fala de uma natureza abstrata e artificializada, que surge como o resultado de uma organização do espaço, da sociedade e dos recursos naturais por um modelo técnico único:

“(…), pela primeira vez na história do homem, nos defrontamos com um único sistema técnico, presente no leste e no Oeste, no Norte e no Sul, superpondo-se aos sistemas técnicos precedentes, como um sistema técnico hegemônico, utilizado pelos atores hegemônicos da economia, da cultura, da política” (Santos, 1990 p.42-43)

É nessas condições que a mundialização do planeta unifica a natureza completa ele. A tentativa de repensar a relação homem-natureza deve pois partir de uma reflexão mais profunda, que tenha como base uma acurada investigação de caráter epistemológico.

Ao longo das duas últimas décadas grandes mudanças de cunho político, econômico e cultural, vêm acontecendo em escala planetária. Embora mudanças sempre tenham ocorrido e é isso que, entre outras coisas, distingue historicamente uma determinada época de outra, a nossa é sem dúvida uma época de grande aceleração.

Santos (1994 p. 29) nos ensina que “acelerações são momentos culminantes na História, como se abrigassem forças concentradas, explodindo para criarem o novo”. Ele enfatiza que vivemos em um período de aceleração fortemente dominado por signos (após termos vivido o dos deuses, do corpo e das máquinas), caracterizada por uma explosão do consumo, pelo crescimento exponencial dos objetos e do arsenal de palavras. A aceleração contemporânea é o resultado (também) da banalização da invenção, do perecimento prematuro dos engenhos e de sua sucessão alucinante (cf. Santos, 1994 p.29-30).

Isso mostra, entre outras coisas, a presença de uma obsolescência pré-traçada em todas as esferas e níveis desse projeto de “mundo”. A obsolescência é uma das principais facetas do consumismo desenfreado que caracteriza a nossa sociedade e um dos temas de discussão mais importantes subjacentes à problemática ambiental.

É mais uma vez com Hanna Arendt que encontramos argumentos que permanecem atuais na explicação deste fenômeno do consumismo e da obsolescência que lhe é subjacente.

Ela argumenta que a produtividade é um ícone ⁴ da sociedade industrial e que a interminabilidade da produção só pode ser garantida se os seus produtos perderem o caráter

de objetos de uso (produtos do trabalho) e se tornarem cada vez mais objetos de consumo (isto é, produtos do labor). Isso acontece quando a taxa de uso for acelerada a tal ponto que a diferença entre uso e consumo for reduzida até que se torne insignificante; e quando se nivelam, praticamente, a relativa durabilidade dos objetos de uso e o rápido surgimento e desaparecimento dos bens de consumo. Existe também um problema no próprio critério de utilidade, inerente à atividade de fabricação, que é a relação entre meios e fins: num mundo estritamente utilitário, todos os fins tendem a ser de curta duração e a transformar-se em meios (em outros contextos) para outros fins. Ela nos alerta ainda que, nessas condições, a 'instrumentalidade' da fabricação, limitada e produtiva, se transforma na 'instrumentalização' ilimitada de tudo o que existe. O resultado é que em nossa necessidade de substituir cada vez mais depressa as coisas que nos rodeiam, já não é possível usá-las de fato, isto é, respeitar e preservar sua inerente durabilidade. Temos que consumir, devorar, por assim dizer nossas casas, nossos móveis, nossos carros, (e nossos computadores, adicionaríamos) os quais se deteriorariam se não fossem logo trazidos para o ciclo infundável do metabolismo do homem com a natureza. (cf. Arendt, 1983 p.137-170). Em consequência disso, completa ela,

“Nas condições modernas, a bancarrota decorre não da destruição, mas da conservação, porque a própria durabilidade dos objetos conservados é o maior obstáculo ao processo de reposição, cuja velocidade em constante crescimento é a única coisa constante que resta onde se estabelece esse processo” (Arendt, 1983 p. 265).

A bancarrota a que Arendt se refere aqui é a bancarrota das *TNCs* (transnational corporations) e não a bancarrota da natureza. E isso é apenas a reedição, ou simplesmente a continuidade, de um dos aspectos do clássico conflito entre ecologia e economia. É preciso

salientar que a produtividade e a competitividade levadas ao extremo, que caracterizam esse final de século, são incompatíveis com uma genuína preservação da natureza, pois os processos de exploração da natureza e dos homens pelos homens estão inextricavelmente interrelacionados. Todo esse contexto tem ainda como pano de fundo a racionalidade científica pois, como nos ensina Marcuse (1982 p. 154)

“O método científico que levou à dominação cada vez mais eficaz da natureza forneceu (...) tanto os conceitos puros como os instrumentos para a dominação cada vez maior do homem pelo homem *por meio* da dominação da natureza”.

Embora se fale muito em reciclagem hoje, sob a alegação de que ela amenizaria as conseqüências desse consumismo e desaceleraria o processo entrópico ⁵ que lhe é inerente, a concepção de “reciclagem” dominante não escapa da perspectiva instrumental subjacente a todos os processos da sociedade industrial. A reciclagem, por si só, não basta, ela teria que ser acompanhada por uma desaceleração na cadeia produção-consumo. Além disso - por estar imersa numa racionalidade instrumental - a própria reciclagem se torna mais um produto e entra naquele mesmo ciclo, onde um meio é simultaneamente um fim.

Nesse processo de aceleração e de mudanças de grande magnitude encontra-se um amplo universo de atuação política e prática que vem prometendo, também ao longo das duas últimas décadas, influir de forma dramática na relação que as sociedades industriais têm com a natureza. Trata-se da chamada “questão ambiental”, um vasto campo de discussão que se concretiza sob formas de políticas públicas e privadas, projetos educacionais, movimentos ecológicos, contribuições no plano acadêmico, etc. Mas a questão ambiental está repleta de ambigüidades e contradições.

Alphandéry, Bitoun & Dupont (1992 p.07-12) nos mostram, em “O equívoco ecológico”, diversos exemplos e situações conflitantes, no âmbito da questão ambiental ou ecológica, como dizem eles, e argumentam que “no início de 1989, mais de nove entre dez franceses qualificavam a defesa do meio ambiente de objetivo prioritário (...). Políticos, empresários e aqueles que tomam decisões de todos os tipos colocaram-se, assim, a par de um problema que é agora objeto de um consenso tão espetacular quanto ambíguo” (Alphandéry, Bitoun & Dupont, 1992 p.18).

Com isso se impõe a necessidade de esclarecer de que lado estamos, ou seja, qual é a nossa macrovisão sobre esse polêmico assunto. E a discussão, nos parece, deve privilegiar o próprio conceito hegemônico de meio ambiente e o entendimento da racionalidade subjacente a ele.

Existe aparentemente um grande consenso de que o conceito de meio ambiente deva abranger uma totalidade que inclui os aspectos naturais e os resultantes das atividades humanas, sendo assim o resultado da interação de fatores não só biológicos ou físico-químicos, mas sociais, econômicos, culturais, éticos, estéticos etc. Entretanto uma leitura mais atenta de diversos artigos e projetos que se referem à questão ambiental possibilita interpretações que revelam um universo potencialmente contraditório com este conceito amplo.

O que se pode apreender em muitos desses trabalhos é que o conceito de meio ambiente continua reduzido às suas dimensões naturais ou técnicas. Essa redução é também uma reificação⁶ que transforma a problemática ambiental em algo concreto, tangível e que pode ser solucionada desde que sejam adotadas medidas técnicas adequadas ou conceitos respaldados pela ciência hegemônica⁷. Essa postura filosófica ignora o fato de

que essa mesma ciência não é neutra ou livre de juízos de valor e portanto não pode ser tomada como uma espécie de “salvo-conduto” para questões que necessitam de soluções éticas. Assim a sociedade industrial universaliza a sua verdade sob a aparência de uma verdade científica, no sentido de neutra.

Existe portanto uma dimensão técnico-natural mais forte, um “conceito oculto” de meio ambiente, onde prevalecem as necessidades de preservação dos recursos naturais e não um conceito total, que inclui o homem e sua dimensão histórica. Embora a dimensão técnico-natural seja legítima, ela não pode ser tomada como a questão ambiental no seu todo, ou tampouco favorecida às expensas de outras. Lamentavelmente essa visão reducionista prevalece, mesmo nos meios acadêmicos, devido a uma “herança” cultural secular muito expressiva:

“A dicotomia cartesiana entre homem e natureza ainda continua a impregnar o conceito de meio ambiente com a sua redução à dimensão naturalista, isto é, a fauna, flora, terra, ar e água ou simplesmente quando confundimos a problemática ambiental com poluição”
Gonçalves, 1990 p.189).

Santos (1994 p.21-23) também menciona essa ancoragem que a questão ambiental tem na dimensão técnico-natural (no efeito estufa, na chuva ácida etc) e argumenta que ela é um triunfo da apresentação sobre a significação. Ele destaca ainda o fato de estarmos vivendo uma época de intenso medo e fantasia e argumenta que se antes a natureza podia criar o medo, hoje é o medo que cria uma natureza mediática e falsa, pois uma parte dela é apresentada como se fosse o todo.

Alphandéry, Bitoun & Dupont (1992 p. 15) também ressaltam essa face da ecologia sob a forma de medo, veiculado sobretudo pela grande mídia, que nos sacode o tempo todo

com manchetes de uma “natureza na U.T.P”. Isso acaba por construir, argumentam eles, uma ecologia-espetáculo. Santos tem uma passagem que corrobora o que esses autores argumentam:

“Quando o ‘meio ambiente’, como Natureza-espetáculo, substitui a Natureza Histórica, lugar de trabalho de todos os homens, e quando a natureza ‘cibernética’ ou ‘sintética’ substitui a natureza analítica do passado, o processo de ocultação do significado da História atinge o seu auge. É também desse modo que se estabelece uma dolorosa confusão entre sistemas técnicos, natureza, sociedade, cultura e moral” (Santos, 1994 p.24).

A chamada crise ambiental, de dimensões planetárias, implica portanto a revisão de diversos conceitos que estruturam o pensamento hegemônico. Ela ultrapassa muito o contexto conservacionista da “manutenção de um nível ótimo de produtividade nos ecossistemas naturais ou gerenciados pelo homem, de preservação de recursos⁸ naturais ou ainda do controle da poluição”, expressões que revelam uma visão totalmente pragmática do mundo e da própria natureza. Nessa perspectiva a natureza ainda é vista como uma grande fábrica, como uma parte produtiva do todo. Essa visão, que lamentavelmente é a hegemônica, é atualmente mantida e mesmo exacerbada pela entrada, no fim da década de 80 (cf. Leis, 1994 p.09), do setor empresarial no âmbito da questão ambiental.

O que importa ressaltar é que, apesar de diversos dados referentes a desmatamentos ou poluição química por exemplo, serem importantes, eles não são senão um sintoma que oculta o universo muito mais abrangente das relações que a nossa sociedade tem com a natureza. E embora a expressão “meio ambiente” seja amplamente confundida com natureza, a questão ambiental diz respeito ao modo como a sociedade se relaciona com a

natureza e isso inclui também as relações dos homens entre si, já que o homem também é natureza.

É interessante notar a analogia que é possível traçar entre um conceito de meio ambiente como o resultado das interações entre sociedade e natureza, e os conceitos de espaço a que se refere Milton Santos. Ele nos abre várias possibilidades de entendimento do que seja o espaço (Santos, 1994 p.110-117). Uma delas é a reunião dialética de fixos e fluxos e outra, é a de espaço formado por um sistema de objetos e um sistema de ações. Santos argumenta que no começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais (ele fala de fato em “objetos naturais”) e ao longo da História vão sendo adicionados cada vez mais objetos fabricados e depois mecânicos. O espaço vai adquirindo um conteúdo cada vez mais técnico, até o ponto em que

“O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos, ao lugar e a seus habitantes. Neste nosso mundo se estabelece, por isso mesmo, um novo sistema da natureza, uma natureza que, graças exatamente ao movimento ecológico, conhece o ápice de sua desnaturalização” (Santos, 1994 p.90).

Também o meio ambiente é o resultado desse processo de interação entre ações e objetos altamente dotados de intenção e não meramente a natureza conservada ou poluída, mesmo por que a presença ou ausência de poluição são apenas sintomas, como vimos. A predominância de uma racionalidade essencialmente instrumental nas sociedades industriais encontra-se no cerne desse conceito naturalizante e técnico de meio ambiente pois parte do mesmo pressuposto (ou talvez equívoco) filosófico.

A chamada crise ambiental é portanto a crise de uma determinada visão de mundo, uma crise de paradigma (teórico e prático). Essa crise de paradigma e de sociedade foi, em grande parte, propiciada pelo que podemos chamar de rompimento entre *Logos* e *Eros*, o favorecimento da dimensão instrumental em detrimento da dimensão emancipatória, política e ética da Razão - rompimento esse que foi historicamente propiciado sobretudo pela emergência da ciência cartesiana-newtoniana. Ao romper o elo ontológico entre *Logos* e *Eros*, a racionalidade científica se torna essencialmente “neutra”. E a quantificação da natureza, sua tradução em termos de estruturas matemáticas, acabou separando a ciência da ética. Marcuse (1982 p. 158) argumenta que Husserl frisa as conotações técnicas pré-científicas da exatidão e fungibilidade matemáticas, noções centrais da ciência moderna que não emergem como meros subprodutos de uma ciência pura, mas como pertencentes à sua estrutura conceptual íntima:

“A abstração científica da concreção, a quantificação das qualidades que fornece tanto exatidão como validade universal, envolvem uma experiência concreta específica do *Lebenswelt* - um modo específico de ‘ver’ o mundo. E esse ‘ver’, a despeito de seu caráter ‘puro’, desinteressado, é ver dentro de um contexto prático que tem um propósito. Ele é antecipador (*Voraussehen*) e projetante (*Vorhaben*).(...) Neste projeto, a quantificabilidade universal é um requisito para a *dominação* da natureza”.

Embora a idéia de traduzir a natureza em termos de estruturas matemáticas não ter acontecido somente a partir da ciência cartesiana⁹, é só a partir de então que essa forma de ver o mundo começou a se transformar realmente em uma “visão de mundo”, na medida em que seu alcance tornou-se universal. E tornou-se universal, exatamente por ter possibilitado, sem precedentes históricos, a apropriação da natureza pelo trabalho humano.

Essa cultura, que floresceu a partir da Revolução Industrial, fez com que a tecnologia, paulatinamente, fosse inserida de forma marcante no universo ideológico e no cotidiano, moldando o próprio pensamento e exteriorizando-se cada vez mais em um determinado estilo de vida. Mais tarde, a ciência e a técnica que, desde Descartes, haviam se tornado a base do progresso e desenvolvimento humanos, ganharam um reforço extra com o Iluminismo. À partir daí, se consolidaram mais do que nunca as “leis da natureza”, que existem independentemente das paixões humanas. A natureza pôde ser então tratada com objetividade e o homem se tornou o sujeito absoluto, em oposição à natureza, o objeto. Tais leituras e formulações se tornaram dominantes pois se materializaram no seio de relações econômicas e - as questões econômicas estão no cerne da problemática ambiental.

O universo técnico teceu, nas sociedades industriais, uma inextricável trama envolvendo teoria e prática, saber e poder, estabelecendo assim tendências totalitárias. Transcender esse paradigma é hoje, sem dúvida, um pré-requisito para a superação da chamada crise ambiental. Esse transcender, entretanto, envolve a busca de novas matrizes de racionalidade pois como nos ensina Marcuse (1982 p. 158-159), a racionalidade instrumental que caracteriza a ciência não pode transcender seu próprio *Lebenswelt*¹⁰:

“Até mesmo as suas conquistas mais revolucionárias seriam apenas construção e destruição em harmonia com uma experiência e uma organização específicas da realidade. A autocorreção contínua da ciência - a revolução de suas hipóteses que está contida em seu método - propulsiona e amplia, ela própria, o mesmo universo histórico, a mesma experiência básica. Conserva o mesmo *a priori* formal que favorece um conteúdo muito material e prático”.

A partir de um conceito de meio ambiente entendido como o resultado da interação de uma sociedade com a natureza - como uma construção histórica - é possível reconstruir as diferentes facetas do que se convencionou chamar de “crise ambiental”.

Embora outras sociedades tenham provocado o que chamamos hoje de desastres ecológicos, o “privilégio” de estendê-los a nível planetário é sem dúvida da sociedade industrial ¹¹. É preciso ainda ter em conta que apesar de tais “desastres” terem ocorrido nas mais variadas sociedades e períodos históricos, é só a partir da década de 1970 que eles começam a se tornar uma preocupação global. Em parte isso se deve à possibilidade de sabermos hoje o que acontece em qualquer lugar do mundo instantaneamente, através da comunicação globalizada. Em parte também porque esses desastres não mais se restringem a classes sociais ou à delimitação de fronteiras.

Há também, com razão, quem duvide ainda da extensão da veracidade dessa crise ¹². Muitos alegam - e não estão errados - que notícias bombásticas sobre o meio ambiente têm a função de “preparar o terreno” para obter apoio da opinião pública para implementar exigências descabidas em termos de segurança ambiental ou vender produtos “verdes”. Por trás dessas exigências existem interesses muitas vezes espúrios como atrasar o desenvolvimento de outrem ¹³ e até retomar lucros perdidos. Portanto, fictícia ou não, exagerada em suas dimensões ou não, essa “crise” deve também ser lida como um aspecto do que Toffler (c1980) chamou de luta entre a 2ª e a 3ª ondas - a passagem de uma sociedade industrial para uma pós-industrial envolvendo disputas pela facilidade de acesso aos recursos naturais e às novas tecnologias e conseqüentemente pela hegemonia de certas visões de mundo (e conceitos de meio ambiente).

A chamada crise ambiental está portanto fortemente inserida na crise da própria modernidade ¹⁴ e, apesar de muito se falar em uma pós-modernidade, é preciso observar que nada garante que estejamos de fato caminhando para uma sociedade essencialmente diferente da que temos hoje. Harvey (1993), por exemplo, menciona autores que acham que o pós-modernismo não existe de fato, e se constitui apenas em uma nova fase do capitalismo avançado, de uma nova versão do modernismo. Giroux (1993, p.46) também partilha pelo menos parcialmente desse ponto de vista ao dizer que não crê que o pós-modernismo represente uma separação ou uma ruptura drástica em relação à modernidade. Isso se deve sobretudo ao fato de a racionalidade instrumental continuar dominante.

Por isso é imprescindível um questionamento acerca do que queremos não só da ciência e da tecnologia, mas também de outros temas inextricavelmente ligados à problemática ambiental tais como o “desenvolvimento sustentável”, essa sintética expressão que se tornou uma verdadeira panacéia. Mas o que significa desenvolvimento ou, o que é mais importante, o que ele tem significado nos últimos dois ou três séculos no mundo industrial ?

A resposta pode ser encontrada, em parte, na etimologia da palavra que guarda o sentido de tirar do envelope (Scheibe & Buss, 1992). Embora esse “tirar do envelope” encerrasse muitos desdobramentos em potencial, a sociedade industrial, fiel à sua racionalidade tecnicista, fez com que o desenvolvimento se reduzisse historicamente a um (des) envolvimento, isto é, a um rompimento dos laços que uniam as sociedades tradicionais à natureza, traduzido em rupturas ecológicas e sociais e na “pasteurização” das diversidades genéticas e culturais. (Des)envolver, neste sentido, encontra também uma convergência filosófica surpreendente com a tese marcusiana do pensamento

unidimensional (Brügger, 1992 p.133-138; 1994; 1999): é a unidimensionalização rumo a uma cultura tecnológica, e é ainda a ruptura com o entorno e a adoção do modelo técnico único de que nos fala Santos. A seguinte passagem sintetiza muito do que foi argumentado até agora:

“No começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. (...) A cada constelação de recursos correspondia um modelo particular. Pouco a pouco esse esquema se foi desfazendo: as necessidades de comércio entre coletividades introduziam nexos novos e também desejos e necessidades e a organização da sociedade e do espaço tinha de se fazer segundo parâmetros estranhos às necessidades íntimas ao grupo. Essa evolução culmina, na fase atual, onde a economia se tornou mundializada, e todas as sociedades terminaram por adotar, de forma mais ou menos total, de maneira mais ou menos explícita, um modelo técnico único que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais e humanos” (Santos, 1994 p.18).

O desenvolvimento tecnológico se tornou o desenvolvimento *tout court*, e esse padrão usado para distinguir os desenvolvidos dos subdesenvolvidos, o Primeiro do Terceiro mundos, o Norte do Sul e mais recentemente, identificar os *NIC (newly industrialized countries)*. A História também nos conta que essa idéia hegemônica de desenvolvimento é narcisista pois, tudo o que não é a sua própria imagem ou seu reflexo, é primitivo, selvagem ou atrasado. Como nos ensina Gonçalves (1988 p.17-18) a nossa sociedade transforma, através do evolucionismo linear, diferenças em hierarquia e com isso, etnocídio e ecocídio caminham juntos.

A sustentabilidade, é claro, não escapou a essa mesma racionalidade (veja nota 1) e tem sido interpretada sobretudo em termos de “capacidade de suporte”, “ótimos de poluição” etc, os quais, embora possam em alguns casos ter a sua utilidade, nos fornecem

apenas um aspecto do problema. Entretanto, o que é pior, é que esses critérios não costumam primar por uma ética comprometida com a maioria da população e fazem com que a redistribuição de lixo tóxico e outros poluentes, por exemplo, se tornem cientificamente explicáveis ¹⁵ (veja por exemplo Brügger, 1994, p.74; Brügger, 1999, p.75).

A questão crucial aqui é “sustentar o quê” (que recursos ? naturais, humanos ou ambos ?) e “para quem” (para uma pequena elite, ou para a maioria da população) ? Mas tais questões cruciais, como não podem receber um atributo numérico ou quantitativo, acabam por ficar à margem dos processos decisórios.

Problemas análogos emergem no contexto da assim chamada educação ambiental que tem se reduzido na maioria dos casos a um mero adestramento (cf. Brügger, 1994; Brügger, 1999). Uma questão central no âmbito da educação ambiental é que a introdução do adjetivo “ambiental” na educação pressupõe a aceitação de que a educação não tem sido ambiental. Em outras palavras, existe uma educação tradicional cujos valores são avessos, total ou parcialmente, a uma ética que se poderia qualificar de ambientalmente correta.

Isso acontece por que a educação não é uma mera compilação de conhecimentos que paire acima dos valores de uma sociedade. São precisamente esses valores sociais que determinam a estrutura da educação, tanto em seu conteúdo quanto em sua forma. Essa constatação óbvia, porém pouco levada em conta, estabelece um diálogo extremamente tenso com os valores dominantes em nossa sociedade, que em parte, já se iniciou neste primeiro capítulo. De forma alguma o debate sobre a questão ambiental se esgota aqui. Ao contrário, isso é apenas o começo. Mas o que nos interessa destacar agora é que, se descobrimos que existe uma educação não ambiental que é a tradicional, e um desenvolvimento que não era sustentável, é bem provável que o processo de comunicação

nessa sociedade se encontre dentro dessa mesma racionalidade instrumental. É sobre esse tema que passaremos a discorrer a partir de agora.

Notas

- (1): No artigo intitulado “Reproducing Planet Earth ? the hubris of Biosphere 2” Timothy Luke discute o sucesso do projeto “Biosfera 2” que tenta reproduzir um planeta Terra em miniatura dentro de uma enorme estufa no deserto do Arizona. O autor argumenta que o “Biosfera 2” é um monumento à arrogância científica. Longe de reproduzir a natureza, ele criou um espaço desnaturalizado que serve como exemplo de até que ponto pode chegar o “manejo ambiental” no caso de a “sustentabilidade” ser vista como um problema meramente técnico (cf. Luke, 1995 p.157-162). Ainda quanto à idéia de ruptura com o entorno natural, para ambientes cada vez mais artificiais, veja o livro “The Road Ahead”, de Bill Gates (Londres: Penguin Books, 1996). Veja também a resenha de Zac Goldsmith sobre este livro na revista *The Ecologist*, vol.27(4)162-163, 1997. Nela, Goldsmith comenta que “no futuro de Gates, família, comunidade, entretenimento, educação e todas as coisas orgânicas foram reduzidas ao digital, no qual a realidade só pode ser experimentada ‘virtualmente”.
- (2): Os pássaros citados pertencem aos seguintes gêneros: Tangara spp (saíra) Myopsitta spp (caturrita); Passer spp (pardal); e Columbina spp (rolinha).
- (3): Embora o *Homo sapiens* seja uma parte da natureza, ele é também a única espécie que, por ter cultura, tem sido capaz de modificar o seu ambiente de forma diferenciada, quando comparado a outras formas de vida. Nesse sentido é possível falar na relação sociedade-natureza ou homem-natureza sem cair em contradições ou dicotomias.
- (4): A produtividade surge como ícone da sociedade industrial após sofrer mudanças conceituais num decorrer histórico que vai da época medieval até os tempos modernos. A própria interpretação do que seja a criatividade humana muda radicalmente nesse mesmo período. Arendt destaca que a interpretação medieval da criatividade humana era vista à imagem de um Deus criador que no entanto cria *ex nihilo*, enquanto o homem cria a partir de determinada substância. A produtividade humana, não poderia escapar assim a uma revolta prometéica, pois só pode construir um mundo humano após destruir parte da natureza criada por Deus. Já o homem como senhor da terra é típica da era moderna. (cf. Arendt, 1983 p.152).
- (5): O segundo princípio da termodinâmica, que trata da entropia, permite uma compreensão interessante do que estamos criticando aqui. “A entropia é a grandeza que permite avaliar a degradação da energia de um dado sistema. A energia e seu potencial de

trabalho estão continuamente em processo de degradação de baixa a alta entropia. O processo produtivo utiliza energia em várias formas de baixa entropia para gerar trabalho e calor. Da mesma forma que a energia, os recursos naturais não renováveis que entram no processo econômico se tornam rejeitos de alta entropia, que chamamos de poluição. Manter altas de uso de recursos não renováveis e ao mesmo tempo acabar com a poluição não pode ser algo bem sucedido” (cf. Bretas 1983 p.150-151). Cabe lembrar ainda que a classificação dos recursos em “renováveis” e não “renováveis” é apenas didática, não se constituindo na realidade em categorias estâncias. Com isso, apesar de os recursos ditos renováveis teoricamente se retransformarem em “baixa entropia” muito mais rapidamente que os não renováveis, estes por manterem uma relação complexa com os não renováveis, podem também se extinguir.

(6): No quarto capítulo veremos em maiores detalhes o significado do processo de reificação.

(7): A rigor existem várias ciências. Mas a ciência a que nos referimos aqui - a que se tornou hegemônica - é “branca” e européia em sua origem e pertence, portanto, a um contexto histórico e epistemológico específico (veja por exemplo, Capra, c1982).

(8): As palavras são muito mais do que uma mera forma de expressão: elas nos remetem à essência do pensamento que gerou o discurso em questão e reproduzem, através de um determinado contexto lingüístico, os pressupostos filosóficos desse pensamento. Por exemplo, a palavra recurso significa “um meio para se atingir um fim”. Também o fato de qualificarmos os recursos de “naturais” ou “humanos”, nos remete à dicotomia homem-natureza, característica do pensamento ocidental.

(9): Segundo Aristóteles, os pitagóricos pensavam que os princípios da matemática eram os princípios de todos os seres, que todas as coisas lhes pareciam formadas à semelhança dos números e que todo o céu era harmonia e número (cf. Foulquié, 1974 p.12).

(10): A palavra *Lebenswelt* tem o sentido geral de “mundo vivido” e será usada neste trabalho no sentido atribuído por Herbert Marcuse.

(11): Não podemos negar que outras sociedades também tiveram um impacto negativo sobre a natureza. Há inúmeros exemplos, muitos dos quais oriundos da vertente ecológico-cultural da antropologia, que relatam casos de extinção de espécies ou de degradação de habitats (veja Brügger, 1994 p.18-21; Brügger, 1999 p.14-18). Mas não são todas as relações de uma sociedade com a natureza que provocam um impacto negativo substancial. Por isso não é correto nem justo afirmar que “o homem está destruindo a natureza”. O que está destruindo a natureza é sobretudo um certo modo de produção acompanhado de uma determinada visão de mundo. Nesse sentido a sociedade industrial é muito mais destruidora que as outras. Toffler (c1980 p. 128) afirma que “por causa de sua predisposição *industrial* contra a natureza, (...) sua tecnologia brutal e sua incessante necessidade de expansão, a sociedade industrial produziu mais devastação ambiental do que qualquer idade precedente. (...) Nunca antes foi possível destruir literalmente um planeta”.

(12): Este trabalho não tem como objetivo citar ou discutir tecnicamente o mérito de tais ecocatástrofes que aliás, contam com uma extensa documentação bibliográfica. Vale a pena no entanto ressaltar que colocamos sob suspeita a extensão da veracidade de algumas delas.

(13): Veja por exemplo “Bandeiras idênticas, causas distintas”. *Amanhã: Economia e Negócios*. Porto Alegre, ano XII (121): 51-52, julho 1997.

(14): A idéia de “modernidade” será discutida mais extensamente no quinto capítulo. Em termos cronológicos, consideramos que a modernidade começa a partir dos séculos XVII e XVIII (cf. Certeau, 1996 p.221).

(15): O argumento é que a biosfera é uma unidade e que a Terra é um grande ecossistema. Assim, se determinado ponto desse grande ecossistema suporta mais poluição, independentemente de outras variáveis, a entrada dessa fonte de poluição ou substância tóxica, é justificável (sic).

CAPÍTULO II

CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉRITO E O MÉTODO DESTE TRABALHO

II.1. Sobre o mérito

Como argumentamos no primeiro capítulo, a chamada crise ambiental é na verdade parte da crise de um paradigma, de um projeto de mundo e é claro, do modelo de sociedade decorrente desse paradigma e desse específico projeto de mundo. Não existe portanto uma crise ambiental *tout court*, e assim qualquer discussão sobre a problemática ambiental deve considerar as conseqüências históricas e epistemológicas de questões que estão em sua base como o Iluminismo, a idéia de modernidade, o tecnicismo e o cientificismo dominantes em nossa sociedade, etc.

Como parte do questionamento e da crise de identidade de um paradigma maior, muitas são as facetas que se articulam na estrutura da problemática ambiental. No que tange especificamente a este trabalho, o recorte será feito em torno do binômio comunicação-meio ambiente em sua *démarche* histórica. A discussão abrangerá a intrincada interrelação entre o processo de reificação subjacente à comunicação na cultura ocidental e a emergência da racionalidade instrumental típica da Ciência e da técnica que influenciam e moldam o *Lebenswelt* industrial. Veremos que a reificação da comunicação, traduzida no ato de escrever, é tipicamente ocidental e o quanto isso está histórica e epistemologicamente associado à modernidade, à tecnociência, à expansão capitalista, à modificação dos espaços naturais, e portanto à “crise ambiental”.

Comunicação e meio ambiente - no sentido de construção histórica, de resultado das interações entre sociedade e natureza - guardam uma forte (embora pouco evidente) interrelação que tem sido pouco estudada. Talvez isso aconteça devido ao próprio fato de que o conceito de meio ambiente que se tornou dominante esteja confinado a uma perspectiva natural e técnica, restringindo assim a possibilidade de um campo de experiência mais abrangente. Alguns pensadores importantes teceram contudo argumentos muito interessantes sobre a linguagem, a escrita ou ambas e sua relação com a própria existência humana. Isso acontece por que

“(...) as palavras e a linguagem não constituem cápsulas, em que as coisas se empacotam para o comércio de quem fala e escreve. É na palavra, é na linguagem, que as coisas chegam a ser e são” (Heidegger, 1969 p. 44).

Essa é a interface forte e ao mesmo tempo sutil entre a comunicação (as palavras, a escrita) e o meio ambiente (como resultado de ‘coisas que chegam a ser’ através do homem enquanto ser histórico).

Antes de passarmos às considerações sobre o método é oportuno discorrer um pouco mais sobre o mérito deste trabalho, ou seja, a que viemos. O cerne do estudo como um todo, ou seja, a tese geral, é a de que a comunicação nas sociedades ocidentais construiu e foi construída na circunscrição de uma racionalidade técnica, instrumental e reificadora e por isso se constitui em uma importante faceta da questão ambiental enquanto dimensão da crise de um paradigma maior que moldou a cultura ocidental no sentido lato.

Esse processo de reificação levou ao estabelecimento de uma cultura baseada na palavra impressa, a qual contribuiu para o fortalecimento da dimensão essencialmente instrumental da Razão (caracterizada pelo pensamento científico e lógico). O

desenvolvimento e a expansão da escrita foram, portanto, histórica e epistemologicamente muito importantes na construção dessa racionalidade e desse específico *Lebenswelt*. Um ponto de destaque, no que tange à questão ambiental, é que o fortalecimento dessa racionalidade que se tornou hegemônica contribuiu para a construção de um modo de produção que permitiu uma intervenção na natureza sem precedentes históricos, o que levou a um alto grau de ruptura entre o homem e o seu entorno que, com a tecnociência, atinge hoje o seu auge. Esse processo também levou ao esfacelamento de outras racionalidades, contribuindo assim para a diminuição das diversidades.

A profunda dicotomia sociedade-natureza que impregna das mais variadas formas o nosso mundo vivido atinge, como não poderia deixar de ser, a mídia globalizada. De fato, alguns autores (Certeau, 1996, por exemplo) apontam o caráter instrumental da comunicação globalizada. Mas o que esta tese trará de novo será um estudo sobre sua gênese, isto é, sobre a “espessura” no tempo desse caráter instrumental da comunicação-mundo e sobretudo, sua interrelação com a questão ambiental.

Neste estudo, também com relação ao caráter instrumental da mídia global, trabalharemos bastante com a idéia de Santos de uma progressiva ruptura entre o homem e o seu entorno, ou seja, com a idéia de que a mídia global vende “rupturas com o entorno”. O argumento básico é que isso se deve à inextricável interrelação entre mídia e economia globalizada, que juntas enfatizam os valores que perpetuam a ideologia da sociedade industrial, cujo estilo de vida foi exatamente o grande detonador da chamada “crise ambiental”. Serão portanto discutidos os conceitos de meio ambiente e de natureza que a mídia - especialmente as mensagens publicitárias veiculadas via televisão - tem contribuído para construir, mostrando a indissociabilidade entre esses conceitos, a relação com a

natureza (conservação/degradação) e suas conseqüências para a qualidade de vida da maioria da população.

Ao analisar a relação histórica e epistemológica entre razão instrumental, progresso da escrita, e a concomitante e progressiva ruptura entre o homem e o seu entorno, característicos sobretudo do *Lebenswelt* industrial, queremos contribuir para o fortalecimento dos enfoques não instrumentais da chamada crise ambiental. Tais enfoques procuram estudar o complexo de “causas-efeitos-causas” da relação sociedade industrial-natureza e não somente os efeitos (poluição, por exemplo), evidenciando que os sistemas de valores, sobretudo os processos culturais e transformações promovidas pela técnica, encontram-se inextricavelmente associados à questão ambiental na perspectiva de um “meio ambiente” como construção histórica.

Não se pode mudar o passado, mas agindo sobre o presente é possível influenciar linhas mestras do futuro. Assim, a mídia globalizada, como produto desse processo histórico, só poderá contribuir para uma relação sociedade-natureza mais justa caso haja uma intervenção consciente de grupos organizados no sentido de reestruturar os valores por ela veiculados.

A discussão introdutória (terceiro capítulo) se baseia nos argumentos de dois importantes filósofos: Martin Heidegger (1969) e Michel Foucault (1992). Heidegger nos fornece uma visão “macroscópica” dos elementos históricos e epistemológicos primordiais referentes ao que se poderia chamar de primeira ruptura entre o homem e o entorno no Ocidente. E enfatiza uma questão central nesta tese: a de que essa ruptura se deu pela progressiva supremacia de *logos*, enquanto palavra e Razão.

Foucault também destaca os elementos históricos e epistemológicos da relação entre “as palavras e as coisas”. Mas ao contrário de Heidegger, que destaca a existência de um *continuum* ocidental a partir dessa primeira ruptura, Foucault enfatiza a heterogeneidade e as mudanças na relação entre a comunicação e o conhecimento.

O ponto de vista heideggeriano é o que mais convém neste trabalho, exatamente devido ao seu enfoque mais “macro”, mas apesar das diferenças que separam os dois autores, em ambos é possível vislumbrar um processo de reificação subjacente à comunicação, uma questão central nesta tese.

O quarto capítulo trata portanto de discutir a interrelação entre o processo de reificação da comunicação, o surgimento da cultura - no sentido amplo - e a ruptura com o entorno em seus primórdios, decorrente desse processo. Correlações entre mudanças na córtex cerebral e o surgimento da linguagem, nos mostram que podemos inferir que a linguagem, ao envolver a elaboração de conceitos, foi e tem sido uma forma de reificação (d’Aquili, 1972). Questiona-se também a distinção rígida entre os universos reificado (ciência) e consensual (representações sociais) (Moscovici, 1981), uma vez que a reificação faz parte do “ser” humano (Arendt, 1983). Postula-se então uma diferença sobretudo no grau de reificação, que seria maior no universo da ciência e portanto no *Lebenswelt* industrial. Existem ainda considerações acerca de como o processo de reificação influencia na construção de nossos conceitos, como o de tempo. Conclui-se, nesse capítulo, que a linguagem foi a primeira forma de reificação da comunicação e que a sua evolução representou também um desprendimento, uma delimitação a partir de um todo indiferenciado, uma ruptura entre o Ser e o Eu. (Cassirer, 1992). Finalmente argumenta-se

que é na escrita que esse processo de reificação se intensifica, o que traz consigo inúmeros benefícios, mas também a instrumentalidade.

No quinto capítulo, argumenta-se que a linguagem não é apenas um “meio externo” da comunicação do saber e que escrever não é somente registrar a palavra, é também fornecer um meio de recortar e abstrair elementos, classificar nomes em listas e combinar listas em quadros e por isso, pode-se falar em uma “racionalidade gráfica”. Enfim, os meios não seriam independentes das formas de pensar: linguagem, pensamento, e cultura encontram-se inextricavelmente associados (Goody, 1979). Discute-se portanto de que forma a escrita (especificamente a alfabética) se tornou um fator tão importante na moldagem da cultura ocidental, vindo a constituir o que Certeau (1996) chama de “economia escriturística”. Ele nos mostra com argumentos brilhantes que a ordem escriturística é essencialmente instrumental e o quanto o binômio escrita-leitura é equivalente ao binômio produção-consumo, uma questão que está no cerne da problemática ambiental. Há ainda neste capítulo contribuições de McLuhan (1977), Illich (1990) e Gonçalves (1988;1989). É muito interessante a convergência de muitos argumentos de Goody, Certeau e McLuhan e Illich. Eles apontam uma identidade histórica entre a palavra escrita e a modernidade, a emergência da ciência, dos grandes estados, da burocracia, a modificação da natureza etc. Todos esses argumentos encontram um paralelo surpreendente com as discussões não reducionistas sobre a crise ambiental.

O sexto capítulo versa sobre a comunicação globalizada enquanto produto dessa racionalidade e modo de produção gerados, entre outros fatores, pela *démarche* da própria comunicação. Discute-se como essa comunicação altamente sofisticada do ponto de vista técnico continua a influenciar a nossa relação com o entorno, seja por meio de suas

mensagens, seja pelo que é decorrente de sua própria estrutura, o que corrobora a máxima de McLuhan “o meio é a mensagem”. Importantes pensadores de diversas áreas são citados nesse capítulo. Entre eles, Ramonet (1998), Santos (1994), Postman (1994), Popper (1995), Bourdieu (1997) e um grande número de autores, como o economista Herman Daly, que estudaram a interrelação entre meio ambiente e mídia.

As principais questões analisadas são os limites da mídia na cobertura das questões ambientais, a advocacia *versus* a neutralidade no jornalismo, a natureza epistemológica do “conteúdo ambiental” no jornalismo e a influência dos conteúdos latentes, presentes na mídia como um todo (sobretudo os da publicidade), na formação de valores para o meio ambiente. Para ilustrar esses argumentos é feito, nesse capítulo, um pequeno estudo de caso de mensagens publicitárias. A análise revela de que modo são enfatizados certos assuntos ou temas, bem como determinadas visões de natureza em detrimento de outras e sua possível influência no que tange às relações da sociedade com a natureza, as quais se estendem às relações dos homens entre si. Como no mundo globalizado de hoje os meios de comunicação são controlados por uma elite detentora do poder político e econômico, as conseqüências desses conteúdos latentes, desse “aprendizado incidental”, podem ser devastadoras na medida em que tendem a manter o *status quo*.

Nas considerações finais (sétimo capítulo), discute-se o fracasso da comunicação como utopia. Esse fracasso, que se encontra ligado ao processo histórico que levou à intensa instrumentalização dos meios de comunicação, das “palavras e das coisas”, atinge seu auge na era da “aldeia global”, marcada pela vitória de uma monocultura. Discute-se também a possibilidade de leituras críticas por parte do público - no que tange sobretudo aos *mass media* - dentro desse contexto de mudanças e incertezas que caracterizam a

batalha entre um modelo unidimensionalizante e uma suposta pós-modernidade fragmentadora.

Finalmente questiona-se o argumento de a comunicação ter atingido seu ponto zênite. Analisando a *démarche* da comunicação no Ocidente, na espessura do tempo, vemos que os progressos técnicos sempre estiveram atrelados a um aumento de instrumentalidade e de reificação. Isso significa que os argumentos de Heidegger sobre a diversificação entre *logos* e *physis* e a transformação da *physis* em *idea* parecem, de fato, preconizar essa “ocidentalidade” da comunicação. Quanto às possibilidades de vencer essa tendência histórica, a conclusão é que, embora as possibilidades de mudança sejam incipientes, elas existem. E dependem, entre outras coisas, do uso e da apropriação ética e política que fazemos dos *media* no sentido mais amplo. E este sentido amplo envolve sobretudo apropriações que promovam uma reconexão com o entorno original.

II.2. Sobre o método

Gostaríamos de iniciar essa importante parte do trabalho tecendo algumas considerações sobre método e interdisciplinaridade, a fim de apontar algumas idéias e dificuldades que se colocam, através do diálogo com alguns dos nossos principais interlocutores.

Santos (1994 p. 166) destaca que “um método é um conjunto de proposições - coerentes entre si - que um autor ou um conjunto de autores apresenta para o estudo de uma realidade. Nenhum método é eterno”. Mas o método, ou seja, o caminho a ser seguido ou

trilhado para se chegar a um determinado objetivo em pesquisa (ou ensino) encontra-se inextricavelmente associado, dentro do paradigma clássico de ciência - o paradigma atomístico-individualista¹ - às chamadas causalidades. O paradigma clássico com as suas relações lineares de causa e efeito, entretanto, tem mostrado suas limitações no que tange ao esclarecimento de diversos processos complexos, notadamente os que caracterizam as relações sociedade-natureza. Esse paradigma que vê um tempo e um espaço absolutos, compartimentaliza os problemas a fim de solucioná-los, o que acaba por reificá-los, como foi discutido no primeiro capítulo com relação ao conceito de meio ambiente.

Vale a pena citar também, neste início de discussão, uma passagem de Certeau que nos remete à origem do próprio conceito de método científico e sua relação com a escrita (uma questão central nesta tese), mostrando as conseqüências históricas de sua *démarche*:

“Desde o século XVI, a idéia de *método* abala progressivamente a relação entre o conhecer e o fazer, a partir das práticas do direito e da retórica, mudadas pouco a pouco em ‘ações’ discursivas que se exercem em terrenos diversificados e portanto em técnicas de transformação de um ambiente, impõe-se o esquema fundamental de um *discurso* que organiza a maneira de *pensar* em maneira de *fazer*, em gestão racional de uma produção e em operação regulada sobre campos apropriados. Eis o ‘método’, semente da cientificidade moderna. No fundo, o método sistematiza a *arte* que Platão já colocava sob o signo de atividade. Mas é por um discurso que ele ordena um saber-fazer. Portanto a fronteira não separa mais dois saberes hierarquizados, um especulativo, o outro ligado às particularidades, um ocupado em ler a ordem cósmica e o outro às voltas com os pormenores das coisas no quadro que lhe é fixado pelo primeiro, mas ela opõe as práticas articuladas pelo discurso às que (ainda) não o são” (Certeau, 1996 p. 136).

Essa passagem tem muito a contribuir para a construção-compreensão de um método interdisciplinar pois aponta questões cruciais, inerentes ao chamado método

científico, que deverão ser reconceituadas no 'saber-fazer' interdisciplinar, tais como "cientificidade", "validez"; "objetividade" etc, todas associadas ao discurso científico que se tornou hegemônico, como veremos adiante.

Certeau (1996 p.136) argumenta, na seqüência destas idéias, que "o 'saber-fazer' não discursivo é feito de operatividades múltiplas, mas selvagens". Selvagem, é portanto o que se opõe à disciplina ², ao método científico. O método interdisciplinar - se é que podemos falar genericamente em um método interdisciplinar - terá então que ter um estatuto epistemológico "selvagem" em algum sentido, além de obedecer a operatividades múltiplas, isto é, "deverá incluir as subjetividades e as dimensões incomensuráveis e estocásticas que a ciência hegemônica tratou de eliminar" (cf. Brügger, 1995 p. 74). Sua construção se fará, porém, no transcender do método científico, isto é, não é possível que o 'saber-fazer' interdisciplinar venha a ter um caráter pré-científico, ou seja, "selvagem" neste sentido. Certeau (1996 p.110) nos adverte ainda que "um discurso manterá uma marca de cientificidade explicitando as condições e as regras de sua produção e, em primeiro lugar, as relações de onde nasce" (Certeau, 1996 p.110).

A investigação interdisciplinar surge então, passo a passo, com outros paradigmas que também se encontram em oposição à cosmovisão mecanicista, como a Física Quântica e as teorias auto-organizativas, que estudam os sistemas autopoieticos³ (veja Neuser, 1994 p.17). Aqui a dicotomia sujeito-objeto e os compartimentos estanques de um processo analítico de conhecimento dão lugar a uma cosmovisão sistêmica na qual as autorreferencialidades cumprem um papel muito importante. Nessas "novas" visões, os tipos de relações dentro do sistema, a estrutura da totalidade e a história das relações, para citar algumas de suas características, invocam um novo conceito de tempo, não mais linear.

Esse tempo “espesso, ativo, que dá importância à **história**” (Monteiro, 1989 p.20) é um tempo onde o presente não é mais um ponto de uma reta onde estão linearmente situados passado e futuro.

Com relação à construção do conhecimento, Arendt (1983 p.309) argumenta que uma

“mudança do ‘por que’ e do ‘o que’ para o ‘como’ implica que os verdadeiros objetos do conhecimento já não são coisas ou movimentos eternos, mas processos, e portanto o objeto da ciência já não é a natureza ou o universo, mas a história - a história de como vieram a existir a natureza, a vida ou o universo”.

É interessante notar que esse argumento (que, como veremos, encontra respaldo em algumas passagens de Foucault) corresponde historicamente, por um lado, a uma consolidação ainda maior do método científico cujos limites estamos questionando. E de outro, ele traduz, em tese, a trajetória rumo a uma investigação interdisciplinar (e posteriormente transdisciplinar) do conhecimento, ou seja, o ‘como’, o ‘processo’, invoca (ou pelo menos deveria invocar) além das causalidades e autorreferencialidades, o tempo “espesso” mencionado antes. Será essa uma etapa da tarefa proposta por Foucault ? ⁴

Santos (1994 p. 42) acrescenta ainda que

“tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser intelectualmente reconstruídas em termos de sistema, isto é, como mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora”.

O que se coloca portanto é a necessidade de construir um método que não desconsidere as autorreferencialidades, isto é, os “objetos” que operam e agem sobre si mesmos (como acreditamos ser o caso do trinômio comunicação-racionalidade

instrumental-questão ambiental), guardando a cientificidade que o trabalho acadêmico exige. Esse é sem dúvida um desafio, na medida em que o rigor dessa cientificidade é em grande parte medido apenas por causalidades. Em outras palavras, a Academia ainda parece preferir causalidades simples - até banais - a trabalhar com, ou incluir autorreferencialidades potencialmente importantes.

As autorreferencialidades, que estão no cerne de um pensamento dialético, sempre existiram, mas foram progressivamente eliminadas do discurso e do 'saber-fazer' (como diria Certeau) científicos. O que tem prevalecido é uma racionalidade monolítica, dominada sobretudo por uma lógica formal. Marcuse (1982 p.137) argumenta que "(...) o homem teve de criar a harmonia teórica da discórdia geral, para expurgar as contradições do pensamento, para substancializar unidades identificáveis e fungíveis no complexo processo da sociedade e da natureza".

O preço pago por essa simplificação foi a redução do método científico a algo cada vez mais compartimentalizado, unidimensional e semelhante a uma receita. Esse fato parece bem incorporado à comunidade científica, de modo geral, mas Santos (1994 p. 171) ao enfatizar a diferença entre o discurso e a análise, destaca a importância de uma busca epistemológica permanente, se se quer, de fato, fazer ciência. Ele argumenta então que a construção teórica é diferente do discurso, pois ela busca "um sistema de instrumentos de análise que provém de uma visão da realidade que permite, de um lado, intervir sobre a realidade como pensador e, de outro, reconstruir permanentemente aquilo que se chamará ou não de teoria".

Nesta perspectiva o “método” deixa portanto de ser algo pronto e um mero recurso para atingir determinados objetivos e passa a ser parte integrante do próprio estudo, ou seja, além de meio, ele compõe a abordagem e a reflexão em si:

“(...) nas teorias clássicas sempre existe um relacionamento linear-causal, ao passo que nas teorias de Auto-organização a própria organização dos componentes da unidade composta torna-se objeto de investigação” (Neuser, 1994 p.18).

Mas não podemos perder de vista o fato de que não há consenso em torno do ‘saber-fazer’ ou sequer do conceito de interdisciplinaridade (veja Klein, 1996 p.275-278). O ‘saber-fazer’ interdisciplinar ainda não é uma prática articulada por um discurso hegemônico e talvez nunca o seja devido à sua própria natureza um tanto anárquica (no sentido de ausência ou plasticidade de hierarquias). Um importante problema decorrente disso é a validade científica das construções interdisciplinares, pois objetividade, método e cientificidade estão inextricavelmente interrelacionados:

“Independentemente de como se definam verdade e objetividade, elas continuam relacionadas com os agentes humanos da teoria e da prática e com a capacidade destes para compreender e modificar o seu mundo. Esta capacidade depende, por sua vez, do quanto a matéria (seja ela qual for) seja reconhecida e entendida como aquilo que ela é em todas as formas particulares. Nesses termos a ciência contemporânea tem validade objetiva imensamente maior do que as suas predecessoras. Poder-se-á até acrescentar que, no presente, o método científico é o único a que se pode atribuir tal validade; a influência recíproca de hipóteses e fatos observáveis valida as hipóteses e estabelece os fatos” (Marcuse, 1982 p. 160).

A dificuldade de ser interdisciplinar e (ainda) ser científico está ligada, portanto, à possibilidade de aferir cientificidade ao que esteja fora da perspectiva delineada tanto por Marcuse quanto por Certeau. Mas acreditamos que é possível ser (cartesianamente)

científico nas esferas teórico-práticas que podem de fato receber uma quantificação qualquer, levando em consideração, ao mesmo tempo, as autorreferencialidades presentes no processo de investigação.

Algumas questões, no entanto, parecem claras. Uma delas é que um bom trabalho interdisciplinar não requer, necessariamente, um grande número de profissionais de áreas distintas. Um bom argumento para corroborar essa idéia é a elaboração dos EIAs (estudos de impacto ambiental) que têm se reduzido frequentemente a meras compilações de dados de diferentes áreas, sem integração alguma do conhecimento. A condição *sine qua non* é uma visão interdisciplinar por parte de cada pesquisador e isso permite a existência de uma jornada individual de investigação interdisciplinar, tanto quanto a de um trabalho em equipe.

Tampouco é necessário, como argumentam muitos, um problema ou objeto concreto para se trabalhar interdisciplinarmente. Essa obstinação com um objeto concreto tem raízes, mais uma vez, numa racionalidade instrumental reificadora e significa, também, uma ruptura entre teoria e prática. Conceitos que poderiam ser chamados de interdisciplinares já existiam antes de haver uma preocupação epistemológica em repensar a construção do conhecimento e se constituíam, meramente, na expressão de uma outra forma de “ver-o-mundo”, de uma outra experiência do *Lebenswelt*. Exemplos notórios são os conceitos de paideia ou de *physis*, como veremos no próximo capítulo.

Tudo isso faz parte do grande *imbroglio* que constitui o debate acerca do ‘saber-fazer’ interdisciplinar. Seu caráter ainda incipiente e quimérico, serve tanto aos propósitos da globalização - por permitir a flexibilidade exigida para melhor competir (mas para quê e

para quem ?) -, quanto agrada os defensores de uma suposta pós-modernidade, na também suposta busca de uma superação do ideal iluminista.

Por isso é preciso que a investigação interdisciplinar não se reduza ao resgate de uns poucos aspectos que o pensamento cientificista deixou de lado. Não basta buscar uma visão mais sintética, menos mecanicista do conhecimento. Afinal, se a tradição científica estabelecida mostra sérios limites no plano ético, é preciso incorporar justamente essas subjetividades, a ética, a política e outras dimensões da realidade que foram preteridas pela sua “incomensurabilidade”. Com isso acrescentamos um sentido lato que a ciência deveria ter. Os processos complexos que envolvem sociedade e natureza são, além de estocásticos, fortemente influenciados por decisões políticas. Portanto o saber-fazer interdisciplinar não deveria se transformar num modismo acadêmico, num mero exercício intelectual, mas se comprometer sobretudo com os “para quês” das pesquisas realizadas (quanto aos últimos quatro parágrafos, veja Brügger, 1995).

Apesar de todo um contexto histórico que “conspira” contra a nossa empreitada - mas por acreditar ser possível contornar esses problemas - vamos teimosamente nos enveredar nessa jornada. Nosso maior consolo (e incentivo) é saber que em qualquer método, sempre haverá limitações.

É importante destacar ainda que numa investigação inter ou transdisciplinar é inevitável o diálogo entre autores de diferentes tradições filosóficas. Isso parece, entretanto, além de uma condição *sine qua non* no cumprimento desse tipo de construção, uma contingência associada ao florescimento de novas idéias. Gare (c1995), por exemplo, em seu livro “Postmodernism and the environmental crisis”, mostra em inúmeras passagens que não existe uma tal “pureza” ou homogeneidade de idéias nas mais diversas tradições de

pensamento. Ao contrário, em quase todas é muito comum que justamente os pensadores de maior expressão acolham parte das teorias de seus antecessores (ou contemporâneos) e rejeitem parte delas também. Gare (c1995, p.37) argumenta que os pós-estruturalistas, em princípio alinhados com Nietzsche e Heidegger, estão em oposição a Hegel no que tange ao progresso da Razão, mas em acordo no que diz respeito à crítica ao cartesianismo. Ele comenta nessa mesma página que há muita diversidade no grupo pós-estruturalista. O autor também argumenta (p.72) que a maior oposição ao pensamento pós-estruturalista vem dos marxistas da vertente hegeliana do anti-cartesianismo e que os marxistas que criticaram o pós-estruturalismo são quase todos descendentes intelectuais da Escola de Frankfurt. Mas na tradição frankfurtiana houve uma associação entre a reinterpretação das idéias de Marx dos anos 1920 e 1930 através da filosofia hegeliana; através da crítica nietzschiana de Max Weber à racionalidade; através da filosofia de Heidegger (no caso de Marcuse, um autor importante nesta tese) e através da psicologia freudiana. Nessa mesma página e em outras passagens, Gare discorre sobre a importância de outras interpenetrações congêneres.

Isso nos faz pensar que embora para alguns autores os rótulos possam funcionar melhor do que para outros, os rótulos “pós-estruturalista”, “marxista”, “hegeliano”, ou o que seja, são por vezes muito mais uma necessidade de inteligibilidade de quem lê ou tenta articular diferentes discursos, do que uma necessidade dos autores (assim como em Biologia a necessidade de classificar é do biólogo/a e não dos seres vivos). Mais importante, devemos concordar, é que os discursos articulados formem um todo inteligível, sem grandes contradições, independentemente de seus “endereços” históricos e epistemológicos.

A pesquisa de natureza bibliográfica se constitui na orientação básica deste trabalho que, como foi enfatizado antes, busca uma dimensão de totalidade na interrelação entre comunicação e meio ambiente. Não nos propomos a discutir nesta fundamentação teórica sobre método e interdisciplinaridade, se a totalidade existe de fato, ou se ela é sempre e apenas uma construção através da qual é possível desenvolver determinada temática. Esse seria, a rigor, um tema suficiente o bastante para outra tese. Para Santos (1994 p.165-167), por exemplo, existe uma totalidade concreta das coisas e ações que é percebida através de construções. Seu conceito de totalidade, entretanto, está longe de ser algo tangível e imutável. Na realidade, ele abarca a plasticidade necessária para o desenvolvimento de um 'saber-fazer' interdisciplinar. Ele enfatiza que

“O TODO é uma realidade fugaz, porque está sempre se desfazendo para voltar a se fazer. O TODO é algo que está sempre buscando ser outro, mas para se tornar, de novo, um OUTRO TODO (...). Há alguns autores que dizem que o TODO não existe, mas apenas a nossa construção dele” (Santos 1994 p. 165).

Mas a Epistemologia (e a experiência!) nos ensina que tampouco o estudo das “partes” - que caracteriza a via tradicional de construção do conhecimento - está livre de construções⁵.

Cientes disso, o que mais importa então é que os autores escolhidos para desenvolver este trabalho abordem os pontos-chaves deste estudo de forma interdisciplinar, o que consideramos condição *sine qua non* para transcender as perspectivas reducionistas. Além disso, é por meio delas que se torna possível encontrar elementos para desenvolver este estudo dentro de uma abordagem epistemológica, que como foi antes ressaltado, está no cerne das investigações interdisciplinares.

Segundo Abib (1996), a epistemologia não é uma disciplina que pertença exclusivamente à filosofia, mas um campo do saber, talvez o único, genuinamente transdisciplinar. De forma geral pode-se definir a epistemologia como nascida da filosofia mas tendo seus próprios interesses e dedicada à investigação sistemática de objetos do conhecimento. A epistemologia carrega também um sentido ‘fraco’ e um sentido ‘forte’, ou rigoroso, que estão relacionados com o *status* dos diversos campos do conhecimento, rotulados de ciência ou não. No sentido ‘forte’ do termo, a epistemologia é teoria do conhecimento verdadeiro, onde se lê, da ciência. E no ‘fraco’, ela é sobretudo uma teoria das possibilidades e dos limites do conhecimento, sendo a ciência apenas um tipo dentre outros possíveis.

O autor acertadamente opta pelo sentido ‘moderado’ ou ‘fraco’ pois reduzir a epistemologia à teoria da ciência seria um empobrecimento imperdoável⁶. De fato, reflexões de ordem epistemológica já ocorriam na filosofia clássica como parte intrínseca do espírito filosófico - desse “*déchirement ontologique*, que faz com que a filosofia se mova num universo bidimensional, rompido em si mesmo” (Marcuse, 1982 p.126-127). Além disso, como todo conhecimento, inclusive o científico, é construção histórica, a epistemologia da ciência não poderia existir antes da ciência, mas isso não exclui a existência de uma epistemologia *tout court*. Isso é importante para pensar um método que não esteja confinado a uma perspectiva disciplinar, científica nesse sentido.

A partir desse posicionamento o autor discorre sobre a natureza da investigação epistemológica, destacando seu caráter de discurso de segunda ordem, isto é, que se tece a partir de textos que estão ligados a diferentes tradições de pensamento ou paradigmas e analisa outra questão de grande importância neste trabalho que é a relação entre o método

epistemológico e a hermenêutica, uma vez que todo texto escrito pelo epistemólogo reflete uma interpretação cheia de significados atribuídos por ele.

Não achamos apropriada, entretanto, uma distinção muito rígida entre a hermenêutica clássica e a filosófica. O autor argumenta (p.226) que a primeira trata de interpretar a intenção do autor (e se constitui no polo do sujeito); e a segunda, visa a interpretação dos seus significados (estando no polo do objeto). No nosso entendimento essa distinção rígida só pode ser atribuída à dicotomia sujeito-objeto, que impregna tão fortemente a racionalidade ocidental. Não nos parece possível separar, como coloca o autor, “o que está atrás” do “que está na frente”, ou, “o que está escondido” do “que pode ser revelado”. Tampouco parece possível separar o “sentido” do “significado” de um texto.

Esse último parágrafo, ao se remeter à dicotomia sujeito-objeto, aponta uma outra dificuldade para o ‘saber-fazer’ interdisciplinar associada à forma de pensar/expressar a totalidade. No primeiro capítulo argumentamos com Santos (1994 p.17) que a aventura humana na Terra é também a história de uma progressiva ruptura com o entorno. E como veremos com Cassirer, no quarto capítulo, esse processo de ruptura também atingiu o universo da locução, traduzido numa ruptura entre o “eu” e o “ser”. O binômio homem-natureza, que está no cerne deste trabalho, é talvez o exemplo mais contundente desse argumento

“pois a palavra, na linguagem, não mais pode abranger esta unidade entre “sujeito” e “objeto”. A linguagem, agora, vacila entre sujeito e objeto, move-se constantemente de um para outro, mas precisamente isto determina que ela veja ambos, mesmo conectando-os duradouramente, como duradouramente separados” (Cassirer, 1992 p.96).

Esse é sem dúvida mais um desafio a ser vencido no trabalho interdisciplinar. É um árduo desafio, pois as palavras não fazem senão traduzir um pensamento e é claro, a construção de um conhecimento que primou pelo oposto, ou seja, pela disciplinaridade. Cassirer (1992 p.48-49) também nos adverte que “todo conhecer teórico parte de um mundo já enformado pela linguagem, e tanto o historiador, quanto o cientista, e mesmo o filósofo, convivem com os objetos exclusivamente ao modo como a linguagem lhos apresenta”.

O “estudo de caso”, mencionado antes, será concretizado através de pesquisa de material gravado a partir de emissões televisivas, por meio da análise de conteúdo de mensagens publicitárias ao longo da programação de um dia típico de uma emissora de TV. A análise de conteúdo, como método, pode ser definida como:

“um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens” (Bardin apud Triviños, 1990 p.160).

É interessante notar que Abib (1996 p.224) enfatiza que “a análise conceitual já é uma reflexão epistemológica”.

A análise de conteúdo deverá levar em conta não somente os aspectos ideológicos manifestos no material analisado, mas também o conteúdo “oculto” ou latente dos mesmos e suas implicações na já mencionada perspectiva de um meio ambiente construído socialmente.

Embora Bardin enfatize os aspectos quantitativos que podem ser enfocados pelo método, Triviños enfatiza sua importância no campo da pesquisa qualitativa (cf. Triviños,

1990 p. 160). De fato, como bem aponta Triviños (p.160), é possivelmente devido a uma influência positivista que Bardin enfatiza o aspecto quantitativo do método.

Um ponto epistemologicamente relevante associado ao parágrafo anterior, é precisamente o universo de locução utilizado por Bardin para conceituar a análise de conteúdo. Os termos “conjunto de técnicas” e “procedimentos objetivos” não parecem adequados em se tratando de um trabalho essencialmente subjetivo, onde se concorda *a priori* com a existência de dois conteúdos em potencial: um latente e um manifesto. Analogamente, sobretudo em uma análise qualitativa de conteúdo, a expressão “conjunto de técnicas” perde sentido na medida em que o que se faz é uma análise epistemológica.

Cabe ainda ressaltar, corroborando o pensamento de Abib (1996 p.227), que embora o conceito de transdisciplinaridade seja o que melhor cabe para a epistemologia enquanto “campo do conhecimento”, isso não significa que ela não tenha uma função importante a desempenhar em projetos multi e interdisciplinares. Ele comenta (apud Jantsch, 1995) que os conceitos de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade representam uma hierarquia de noções. A transdisciplinaridade estaria no topo dessa hierarquia e representaria um estágio ideal de comunicação entre as disciplinas porque significa o reconhecimento da interdependência de todos os aspectos da realidade. Abib destaca ainda a importância das tensões produtivas criadas pela invasão de fronteiras que sofrem a epistemologia e o método epistemológico, o que resulta num enriquecimento resultante da introdução de questões não só metafísicas, lógicas, éticas e estéticas, mas também de cunho social, político e histórico. Esse será o fio condutor da perspectiva epistemológica deste trabalho, tanto na parte teórica, quanto no que concerne à ilustração com os estudos de caso.

A “análise de conteúdo” a ser empregada terá como base de categoria de análise a vinculação dos produtos e/ou idéias vendidos/veiculadas aos seguintes valores:

- Exacerbação do caráter atomístico-individualista da cultura da sociedade industrial.
- Ênfase na eficiência da ciência e da tecnologia como maneiras de superar problemas de toda ordem.
- Glorificação da produtividade, do crescimento ilimitado e da competitividade.
- Estímulo ao consumo de mercadorias supérfluas.
- Valorização dos entornos artificiais (depreciação do que é meramente “natural”)

Mas antes de pensar em analisar conteúdos implícitos vinculados à razão dominante, temos pela frente uma longa discussão: a da relação entre Razão e linguagem. Nessa configuração do ser histórico do homem, a linguagem cumpriu um papel decisivo, talvez o mais primário de todos, pois foi a partir dela que surgiu a cultura e, portanto, as relações com o entorno. Vamos começar pela análise do que foi mais decisivo no chamado “berço” da nossa cultura, ou seja pela ruptura entre *physis* e *logos* na filosofia grega.

Notas

(1): Gonçalves (1989 p.37) argumenta que a ciência moderna se configura em torno de três eixos: a oposição homem e natureza; a oposição sujeito e objeto; e o paradigma atomístico-individualista. Sobre esse último eixo, especificamente, veja Gonçalves (1989 p.44-49).

(2): Disciplina significa, em termos de construção do conhecimento, especialização e fragmentação. Em termos “produtivos” tem significado sucesso na modificação da natureza e do trabalho humano. Disciplina significa ainda ordem, mas ordem e desordem são dimensões de uma mesma realidade, e se (con)fundem na complexidade de um todo que insistimos em fragmentar. Por isso a desordem (e o caos), apesar de “selvagem”, é necessária para (tentar) recuperar a totalidade.

(3): Aqui cabem dois comentários. O primeiro é que a “teoria dos sistemas” é de fato uma abstração muito apropriada para a abordagem interdisciplinar de questões complexas. Entretanto, não acreditamos na possibilidade de uma metalinguagem baseada somente na “teoria dos sistemas”, para resolver o problema das fronteiras entre os compartimentos do saber. O caminho para a interdisciplinaridade deve passar necessariamente pela epistemologia e pela história da ciência (veja Brügger, 1995 p.71-74). É interessante destacar também que Breton (1992 p.108) comenta que “as teorias atuais da ‘auto-organização’ são herdadas diretamente da primeira ‘ciência do controle e das comunicações’ (alguns argumentos de Breton sobre a comunicação serão discutidos nas considerações finais).

(4): Veja capítulo III, p.22.

(5): Qualquer cientista, de qualquer área do conhecimento, sabe (ou deveria saber) que por mais “científico” que seja o método utilizado em sua investigação do conhecimento, faz parte desse método, inevitavelmente e em maior ou menor grau, construções e limitações de toda sorte. Marcuse (1982 p.157) nos adverte com Husserl que a matematização da natureza não resultou em uma verdade autônoma, absoluta e sim num método e numa técnica específicos para o *Lebenswelt*. “O véu (*Ideenkleid*) ideacional da ciência matemática é, assim, um véu de *símbolos* que representa e, ao mesmo tempo, mascara (*vertitt e verkleidet*) o mundo da prática”.

(6): Há quem faça uma distinção entre epistemologia filosófica e científica, cujo método de reflexão seria pautado pelo rigor do método da ciência. Mas como todo o conhecimento, inclusive o científico, é construção histórica, a epistemologia da ciência não poderia existir antes da ciência, o que não exclui a existência de uma epistemologia *tout court*. É importante destacar entretanto que o caráter dialético, de um “universo rompido em si mesmo” inerente às reflexões filosóficas e sobretudo epistemológicas, foi precisamente o que foi excluído da ciência que se tornou hegemônica. Portanto epistemologia científica, no nosso entender, só pode ser aquela que versa sobre a ciência, mas não com método próprio da ciência, o que não a distinguiria das “formas filosóficas”

CAPÍTULO III

DOIS FILÓSOFOS, DUAS VISÕES:

FOUCAULT, HEIDEGGER E A RELAÇÃO ENTRE LINGUAGEM E RAZÃO

III.1. Introdução

A discussão deste capítulo é de certa forma uma extensão da metodologia. A diferença é que não estaremos discutindo detalhes de como construir as diversas etapas e capítulos do trabalho, ou os autores que darão maior peso aos nossos argumentos. Analisaremos aqui duas abordagens, ou caminhos diferentes acerca da interrelação entre linguagem, pensamento, conhecimento e a construção de um determinado *Lebenswelt*, a fim de nos posicionarmos com relação ao “caminho a ser seguido” nesta tese, o que tem a ver diretamente com a palavra “método”.

Este capítulo se constitui basicamente em uma análise sucinta de dois trabalhos, de dois filósofos muito conceituados, que tocam em questões centrais desta tese: Michel Foucault e Martin Heidegger. No que diz respeito ao primeiro nossa análise será sobre “As palavras e as coisas”, um livro que além de tangenciar questões centrais deste estudo, complementa a discussão sobre o método porque trata precisamente das formas de conhecer e /ou abordar o conhecimento.

No que tange à Heidegger, nosso interesse se encontra no fato de a “Introdução à metafísica”, lançar luzes sobre questões que estão no cerne da discussão deste trabalho, ou seja, que dizem respeito à *démarche* da comunicação no Ocidente e sua relação com a questão ambiental. A discussão de “As palavras e as coisas” é entretanto muito

esclarecedora também. Como veremos em seguida e mais adiante, no quinto capítulo, mesmo os pontos de discordância com Foucault são fundamentais no direcionamento de nossos argumentos.

Gostaríamos de deixar claro também que a discussão travada a seguir tem como único objetivo abordar questões que tocam no cerne desta tese e de forma alguma pretende adentrar a extensa discussão filosófica contemporânea sobre esses dois importantes autores.

III.2. Foucault, as palavras e as coisas

Já no prefácio, o próprio Foucault comenta que “As palavras e as coisas” nasceu de um texto de Borges que perturba todas as familiaridades do pensamento. O que há de desconcertante no “Livro dos seres imaginários”, diz ele, não são tanto os seres imaginários em si, mas sua vizinhança, ou seja, o que transgride toda a imaginação, todo pensamento possível, é simplesmente a série alfabética (a,b,c,d) que liga cada uma dessas categorias a todas as outras, a vizinhança súbita das coisas sem relação (cf. Foucault, 1992 p.05-06). Essa reflexão inicial postula a existência de uma relação direta entre as palavras - a linguagem - e o próprio conhecimento, ou pelo menos aponta a existência de um determinado campo epistemológico, que tem relação direta com as palavras.

De fato, Foucault comenta, também logo no início do livro, que “por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas resplandecem não é aquele que os olhos descortinam, mas aquele que as sucessões da sintaxe definem” (p. 25). Essa afirmação corrobora a idéia de Heidegger de que “é na

linguagem que as coisas chegam a ser e são” (p.02; capítulo II). Segundo o próprio autor,

“As palavras e as coisas”

é “um estudo que se esforça por encontrar a partir de que foram possíveis conhecimentos e teorias; segundo qual espaço de ordem se constituiu o saber; na base de qual *a priori* histórico e no elemento de qual positividade puderam aparecer idéias, constituir-se ciências, refletir-se experiências em filosofias, formar-se racionalidades, para talvez se desarticulem e logo desvanecerem (p.11)”.

Ele afirma que sua investigação arqueológica mostrou duas grandes descontinuidades na *epistémê* da cultura ocidental: a que inaugura a idade clássica (por volta dos meados do século XVII) e aquela que, no início do século XIX, marca o limiar de nossa modernidade¹. A ordem, sobre cujo fundamento pensamos, não tem o mesmo modo de ser que a dos clássicos. Por muito forte que seja a impressão que temos de um movimento quase ininterrupto da *ratio* européia desde o Renascimento até nossos dias, toda esta quase-continuidade ao nível das idéias e dos temas não passa, certamente, de um efeito de superfície; no nível arqueológico, vê-se que o sistema das positivities mudou de maneira maciça na curva dos séculos XVIII e XIX (cf. Foucault, 1992 p.12).

Ele também destaca que “até o fim do século XVI, a semelhança foi preponderante na construção do saber da cultura ocidental. Foi ela que conduziu a exegese e a interpretação dos textos, organizou o jogo dos símbolos, permitiu o conhecimento das coisas (visíveis e invisíveis) e guiou a arte de representá-las. O século XVI superpôs semiologia e hermenêutica na forma de similitude. Buscar o sentido é trazer à luz o que se assemelha. Buscar a lei dos signos é descobrir as coisas que são semelhantes. A gramática dos seres é sua exegese. E a linguagem que eles falam não narra outra coisa senão a sintaxe que os liga. A relação com os textos é da mesma natureza que a relação com as coisas; a

natureza e o verbo podem se entrecruzar ao infinito, formando, para quem sabe ler, como que um grande texto único. E o que é próprio do saber não é nem ver nem demonstrar, mas interpretar. Mas esse saber é pletórico e pobre; a semelhança como nexos entre o signo e o que ele indica condena o saber a conhecer sempre o mesmo². A ciência dessa época tinha uma estrutura frágil” (cf. Foucault, 1992 p.33-56).

Entretanto, argumenta ele, no começo do século XVII o pensamento cessa de se mover no elemento da semelhança. A semelhança aparece como uma ilusão, um engano. Foucault enfatiza as críticas que fazem Bacon e Descartes à semelhança, embora sejam críticas de tipos diferentes. O século XVII marca assim o início do racionalismo, o desaparecimento das crenças supersticiosas e mágicas e da entrada da natureza na ordem científica. As palavras não têm mais relação direta com as coisas. A linguagem se retira do meio dos seres para entrar na sua era de transparência e neutralidade (p.66-71). Ele acrescenta que (embora não opostas) nas duas extremidades da *epistémê* clássica tem-se uma *máthêsis* como ciência da ordem calculável e uma *gênese* como análise da constituição das ordens a partir das seqüências empíricas. Dentro dessa mesma *epistémê* aparece também a taxinomia³, que trata das identidades e das diferenças entre os seres vivos (p.88-89). A existência da linguagem na idade clássica é ao mesmo tempo soberana e discreta. Soberana, porque as palavras receberam a tarefa e o poder de ‘representar o pensamento’. Mas representar não quer dizer aqui traduzir, dar uma versão visível, fabricar um duplo material (p.93).

Ele afirma também que sua análise pôde mostrar a coerência que existiu, durante toda a idade clássica, entre a teoria da representação e as da linguagem, das ordens naturais, da riqueza e do valor. É esta configuração que, a partir do século XIX, muda inteiramente; a

teoria da representação desaparece como fundamento geral de todas as ordens possíveis; a linguagem, por sua vez, como quadro espontâneo e quadriculado primeiro das coisas, como suplemento indispensável entre a representação e os seres, desvanece-se; uma historicidade profunda penetra no coração das coisas, isola-as e as define na sua coerência própria, impõe-lhes formas de ordem que são implicadas pela continuidade do tempo; a análise das trocas e da moeda cede lugar ao estudo da produção, a do organismo toma dianteira sobre a pesquisa dos caracteres taxinômicos; e, sobretudo, a linguagem perde seu lugar privilegiado e torna-se, por sua vez, uma figura coerente com a espessura de seu passado (p.12-13). A partir do século XIX a linguagem tornou-se um objeto do conhecimento entre tantos outros; é a linguagem tornada objeto para a filologia ⁴. O século XIX é também marcado por um florescimento acentuado das técnicas de exegese e a interpretação que se formou no século XIX descobre que antes da mais íntima de nossas palavras, somos dominados e perpassados pela linguagem (p.312-315).

Para Foucault, marca ainda o século XIX o aparecimento do homem: “antes do fim do século XVIII, o *homem* não existia; o homem não passa de uma invenção recente, uma figura que não tem dois séculos, uma simples dobra do nosso saber, e que desaparecerá desde que este houver encontrado uma forma nova” (p.324;13). A seguinte passagem resume as mudanças por ele apontadas e insere a figura do homem nesse contexto:

“Quando a história natural se torna biologia, quando a análise das riquezas se torna economia, quando sobretudo a reflexão sobre a linguagem se faz filologia e se desvanece esse *discurso* clássico onde o ser e a representação encontravam seu lugar-comum, então, no movimento profundo de uma tal mutação arqueológica, o homem aparece com sua posição ambígua de objeto para um saber e de sujeito que conhece” (p.328).

Foucault destrincha, enfim, as interrelações entre a linguagem, as ciências naturais e as ciências econômicas - entre “as palavras e (essas) coisas”.

Embora ele afirme no início do livro, como destacamos antes, que “a impressão que temos de um movimento quase ininterrupto da *ratio* européia desde o Renascimento até nossos dias não passe de um efeito de superfície”, ele próprio reconhece que “não é fácil estabelecer o estatuto das discontinuidades para a história em geral e menos ainda para a história do pensamento, pois todo limite não é mais talvez que um corte arbitrário num conjunto indefinidamente móvel” (p.65).

Mas é esse conjunto indefinidamente móvel, esse aspecto macroscópico, que nos interessa aqui, em contraste com o que Foucault chama de nível arqueológico. De fato, essa dimensão macro, invocada logo no início do livro, fica por vezes explícita e por outras implícita em “As palavras e as coisas”. Passagens como a que segue ilustram isso:

“Como pode ele (o homem) ser o sujeito de uma linguagem que, desde milênios, se formou sem ele, cujo sistema lhe escapa, cujo sentido dorme um sono quase invencível nas palavras que, por um instante, ele faz cintilar por seu discurso, e no interior da qual ele é, desde o início, obrigado a alojar sua fala e seu pensamento, como se estes nada mais fizessem senão animar por algum tempo um segmento nessa trama de possibilidades inumeráveis ?” (Foucault, 1992 p.339)

À essa trama de possibilidades inumeráveis corresponde uma trama também inumerável de matrizes de racionalidades - segmentos da Razão (no sentido mais amplo) que cintilam animados por algum tempo em “pensamentos” que cingem a Razão em diferentes matrizes e matizes. Foucault também afirma que os homens só têm acesso à história através do sistema de seus signos e que, é nesse laço da representação, das palavras e do espaço, que se forma silenciosamente o destino dos povos”, e ainda que “é no interior

da linguagem que nasce a possibilidade primeira mas indefinida do progresso” (p.129-130).

“As palavras e as coisas” não é um estudo que se dedique a essa faceta que conecta linguagem, pensamento e cultura em sua *démarche* histórica e epistemológica em seu ‘efeito de superfície’. Esse é entretanto o aspecto que mais nos interessa na medida em que aí se encontram os alicerces sobre os quais se erigiu a nossa cultura e com ela, nossa específica relação com o entorno.

Dentro do que Foucault esmiuça podemos encontrar os traços mais gerais da gênese da ciência como um todo, independentemente de ele chamar ‘vida’, ‘natureza’, ‘biologia’ ou ‘história natural’ e com ela, uma racionalidade específica. Muitos trechos, como o que segue, indicam isso claramente: “Destutt de Tracy observaria um dia que os melhores tratados de Lógica, no século XVIII, foram escritos por gramáticos: é que as prescrições da gramática eram de ordem analítica, não estética” (p.103). Essa afirmação demonstra o quanto se acham entrelaçadas linguagem, pensamento e ciência. É importante destacar ainda que o caráter analítico (em oposição ao sintético) subjacente à gramática e à Lógica, é o mesmo que caracteriza todo um corpo de conhecimento que é ocidental, sobretudo a ciência. Mas a principal ênfase de Foucault está nas rupturas.

Essas rupturas, entretanto, podem ser vistas de um outro ângulo epistemológico. O que ele destaca, por exemplo, como uma grande ruptura entre História Natural e Biologia (p.141), pode ser encarado também como uma etapa no progresso desse mesmo tipo de conhecimento. O exemplo da “taxinomia”, é emblemática nesse sentido: os caracteres visíveis ainda continuam a nortear a Biologia; eles não desapareceram, apenas perderam sua supremacia e isso aconteceu pela introdução de métodos mais sofisticados que foram

possíveis com o progresso técnico (como os microscópios). Mas ele enfatiza em diversos momentos (por exemplo p.232) que a visibilidade não tem mais papel e destaca a importância da função (p.280-283), a partir de Cuvier, para as classificações (a partir do não visível).

Ele também argumenta (p.159) que “no século XVI, a identidade das plantas e dos animais era assegurada pela marca positiva (...) de que eram portadores: o que, por exemplo, distinguia as diversas espécies de aves não eram as diferenças que havia *entre* elas, mas o fato de que esta caçava de noite, aquela vivia sobre a água, outra se alimentava de carne viva”. Mas tampouco isso é totalmente passado, já que a ecologia dos dias de hoje trata, entre coisas, de questões como essas. O conceito de “nicho ecológico”, na sua dimensão mais ampla, inclui considerações desse tipo (veja, por exemplo, o já citado *Glossário de Ecologia*; p.126-127).

Tampouco dá para concordar, sem nenhuma espécie de questionamento, o que ele destaca na p. 222: que o pensamento, a reflexão filosófica moderna traz de volta os temas e os métodos da *interpretação*. Será que a interpretação cessou realmente de existir, da forma marcada e estanque que argumenta Foucault, ou perguntado de outra forma: teria havido um retorno da interpretação, é isso que prevalece hoje ? Não teriam mudado, antes, as premissas sobre as quais a interpretação se fundamentava ? Essas diferentes premissas não seriam o reflexo de mudanças decorrentes de um novo *Lebenswelt* ?

Entre as p.234 e 235 ele de novo enfatiza que é simplista achar que esses novos domínios foram definidos a partir de uma maior objetividade no conhecimento, de um maior rigor científico. Mais uma vez, porém, ele não oferece nenhuma explicação e acrescenta que por estarmos ainda presos na sua abertura, esse acontecimento nos escapa

em grande parte, mas ele tampouco explica as rupturas dos outros períodos. As mudanças são descritas em passagens como:

“A dissociação entre o signo e a semelhança, no começo do século XVII, fez aparecer estas figuras novas que são a probabilidade, a análise, a combinatória, o sistema e a língua universal, como uma rede única de necessidades. E foi ela que tornou possíveis essas individualidades que chamamos Hobbes ou Berkeley ou Hume ou Condillac (p.73).

Mas ele não explica porque ou como houve essa dissociação. Por outro lado, as considerações de Foucault não fazem senão mostrar que diversas áreas da ciência caminharam na direção de uma ordem crescente (veja p.88-89; 162; 173 etc). Ele argumenta (p.241) que “*organização* se refere a uma nova positividade, associada não mais ao visível, mas a um princípio ou leis internas”, mas organização não se opõe à ordem. Na medida em que o conhecimento caminhou na direção da comparação e na ênfase em diferenças e identidades entre uma ou mais coisas, houve um incremento na idéia de ordem. Assim, não procede afirmar que “desaparece a procura da ordem como solo e fundamento de uma ciência geral da natureza” (p.284).

Ao detalhar tão exaustivamente as diferenças que marcam a *démarche* do conhecimento no Ocidente, Foucault não destaca a progressiva reificação sofrida pela própria linguagem e os paralelos entre esse processo e o erigir de uma certa racionalidade que inclui a ciência. Quando ele diz que “as ciências são línguas bem-feitas na mesma medida em que as línguas são ciências incultas” (p.102); se refere a uma língua bem-feita que é ciência (p.137); menciona (p.174) uma língua bem-feita universalmente válida e uma língua ‘malfeita’ que é a espontânea; ou ainda, quando fala em uma linguagem verdadeira a partir da qual é possível conhecer a natureza (p.177), ele confina essa questão central às

entrelinhas. Mas o que é uma língua bem-feita senão uma linguagem reificada onde as ambigüidades foram eliminadas ao máximo ? O que são as “palavras lisas, neutralizadas e fiéis” que ele diz que surgem na idade clássica para transcrever o olhar minucioso sobre as coisas, senão um crescente processo de reificação de uma linguagem que se torna bem-feita, que faz progredir a ciência, inclusive pela “eliminação do gosto e do sabor que com sua incerteza não permitem uma análise em termos universalmente aceitáveis?” (p.146). A própria taxonomia tem esta função (entre outras): a de atribuir um só nome (o nome científico) eliminando as ambigüidades e distorções oriundas das denominações vulgares.

Foucault vê, enfim, inversões radicais onde outros pensadores conceituados vêm um *continuum*, ainda que permeado, em maior ou menor medida, por rupturas. Capra (c1982, p.49-69), por exemplo, menciona basicamente as mesmas rupturas mencionadas por Foucault. Mas ele destaca de forma muito interessante a influência que o paradigma newtoniano-cartesiano exerce até hoje em nosso pensamento e em nosso mundo, algo que aparentemente estaria superado, na leitura de Foucault.

Também comentamos no primeiro capítulo, com Marcuse, que a racionalidade instrumental que caracteriza a ciência não pode transcender seu próprio *Lebenswelt*. Marcuse concorda com Husserl que a partir de Galileu o novo horizonte de pensamento instrumental foi de fato um novo horizonte. Mas ele discute essas mudanças (rupturas) junto com questões importantes que expressam um *continuum* ocidental, como a matematização da natureza (anterior às mudanças de paradigma do século XVI-XVII) e o fato de o método científico ter projetado e promovido, desde o início, um universo no qual a dominação da natureza permaneceu ligada à dominação do homem. É nesse sentido que ele argumenta que até mesmo as conquistas mais revolucionárias da ciência seriam apenas

construção e destruição em harmonia com uma experiência e uma organização específicas da realidade. A ciência propulsiona e amplia o mesmo universo histórico, a mesma experiência básica que conserva o mesmo *a priori* formal que favorece um conteúdo muito material e prático (Marcuse, 1982, p.157-160).

Também quando Foucault diz que o racionalismo só começa no século XVII e que o fim da metafísica foi um acontecimento paralelo ao aparecimento do homem, ele corrobora em parte o pensamento de Heidegger (como veremos em seguida), mas com uma fantástica defasagem de datas: o que Foucault situa nos séculos XVII e XIX, respectivamente, Heidegger situa já na Grécia de Platão e Aristóteles. Foucault (1992 p.358) argumenta enfim que “se a descoberta do Retorno é, realmente, o fim da filosofia, então o fim do homem é o retorno do começo da filosofia”. Mas não nos parece pertinente situar o fim da metafísica (a ‘ruína da filosofia’ a que se refere Heidegger) e o início do pensamento racional (que são eventos complementares) separadamente e apenas a partir do século XVII.

É possível que Foucault privilegie essa abordagem de grandes rupturas - as ‘racionalidades que logo se desvanecem’ - para escapar às metanarrativas. O termo ‘investigação arqueológica’ por ele usado e o nível de detalhamento por ele empreendido sugerem a tentativa de fazer uma abordagem mais ontológica do que epistemológica, o que combina bem com o *status* de pós-moderno que se lhe atribui. Harvey (1993 p. 49) argumenta que o fato espantoso sobre o pós-modernismo é sua aceitação do fragmentário, do descontínuo e do caótico. Ele comenta também que há uma recusa explícita, por parte de pensadores como Foucault e Lyotard de que possa haver qualquer forma de metalinguagem, metanarrativa ou metateoria capaz de explicar, conectar ou representar todas as coisas.

Talvez por isso Foucault critique os historiadores que se referem a um ‘modelo newtoniano’ ou ‘influência cartesiana’ como termos obscuros e vazios e diminua a importância do mecanicismo e da matematização do empírico⁵ para enfatizar que a relação mais forte que o saber do século XVII têm com a *máthêsis*, entendida como ciência universal da medida e da ordem (p.71-72). Mas aqui tampouco vemos uma ruptura ou grande incompatibilidade uma vez que ‘medida’ e ‘ordem’ se encontram no cerne do mecanicismo e da matematização do conhecimento (empírico ou não) em geral.

Vale ressaltar também que Foucault não escapa totalmente da utilização de ‘termos obscuros’. Ele usa termos como ‘campo epistêmico’, *máthêsis* etc, sem defini-los ou conceituá-los. Ele diz, por exemplo (p. 173), que “não se trata de uma racionalidade mais geral que imporia formas idênticas à reflexão sobre a gramática e à *taxinomia*. Mas sim uma disposição fundamental do saber (...)”. Nessa mesma página, ele chama também de “*a priori* histórico que recorta na experiência um campo de saber possível, (que) tampouco seria formado por um certo estado de conhecimentos, sedimentado no curso das idades precedentes”. Mas o que vem a ser uma ‘disposição fundamental do saber’ ou um ‘*a priori* histórico’ ? Ele evita atribuir as mudanças por ele discutidas a palavras como ‘racionalidade’, mas também sem precisar seu significado, fala de uma ‘disposição geral’ (p.223) subjacente ao pensamento e se refere, por exemplo, à palavra positividade (p.295) no sentido de campo do conhecimento e mais adiante (p.313), em solo de positividade com um sentido que mais parece com ‘racionalidade’. Mas o que mais nos interessa aqui não é a falta de clareza desses termos, mas o fato de que tudo isso vai contra os argumentos que postulam justamente o oposto: a existência de uma racionalidade geral subjacente à

linguagem (comunicação) e ao conhecimento, como veremos ao longo deste trabalho (especialmente capítulo V).

Temos ainda algumas outras discordâncias com Foucault. Uma delas é que ele não tece nenhuma correlação possível entre as palavras e as coisas das chamadas *hard sciences*. Mas sabemos que a Física, por exemplo, foi um dos campos que mais revolucionou a *epistémê* do conhecimento ocidental e a última revolução de paradigma nesse campo ocorreu no fim do século XIX, início deste, com a eletrodinâmica de Maxwell e a Física Quântica (veja Capra .c1982 p.27-95). Foucault parece desprezar totalmente esse acontecimento, uma vez que não se dedica sequer a mencioná-lo. Portanto sua afirmação de que “é com as matemáticas que as ciências humanas entretêm as relações mais claras, mais serenas e de certo modo mais transparentes” (p.368) é muito problemática porque não é seguida de uma discussão acerca do significado e das conseqüências da matematização do conhecimento em geral.

Finalmente, quando fala (p.390) em psicanálise e em etnologia, na penúltima sessão de seu livro, Foucault faz algumas considerações que são para nós da maior importância. Ele destaca (p.395) que “o problema geral de toda etnologia é exatamente aquele das relações entre a natureza e a cultura”, uma questão de fundamental importância nesta tese. Mas diferentemente de Goody (1979) e Certeau (1996), Foucault destaca sobretudo o lado “dourado” da etnologia, ou seja ele a descreve como “um campo de saber privilegiado; um tesouro inesgotável de experiências e conceitos permeado por um princípio de inquietude, crítica e contestação”. Ele afirma também (p.393) que “a etnologia é tradicionalmente o conhecimento dos povos sem história”, mas não se aprofunda no significado desse ‘sem história’. Ele diz que “a etnologia (...) interroga não o próprio homem (...) mas a região

que torna possível um saber sobre o homem” (p.395), mas é precisamente com relação a esse aspecto que Certeau e Goody (capítulo V) dizem que a etnologia deixa a desejar. Nessa mesma página ele parece contestar o que disse antes: “(...) a etnologia aloja-se no interior da relação singular que a *ratio* ocidental estabelece com todas outras culturas; e, a partir daí, ela traça o contorno das representações que os homens, numa civilização, se podem dar de si mesmos, de sua vida, de suas necessidades, das significações depositadas em sua linguagem”. Por um lado ele reconhece, aparentemente, que existe uma *ratio* ocidental como ponto de partida. Por outro, não explora os eventuais problemas decorrentes disso, ou seja, a de que essa *ratio* ocidental possa se constituir em uma limitação nesse campo de estudo.

Contudo, muito do que é argumentado por Foucault acaba por corroborar a idéia de uma progressiva reificação da comunicação e conseqüentemente do próprio conhecimento, embora ele não coloque a questão nesses termos. E isso se reflete na relação com as próprias coisas.

Encerramos esta seção com uma indagação de Foucault (p.355) que se encontra relacionada tanto com o método, quanto com o cerne desta tese:

“Será nossa tarefa no porvir a de avançarmos em direção a um modo de pensamento, desconhecido até o presente em nossa cultura, e que permitiria refletir ao mesmo tempo, sem descontinuidade nem contradição, sobre o ser do homem e sobre o ser da linguagem ?”

A essa questão ele responde com uma reflexão que afirma que isso pode ser possível, mas ele enfatiza que “na abertura indelével em que existimos e falamos se encontra excluído o direito de pensar ao mesmo tempo o ser do homem e o ser da linguagem, ou seja, na cultura ocidental, o ser do homem e o ser da linguagem jamais

conseguiram coexistir; sua incompatibilidade foi um dos traços fundamentais do nosso pensamento” (cf. Foucault, 1992 p.355).

É interessante notar que Heidegger destaca que a atitude fundamental do espírito ocidental se designa pela separação entre o ‘Ser’ e ‘Pensar’ e que o pensar está ligado à linguagem, ao *logos*. Pensamento, conhecimento e linguagem estão portanto inextricavelmente interrelacionados.

III.3. Heidegger e a ruptura entre *physis* e *Logos*

É Heidegger quem nos fala sobre a mais profunda e primeira conexão entre as “palavras e as coisas”. Essa conexão primeva é de fundamental importância, pois é a partir dela que podemos compreender a ruptura entre *physis* e *logos*, o ponto inicial na *démarche* da comunicação no Ocidente e sua interrelação com a questão ambiental ⁶.

Heidegger argumenta que no tempo do primeiro e decisivo desabrochar da filosofia ocidental entre os gregos, por quem a investigação do ente como tal na totalidade teve seu verdadeiro princípio, chamava-se o ente de *physis*. Essa palavra fundamental, com que os gregos designavam o ente, costuma-se traduzir com ‘natureza’. Usa-se a tradução latina ‘natura’, que propriamente significa ‘nascer’, ‘nascimento’. Todavia já com essa simples tradução latina se distorceu o conteúdo originário da palavra grega *physis*; destruiu-se a força evocativa, filosófica da palavra. E isso não vale apenas para a tradução latina dessa palavra, mas também de todas as outras traduções da linguagem filosófica da Grécia para a de Roma. (p.43-44).

A *physis*, entendida como sair e brotar, pode-se experimentá-la em toda a parte: nos fenômenos celestes (nascer do sol), nas ondas do mar, no crescimento das plantas, no nascimento dos animais e dos homens. Entretanto, *physis*, o vigor dominante, que brota, não se identifica com esses fenômenos que ainda hoje consideramos pertencentes à 'natureza'. Os gregos não experimentaram o que seja a *physis* nos fenômenos naturais. Muito pelo contrário: por força de uma experiência fundamental do Ser, facultada pela poesia e pelo pensamento, se lhes des-velou o que haviam de chamar *physis*. Somente em razão desse des-velamento puderam então ter olhos para a natureza em sentido estrito. *Physis* significa portanto, originariamente, o céu e a terra, a pedra e a planta, tanto o animal como o homem e a História humana, enquanto obra dos homens e dos deuses, finalmente e em primeiro lugar os próprios deuses, submetidos ao Destino. A *physis* é o Ser mesmo em virtude do qual o ente se torna e permanece observável ⁷ (p.44-45).

Heidegger comenta que a *physis* era portanto o ente como tal, em sua totalidade, mas desde cedo, na filosofia grega, se introduziu uma restrição da palavra. Mas essa restrição da *physis*, na direção do 'físico' não se deu do modo que hoje imaginamos. *Physis* se restringe a partir de sua oposição à *techne* - que não significa nem arte nem técnica e sim um *saber*, a disposição competente de instituições e planejamentos bem como o domínio dos mesmos (Heidegger apud Platão in *Fedro*). A *techne* é criação e construção, enquanto produção ⁸ sapiente. Produção é a instauração de vigor, que leva o modo de ser de algum ente para a frente da presença histórica (p.46).

Ora, *physis* significa o surgir emergente que brota, o desabrochar e desprender-se que em si mesmo permanece. A partir de uma unidade originária se incluem e manifestam nesse vigor repouso e movimento. No vigor, que no desabrochar se conserva, estão

incluídos tanto o 'vir-a-ser' como o 'ser', o último entendido no sentido restrito de permanência estática. É a presença dominante, ainda não dominada pelo pensamento, nos esclarece Heidegger (p.45; 89). Ele nos fala ainda da íntima conexão entre Ser e Aparência: para os gregos, o Ser se revela como *physis*, se essencializa como *physis*. O vigor imperante, que surge e brota, é aparecer, sair da dimensão do velado, do coberto. A verdade pertence à essencialização do Ser e o Ser se essencializa como *physis* (p.128-129). Heidegger comenta que a unidade e o conflito entre o Ser e a Aparência exercem originariamente no pensamento dos primeiros pensadores gregos uma força poderosa. Apenas entre os sofistas e em Platão, a aparência se viu declarada simples aparência e assim rebaixada. Concomitantemente o Ser se desloca, como *idea*, para um lugar supra-sensível (p.132-133).

Nesse ponto adentramos a discussão sobre a interrelação entre *logos* e *physis* ⁹. Heidegger questiona o significado de 'Lógica' e comenta que o título é uma expressão abreviada de *logike episteme*, ciência do *logos*. E *logos* significa aqui enunciado, proposição e todavia, a lógica deve ser a doutrina do pensar. Por que, então, pergunta ele, é a ciência da proposição, ou por que o pensar se determina a partir do enunciado? Isso não se entende, de forma alguma, por si mesmo. A 'lógica' e o 'lógico' não constituem sem mais nem menos, como se não houvesse outra possibilidade, os modos exclusivos de toda determinação do pensar. Por outro lado, não foi um mero acaso o fato de a doutrina do pensar haver chegado a ser a 'Lógica' (p.145-146). Ele então se pergunta: desde quando existe a lógica, que ainda hoje determina todo o nosso pensar e dizer e que, desde cedo, vem condeterminando essencialmente a concepção gramatical da língua e com isso a

posição fundamental do Ocidente frente à linguagem ? E desde quando se iniciou a formação da lógica ?

Para ele, isso aconteceu desde quando a filosofia grega entrou em seu fim, convertendo-se numa atribuição das escolas, da organização e da técnica. Isso se deu quando o *eon*, o Ser do ente, aparece como idéia, como destacado antes, e como tal, se tornou o 'ob-jeto' da *episteme*. A lógica se originou no círculo das atividades didáticas das escolas platônico-aristotélicas. É uma invenção dos mestres de escola, não dos filósofos. E sempre que os filósofos dela se ocuparam, fizeram-no por preocupações mais originárias e não no interesse da lógica (p.146).

Ele destaca ainda que *logos* significa a palavra, o discurso e *legein* significa falar. Mas originariamente *logos* não significa discurso nem dizer algum, nenhuma referência imediata à linguagem. *Lesen* significa pôr uma coisa ao lado da outra, coligir, reunir, juntar num conjunto. Coligindo colhendo, ao mesmo tempo se seleciona, se distingue e separa uma coisa da outra ¹⁰. Nesse sentido usam os matemáticos gregos a palavra *logos*. Uma coleção numismática não é um simples amontoado de moedas ajuntadas de qualquer maneira. O termo *logos* mesmo muito tempo depois de significar discurso e enunciação ainda conservou o sentido de 'relação de uma coisa com outra'(p.149-150).

Heidegger discute (p.150-152) a conexão entre Ser e *logos* e *logos* e *physis*. Ele destaca que ao *logos* pertence a constância, o permanecer; *logos* significa a unidade de reunião constante. Mais adiante, ele traça um paralelo entre a separação de *physis* e *logos* e Ser e Pensar, e destaca que a atitude fundamental do espírito ocidental se designa pela separação entre o 'Ser' e 'Pensar' (p.160;168). Ele também comenta (p.189) que a percepção não é um mero dado psíquico, ela possui uma comunidade interna de

essencialização com o *logos*; esse é para ela uma necessidade. O *logos* institui e funda a Essencialização da linguagem e como tal, é o que funda a existência Histórica do homem ¹¹.

Heidegger se pergunta de onde poderá ter recebido a palavra *legein*, reunir, o significado de manifestar (des-ocultar) em oposição a ocultar, senão em razão de sua referência essencial com o *logos* no sentido de *physis*? Ele argumenta que o *logos*, como reunião re-velante na qual o Ser é con-juntura no sentido da *physis*, se torna a necessidade da essencialização do homem Histórico. Daqui basta apenas um passo para se compreender, como o *logos* assim entendido, determina a essencialização da linguagem e chega a ser o nome do discurso. O ser do homem, em sua essencialização que instaura o acontecer Histórico, é *logos* reunião e percepção do ser do ente. Ora, no Canto do Coro da 'Antígone' de Sófocles, auscultamos que, juntamente com a irrupção no Ser, se dá o prender-se e encontrar-se na palavra; acontece a linguagem (p.191-192). Ele argumenta que a palavra (ou seja o nomear) repõe o ente, que se abre e manifesta, em seu ser, o retém e conserva nessa abertura, delimitação e consistência; e que o *logos*, como acontecimento da reunião, se torna o que funda o ser do homem (Heidegger, 1969 p.193-195). A diversificação originária de *logos* e *physis* levou à apostasia do *logos* que se tornou o ponto de partida para a edificação do predomínio da razão. Essa apostasia de *logos* se dá ainda dentro da filosofia grega e determina o seu fim (p. 199).

Heidegger analisa como se deu a apostasia e a primazia do *logos* frente ao Ser e como se processou a configuração decisiva da separação de Ser e Pensar. Para ele, essas questões devem ser analisadas no contexto da relação entre *logos* e *physis* no fim da filosofia grega (em Platão e Aristóteles), no entendimento que se tem então de *physis* e no papel que assume o *logos* (p.200).

Com relação às questões acima, ele argumenta que no fim surge, como nome normativo e predominante do Ser, a palavra *idea, eidos*, 'idéia'. Desde então a interpretação do Ser como idéia domina todo o pensar ocidental, por através da história de suas transformações, até os dias de hoje. Sobre o que significa ter Platão interpretado a *physis* como *idea*, ele comenta que essa interpretação da realidade, do ser em sentido absoluto como idéia impregna a filosofia de Hegel, muitos pensadores modernos e mesmo a escolástica medieval, mas que é preciso, para compreender de fato essas mudanças ir ao princípio da filosofia grega. Só assim é possível medir a distância entre a interpretação do Ser como *physis* e a interpretação do Ser como *idea* (p.200).

A palavra, *idea* significa o visto no visível, o visto que alguma coisa oferece. O que se oferece, é o aspecto (*Aussehen*), *eidos*, dó que vem ao encontro. O aspecto de uma coisa constitui aquilo em que ela se nos apresenta. Tal estar é a consistência do que surgiu e brotou a partir de si mesmo; é a consistência da *physis*. Aqui também se oculta e esconde a origem da distinção subsequente entre *essentia* e *existentia*. A idéia se constitui assim o Ser do ente. *Idea* e *eidos* se empregam aqui num sentido mais amplo, não só para o que se vê com os olhos do corpo, mas para tudo que se pode perceber: o que um ente é reside em seu aspecto. Não se pode negar que a interpretação do Ser, como *idea* resulte e provenha da experiência fundamental do Ser como *physis*. Mas o decisivo não é ter sido caracterizada a *physis* como *idea* mas a *idea* se haver apresentado e imposto como a interpretação única e normativa do Ser (p.201-202).

Existe uma distância entre as duas interpretações do Ser como *physis* e como *idea*. Enquanto vigor nascente, a *physis* também é um aparecer, mas é também um estar em si mesmo, é a consistência. Já a *idea* é o aspecto, entendido como o que é visto. Em ambos há

um aparecer. Mas o primeiro ocupa e conquista um espaço; cria para si um espaço. O segundo aparecer surge e se apresenta de um espaço já pronto e é visto pela visão dentro das dimensões já estruturadas desse espaço. Enquanto o primeiro é o que pela primeira vez, rasga e abre, o segundo dá os contornos e as dimensões do espaço já aberto (p. 203).

O Ser como idéia se converte no ente mesmo; o que antes imperava no vigor, degrada-se no que Platão chama *me on*, no que propriamente não devia ser e também propriamente não é, pois ele desfigura sempre a idéia, configurando-a na matéria. Além disso, a *idea* se torna o *paradeigma*, a figura exemplar. A idéia se converte em ideal. Estabelece-se um abismo entre a idéia - como o ente propriamente, a figura exemplar e originária - e o não-ente, o exemplo configurado e imitado. O aparecer recebe então da Idéia um outro sentido: o que aparece já não é a *physis*, o vigor imperante, nem tampouco o mostrar-se do aspecto, mas o surgir da cópia, do exemplo. A verdade da *physis*, a *aletheia*, entendida como re-velação do vigor que brota torna-se *homoiosis* e *mimesis*, conveniência e adequação. A transformação do Ser em *idea* provoca uma das formas essenciais em que se move o acontecer Histórico do Ocidente ¹² (p.204-205).

Heidegger (p.205-206) analisa então o que acontece com *logos* em decorrência dessa transformação, pois a abertura e manifestação do ente se dá no *logos*, entendido como reunião. Isso se processa na linguagem e por isso o *logos* se torna a determinação normativa da essencialização do discurso. A linguagem guarda e conserva; o que se diz pode ser dito e redito adiante. O redizer pode entretanto se converter num mero recitar, na *glossa*, por isso a decisão sobre a verdade se situa numa disputa entre o dizer correto e o mero recitar. É assim que o *logos* se torna o âmbito do que se decide sobre a verdade. No princípio entendido como reunião, o *logos* é o acontecer da re-velação, nela se funda e a ela serve.

Mas depois, entendido como enunciado, o *logos* se torna o lugar da verdade, no sentido de correção. A verdade se torna uma propriedade de *logos* e dessa forma, transformada em propriedade do enunciado, muda a sua essencialização. O *logos* se livra da detenção originária do acontecimento da re-velação, para a partir e em função de si mesmo decidir sobre a verdade e o ente. O *logos* tomado como enunciado se diversifica e se contrapõe à *physis*, surge e se impõe como domínio decisivo, que passa a ser o lugar originário das determinações do ser.

Na forma de enunciado o *logos* tornou-se em si mesmo algo objetivamente dado, passível de manipulação e manuseio na obtenção da verdade entendida como correção; ele se torna um instrumento na conquista da verdade. A transformação da *physis* em *eidōs* e do *logos* em *kategorēin* excluem a abertura e manifestação originárias do ser do ente. O verdadeiro, como correto, vai se difundindo e expandindo por meio das discussões, do ensino e das prescrições. Soa a hora do nascimento da lógica¹³. A *physis* se converte em *idea* (*paradeigma*) e a verdade em correção. O *logos* se faz enunciado, o lugar da verdade enquanto correção, a origem das categorias, o princípio fundamental das possibilidades do Ser (p.207-208).

O dado objetivo se antepõe à re-velação, como o enunciado re-presentativo a precede. Aí está a ruína da re-velação. Esse acontecimento da transformação da re-velação pela dis-torção em não-distorção e dessa em correção deve ser considerado conjuntamente com a transformação da *physis* em *idea*, do *logos* como reunião, no *logos* como enunciado. Se elabora então para o próprio Ser aquela interpretação definitiva que a palavra *ousia*¹⁴ solidifica e consolida (p.209-211). Em suma,

“Idéia’ e ‘categoria’ serão no futuro os dois títulos a que se submeterá o pensar, o fazer e o julgar, toda a existência do Ocidente. A transformação de *physis* e *logos* e com isso a transformação de suas referências recíprocas é uma decadência do princípio originário e principiativo. A filosofia grega chega, assim a predominar no Ocidente não a partir de seu princípio originário mas a partir do fim de seu princípio, que em Hegel atingiu a sua grandiosa e definitiva plenitude” (Heidegger, 1969 p. 208).

Podemos observar, nos argumentos de Heidegger, duas questões muito importantes neste trabalho: a delimitação e a reificação subjacentes ao desdobramento dos conceitos de *physis* e *logos*.

É interessante notar que a *physis*, no sentido original, não era dominada pelo pensamento. E que esse sentido original, abrangente, sofreu uma restrição na direção do físico por oposição a uma *techne*, no sentido de saber que funda o homem como ser histórico. Esse processo tem início em Platão, quando o Ser do ente aparece como *Idea*, a qual possibilita uma outra experiência da *physis*, no sentido físico. Em outras palavras, somente em razão desse des-velamento foi possível uma natureza em sentido estrito. E isso acontece na linguagem. A palavra retém e conserva o ente nessa abertura, delimitação e consistência; a manifestação do ente se dá no *logos* como reunião e isso se processa na linguagem, mas o *logos* como reunião e re-velação se transforma em enunciado, o lugar da verdade. O *logos*, a partir e em função de si mesmo, decide sobre a verdade e o ente. A diversificação originária de *logos* e *physis* levou à apostasia do *logos* que se tornou o ponto de partida para a edificação do domínio da razão ¹⁵. É este *logos*, algo objetivamente dado, passível de manipulação e manuseio na obtenção da verdade que se contrapõe à *physis*. E o *logos* como enunciado vem a se constituir no modo ocidental de conhecer o entorno.

Heidegger argumenta que a interpretação platônica do Ser como *Idea* levou a um paradigma, a um ideal normativo que passou a dominar todo o pensar ocidental. Ele enfatiza também que o decisivo não é ter sido caracterizada a *physis* como *idea* mas a *idea* se haver apresentado e imposto como a interpretação única e normativa do Ser. Aqui há duas questões interessantes. Uma delas é que o próprio Platão afirmava que o *me on* desfigura a idéia em matéria e isso nada mais é do que uma reificação e uma delimitação. Ainda, a interpretação do Ser como *Idea* se apresenta num espaço já pronto, dentro de dimensões já estruturadas. A afirmação de que ao *logos* pertence a constância, a permanência, corrobora essa delimitação e reificação desse espaço que é o mundo visto dentro de um arcabouço enformado pela linguagem e por um pensamento lógico.

De fato, Heidegger (1969 p.225) argumenta que “guiado pelo *Logos* no sentido de enunciado, o pensar proporciona e mantém a perspectiva em que se considera o Ser”. E mais, em decorrência disso, o aparecer não é mais a *physis* mas um surgir a partir de uma cópia, de um simulacro. Essa afirmação parece fazer muito sentido uma vez que a “verdade”, a “*aletheia*” da ciência sempre foi adequação. Esse é um exemplo contundente da afirmação de Heidegger de que a transformação do Ser em *idea* provoca uma das formas essenciais em que se move o acontecer Histórico do Ocidente.

É interessante também o paralelo entre a separação de *physis e logos* e Ser e Pensar, e o destaque de Heidegger de que a atitude fundamental do espírito ocidental se designa pela separação entre o ‘Ser’ e ‘Pensar’ (p.160;168).

Heidegger também argumenta que *logos*, que em princípio significa reunião, recebe o sentido de des-velar em razão de sua referência com o *logos* no sentido de *physis*. É certo concordar com esse argumento de Heidegger, mas veremos com Goody (capítulo

V), que escrita e lógica se encontram inextricavelmente interrelacionadas. Goody argumenta que o próprio ato de reunir coisas - na escrita - leva a uma seleção que funda um saber (uma lógica, diz ele) e uma certa racionalidade ¹⁶. E, embora Heidegger não mencione, o mundo de Platão foi marcado pela transição do oral ao escrito. As considerações de Heidegger lançam, enfim, luzes fundamentais sobre a discussão central desta tese.

Como introdução ao próximo capítulo, destacamos a seguinte pergunta de Heidegger: em que se funda o poderio sempre crescente do lógico? Vimos que ele destaca que ao *logos* pertence a constância, o permanecer; *logos* significa a unidade de reunião constante. Não seria essa característica de *logos* uma capacidade de criar a partir de sua propriedade de reificação? Herbert Read corrobora nosso argumento: em seu artigo “La renuncia a la palabra” ¹⁷, ele destaca que segundo Heidegger, *logos* significa precisamente o que ele chama de reificação. Vejamos então a interrelação entre reificação e *logos*, e o que é talvez mais importante: o que essa interrelação tem a ver com o que chamamos de cultura.

Notas

(1): Para Foucault a modernidade se inicia no século XIX, diferentemente de Certeau que a situa a partir dos séculos XVII e XVIII (veja nota 13 cap I). Também diferentemente de Certeau e McLuhan (1977), ele afirma que a modernidade começa paralelamente ao aparecimento desse homem um “estranho duplo empírico transcendental” (Foucault, 1992 p.333-334). Foucault identifica a essência do pensamento moderno com o estruturalismo que, segundo ele, não é um método novo, mas a “consciência desperta e inquieta do saber moderno” (p.222).

(2) Foucault (1992 p.42) argumenta que é preciso que as similitudes submersas estejam assinaladas na superfície das coisas, ou seja, que haja uma marca visível das analogias invisíveis.

(3): A palavra taxonomia é definida como “teoria e prática da descrição, nomenclatura e classificação dos organismos e solos” (segundo a 1ª edição do *Glossário de Ecologia*, publicação nº 57 da “Academia de Ciências do Estado de São Paulo” - ACIESP -, 1987, p.165). A variante “taxinomia” será mantida nesta tese somente quando se tratar de citação de Foucault.

(4): Foucault comenta (p.63) que “Dom Quixote”, de Cervantes, é a primeira das obras modernas. Sua verdade não está na relação das palavras com o mundo, mas nessa tênue e constante relação que as marcas verbais tecem de si para si mesmas. As palavras acabam de se fechar na sua natureza de signos.

(5): Aqui, entretanto, vale destacar que diversas áreas do conhecimento se encontram fortemente impregnadas de linguagens matemáticas e marcadas pelo mecanicismo. Diversos autores destacam isso (por exemplo, Capra c1982, como mencionamos). Vale também ressaltar que Foucault se refere (p.231) a uma “descontinuidade nos últimos anos do século XVIII tão enigmática quanto a que separa os círculos de Paracelso da ordem cartesiana”. Assim ele acaba por usar os mesmos referenciais por ele criticados.

(6): Essa discussão se constitui na base do que será tratado sobretudo nos próximos dois capítulos. Vale destacar que Gonçalves (1989 p.28-36) também faz uma revisão do conceito de *physis* que é interessante para este trabalho. Ele argumenta que “pensando a *physis*, o filósofo pré-socrático pensa o ser e a partir da *physis* pode então chegar a uma compreensão da totalidade do real: do cosmos, dos deuses e das coisas particulares, do homem e da

verdade, do movimento e da mudança, do animado e do inanimado, do comportamento humano e da sabedoria, da política e da justiça” (cf. Gonçalves, 1989 p.31). Na idéia de *physis* não havia portanto as dicotomias *res cogitans-res extensa*, homem-natureza, sujeito-objeto ou biótico-abiótico, que caracterizam o nosso conceito ocidental de entorno que é o de uma natureza-recurso. E era precisamente essa fluidez e abrangência que a tornava pouco reificada.

(7): “Ao físico opomos o ‘psíquico’, o anímico, o animado, o vivente. Sem embargo tudo isso, mesmo para os gregos posteriores, ainda pertencia à *physis*” (Heidegger, 1969 p.46).

(8): O tradutor esclarece numa nota que a produção aqui tem um sentido etimológico e não econômico.

(9): Heidegger discute na p. 148 a conexão originária entre Ser, *physis* e *logos*.

(10): Também Goody argumenta no capítulo V (p.12) que esse reunir, esse juntar num conjunto, através da escrita de fato leva a uma seleção.

(11): No capítulo que segue veremos como são próximos os argumentos de Heidegger e de d’Aquili (1972), um autor que discute os determinantes biopsicológicos da cultura, no que tange à essa questão. O que d’Aquili destaca como interação entre a matriz cognitiva e a habilidade para pensar e conceitualizar simbolicamente, é, em outras palavras, essa interação entre a percepção e o *logos* de que fala Heidegger (veja por exemplo nota 1, cap.IV).

(12): O fundamento de toda a taxonomia ainda é o do “tipo”, o paradigma, no sentido de figura exemplar. Veja Levins & Lewontin, 1985 p.29-31.

(13): Heidegger (p.207) diz que não sem razão a filosofia antiga reuniu os tratados de Aristóteles que se referem ao *Logos* sob o título de *Organon* (instrumento). É que neles a lógica já se encontra concluída e terminada em seus caracteres fundamentais. Veja também capítulo V, p.12.

(14): “O título principal, o que quer dizer, a interpretação normativa do ser do ente, é a *ousia*. Como conceito filosófico, significa *ousia* apresentação consistente (*Anwesenheit*). Todavia (...) começou a transformação da *ousia* em substância. É esse o sentido corrente de *ousia* na Idade Média e Moderna até hoje. A partir do conceito de substância - do qual o conceito de função é apenas uma subespécie matemática - se interpreta retrospectivamente a Filosofia Grega, o que, no fundo, significa: se falsifica” (Heidegger, 1972 p.212).

(15): É por isso que é possível justificar qualquer coisa pela Razão, menos o seu próprio fundamento.

(16): Mais tarde veremos, com Goody (1979) e Certeau (1996), como ciência e escrita estão interrelacionadas.

(17): O artigo mencionado foi publicado originalmente na revista internacional *Folia Humanística*, em maio de 1966 e reproduzido posteriormente em *Polémica*, Barcelona, junho de 1984.

CAPÍTULO IV

REIFICAÇÃO E COMUNICAÇÃO

IV.1. Introdução

Na discussão sobre o método procuramos mostrar a importância de um “navegar” no tempo, em se tratando de construções inter ou transdisciplinares do conhecimento. Antes de iniciar, portanto, qualquer argumento neste capítulo, é preciso resgatar a idéia de que “a história do homem sobre a Terra se caracteriza por uma progressiva ruptura entre o homem e o entorno” (Santos 1994 p.17). Essa idéia não nos lança somente nesse navegar no tempo: ela se constitui numa espécie de “tema recorrente” desta tese.

Neste capítulo nossos argumentos se direcionarão no sentido de mostrar que essa ruptura com o entorno é também a história de um processo de reificação cada vez mais intenso e abrangente. Ou seja, a ruptura com o entorno e a reificação, apesar de serem processos distintos, cada qual com suas particularidades, caminham a passos tão próximos que é possível afirmar que eles se (con)fundem.

Reificar, genericamente, significa “converter (pessoa, conceito abstrato) em coisa, materializar” (Oxford Dictionary). No “Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa”, a palavra reificação aparece associada a um contexto filosófico com a seguinte explicação: “no processo de alienação, o momento em que a característica de ser uma ‘coisa’ se torna típica da realidade objetiva [cf. alienação e objetivação]”.

Embora a reificação em algum grau seja uma condição *sine qua non* para a gênese da cultura no sentido amplo e, portanto, uma característica do “ser” humano, como

veremos adiante, o processo de reificação se tornou uma feição típica da cultura ocidental e industrial e tem se estendido de forma intensa sobre todos os domínios do conhecimento em nossa sociedade. E, como parte intrínseca da construção deste conhecimento específico, gera as características mais marcantes da racionalidade deste final de século.

Em um interessantíssimo artigo sobre o determinismo neurogenético, o neurocientista Steven Rose aponta o papel da reificação na formação da racionalidade científica hegemônica - no caso, um pensamento determinista - nesse campo do conhecimento. Ele argumenta que

“a ‘reificação’ (ou ‘coisificação’), que é o primeiro passo da cascata reducionista que caracteriza todo pensamento determinista, converte um processo dinâmico em um fenômeno estático. Dessa forma, a violência (por exemplo), ao invés de definir uma atividade ou uma ação entre pessoas, ou mesmo entre uma pessoa e o mundo natural, torna-se um ‘personagem’ - a agressão -, algo que pode ser abstraído do sistema dinamicamente interativo no qual aparece, e estudado em separado.(...) Entretanto, se a atividade descrita pelo termo ‘violência’ só pode ser expressa em uma interação entre indivíduos, então reificar o processo é fazer com que ele perca seu significado” (cf. Rose, 1997 p.22-23; grifos nossos).

IV.2. Reificação, comunicação e cultura

“Pode-se dizer que existe comunicação entre dois organismos quando uma alteração de estado ou de comportamento de um, pode ser sistematicamente correlacionada com um específico estado ou comportamento do outro. Assume-se uma relação causal subjacente à correlação em mudanças comportamentais durante a comunicação. Essa relação implica na existência de um sistema sinalizador operando de acordo com leis físicas, químicas e biológicas, através das quais a informação passa” (d’Aquili, 1972 p.12).

“Abelhas e formigas ilustram a extrema dependência de qualquer comunicação sobre circunstâncias ambientais do emissor do sinal e também da completa predictabilidade da resposta. A progressiva evolução na indeterminação da comunicação corresponde à evolução de estruturas neurais que, em maior ou menor extensão, interrompem o *continuum* percepção-resposta. Assim, a comunicação de primatas não humanos compreende um sistema menos determinado ou ‘espontâneo’ do que a comunicação entre os insetos, mas é o desenvolvimento da fala humana que representa o mais alto nível de integração da matriz cognitiva¹. A comunicação humana é de um tipo diferente da animal, pois se baseia em estruturas morfológicas diferentes e expressa conceptualização através de símbolos arbitrários (se caracteriza pela sintaxe e pela semântica, diferentemente da primata não humana). Por meio dessa qualidade, **a fala humana se liberta do ambiente e das circunstâncias espacio-temporais imediatas e com isso se torna o primeiro veículo na história do mundo apropriado tanto para a formação quanto para a transmissão da cultura.** Linguagem e cultura², embora teoricamente distintas, são absolutamente inseparáveis” (grifos nossos; cf. d’Aquili, 1972 p.13-23).

“A conceptualização, ou a objetificação da experiência imediata é provavelmente o desenvolvimento evolutivo mais importante na gênese da cultura, pois a conceptualização liberta o homem da necessidade constante de reagir à experiência imediata. Só em um mundo que se tornou objetificado pode o pensamento racional começar. Ordenar a realidade racionalmente significou que os elementos do pensamento começaram a ser ordenados conceitualmente em termos de espaço, tempo, quantidade, qualidade e causalidade. E o pensamento racional conferiu uma tremenda vantagem evolutiva ao homem, pois registrando os elementos do ambiente através de formas causais ou conceituais, o homem

primitivo podia avaliar perigos que não estavam presentes imediatamente e formar expectativas de suas ações”(cf. d’Aquili 1972 p.10-25).

Cassirer também (1992 p.43-44) argumenta que “todo trabalho intelectual que o espírito executa, ao enformar impressões particulares em representações e conceitos gerais, visa essencialmente a romper o isolamento do dado ‘aqui e agora’, para relacioná-lo com outra coisa e reuni-lo aos demais numa ordem inclusiva, na unidade de um ‘sistema’”.

d’Aquili se refere a uma ‘explosão’ da cultura no Pleistoceno ³, pois uma vez que uma linguagem natural se desenvolveu, ela provavelmente proporcionou um *feedback* de mudanças na forma do pensamento espontâneo. “Em pouco tempo a maior parte do *input* do sistema passou a ser constituído de elementos condicionados culturalmente e de uma porção cada vez menor de estímulos do ambiente natural, fazendo com que a taxa de progresso fosse geométrica. Isso é fácil de entender pois a linguagem facilita o pensamento, já que algumas palavras podem ser aprendidas por definição (por outras palavras) em vez de por referência a objetos que elas denotam ⁴ no mundo externo. O efeito da linguagem sobre o pensamento é tão grande que pode-se dizer que o pensamento é derivado da linguagem e não vice versa” (cf. d’Aquili, 1972 p.11-23). Nós diríamos que são inseparáveis (veja capítulo V).

Poderíamos nos referir a essa “explosão” da cultura no Pleistoceno como uma “proto-ruptura” com o entorno, como uma espécie de marco nesse processo que na verdade é contínuo ? Apesar de ser uma pergunta de difícil resposta, no artigo de d’Aquili fica claro que o processo de conceptualização (subjacente ao binômio linguagem-cultura) envolve uma reificação, uma objetificação e uma ruptura com o entorno mais imediato.

Vejam como ele coloca essa questão citando uma passagem que encerra paralelos muito interessantes com as considerações que Steven Rose teceu acerca da reificação.

d'Aquili (1972 p. 09) afirma que a mais importante função da ação mental dos níveis superiores é a conceitualização, que pode ser definida como o processo pelo qual os atributos de um objeto são reificados. Ele usa o exemplo de um sentimento de ódio, ressaltando que estamos falando a respeito da qualidade ou atributo de uma pessoa em um dado momento no tempo, mas que o 'ódio', como tal, não é uma realidade fora de seres humanos ou animais com ódio. No entanto, essa experiência subjetiva imediata é alimentada na nossa matriz cognitiva e uma vez submetida a níveis mais elevados de integração, emerge como uma coisa, 'ódio'. O processo de reificação - ou, o fazer coisas (conceitos) a partir de qualidades, pode ser aplicado a qualidades de objetos externos assim como aos nossos estados de sentimento internos, conclui ele.

Mas se a linguagem é uma primeira reificação, é certamente na palavra escrita que essa reificação se torna mais intensa, pois como afirma Hanna Arendt (1983 p. 106-107).

“Vistos (...) em sua qualidade mundana, a ação, o discurso e o pensamento têm muito mais em comum entre si que qualquer um deles tem com o trabalho ou o labor. Em si, não ‘produzem’ nem geram coisa alguma: são tão fúteis quanto a própria vida. Para que se tornem coisas mundanas, isto é, feitos, fatos, eventos e organizações de pensamentos ou idéias, devem primeiro ser vistos, ouvidos e lembrados, e em seguida transformados, ‘coisificados’, por assim dizer - em ditos poéticos, na página escrita ou no livro impresso, em pintura ou escultura, em algum tipo de registro, documento ou monumento. Todo o mundo fatural dos negócios humanos depende (...) em primeiro lugar da presença de outros que tenham visto e ouvido e que lembrarão; e em segundo lugar, da transformação do intangível na tangibilidade das coisas. Sem a lembrança e sem a reificação de que a lembrança necessita para sua própria realização (...) as atividades vivas da ação, do discurso e do pensamento perderiam sua realidade ao fim de cada processo e desapareceriam como se nunca houvessem existido. A materialização que eles devem sofrer para que permaneçam

no mundo ocorre ao preço de que sempre a 'letra morta' substitui algo que nasceu do 'espírito vivo', e que realmente, durante um momento fugaz, existiu como espírito vivo"⁵.

Arendt (1983 p.183) comenta ainda que "a poesia, cujo material é a linguagem, é talvez a mais humana e a menos mundana das artes, aquela cujo produto final permanece mais próximo do pensamento que o inspirou (...). No entanto, até mesmo um poema, não importa quanto tempo tenha existido como palavra viva e falada na memória do bardo e dos que o escutaram, terá, mais cedo ou mais tarde, que ser 'feito', isto é, escrito e transformado em coisa tangível para habitar entre as coisas (...)"

Arendt destaca que apenas Sócrates, entre os grandes pensadores, jamais deu forma escrita a seus pensamentos. Ela comenta que "(...) por mais que um pensador se preocupe com a eternidade, no instante em que se dispõe a escrever seus pensamentos deixa de estar fundamentalmente preocupado com ela e volta a sua atenção para a tarefa de legar aos pósteros algum vestígio deles"(p.28). Não é possível deixar de notar nesta passagem que a reificação da linguagem e do pensamento, através da palavra escrita, está ligada a uma reificação do próprio tempo, já que isso implica na perda da eternidade. De fato, ela argumenta ainda que

"A experiência do eterno tal como a tem o filósofo - experiência que para Platão, era *arrheton* ('indizível') e, para Aristóteles, *aneu logou* ('sem palavras') e que, mais tarde, foi conceitualizada no paradoxal *nunc stans* ('aquilo que é agora') - só pode ocorrer fora da esfera dos negócios humanos e fora da pluralidade dos homens"(Arendt, 1983 p.29).

O rompimento dos laços com o entorno imediato do "aqui e agora", subjacente à reificação da palavra viva, é oposto ao *nunc stans*, "aquilo que é agora". Implicaria o ato

de escrever em uma renúncia à experiência do eterno e na escolha da imortalidade em detrimento da eternidade ? E a eternidade, será ela um “não tempo” ? Ou, em outras palavras, será que a reificação da palavra viva na letra morta - o ato de escrever - é também a aceitação do tempo reificado (seja ele newtoniano ou termodinâmico) ⁶ que se opõe ao “não tempo” da eternidade e que se distingue dos “tempos” de outras racionalidades⁷?

Segundo o que afirmam Dethlefsen & Dahlke (1983 p.22-29), a respeito do tempo e da experiência do eterno, a resposta às questões anteriores poderia ser “sim”. Para eles, “o tempo é um produto da polaridade, do impulso em dividir as unidades em seus diferentes aspectos (como a ordenação de estímulos pela ‘matriz cognitiva’ citada por d’Aquili), ou seja, da necessidade que temos de contemplar um aspecto depois do outro. Somente através da observação de uma consciência polarizada é que a onificidade do ser se transforma em *uma coisa depois da outra*. Assim como a unidade está por trás da polaridade, a eternidade está por trás do tempo. Contudo, é preciso ter em mente que o conceito de *eternidade* tem o significado metafísico de *ausência de tempo* e não representa, como a teologia cristã erroneamente interpretou, um longo e interminável *continuum* de tempo. Por outro lado, prosseguem eles, a Unidade parece um nada. Na filosofia budista, o estado de consciência denominado “Nirvana”, significa o mesmo que nada (literalmente, dissolução). A unidade é oposta à polaridade. Podemos até senti-la e experimentá-la por meio de determinados exercícios de meditação, mas ela sempre escapa a uma descrição oral ou análise intelectual, pois o raciocínio precisa exatamente da polaridade como pressuposto. Estamos separados dessa onibrangência por nosso Eu individual (daí surge a mente subjetiva limitada e consciente) e em virtude dela, perdemos o acesso à consciência cósmica ou *residual*. O

estado de consciência cósmica só é atingido quando a pessoa transcende todos os limites, permitindo que a sua mente consciente e mente inconsciente se fundam numa unidade. Isso equivale à destruição do Eu (veja nota 9), cuja autonomia depende da cisão inicial”.

Os autores dizem ainda que não é possível conhecimento sem polaridade, sem divisão entre sujeito e objeto, entre conhecedor e conhecido. Isso é uma verdade absoluta no que diz respeito ao conceito de conhecimento hegemônico no mundo de hoje (aquele que foi capaz de transformar a natureza e o trabalho humano), mas pode ser uma verdade apenas relativa para outras formas de conhecimento como veremos em seguida.

Arendt (1983 p.36) ressalta que é interessante notar que a expressão *zoon logon ekhon* ('um ser vivo dotado de fala') sofreu um desvio em sua tradução (para *animal rationale*) e que Aristóteles não pretendia definir o homem em geral nem indicar a mais alta capacidade do homem - que para ele não era o *logos* (a palavra ou a razão), mas *nous* (a capacidade de contemplação), cuja principal característica é que o seu conteúdo não pode ser reduzido a palavras. Tanto Platão quanto Aristóteles “(...) concordavam (...) que algum estado de mudez, o estado contemplativo essencialmente mudo, fosse o objetivo da filosofia. Aqui é impossível não nos lembrarmos dos argumentos de Heidegger do capítulo anterior. Esse estado contemplativo foi justamente o que se perdeu com a reificação, com a primazia de *logos* (que ele chamou de ‘a ruína da filosofia’), o que não mais “imperará no vigor que brota”. Na verdade, *theoria* é apenas outra palavra para *thaumazein*; a contemplação da verdade à qual o filósofo chega finalmente é o assombro mudo, filosoficamente purificado, com o qual começou” (p.315) ⁸. Também Cassirer (1992 p.91) comenta que “toda a mística aponta para um mundo além da linguagem, para um mundo do silêncio”.

Esse estado “contemplativo mudo, filosoficamente purificado, identificado com o começo de tudo” merece alguns comentários, pois aqui se encontram implícitas, ou no mínimo em aberto, algumas questões muito importantes. Uma delas é que a própria tradução de um pensamento ou estado contemplativo em palavras já implica em si numa distorção ou no mínimo numa adaptação, recorte ou delimitação que modifica inevitavelmente um pensamento maior, em seu conteúdo e forma, assim como a reificação da “palavra viva” na “letra morta”.

Outra questão é que essa intensificação no processo de reificação - traduzida numa forte dicotomia sujeito-objeto - de fato alcançou, pelo menos num certo sentido, um maior conhecimento. Mas o “assombro mudo, purificado” com grau mínimo, quase nulo de reificação, é também um caminho para a verdade, dizem aqueles filósofos cujo legado tanto nos influencia até hoje. Encontramos aqui um paradoxo ? Ou será que essa reificação acentuada tem ajudado apenas na evolução de um específico tipo de conhecimento ?

Não é preciso aprofundar essa discussão abordando exemplos de outras formas de conhecimento, racionalidades muito diferentes da nossa, ou estados de consciência como o “Nirvana” para concordar que a resposta é “sim”. Basta um olhar crítico sobre o nosso próprio universo cultural para ver que esse caminho altamente reificado - característico das construções analíticas e reducionistas - tem se constituído em uma séria barreira na construção de outras formas do conhecimento. E as dificuldades vão além da rigidez das fronteiras do conhecimento: uma parte importante dessa barreira é decorrente da reificação da própria linguagem, pois as palavras determinam e retroalimentam o próprio pensamento.

Mencionamos no capítulo II (p.16), duas passagens de Cassirer que nos mostram o quanto as palavras comprometem o próprio pensamento pois a linguagem não mais pode

abranger a unidade sujeito-objeto. Ao vacilar entre um e outro (sujeito e objeto) a linguagem (e conseqüentemente o nosso pensamento) os vê separados apesar de nossas tentativas de conectá-los. Ou seja, todo conhecer teórico parte de um mundo já enformado pela linguagem. Isso se constitui em um problema em abordagens mais sintéticas (em oposição às analíticas) do conhecimento.

Não é nosso objetivo discutir em que medida um grau menor de reificação (o assombro mudo seria o extremo) leva à contemplação da verdade, mesmo por que o próprio conceito de “verdade” teria que ser discutido. Gostaríamos entretanto de discorrer um pouco sobre o fato de que um menor grau de reificação pode ser um caminho para uma maior união com o entorno.

Como biólogos aprendemos que a ontogênese recapitula a filogênese (no sentido baeriano)⁹, ou seja, que o processo de evolução dos seres vivos - a evolução filogenética - é recapitulada ao longo da ontogênese - o desenvolvimento embrionário - e procede do geral ao particular, do mais indiferenciado para o mais diferenciado.

Num pensamento mais interdisciplinar percebemos que no âmbito da questão ambiental pode ser feita uma interessante analogia: a história do desenvolvimento de um indivíduo da espécie *Homo sapiens* também parece recapitular a ruptura do *H. sapiens*, enquanto espécie, com o seu entorno¹⁰. Nesse contexto também existe uma passagem do geral para o particular, do mais indiferenciado para o mais diferenciado e do mais abrangente para o mais delimitado e reificado.

Vamos, para tanto, recorrer mais uma vez a Ernst Cassirer, em sua argumentação sobre a ruptura mítico-lingüística, pois ela é também é uma ruptura entre o Todo e o EU. Em seu livro “Linguagem e mito”, ele trata da identidade latente entre o nome e a essência

de alguma coisa e quão estreitamente se entrelaçam, em toda parte, o pensar mítico e o lingüístico, estando ambos submetidos às mesmas ou a análogas leis espirituais de desenvolvimento (Cassirer, 1992 p.101).

Ele comenta em diversas passagens esse processo de ruptura como desprendimento de um Todo indiferenciado e destaca que “o que chamamos comumente de mitologia nada mais é que um resíduo de uma fase muito mais geral do desenvolvimento de nosso pensar, um débil remanescente daquilo que antes constituía todo um reino do pensamento e da linguagem, que se acham originariamente em correlação indissolúvel, e da qual só aos poucos cada um se vai desprendendo como membro independente” (cf. Cassirer 1992 p. 104;106). A compreensão dos conceitos originários da linguagem devem ser buscados na plasmação intuitiva do mito pois todos os conceitos gerais da linguagem tiveram que passar antes por um pré-estágio mítico (p.30-61).

Ele argumenta também que “a percepção do céu noturno e diurno como um todo deve ter precedido a do sol, da lua e de algumas constelações e que a interpretação mítica só capta originariamente o grande antagonismo qualitativo básico entre luz e sombra, e os manipula como uma única essência, como um todo complexo, do qual só paulatinamente irão emergindo configurações particulares. Do mesmo modo que a consciência lingüística, a consciência mítica só diferencia configurações isoladas individuais à medida que as vai ‘segregando’ da unidade indiferenciada de uma percepção originária”(p.27;28). Ele destaca ainda que **“o conceito do ser e o conceito do eu, na sua cunhagem mais pura, ambos parecem pertencer a etapas relativamente tardias do desenvolvimento lingüístico”** (p.92; grifos nossos) e que não só a palavra mas todos os domínios da criação espiritual sofrem essa transubstanciação, essa consolidação substancial (p.76).

É interessante notar que formas mais “abertas”, ou seja, menos rígidas ou delimitadas de linguagem, se encontram ainda presentes em outras culturas nos dias de hoje. Tais culturas são freqüentemente rotuladas de primitivas, mas preferimos dizer que são sociedades cujo grau de ruptura com o entorno é menor. Cassirer (1992 p.86-87) comenta que o *Wakanda* dos Sioux (e o *Manitu* dos algonquinos) é uma idéia fluida e efêmera que pode ser usada das mais variadas formas. Essa palavra foi aplicada a entidades e representações das mais diversas e foi usada às vezes como substantivo e às vezes como adjetivo e com poucas alterações como verbo e advérbio. Ele acrescenta ainda que nenhuma frase ou palavra da língua inglesa pode fazer justiça à representação que os Sioux ligam à palavra *Wakanda*.

Mas no nosso universo de pensamento e ação isso é bem diferente. Moscovici (1981 p.202) tem um comentário interessante sobre a influência da reificação na forma como as línguas ocidentais são organizadas:

“O acaso somente não pode explicar por que exploramos ao máximo as oportunidades que nos são oferecidas pela gramática, nem a razão da sua eficácia. O impacto da objetificação na gramática pode ser reconhecido pela metamorfose dos verbos, adjetivos e advérbios em substantivos, ou pela preferência por substantivos ¹¹ entre todas as categorias gramaticais de palavras com o mesmo conteúdo de significado”.

É possível concluir que houve uma progressiva diferenciação entre um Todo que incluía o homem, a natureza e o próprio cosmos e o Eu (que se destaca dessa totalidade) e as palavras foram traduzindo, como um espelho, o que ia se processando num nível cultural, cognitivo e espiritual mais amplo.

Também o homem industrial já foi uma parte desse Todo, mas dele se destaca pela cultura, pelo processo de reificação e passa a agir e modificar de forma dramática o seu entorno. É como a imagem de uma bolha que se destaca de uma massa homogênea de líquido. É precisamente para escapar dos perigos e armadilhas que a visão evolucionista encerra, que preferimos chamar esses processos de “rupturas com o entorno”. Assim é possível fugir dos rótulos como mais ou menos desenvolvido (e mais ou menos evoluído, entre outros) e permanecer num nível mais anárquico (no sentido de sem hierarquia).

Antes de concluir, porém, esta discussão sobre linguagem e reificação, vamos ver mais de perto de que forma a ciência se relaciona com o processo de reificação.

IV.3. Ciência, representações sociais e reificação:

Discutimos, no primeiro capítulo, de que forma o processo de reificação se faz presente no âmbito da questão ambiental. A reificação, nesse caso, se dá pela redução do conceito de meio ambiente às suas dimensões naturais e técnicas, ou seja, a uma natureza concreta e tangível e tudo o que a ela se refere dentro desse contexto: seus ciclos, seus distúrbios, seus recursos etc.

Vimos também que já houve um tempo em que sentir o entorno no Ocidente era completamente diferente ¹². Isso acontece por que, como nos ensina Gonçalves (1989 p.23), “toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural (...)”.

Mas não são só os conceitos de natureza ou meio ambiente que não são naturais. Podemos estender a afirmação de Gonçalves com relação ao conceito de natureza a tudo o

que nos cerca. Na verdade todos os conceitos são tecidos historicamente no seio das mais diversas relações sociais e formam o que se convencionou chamar de representação social.

Segundo Moscovici (1981 p. 181) ¹³:

“Representações sociais são uma série de conceitos, declarações e explicações originados na vida diária no decorrer das comunicações interindividuais. Elas são equivalentes, na nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças nas sociedades tradicionais; pode-se dizer que elas sejam a versão contemporânea do senso comum”.

Moscovici (1981 p.185) ressalta também que

“As representações sociais se tornam mais importantes na medida em que os sistemas unificadores que temos (ciência, religião, ideologia, o estado) se tornam cada vez mais incompatíveis entre si. As comunicações de massa aceleraram essa tendência e aumentaram a necessidade de uma sutura entre o status abstrato das nossas ciências e nossas crenças em geral de um lado, e nossas atividades concretas como indivíduos sociais de outro”.

Dentro da teoria das representações sociais, há duas questões interrelacionadas que muito nos interessam nesta discussão. Uma delas, é justamente o fato de a visão hegemônica de meio ambiente ser uma herança do universo reificado, primeiro em função da transformação do conceito de *physis* (que vimos com Heidegger) e posteriormente como consequência de uma visão cientificista. Nos dois casos, entretanto, houve uma reificação. E a outra, é que Moscovici argumenta que um traço marcante na nossa cultura é a distinção entre os universos consensual e reificado. Vejamos então os argumentos de Moscovici e até que ponto eles são contestáveis.

Segundo ele, na esfera consensual a sociedade se vê como um grupo de indivíduos de igual valor que se reúnem para fazer política, medicina, educação, etc e que através da

arte da conversação expressam suas opiniões, teorias e soluções para os mais variados problemas. Pode-se dizer que nessa esfera, o homem é a medida de todas as coisas. Já nos universos reificados, os quais compreendem entidades sólidas e imutáveis, a sociedade se vê como um sistema com diferentes papéis e categorias, cujos ocupantes não se encontram igualmente habilitados a representá-la ou falar em nome dela. O grau de participação é determinado por níveis de qualificação (como por exemplo os especialistas) e conseqüentemente de desqualificação. As particularidades não são levadas em conta e a sociedade não reconhece a si mesma ou o seu trabalho, o qual aparece para ela sob a aparência externa de objetos isolados. Como as disciplinas científicas estão ligadas a esses objetos, a autoridade científica é capaz de impor essa maneira de pensar em cada um de nós, prescrevendo em cada caso o que é verdade e o que não é. Nessas circunstâncias, as coisas se tornam a medida do homem, argumenta ele. Moscovici conclui afirmando que **“a ciência é o modo de conhecimento que corresponde aos universos reificados e as representações sociais, as que correspondem aos universos consensuais”** (cf. Moscovici, 1981 p.186-187; grifos nossos).

Para estudar as características da realidade coletiva, consensual, Moscovici desenvolve diversos tópicos. Ele argumenta que toda representação tende a tornar familiar o que costumava ser não familiar e destaca que a ciência, enquanto modo de conhecimento, é de natureza oposta ao das representações sociais. Ela transforma o que era familiar em não familiar em suas equações e laboratórios e esse procedimento vai muito contra o que os seres humanos fazem espontaneamente ¹⁴. Ele afirma ainda que **“a ciência cria um ambiente totalmente artificial e que na medida em que as disciplinas científicas se**

“multiplicam, os universos reificados se multiplicam na mesma taxa” (grifos nossos; p.191-192).

Seguindo a sua argumentação, o autor discorre sobre dois processos que geram as representações: a ancoragem e a objetificação, que servem para nos familiarizar com o não familiar. O processo de objetificação é o que mais nos interessa aqui. Ele consiste em saturar um conceito não familiar com a realidade, transformando uma abstração em algo quase físico. Isso implica, em uma primeira fase, em descobrir o aspecto icônico de um ser ou idéia mal definida, o que significa associar o conceito a uma imagem. A imagem associada a uma palavra ou idéia passa a ser tratada como a realidade e o ponto culminante é alcançado onde a diferença entre a imagem e a realidade é eliminada. A reprodução do conceito perde seu valor como símbolo e se torna uma cópia da realidade, um ‘simulacro’, como os gregos usavam o termo.

Em uma segunda fase, durante a qual um conceito é verdadeiramente naturalizado, o percebido toma lugar do concebido e se torna a sua extensão lógica. Aqui as figuras são transpostas para elementos da realidade e a discrepância entre representação e a coisa representada é apagada, até que as imagens não ocupem mais essa estranha posição entre palavras, que supostamente têm um significado e as coisas reais, que só podem receber um atributo de nós; agora elas próprias são o que elas significam (cf. Moscovici, 1981 p.198-201). Enfim, argumenta Moscovici (1981 p.202):

“As palavras fazem mais do que representar coisas; elas criam coisas e passam as suas propriedades para elas.(...) a linguagem tem um poder comparável ao do espelho, que tem a extraordinária vantagem de destacar a aparência da realidade. Dessa forma, os nomes que nós concebemos e criamos para servir como formas abstratas da matéria,

de fenômenos complexos, se tornam elas próprias essa matéria, esses fenômenos uma operação que desempenhamos continuamente. (...) as palavras são transmutadas em carne, idéias em forças materiais de diferentes povos e a linguagem humana em linguagem objeto”.

Cassirer (1992 p.75) corrobora as palavras de Moscovici quando nos ensina “que a palavra não exprime o conteúdo da percepção como mero símbolo convencional, estando misturado a ele em unidade indissolúvel. O conteúdo da percepção não imerge de algum modo na palavra, mas sim dela emerge”. Nessa argumentação de Moscovici podemos ainda encontrar alguns paralelos com Heidegger: ela confirma essa primazia de *logos* como ‘adequação’ em detrimento do ‘vigor que brota’.

Expostas, em linhas gerais, as principais características da gênese de uma representação social e do processo de objetificação que lhe é subjacente, gostaríamos de tecer alguns comentários. O primeiro deles se refere à afirmação de Moscovici de que no universo reificado, “as coisas se tornam a medida do homem”, enquanto que na esfera consensual “o homem é a medida de todas as coisas” (p.03-04). No nosso entendimento, essa não se constitui em uma verdadeira dicotomia pois tanto num caso quanto noutro, o que se destaca é a presença de um forte antropocentrismo. Este sim é um ponto importante. É preciso admitir que no universo consensual a maioria das coisas também se tornam a medida do homem e isso acontece por que elas estão inseridas num contexto maior, cujo valor é cultural (e portanto humano).

O que é mais importante, porém, é que devemos reconhecer que, a rigor, tanto o universo consensual quanto o científico são reificados. Apesar das diferenças qualitativas entre eles, muito bem apontadas por Moscovici, tanto na teoria científica quanto nas representações sociais a reificação se faz presente, estando a diferença sobretudo no grau de

reificação. As diferenças qualitativas apontadas por Moscovici devem ser atribuídas mais a uma multiplicidade de fatores históricos e culturais (como a heterogeneidade na *démarche* da comunicação humana, por exemplo) e menos à reificação em si. A afirmação de Moscovici de que “a ciência transforma o mundo familiar da vida diária num mundo ameaçador de estranhos conceitos e equações incompreensíveis(...)” (p.72), ilustra melhor um aspecto da reificação em grau acentuado, do que a reificação enquanto processo em si. Em outras palavras, “tornar o não familiar em familiar”, implica também em reificação em alguma medida.

É Hanna Arendt (1983 p. 107) que nos ensina que “a vida humana, na medida em que é a criadora do mundo, está empenhada em constante processo de reificação(...)”. Ao discorrer sobre o fenômeno da reificação ela mostra como esse processo está inextricavelmente associado a uma objetificação.

Está claro entretanto que na ciência e no mundo diretamente influenciado por ela - o das sociedades industriais - a reificação é muito mais abrangente e intensa. Essa diferença se traduz também, em parte, nas diversas trajetórias e formas pelas quais o conhecimento, genericamente falando, se constrói. Um alto grau de reificação implica de fato na rigidez das estruturas (entidades sólidas e imutáveis, nas palavras de Moscovici) e nos altos graus de especialização (dos quais derivam autoridades e eventualmente autoritarismos) etc. Não é possível, entretanto, traçar uma separação muito rígida entre os universos reificados e consensuais, nem entre ciência e não ciência.

Também Bangerter (1995) discutindo a relação entre senso comum e ciência, dentro da teoria das representações sociais, argumenta que os limites entre ciência e senso comum são mais complexos do que se imagina. Ele discute a influência do senso comum na

elaboração das teorias científicas e vice versa ¹⁵ e destaca, entre outras coisas, que a ciência e o senso comum não correspondem inteiramente aos universos reificado e consensual respectivamente (embora seus argumentos não coincidam com os nossos em muitos aspectos).

Muitas questões são de fato controvertidas nessa suposta dicotomia consensual-reificado. Segundo Moscovici (apud Bangerter, 1995 p. 64), havia antes da distinção entre reificado e consensual, uma distinção entre o conhecimento sagrado e o profano: a “esfera sagrada, digna de respeito e veneração, era mantida longe de todas as atividades humanas que tinham um propósito e a esfera profana açambarcava as atividades triviais, utilitárias desempenhadas pelas pessoas”. Mas no artigo de Bangerter há uma tabela, que expressa a dicotomia entre os universos reificado e consensual, onde a ciência é identificada com a esfera sagrada, o que é estranho, já que a ciência inclui atividades e propósitos bem pragmáticos. O profano sim, parece se identificar mais com a ciência ¹⁶, pois como argumenta Moscovici, “é a esfera na qual as atividades utilitárias eram desenvolvidas”.

Um outro comentário se refere à estabilidade ao longo do tempo. Não acreditamos ser possível afirmar que o conhecimento científico tenha uma alta estabilidade ao longo do tempo, enquanto que no universo consensual essa estabilidade seja baixa. Imaginamos que a religião por exemplo, em termos de *status*, estaria dentro ou pelo menos mais próxima de uma representação social do que de ciência. Mas a idéia de “céu”, de “paraíso”, ou a visão criacionista têm uma duração milenar, enquanto que muitas das teorias científicas sobre a origem do universo ou da vida duraram pouco ou não tiveram tempo para provar estabilidade ou não, o que torna essa hipótese de difícil verificação. É preciso observar ainda que o próprio Moscovici (apud Bangerter, 1995 p.74), reconhece que “teorias

científicas são melhor definidas como representações e não como sistemas de axiomas e sentenças lógicas”.

Na discussão sobre os aspectos consensuais e reificados da ciência, entretanto, Bangerter expõe argumentos que corroboram a desmistificação da ciência que vem acontecendo neste final de século e que derrubam qualquer barreira muito estanque entre ciência e senso comum. E ressalta o fato de que apesar de todas as indagações acerca do estatuto epistemológico da ciência, ainda existe uma parte importante da ideologia da ciência (a maior parte, acrescentaríamos) que legitima seus produtos na suposição de que seu método de construção é infalível¹⁷. O autor argumenta que isso é o que Moscovici expressa quando ele escreve que a ciência corresponde ao universo reificado do conhecimento (p.71). Pelas razões expostas, Bangerter reforça sua convicção na influência mútua entre ciência e senso comum e se coloca contra um conceito de ciência puramente reificado.

Mas discorrer sobre o processo de reificação implica ainda em examinar mais detalhadamente a relação que o homem em geral - e sobretudo o homem industrial - tem com os objetos e instrumentos. Essa relação se constitui num traço marcante dos universos reificados pois está na base do desenvolvimento de uma racionalidade instrumental e com ela interage dinamicamente. Moscovici (1981 p.202) tem uma passagem que é esclarecedora nesse sentido:

“Na nossa cultura a ciência física-matemática, ou seja as ciências dos objetos mensuráveis e quantificáveis, serve de paradigma para todo o conhecimento. Em cada cultura, existe um operador principal através do qual suas representações são transformadas em realidade. Por vezes animais, por vezes indivíduos foram elevados a esse papel. Desde o nascimento do mecanicismo, os objetos têm servido como operadores e nós estamos aprisionados e enfeitiçados por um animismo às avessas

populando o nosso universo com máquinas inanimadas em vez de seres animados”.

Milton Santos também enfatiza essa peculiar relação que a nossa sociedade tem com os objetos. Ele afirma que os últimos quarenta anos viram nascer sobre a face da terra mais objetos do que nos anteriores quarenta mil anos. Ele argumenta também que os objetos contemporâneos não são mais coleções e sim um sistema que tende a ser o mesmo em toda parte. Esse sistema altamente especializado é ainda dotado de uma extrema intencionalidade, seja ela mercantil, simbólica ou combinada (cf. Santos, 1994 p. 90-91).

Isso reforça o argumento de Moscovici de que a ciência cria um ambiente totalmente artificial (na medida em que seu paradigma é mecanicista e operado por objetos). O fato de a ciência criar um ambiente totalmente artificial ratifica o argumento de que ela pertence a um universo com alto grau de reificação e corrobora a idéia de uma progressiva ruptura entre o homem e o entorno, rumo a uma natureza abstrata e aos entornos artificiais e virtuais mencionados no primeiro capítulo. Santos (1994 p. 101-102) nos fala também de um sistema de ações que não são exclusivamente conforme aos fins, mas conforme aos meios, isto é, aos objetos.

Hanna Arendt (1983, p.167;152), que argumenta nesse mesmo sentido, nos ensina ainda que os utensílios e instrumentos do *homo faber*¹⁸, dos quais advém a experiência fundamental da noção de ‘instrumentalidade’, determinam todo trabalho e toda fabricação. E a fabricação, que é o trabalho do *homo faber*, consiste ainda em reificação. Assim como Santos, ela enfatiza também a valorização dos meios em relação aos fins:

“Na medida em que é *homo faber*, o homem ‘instrumentaliza’; e este emprego das coisas como instrumentos implica em rebaixar *todas* as coisas à categoria de meios e acarreta a perda do seu valor intrínseco

e independente; e chega um ponto em que não somente os objetos da fabricação, mas também 'a terra em geral e todas as forças da natureza' - que evidentemente foram criadas sem o auxílio do homem e possuem uma existência independente do mundo humano - perdem seu 'valor por não serem dotadas de reificação resultante do trabalho' (Arendt, 1983 p. 169-170).

Arendt (1983 p.170) afirma ainda que "somente na medida em que a fabricação se concentra em produzir objetos de uso é que o produto acabado novamente se torna um meio; e somente na medida em que o processo vital se apodera das coisas e as utiliza para seus fins é que a 'instrumentalidade' da fabricação, limitada e produtiva, se transforma na 'instrumentalização' ilimitada de tudo o que existe". E a natureza não escapa disso.

É preciso destacar ainda um último porém não menos importante aspecto dessa relação do homem com os objetos. No que tange a essa questão Arendt (1983 p.107;157) comenta que "o grau de mundanidade das coisas produzidas, cuja soma total constitui o artifício humano, depende de sua maior ou menor permanência neste mundo" e comenta que "instrumentos e ferramentas são objetos tão intensamente mundanos que chegam a servir de critérios para a classificação de civilizações inteiras"¹⁹.

Para encerrar, vamos discorrer um pouco sobre uma forma altamente reificada de linguagem, característica do universo reificado da ciência: a linguagem não verbal matemática. Vamos mais uma vez a Moscovici, que nos mostra quando se intensificou esse específico processo de reificação da linguagem:

"Até o início deste século, a linguagem comum verbal servia tanto como um meio de comunicação quanto como um meio de transmitir conhecimento, como meio de ideação coletiva e de pesquisa abstrata. Desde então, a linguagem não verbal matemática e logística tomou conta do conhecimento, trocando palavras por símbolos, relatos por equações. O mundo da nossa experiência, nossa própria realidade, se dividiu em dois e as regras que se aplicam ao mundo do nosso dia-a-

dia não têm nenhuma conexão visível com aquelas que se aplicam ao universo da ciência. Uma das razões para que haja um interesse tão grande nos fenômenos da linguagem é que a linguagem como tal se encontra em um estado de exílio” (cf. Moscovici, 1981 p.184-185).

Arendt (1983 p.12) também comenta essa bifurcação que originou uma linguagem da ciência e outra do mundo leigo que caminha no mesmo sentido da argumentação acima:

“(...) atualmente as ciências são forçadas a adotar uma ‘linguagem’ de símbolos matemáticos que, embora originalmente destinada a abreviar afirmações enunciadas, contém agora afirmações que de modo algum podem ser reconvertidas em palavras”.

Comentamos antes, com Cassirer, que mito, linguagem e arte formaram inicialmente uma unidade concreta indivisa, que só pouco a pouco se desdobrou em uma tríade de modos independentes de plasmação espiritual. Mas ele destaca ainda que “a linguagem não pertence exclusivamente ao reino do mito; nela opera, desde as origens, outra força, o poder do *logos*. Esta força gradualmente se robustece e, no curso dessa evolução, as palavras se reduzem cada vez mais a meros signos conceituais” (cf. Cassirer, 1992 p.114). Ou seja, essa bifurcação da linguagem gerando um ramo simbólico e altamente abstrato corresponde a uma intensificação no grau de reificação no universo da comunicação humana, e à primazia crescente do *logos* de que nos fala Heidegger. No capítulo seguinte, veremos com Goody e Certeau que esse “reino do mito”, a que se refere Cassirer, é também, de um lado, o reino da oralidade, e de outro, de uma *physis* ainda não dominada pelo *logos*, sobretudo o *logos* como enunciado escrito.

Ainda com relação à linguagem matemática, vale lembrar que vimos no primeiro capítulo (p.10-11), com Marcuse, que ela é um elemento central da ciência moderna, uma parte de sua estrutura conceptual íntima. Ele estabelece, com Husserl, as conexões entre

esse alicerce da ciência moderna e uma certa experiência do *Lebenswelt*, cujo resultado (e também propósito) é a arte da antecipação levada ao infinito. A quantificabilidade universal é assim um requisito para a dominação da natureza e do homem (já que na verdade não existe essa dicotomia sujeito-objeto):

“A quantificação da natureza, que levou à sua explicação em termos de estruturas matemáticas, separou (...) a ciência da ética. Independentemente de como a ciência possa agora definir a objetividade da natureza e as inter-relações entre as suas partes, ela não pode concebê-la cientificamente em termos de ‘causas finais’. E independentemente do quão constitutivo possa ser o papel do objeto como ponto de observação, medição e cálculo, esse objeto não pode desempenhar o seu papel científico como agente ético, estético ou político. (...) O verdadeiro conhecimento e a verdadeira razão exigem o domínio sobre os sentidos, se não mesmo a libertação deles. A união de *Logos* e *Eros* já havia levado Platão à supremacia de *Logos*; (...) Então o selo ontológico precário entre *Logos* e *Eros* é rompido, e a racionalidade científica emerge como essencialmente neutra. Aquilo por que a natureza (incluindo o homem) pode estar batalhando é cientificamente racional somente em termos das leis do movimento - físico, químico ou biológico” (Marcuse 1982 p. 144-145).

Ao tornar essa racionalidade dominante, o que ocorreu muito antes de criar os ambientes totalmente artificiais de hoje, a ciência foi paulatinamente destituindo os sentidos e instintos do homem (situando-o cada vez mais fora da esfera do que é meramente animal) os quais foram perdendo sua confiabilidade em tornar o mundo inteligível. Arendt (1983 p.278-279) tem uma passagem que é esclarecedora nesse sentido. Ela argumenta que “a matemática como linguagem introduziu uma nova e importante variável: o conhecimento seguro só podia ser atingido através daquilo que o próprio homem havia feito ²⁰, ou seja, através da linguagem e do conhecimento matemático”. Em outras palavras, isso acontece através do domínio ou da libertação dos sentidos de que nos fala Marcuse e também Foucault (1992, p.146).

Esse específico processo introspectivo intensifica a ruptura do homem com o seu entorno não apenas por destituir os sentidos e instintos (o que não era objetivo) mas por romper com o “aqui e agora” - “antecipar e projetar” (*Voraussehen/ Vorhaben*) no tempo - ainda mais do que outras formas de linguagem²¹.

É interessante notar que Cassirer afirma (p.76) que “todo trabalho cultural, com objetivo técnico ou puramente intelectual, realiza-se de tal maneira que, em lugar da relação direta existente entre o homem e as coisas, aparece paulatinamente uma relação indireta”. Ele nos ensina ainda (p.115) que “se a linguagem deve realmente converter-se em um veículo do pensamento, moldar-se em uma expressão de conceitos e juízos, esta moldagem só pode realizar-se na medida em que renuncia cada vez mais à plenitude da intuição”. Vale lembrar aqui que Moscovici diz que a ciência transforma o familiar em não familiar em suas equações e laboratórios e isso vai muito contra o que os seres humanos fazem espontaneamente.

Adam (1992 p.187) tem uma passagem que resume bem o que vimos discutindo até aqui:

“A arte, a escrita e a tecnologia são alguns dos meios pelos quais conseguimos uma extensão do *Self*. Apesar de suas diferenças, esses artefatos da cultura nos permitem fazer com que o tempo fique parado. Através deles apresentamos em formas fixas o que é fundamentalmente transitório. (...) Criamos ilhas de permanência dentro do mar de mudança criativa e com isso nós introduzimos uma nova dimensão do tempo: um tempo finito, encapsulado nas coisas e isolado dos processos da vida e das interconexões ecológicas(...). Esse processo de destemporalização parece central não apenas para a criação do tempo do relógio, mas para o desenvolvimento da cultura”.

Na passagem acima, a autora deixa claro que a reificação (embora não use esse termo, mas objetificação) é uma condição para o desenvolvimento da cultura e portanto

parte da condição humana, como diria Hanna Arendt. É fundamental destacar nesse ponto da discussão a ambigüidade presente no processo de reificação: de um lado ele cria a base epistemológica para subjugar o homem e a natureza, pela possibilidade do domínio por meio da dimensão instrumental do conhecimento; e de outro, as condições para sua superação.

Mesmo Marcuse ²² em sua argumentação sobre a hegemonia da dimensão instrumental da Razão na sociedade industrial, não nega a sua eventual superação. Essa reconciliação de *Logos e Eros* é discutida sobretudo no final de seu livro, onde ele trata da “pacificação da existência”. A seguinte passagem ilustra bem essa possibilidade de superação:

“Até o ponto em que o propósito de pacificação determina o *Logos* da técnica, ele altera a relação entre tecnologia e seu objeto primordial, a Natureza. Mas há dois tipos de domínio: o repressivo e o libertador. (...) A noção metafísica de que a Natureza se realiza na história indica os limites inconquistados da Razão. Ela os reivindica como limites históricos - como uma tarefa ainda por ser realizada, ou, antes, ainda por ser empreendida. Se a Natureza é em si um objeto racional e legítimo da ciência, então ela é o objeto legítimo não apenas da Razão como poder, mas também da Razão como liberdade, não apenas de dominação, mas também de libertação ²³” (Marcuse, 1982 p.218).

Talvez, afinal, o “pecado mais original” seja o da ruptura com o entorno ²⁴, preço do advento da cultura e de tudo o que caracteriza - oprime mas também liberta - o ser humano. Ao conceptualizar e ao adquirir linguagem o homem deslanchou um processo de reificação que - na cultura da sociedade industrial - não teve mais fim. Esse processo de reificação não é um fenômeno isolado, que atinja de forma diferenciada este ou aquele aspecto da condição humana (parafreando mais uma vez Hanna Arendt). Pelo contrário,

pelos argumentos expostos, fica claro que a reificação atinge, influencia e cria conceitos os quais interagindo e se fundindo plasticamente com nossas ações quotidianas determinam em última instância o nosso *Lebenswelt* que, para todos os efeitos, se constitui no mundo em si.

Não é possível afirmar, entretanto, que os universos altamente reificados sejam, em si, uma condição humana. Se assim o fosse, todas as culturas do nosso planeta teriam construído, ainda que não necessariamente da mesma forma, um corpo de conhecimento como a ciência e uma relação com o entorno como a nossa. É preciso portanto admitir que existem diferentes graus de reificação e de ruptura com o entorno, se quisermos de fato aquilatar sua interrelação com a questão ambiental. Recusar a idéia de que há diferentes níveis de reificação ou de ruptura com o entorno no plano cultural das diversas sociedades como um todo, equivale a não distinguir tampouco entre os diversos níveis de impacto sobre a natureza. Equivale também a aceitar acriticamente a máxima “o homem está destruindo a natureza”, uma idéia da qual não partilhamos e cujas razões já foram discutidas (veja nota 11, capítulo I).

Até onde sabemos, os universos altamente reificados são característicos da cultura da sociedade industrial e esse é um dos principais focos de discussão deste trabalho. Esse processo complexo, que teve no estabelecimento de uma cultura baseada na palavra escrita uma poderosa fonte propulsora, parece andar “automovelmente” e tem resultado em muitos benefícios, mas também tem gerado a dominação pelo individualismo e a instrumentalidade. Alguns autores teceram argumentos brilhantes acerca da gênese e das conseqüências do que poderíamos chamar de “racionalidade gráfica” ou “economia escriturística”. É com eles que passaremos a dialogar agora.

Notas

(1):“Estritamente falando, qualquer sistema neuronal que envolve o processamento e a programação de informações representa uma matriz cognitiva. A matriz cognitiva, que pode ser comparada ao *hardware* de um computador, é muito antiga (pode ser detectada ao longo dos vertebrados) e evoluiu paralelamente ao sistema nervoso central. Poder-se-ia dizer que existe uma ‘pulsão’ para ordenar estímulos externos dentro da matriz cognitiva, e a inabilidade para fazê-lo resultaria numa espécie de ‘protoansiedade’, no medo diante do desconhecido. Essa função é portanto um mecanismo primitivo de sobrevivência do homem em cuja matriz cognitiva, os elementos mais intrincadamente integrados representam a habilidade para conceitualizar e pensar simbolicamente e proposicionalmente. O autor acha que o desenvolvimento da cultura teve que esperar a evolução de tais funções corticais mais elevadas” (cf. d’Aquili, 1972 p.08-10).

(2): Segundo d’Aquili (1972) a cultura, num sentido genérico, emergiu necessariamente da convergência de três blocos de mecanismos biologicamente adaptativos, dentro da espécie *Homo sapiens*. Esses três blocos são: a pulsão para a preservação própria e da espécie; a tendência à vida em sociedade; e a evolução de uma cognição mais elevada. Ele acrescenta ainda que todas as culturas são construídas de acordo com um único plano fundamental, contendo elementos funcionalmente análogos como: cosmologia, interpretação de sonhos, família, ritos religiosos e funerais, governo, leis, magia, mitologia, casamento, restrições sexuais etc; culturas diferentes existem porque diferentes grupos interagem com ambientes diferentes (essa é uma hipótese). Na sequência o autor fala também de diferenças no *pool* gênico, para explicar diferenças culturais (p.3;26). É interessante notar que Goody (1979 p.86) se pergunta: “O que é a cultura, afinal, se não uma série de atos de comunicação ?” Goody associa, como veremos no próximo capítulo, tais diferenças culturais às diferenças nos modos de comunicação.

(3): A habilidade de usar um símbolo para expressar muitas entidades individuais que resultam no nascimento do verdadeiro conceito ou idéia parece ser encontrada somente no homem e aparentemente está relacionada à evolução do lobo parietal inferior dominante no homem. Essa função é a base para o desenvolvimento da linguagem ou simbolização extrínseca. Como o cérebro só começou a se expandir para a dimensão moderna na última metade do Pleistoceno, pode-se especular que tanto o lobo parietal inferior quanto o centro da linguagem começaram a evoluir nessa época (cf. d’Aquili, 1972 p.08;21).

(4): Cassirer (1992 p.49;57) destaca que o ‘denotar’ precede o ‘denominar’ e o denotar foi chamado, por muitos estudiosos da origem da linguagem, de ‘faculdade’ original da alma. O processo denotativo já surge entre os animais, mas sua existência é algo como que efêmero. Apenas a expressão simbólica cria a visão retrospectiva e prospectiva e o que uma vez foi criado não mais desaparece se o som verbal lhe imprime o seu selo. Goody

(1979 p.42;143) comenta que o uso da linguagem permitiu uma extensão do processo de conceptualização nos primatas, mas só a escrita torna a palavra durável.

(5): Na p.182, Arendt afirma que escrever é um ato de reificação e nesta mesma página, ela volta a falar de uma “letra morta” na qual o “espírito vivo” pode sobreviver e do preço subjacente a esse processo de reificação.

(6): Muito sucintamente os traços que distinguem “tempo newtoniano” e “tempo termodinâmico” são que o primeiro é um tempo cíclico e reversível e o segundo, um tempo unidirecional (em flecha) e irreversível, um tempo que “se gasta”. A diferença entre as duas representações de tempo se deve a uma mudança que açambarcou o conhecimento no século XIX que é a idéia subjacente de “Processo”, a qual forneceu a base epistemológica para um conceito termodinâmico de tempo. O “Devir” substituiu portanto o “Ser” (que correspondia ao tempo cíclico newtoniano). Veja Arendt (1983 p.128; 309) e também Foucault (p.03-04; capítulo III desta tese).

(7): Goody (1979 p.66) comenta que as noções de tempo e espaço variam de uma cultura para outra. Ele menciona, como exemplo, as representações tipicamente chinesas do tempo e do espaço (o tempo é redondo e o espaço é quadrado). Ele comenta ainda que variações nas representações do tempo (p.98) - como a clássica oposição entre cíclica e linear - podem estar ligadas às diferenças nos procedimentos técnicos de medida do tempo. Para ilustrar, ele comenta que uma cronologia - que é linear e não circular - necessita de séries numéricas partindo de um ponto fixo, o que requer uma forma qualquer de registro gráfico. Também Illich (1990 p. 19) ao discutir a influência dos meios de comunicação sobre a percepção, comenta como a idéia de espaço pode variar de uma cultura para outra. Segundo ele, “os etnolinguistas confirmaram que os Hopi e os Dagon falam do espaço e das direções de modo que poderiam ser traduzidos mais facilmente em termos de tensores matemáticos, do que em qualquer das línguas indo-germânicas; e que os historiadores descobriram que as literaturas antigas descreviam o espaço fazendo referência aos odores, aos sons, e à experiência do movimento através de uma atmosfera, em vez de evocar experiências visuais”.

(8): “Esta insistência no ato vivo e na palavra falada como as maiores realizações de que os seres humanos são capazes foi conceituada na noção aristotélica de *energeia* (‘efetividade’), com a qual se designavam todas as atividades que não visam um fim (que são *ateleis*) e não resultam numa obra acabada (não deixam *par’autas erga*), atividades que esgotam todo o seu significado no próprio desempenho” (Arendt, 1983 p.218). Também com Arendt (veja nota 17) vemos que o que caracteriza o *homo faber* é o ato de fabricar, de construir um mundo objetivo de coisas que subentende um processo de reificação, e que o labor é um processo que não deixa nada atrás de si. O resultado do seu esforço é consumido quase tão depressa quanto o esforço dispendido para realizá-lo. Já os ideais do *homo faber* são a permanência, a estabilidade e a durabilidade. É interessante o paralelo que se estabelece entre a atividade de escrever - altamente teleológica (como veremos no próximo capítulo, com Certeau) e a atividade do *homo faber*, também repleta

de predisposições em modificar o mundo. Isso contrasta, de outro lado, com as atividades que envolvem pouca ou nenhuma reificação que ‘esgotam o seu significado no próprio desempenho’ e que ‘não deixam nada atrás de si’.

(9): Løvtrup (1987 p.227) chama de recapitulação baeriana “a idéia de que o desenvolvimento embrionário procede do geral ao particular ou do reino à espécie. Esta direção da diferenciação (proposta por Karl Ernst Von Baer) coincide com a da evolução (...) e difere fundamentalmente da recapitulação adulta expressa através da “lei biogenética” de Haeckel. Para maiores detalhes, veja por exemplo, Løvtrup, Søren. *The theoretical basis of evolutionary thought. Annales des Sciences Naturelles, Zoologie.* Paris: c Masson/13 série, vol.8,1987.

(10): O equivalente em nível individual é o processo de “desenvolvimento” do *self*. Embora seja esse um conceito bastante polissêmico, segundo Soar (1998), o *self* pode ter um sentido mais geral ou mais específico, como “a instância psicossocial relacionada à identidade das pessoas (ou de uma pessoa); o *me, subject*, em oposição ao “*the not me*”, objeto ou totalidade de objetos. O sentido mais geral é o de identidade, daquilo que permanece igual ou dá continuidade à experiência de ser de uma pessoa. Soar critica os conceitos reificados de *self* e expõe algumas concepções que nos interessam sobremaneira nesta discussão, pois tais concepções se encontram inextricavelmente ligadas ao universo da comunicação. Uma delas, é a de *self* como *atividade verbal*, isto é, como fenômeno apenas existente enquanto experiência compartilhada através do discurso, ou como narrativa. Em um outro posicionamento, que segundo Soar estaria a meio caminho entre o conceito anterior e os conceitos reificados de *self*, poder-se-ia colocar a teoria das representações sociais, que aborda as representações da identidade a partir das formações semânticas dos discursos sociais. E num terceiro, o *self* é visto como *ficção* (narrativa) e uma *realidade* (experiência), e envolve os níveis verbal e pré-verbal.

(11): Aqui Arendt (1983 p.106) corrobora as palavras de Moscovici acerca dos substantivos enquanto construções, quando se refere à “algo tão sólido e não-verbal como um substantivo”.

(12): Para diversas outras culturas “não industriais” (que freqüentemente chamamos de primitivas), a visão do entorno se aproxima bastante do conceito de *physis* discutido no capítulo anterior.

(13): A tradução do presente texto de Moscovici, bem como o Adrian Bangerter, Barbara Adam e Eugene d’Aquili apresentados neste capítulo são de nossa responsabilidade.

(14): Um exemplo contundente de indução a comportamentos contrários aos encontrados espontaneamente nos seres humanos é a vivissecção de animais para apredizagem. Essa prática é tanto mais chocante quanto mais inútil (por exemplo no ensino básico ou médio) ou quanto mais afeição potencial podemos sentir pelo animal em questão. Durante a infância aprendemos a amar e a admirar o *Snoopy* (personagem do cartunista Schulz), mas

no decorrer de nossa vida escolar aprendemos, graças à frieza da ciência, a achar natural a experimentação e o sacrifício de “beagles” para o progresso do conhecimento (veja Brügger, 1999 p.141-154).

(15): Bangerter (1995 p.62-63) argumenta que o que chamamos de senso comum é na verdade comum apenas para uma parcela de um todo maior de pessoas, isto é, não há conhecimento que seja comum a todos os seres humanos. Além disso a ciência é obviamente permeada por influências e relações sociais das mais diversas pois, como comenta o autor (p.74) citando Feyerabend (1987), a influência da sociedade leiga sobre a ciência existe por que a ciência é feita por pessoas e não por máquinas.

(16): É impossível não lembrar aqui da literal profanação de cadáveres para estudos científicos que ocorreu durante algum tempo, até que a prática da dissecação se tornasse aceita.

(17): No citado artigo de Steven Rose há várias críticas ao modo reducionista com que muitos cientistas, inclusive o “Prêmio Nobel” Max Perutz, trabalham suas teorias científicas enfatizando entre outras coisas, a sua infalibilidade.

(18): A palavra *faber*, no termo *homo faber*, não é usada por Arendt para qualificar ou diferenciar o “homo” de *sapiens*, por exemplo. Aqui o termo *homo faber* é utilizado em oposição ao animal laborans. Para o animal laborans, a natureza é provedora das “boas coisas”, enquanto que para o *homo faber* - o que fabrica - a natureza é uma fonte de materiais desprovidos de valor em si; o valor está no trabalho que se realiza sobre eles. O labor é um processo que não deixa nada atrás de si. O resultado do seu esforço é consumido quase tão depressa quanto o esforço dispendido para realizá-lo. Já os ideais do *homo faber* são a permanência, a estabilidade e a durabilidade. É o fabricar e conviver com objetos provenientes do trabalho que tornam o animal laborans humano. “Até mesmo Marx que definiu o homem como *animal laborans*, teve que admitir que a produtividade do trabalho, propriamente dito, só tem início com a reificação (*Vergegenständlichung*), com a construção de um mundo objetivo de coisas (*Erzeugung einer gegenständlichen Welt*)” (Arendt, 1983 p. 114).

(19): Essa idéia é corroborada por Gonçalves (1988 p. 28). Ele argumenta que “nenhuma sociedade humana teve com a técnica a relação que a sociedade européia se colocou sobretudo a partir dos séculos XVIII e XIX. Que qualquer sociedade use uma técnica é uma verdade banal. Todavia, o aparato técnico da chamada sociedade industrial é outro, a ponto dele ser visto como o fator por excelência do desenvolvimento dos povos a partir de então”. E essa intensa instrumentalização parece diretamente proporcional ao grau de reificação presente nessa cultura.

(20): E isso está no cerne da ciência cartesiana: “Husserl mostrou que o *Ego* cartesiano não era realmente, em última análise, uma substância independente, mas, antes, o ‘resíduo’ ou limite da quantificação; (...). O dualismo de Descartes implicaria de imediato a sua negação;

limparia em vez de bloquear o caminho para o estabelecimento de um universo científico unidimensional no qual a natureza seria 'objetivamente da mente', isto é, do sujeito" (Marcuse, 1982 p.149)

(21): No sexto e penúltimo capítulo nosso pequeno "estudo de caso" mostrará exemplos concretos desse processo de ruptura com o entorno através de linguagens técnicas e de sua concomitante destituição dos sentidos e instintos.

(22): Referimo-nos ao já citado livro "A ideologia da sociedade industrial - o homem unidimensional".

(23): Goody (1979 p.213) tem um comentário que mostra como a linguagem matemática comporta no seu *ethos* também libertação: "A linguagem matemática é internacional por que ela é independente dos sistemas fonéticos; seus conceitos são transculturais por que eles não são formulados numa língua vernacular específica".

(24): Dethlefsen & Dahlke (1983 p. 48-49) estabelecem um paralelo entre a questão da polaridade e a "Queda", o pecado original. Eles dizem que a história da Queda do Paraíso nada mais é do que a passagem da unidade para a polaridade. Segundo eles, a mitologia de todas as raças e de todos os tempos conhece esse tema inerente à condição humana e o narra de modo semelhante. O tema da divisão perpassa toda a história da Criação, pois criar só é possível através de um processo de separação e divisão. O pecado dos homens está no fato de se terem *apartado da unidade*. E as palavras *pecado* e *afastamento* são lingüisticamente aparentadas, concluem eles".

CAPÍTULO V

CRISE AMBIENTAL, CRISE OCIDENTAL: UMA ÚNICA HISTÓRIA ESCRITA

V.1. Introdução

No capítulo passado, vimos como a linguagem e a cultura, genericamente falando, estão inextricavelmente interrelacionadas e de que forma tanto uma quanto outra envolvem processos de reificação. Vimos também que a reificação, condição *sine qua non* para a gênese do binômio interativo linguagem-cultura, não deixa de ser uma forma de ruptura com o entorno e que esse processo atinge seu ápice na cultura da sociedade industrial. Neste capítulo vamos examinar mais de perto a interrelação entre comunicação, cultura e pensamento para mostrar que a Ciência (esfera mais reificada do conhecimento) e a racionalidade instrumental hegemônica na cultura industrial, emergem de uma intrincada e específica interação entre comunicação, cultura e pensamento. No bojo dessa discussão veremos ainda que, à medida em que a Ciência vai se constituindo historicamente, se acentuam as visões instrumentais e reificadas da própria natureza. Transcendendo portanto o plano meramente bio-lógico (e tecno-lógico), essa discussão lançará luzes sobre as origens da relação predatória entre sociedade e natureza, que caracteriza o *Lebenswelt* industrial. Para desenvolver esta argumentação vamos dialogar sobretudo com Jack Goody e Michel de Certeau, dois autores que criticam com argumentos muito semelhantes a tradição de pesquisa etnológica dominante. Ambos tratam da relação entre a escrita e a construção histórica da Ciência e com ela toda uma visão de mundo dominadora da natureza. Vamos dialogar também, em alguma medida, com Ivan Illich e Marshall

McLuhan, um autor que embora muito polêmico, nos apresenta argumentos importantes para esta discussão. Finalmente, muitos dos argumentos que tratam especificamente da escrita serão costurados pela ampla visão ambientalista de Porto Gonçalves.

V.2. Racionalidade gráfica e ciência

“O desenvolvimento da ciência na Europa ocidental no século XVII teve como fundamento de um lado, a idéia de que a natureza tem suas leis - o que permite compreendê-la - e de outro lado, a idéia de um antagonismo entre o homem e a natureza, uma ideologia segundo a qual o ‘progresso’ passa por uma dominação da natureza. Se desejamos compreender o que trouxe de novo a ciência (ocidental ou outra) para o desenvolvimento do pensamento, precisamos definir com mais precisão as condições pré-existentes (...) que antecedem o seu nascimento e portanto a natureza do ‘pensamento pré-científico’. Essa preocupação (...) nos conduz inevitavelmente a examinar as formas de pensamento das épocas anteriores e de outras civilizações e, ao mesmo tempo, a maneira como essas formas de pensamento se interligam a certos modos de comunicação entre os homens, entre o homem e Deus e entre o homem e a natureza.(...) não estou propondo uma teoria unifatorial.; a estrutura social que está por trás dos atos de comunicação é freqüentemente da maior importância. Entretanto, não é por acaso que as etapas decisivas do desenvolvimento do que chamamos agora de ‘ciência’ tenham a cada vez sucedido a introdução de uma mudança capital na técnica das comunicações: a escrita na Babilônia, o alfabeto na Grécia antiga, a imprensa na Europa ocidental” (grifos nossos; Goody, 1979 p.107).

É de grande importância discutir extensamente o trabalho de Jack Goody neste capítulo, pois ao criticar a tradição européia e norte americana de pesquisa etnológica, ele lança sobre o que é para nós fundamental aqui: a dissecação histórico-epistemológica do processo de reificação da comunicação - a escrita - e sua relação com a emergência de uma certa racionalidade que deu origem, entre outras coisas, à ciência como forma de conhecer a sociedade e sobretudo a natureza. Ao expor em detalhes a *démarche*, a gênese desse

processo de produção do pensamento racional, científico, o autor vai tornando claro como isso significou, de um lado, o empobrecimento e a destituição de outras racionalidades e de outro, a hegemonia de um pensamento que Marcuse chama de unidimensional. O interesse na compreensão desse processo é de fundamental importância para a questão ambiental pois, como vimos discutindo desde o primeiro capítulo, ela se refere sobretudo às relações sociedade-natureza.

Como solução pelo menos parcial para as críticas a essa tradição de pesquisa dominante, o autor defende a necessidade de estudar com maior atenção as mudanças que os meios de comunicação, especificamente as mudanças carreadas pela introdução da escrita ¹, promoveram na organização e na transformação do pensamento e do próprio conhecimento.

Goody enfatiza a impertinência de dicotomias ² clássicas como pensamento científico versus mágico; avançado versus primitivo; “em desenvolvimento” versus desenvolvido e crenças estabelecidas como a passagem do mito à História; do concreto ao abstrato; do coletivo ao individual; ou do simples ao complexo (p.35-37). Ele destaca que esse tipo de abordagem implica em uma visão linear das mudanças, crítica também feita por autores como Gonçalves (1988 p.17) que aponta brilhantemente as consequências desse pensamento dominante sobre a problemática ambiental. O que é preciso ter em conta, diz Goody, são as mudanças fundamentais na própria natureza da comunicação. Somente assim é possível escapar às grandes dicotomias - o *Grand Partage* ³, nas palavras dos tradutores para a língua francesa - e aos relativismos difusos, em nome dos quais se recusa reconhecer que a longo prazo existem diferenças nos processos cognitivos, preferindo ver dentro de cada cultura um mundo fechado tendo suas próprias leis (p.251-252).

Goody enfatiza que não pretende que os problemas que pesquisadores tão reconhecidos levantaram não procedam. Mas ele critica a maneira como esses problemas foram colocados, pois distinções descritivas como 'abertas' e 'fechadas', antes de se constituírem em uma explicação, elas demandam uma explicação e muitas diferenças usadas para distinguir os sistemas de pensamento abertos e fechados, podem ser atribuídas às diferenças nos sistemas de comunicação e em particular, à presença ou à ausência de escrita. Isso entretanto não deveria nos remeter a uma simples dicotomia por que os sistemas de comunicação diferem uns dos outros em diversos aspectos (a escrita pode ser ideográfica ou fonética, por exemplo). Não existe uma 'oposição' única, mas uma sucessão de mudanças, cada uma com seus efeitos específicos sobre os sistemas de pensamento. O autor não pretende que esse processo seja unilinear e ainda menos que ele dependa de uma só causa. Ele fala ainda da importância de considerar, concordando com Marx, que não é possível separar os meios de comunicação das relações de comunicação que juntos, constituem o modo de comunicação (p.100-101).

Goody retoma então certos aspectos que, segundo Lévi-Strauss e outros, caracterizam a oposição entre primitivos e civilizados, pensamento selvagem e domesticado, para sugerir que vários aspectos dessas dicotomias um tanto vagas poderiam ser colocadas em relação às transformações nos modos de comunicação. Ele argumenta que a introdução de diversas formas de escrita, em particular, transformaram a natureza dos processos do conhecimento e tiveram grande influência no seu progresso. Assim seria possível propor uma explicação para as mudanças presumidas e ter uma idéia de seu mecanismo interno. Reconhecer a importância disso, completa ele, modifica também a nossa forma de conceber a natureza dessas diferenças que tradicionalmente descrevemos de

maneira essencialmente estática, sem atribuir razões às mudanças, mas apenas que o pensamento primitivo tem tal característica e o civilizado uma tal outra (p.57-60) ⁴.

Goody comenta (p.47-48) que muitos autores viram no desenvolvimento das línguas uma condição preliminar para o pensamento em si mesmo. O psicólogo russo Vygotsky definia o pensamento como uma 'linguagem interior'. Também "o modo de denotar, que é o sustentáculo de toda formação verbal e lingüística, imprime, seja um caráter espiritual típico, seja um modo especial de conceber e aprender. Por isso, a diversidade entre as várias línguas, não é uma questão de sons e signos distintos, mas sim de diferentes perspectivas do mundo" (Humboldt apud Cassirer 1992 p.50). Mas o que realmente interessa para Goody é determinar que extensão das atividades cognitivas a linguagem permite e encoraja.

Em sua análise sobre a relação entre meios de comunicação e modos de pensamento, ou seja, por que vias a utilização da escrita teria influenciado as estruturas cognitivas, ele concentra seu estudo sobretudo nas formas escritas da linguagem - 'figuras gráficas' - e outras que não têm relação com ela tais como quadros, listas, fórmulas e receitas, em vez de analisar 'figuras de retórica'. Goody examina alguns dos textos escritos mais antigos (a partir do que nós conhecemos sobre os sistemas mais antigos de escrita) - os do Oriente Médio - que contribuíram de maneira decisiva ao progresso do conhecimento ⁵.

É interessante lembrar aqui uma passagem de *Fedro*, de Platão (apud Postman, 1994), na qual o rei Thamus mostrava uma preocupação com o fato de que as pessoas iriam escrever, independentemente do conteúdo escrito. Ao analisar figuras gráficas, em vez de figuras de retórica, Goody corrobora a importância das conseqüências do ato de escrever em si, presentes já no pensamento de Platão e recentemente discutidas por Michel de Certeau

(1996), como veremos a seguir. Com efeito a preocupação de Thamus era bastante pertinente, já que o ato de escrever, pelo menos no Ocidente, se encontra ligado a uma certa racionalidade.

Temos portanto, no trabalho de Goody, duas questões estreitamente interrelacionadas para discutir aqui. Uma delas se refere às implicações mais propriamente culturais da aplicação dessas figuras gráficas na busca da compreensão de culturas orais. E a outra, de caráter mais epistemológico, se refere às conseqüências do uso de listas e quadros na construção de uma certa racionalidade (incluindo a científica). Ambas as discussões têm enorme interesse na compreensão da problemática ambiental pois a racionalidade que permeia o pensamento científico é a mesma que subjaz à oposição sociedade-natureza e às visões de mundo etnocêntricas dominantes em nossa cultura. Vamos à primeira questão.

Goody argumenta (p.109-111) que os observadores, em particular os que sofreram a influência dos trabalhos da escola sociológica francesa, ordenaram sob a forma de quadro o saber daqueles que vivem em sociedades puramente orais. Procedendo assim, eles tiveram uma tendência em dispor, classificar e formalizar esses conceitos de uma maneira que parece mais de acordo com uma tradição e forma de comunicação escritas. Ele argumenta que tais categorias binárias e etnocêntricas atrapalharam a nossa compreensão dos processos e das estruturas do conhecimento nas sociedades sem escrita. Também representamos mal a natureza desses processos e estruturas por que compreendemos incompletamente que a redução gráfica dos conceitos da língua falada implica, ou pelo menos favorece, transformações na maneira de colocá-los em ordem. Ele enfatiza que não deseja condenar todo e qualquer uso de quadros numéricos ou classificatórios, mas como o

quadro é essencialmente um procedimento gráfico, é possível que devido ao seu caráter bidimensional e estagnado, ele simplifique a realidade do discurso oral, ao ponto de torná-lo quase irreconhecível e que portanto reduza a nossa compreensão sobre ele em vez de aumentá-la.

Para Goody, o quadro é uma técnica escrita brutal que, aplicada a um processo oral complexo, não permite compreender de uma só vez uma cultura, um sistema simbólico. Ele diz que é duvidoso que a submissão de palavras e seus significados a um tal reducionismo possa ser de qualquer proveito mesmo que alguns conjuntos possam, melhor do que outros, se acomodar a esse tratamento. Uma das características da forma gráfica é de tender a dispor os elementos em fileiras e colunas, quer dizer linearmente e hierarquicamente, de maneira a assegurar a cada um uma posição única que define sem ambigüidade e permanentemente sua relação com os outros (p.131-133). Goody faz a ressalva de que não está defendendo a existência de hierarquias apenas em sociedades de cultura escrita e que estas estejam ausentes nas culturas orais. Mas destaca que a lista engendra uma ordem, quer se queira ou não (p.226).

A escrita fornece quadros simplificados aos sistemas mais sutis de classificação próprios às culturas orais. Construir um quadro de oposições é reduzir a complexidade oral à simplicidade gráfica, reunindo em um todo único diferentes formas de relação entre 'pares' (p.135). Acreditar que através desses quadros atingimos a máquina que solucionou o quebra-cabeças, é tomar a nossa metáfora pelo mecanismo real, completa ele (p.139).

Vale destacar aqui que “tomar a metáfora pelo mecanismo real” é uma característica marcante do pensamento cientificista de nossa cultura. Parece que esse tem sido o preço do progresso do conhecimento, pelo menos da forma como o concebemos na cultura industrial.

Comentamos no segundo capítulo que Marcuse (1982 p. 137) nos adverte que “o homem teve de criar a harmonia teórica da discórdia geral, para expurgar as contradições do pensamento, para substancializar unidades identificáveis e fungíveis no complexo processo da sociedade e da natureza”. O subjetivo e o ambíguo têm sido assim eliminados desse processo no qual o uso da escrita cumpriu um papel extremamente importante. De fato Goody enfatiza em diversos momentos essas tendências que as formas escritas estabelecem: fragmentar a estrutura do mundo percebido e impor-lhe uma ordem que se transforma em uma classificação e por fim em uma hierarquia (veja por exemplo, p.185-186).

Goody argumenta também (p.68-72) que nas abordagens dominantes costuma prevalecer uma perspectiva que é mais do observador do que do ator, o que resulta em uma ênfase nos aspectos sociais em detrimento do reconhecimento dos aspectos individuais das atividades intelectuais. A tendência portanto é deixar tudo como criação coletiva na tradição oral e subestimar as criações individuais. Essas abordagens, prossegue ele, têm ainda outro problema: não consideram de modo algum da mesma forma as expressões orais e os processos cognitivos nas sociedades ‘simples’ e nas sociedades ‘avançadas’, nas ‘outras’ culturas e na ‘nossa’, quando por exemplo se trata do ‘mito’⁶ e não da ‘poesia’ ou de outras formas literárias. O que precisa ser ressaltado entretanto, argumenta ele, é que em sociedades sem escrita⁷ não é possível imaginar romances ou sinfonias pois esses são modos de expressão intrinsecamente escritos. Há também, segundo ele, uma tendência a interpretar o pensamento primitivo de forma mais ‘simbólica’ que ‘cognitiva’.

É interessante destacar também, diz ele, que às sociedades selvagens atribui-se a utilização de signos e não de conceitos como a nossa (p.247). Mas será sem razão que a nossa época foi chamada de “época dos signos”⁸? De fato, Goody nos fala dos elementos

míticos ou mágicos de nossa própria sociedade e rechaça mais uma vez a forma como se costuma elaborar magia e mito (opondo-os à ciência e à história): “O mito assim como o quadro provém de uma elaboração deliberada e literária da visão de mundo dos atores, eles são função da *exigência de ordem* do etnógrafo e não de qualquer exigência dos atores (p.116; itálicos no original). Goody critica (p.54) Cassirer e Lévi-Strauss por oporem mito e história e critica ainda a distinção rígida entre poesia e mito, e folclore e literatura (p.209).

Prosseguindo na sua argumentação, ele questiona Robin Horton que pretende que o pensamento científico difira do tradicional em razão do seu ‘ceticismo fundamental’⁹ com relação às crenças estabelecidas. Mas Goody atribui a suposta falta de ceticismo à ausência de uma tradição de pensamento nesse sentido, a qual por sua vez, afirma ele, só pode ser construída através da acumulação de material escrito. Em muitos casos, há que se opor ‘oral’ e ‘escrito’ e não ‘tradicional’ e ‘moderno’ (p.95-96). Goody destaca também (p.98) que a inquietude face ao que ameaça o sistema também existe no pensamento científico (aqui concordando com Horton que se apoia em Kuhn e sua tese sobre a “ciência normal”). Enfim, essa suposta diferença é também muito questionável.

É preciso discutir (p.102) ainda, diz ele, um outro conceito utilizado para distinguir as fases do desenvolvimento cultural: a racionalidade. Como a atitude cética, a racionalidade foi freqüentemente considerada como um dos traços do ‘espírito moderno’, da *démarche* científica. Mas também aqui o autor acha que esse não é um debate fecundo pois, como no caso da questão da mentalidade lógica ou não, a discussão gira em torno da oposição racionalidade e irracionalidade (com eventualmente um terceiro termo, o não-racional) e acredita-se que o racional caracteriza certas operações e não outras. Para evitar essa dicotomia radical apela-se a um relativismo difuso (todas as sociedades são racionais)

e não se esclarece a questão. As diferenças, nesse caso como em outros, não se devem principalmente à diferenças de ‘pensamento’ ou de ‘mentalidade’ (apesar de que possa haver efeitos desse gênero) mas a diferenças na natureza dos atos comunicativos (p.72).

Embora Goody talvez enfatize demasiadamente a importância das diferenças na natureza dos atos comunicativos, faz muito sentido sua argumentação (p.151) de que “quando se fala de um desenvolvimento do pensamento abstrato a partir da ciência do concreto, da passagem dos signos aos conceitos, de um abandono progressivo da intuição, da imaginação, da percepção, está-se apenas estabelecendo em termos grosseiros o que é um processo de crescimento cumulativo e sistemático do conhecimento, um processo que implica métodos elaborados de aprendizagem (...) e que é fundamentalmente dependente da existência do livro”. Enfim, “através de uma série de escolhas impostas e de forma binária, a tradição letrada vai garantir a vitória de um esquema determinado, sua hiper-generalização. Trata-se, é claro, de uma perda que não ocorre sem proveito” (p.188).

Goody critica Saussure¹⁰, Sapir e Bloomfield (p.144-146) que partilham da idéia de que a escrita é uma mera técnica de registro da palavra. Ele argumenta que o pressuposto de que a escrita reproduz a palavra necessita de uma retificação, pois a escrita transforma nitidamente e de várias formas a natureza mesma da prática da linguagem, ela modifica a natureza da comunicação oral. Bazin e Bensa (p.07-08), os tradutores e apresentadores do livro de Goody para a língua francesa, enfatizam que, de fato, é preciso renunciar à distinção metafísica entre ‘conteúdo do pensamento’ e sua expressão, à ilusão instrumentalista segundo a qual a linguagem é apenas o meio externo da comunicação do saber. Qualquer mudança no sistema de comunicações leva necessariamente a importantes

efeitos sobre os conteúdos transmitidos. Por isso eles compartilham da idéia de que haja uma certa especificidade do pensamento escrito, do saber gráfico.

Passemos então às questões de caráter mais epistemológico de *La raison graphique*, aquelas decorrentes da interação entre sistemas de comunicação e pensamento.

Segundo Goody, essas interações se intensificaram muito a partir da utilização de figuras gráficas como quadros e listas, muito característicos dos primeiros sistemas de escrita ¹¹. Ele discorre sobre a influência exercida por esses primeiros escritos pré-alfabéticos e comenta (p.148) que, em sua maior parte, eles não versavam sobre mitos ou obras literárias, mas se constituíam em documentos econômicos e administrativos. O uso da escrita na antiga Mesopotâmia, por exemplo, era dominado por listas de ordem administrativa. Nessas fases iniciais das civilizações da escrita, ao longo dos primeiros 1500 anos de história escrita da humanidade, os textos são mais freqüentemente em sua forma diferentes da palavra comum e mesmo de qualquer palavra (a lista não é uma representação da palavra).

Ele cita Roma (p.167-168) como exemplo de lugar onde as listas deram origem a crônicas e a uma outra maneira de tratar o passado (passando a se constituir em um saber histórico). Havia também itinerários e notas de interesse geográfico. Na Mesopotâmia, esse trabalho de lista era muito mais vasto: incluía observações astronômicas, meteorológicas, listas de objetos por categorias como animais, plantas etc. Goody argumenta (p.178-191) que memorizar essas categorias escritas era de certa maneira uma forma de classificar e conhecer os fenômenos e parte do método de formação dos escribas. As listas lexicais foram objeto de memorização e isso se constituía em um método educativo. Os primeiros sistemas de escrita acentuaram os exercícios de cópia e repetição, os quais separaram as

funções de autor e de executante (p.221). Esse modelo educativo ultrapassou as fronteiras da Mesopotâmia e cumpriu um papel importante na difusão daquela cultura, influenciando os vizinhos Irã, Armênia, Ásia Menor e mesmo o Egito. As listas, além de fazerem parte das necessidades de uma economia e de uma organização estatal complexas, ajudaram a fixar as diversas classes de objetos do mundo natural.

É importante destacar, argumenta Goody, que “arranjar palavras (ou coisas) em uma lista já é em si uma forma de classificar, de definir um ‘campo semântico’, pois certos artigos são incluídos, enquanto se excluem outros” (p.184). Além disso, a lista está também associada a uma planificação (p.263). Todas essas características estão no cerne do pensamento científico pois, como vimos com Marcuse (1982 p.158), no primeiro capítulo (p.09-10), a abstração científica da concreção é também antecipadora e projetante e esses são alguns dos requisitos para a dominação da natureza. Mas existem ainda diversos pontos muito importantes de ligação entre escrita, ciência e filosofia.

Goody argumenta (p.182), por exemplo, que a escrita tem sobre as classificações um efeito de natureza dialética. De um lado, ela torna mais estrita a definição das categorias. De outro, a escrita contribui para acentuar a dimensão hierárquica do sistema classificatório. Ao mesmo tempo - pelo fato de que ela os junta - ela conduz à interrogação acerca da natureza dessas classes (por exemplo, se o tomate é uma fruta ou um legume). Mais adiante Goody associa essas premissas à lógica formal. Ele enfatiza também a importância da existência das classificações hierárquicas que emergem e se tornam explícitas a partir da escrita, as quais favoreceram não somente as preocupações escolásticas, mas se constituíram na base para o desenvolvimento da zoologia e da botânica.

Com relação aos efeitos da lógica formal sobre o pensamento e sua conexão com a pensamento científico, Marcuse (corroborando muito dos argumentos de Heidegger do capítulo III) nos esclarece que

“Sob o domínio da lógica formal, a noção do conflito entre essência e aparência é dispensável, se não mesmo sem sentido; (...); o princípio da identidade é separado do princípio da contradição (as contradições são culpa do pensamento incorreto); as causas finais são removidas da ordem lógica. Bem definidos em seu alcance e função, os conceitos se tornam instrumentos de predição e controle. **A lógica formal é, assim, o primeiro passo na longa viagem para o pensamento científico** - apenas o primeiro passo, porque ainda é necessário um grau muito mais elevado de abstração e matematização para ajustar o modo de pensar à racionalidade tecnológica” (Marcuse, 1982 p. 137; grifos nossos).

Goody prossegue destacando que sem a escrita (p.53) fica difícil isolar um segmento do discurso humano (as matemáticas, por exemplo) para submetê-lo a uma análise tão individual, intensiva, abstrata e crítica quanto aquelas que permitem os enunciados escritos. Goody comenta (p.190; apud Norman, 1969 p.152) que os modelos matemáticos não toleram a ambigüidade presente nas formas orais de expressão e que sem a escrita, um método de cálculo, por exemplo, não tem como sobreviver ¹². Assim, além de a Lógica, no sentido formal, também a lógica simbólica e a álgebra são inconcebíveis sem a escrita, argumenta ele.

O discurso filosófico representa perfeitamente o tipo de formalização que se tem direito de esperar da utilização da escrita. As sociedades ‘tradicionais’ se distinguindo não tanto pela falta de pensamento reflexivo mas pela falta de ferramentas apropriadas a esse exercício de “ruminação” construtiva (p.97) ¹³. Goody destaca que a partir dessa interpretação (p.101) é também possível compreender por que a ciência, segundo a idéia

que se faz dela comumente, só aparece com a escrita e por que ela conheceu progressos espantosos desde que o uso da escrita se divulgou. Mas destaca que não é possível colocar ciência e filosofia numa mesma categoria de conhecimento. Diz ele (p. 102) que “o pensamento de Tales não é o pensamento da ciência no sentido que nós o entendemos, (...) mas é significativo que se observe a aparição desse tipo de discurso crítico precisamente nas primeiras sociedades nas quais a escrita foi largamente utilizada”.

Goody então cita Kuhn que argumenta que a filosofia é marcada por uma tradição de argumentação contraditória e de discussão permanente e que mesmo na época helenística as matemáticas, a astronomia etc, já haviam abandonado esse modo de discurso para se dedicar à resolução de problemas precisos. Kuhn (apud Goody p.101) comenta ainda que “é precisamente o abandono do discurso crítico que marca a passagem à ciência”.

Marcuse também distingue marcadamente o pensamento filosófico do científico. Ele critica Wittgenstein (p.165) por afirmar que “a Filosofia deixa tudo como é”, isto é, as abstrações filosóficas não foram historicamente capazes de modificar a natureza e o trabalho humano como o fizeram as abstrações científicas: “(...) as abstrações *científicas* entraram e provaram sua veracidade na conquista e transformação reais da natureza, enquanto as abstrações *filosóficas* não o fizeram” (Marcuse, 1982 p. 212). Marcuse destaca que a afirmação de Wittgenstein revela uma auto-humilhação e auto-denúncia do intelectual cujo trabalho não resulta em realizações científicas, técnicas ou equivalentes.

Marcuse identifica o pensamento positivo, unidimensional, com o pensamento científico e o pensamento negativo bidimensional com as abstrações filosóficas. Mas o que nos interessa aqui é sobretudo o fato de que ele destaca ainda que cada uma dessas formas de pensar está inserida num específico universo de locução:

“A lógica formal clássica e a lógica simbólica moderna, a lógica transcendente e a lógica dialética - dominam, cada uma delas, um universo diferente da locução e da experiência. Todas se desenvolveram num contínuo histórico que confere aos modos de pensar positivos seu caráter conformista e ideológico; aos de pensar negativo, seu caráter especulativo e utópico” (cf. Marcuse 1982 p. 161).

Isso mostra como se encontram inextricavelmente associadas as palavras (nesse caso, universos de locução) e o pensamento, conteúdo e forma. Marcuse (1982 p.174;213) acrescenta ainda que “a crítica neopositivista ainda orienta o seu principal esforço contra as noções metafísicas e é motivado por uma noção de exatidão que é da Lógica formal ou da descrição empírica; e que os conceitos filosóficos finais permaneceram de fato metafísicos; não foram e não podiam ser verificados em termos do universo estabelecido da locução e da ação”.

Enfim, o “empirismo substitui o mundo odiado dos fantasmas, mitos, lendas e ilusões metafísicos, um mundo de fragmentos conceptuais ou sensuais, de palavras e expressões que são, então, organizados em uma filosofia(...); essas idéias, aspirações, lembranças e imagens não-operacionais se tornaram desprezíveis, irracionais, perturbadoras ou sem significado” (Marcuse, 1982 p. 177). É possível fazer uma analogia entre essa afirmação de Marcuse e a crítica que fazem Goody e Certeau (como veremos) com relação à tradição de pesquisa etnológica, especificamente à forma de tratamento dada ao mito.

Mas vejamos mais razões pelas quais a escrita, em comparação com a linguagem falada, permite uma separação ainda maior entre o homem e o seu entorno imediato, abrindo o caminho para a formação de universos mais reificados ¹⁴.

Goody enfatiza que a escrita coloca uma distância entre o homem e seus atos verbais. Ele pode se separar de sua própria criação, tomar distância com relação a ela, examiná-la de forma mais abstrata e geral, comentá-la e corrigí-la do ponto de vista do estilo ou da sintaxe. Ela é uma técnica que permite mais facilmente separar o *logos* da *doxa*¹⁵ e de penetrar mais profundamente a ‘verdade’, pois ela é geradora de uma consciência maior das formas e da formalização. Mas essa formalização, se ela tem em princípio a função de conservar, ela não é sempre conservadora: ela foi a condição preliminar do progresso rápido dos conhecimentos que conhecemos nos últimos cinco milênios, o fundamento de todos os desenvolvimentos maiores nos domínios artísticos e sobretudo científicos. A escrita tem uma importância decisiva, não somente por que ela conserva a palavra no tempo e no espaço, mas também por que ela transforma a linguagem falada: ela lhe extrai e abstrai os elementos constitutivos, ela permite proceder a exames retrospectivos; assim a comunicação pelo olho engendra possibilidades cognitivas novas em relação àquelas que oferece a comunicação pela voz (p.87-97; 221; 250-251).

A escrita introduz ainda um fator direcional na comunicação espacial. Goody comenta que nas formas mais antigas o sentido da escrita é relativamente ambíguo, mas finalmente uma direção acaba sempre por prevalecer. A palavra escrita é tanto visual quanto auditiva e isso permite escapar das limitações das sucessões temporais próprias do universo oral. Essa mudança na relação com o tempo é própria do livro, o qual permite um ir e vir que o discurso oral não permite. O escrito explicita o que estava implícito (como a própria ciência da gramática, por exemplo) e permite uma descontextualização para depois uma recontextualização. Esse processo não é só objetivo e material mas também mental e interior (p.214-218)¹⁶.

Não são entretanto as mudanças imediatas, mas sobretudo aquelas que a escrita induz a longo termo, que tendem a reduzir o campo da magia. Goody comenta (p.100) que Horton tem razão ao dizer que houve um distanciamento de uma concepção mágica da palavra. Para Goody essa idéia nos remete mais uma vez a esse efeito de separação e de objetivação das palavras que tem a escrita. Isso por que, dependendo se são transcritas ou pronunciadas, as palavras entretém uma relação diferente com a ação e com o objeto. A palavra escrita não é mais diretamente ligada ao 'real', ela se torna uma coisa à parte, ela é relativamente destacada do fluxo da palavra, ela tende a não mais estar também estreitamente implicada na ação, no exercício de um poder sobre a matéria, completa Goody.

De fato, a passagem do concreto para o abstrato é também uma ruptura com o entorno mais imediato, assim como o livro se constitui numa possibilidade de rompimento com o "aqui e agora" maior do que o permitido pela linguagem. Isso acontece por que, como destaca Goody (p.143) "a escrita dá à palavra uma forma permanente (reificada, diríamos). As palavras não são mais sinais auditivos evanescentes mas objetos duráveis".

Certeau (1996 p. 271-272) tem uma passagem que esclarece e corrobora essa idéia de uma progressiva ruptura com o entorno imediato, com o "aqui e agora", no universo da comunicação :

"(...) a leitura se tornou, há três séculos, uma obra da vista. Ela não é mais acompanhada (...) pelo ruído de uma articulação vocal, nem pelo movimento de uma mastigação muscular. Ler sem pronunciar em voz alta (...) é uma experiência 'moderna', desconhecida durante milênios. Antigamente, o leitor interiorizava o texto: fazia da própria voz o corpo do outro, era o seu ator. Hoje o texto não impõe mais o seu ritmo ao assunto, não se manifesta mais pela voz do leitor. **Esse recuo do corpo, condição de sua autonomia, é um distanciar-se do texto. É para o leitor o seu *habeas corpus* (grifos nossos).**

Certeau destaca também que, “como o corpo se retira do texto para se comprometer com ele apenas pela mobilidade dos olhos, a configuração geográfica do texto organiza cada vez menos a atividade do leitor. A leitura se liberta do solo que a determinava. Afasta-se dele. A autonomia do olho (...); faz do escrito um objeto e aumenta as possibilidades que o sujeito tem de circular” (p. 272).

Numa passagem que nos remete ao capítulo anterior, Goody (p.86) se pergunta “o que é a cultura, afinal, se não uma série de atos de comunicação ?” A variação dos modos de comunicação é freqüentemente tão importante quanto a dos modos de produção, pois ela implica num desenvolvimento tanto das relações entre indivíduos quanto de possibilidades de estocagem, de análise e de criação na ordem do saber (aprofundaremos esse ponto com Certeau). Mais precisamente, a escrita, sobretudo a escrita alfabética ¹⁷, tornou possível uma nova maneira de examinar o discurso graças à forma semi-permanente que ela conferia à mensagem oral, pois o texto é ‘estático’ e liberado dos entraves próprios às condições dinâmicas da ‘enunciação’. O problema da memorização para de dominar a vida intelectual. O discurso não depende mais de uma ‘circunstância’: ele se torna atemporal (p.87-97), como já destacamos. Mas a escrita fornece também um dispositivo espacial de triagem da informação ¹⁸ (p.155).

Illich (1990) dá uma ênfase especial à importância da escrita alfabética e atribui à ‘alfabetização laica’ as conseqüências produzidas em nível simbólico do uso do alfabeto nas culturas ocidentais. Esse processo compreende um complexo de categorias que desde o século XII determinou o espaço mental da população analfabeta como o dos que sabiam ler

e escrever. Trata-se de um novo tipo de espaço no qual a realidade social é reconstruída: forma-se um novo entrecho de assuntos basilares de tudo o que se pode ver e ouvir (p.11-12).

Illich, que cita o trabalho de Goody (p.14), afirma ainda que com Walter Ong aprendemos que **a alfabetização equivale a uma tecnologização da palavra** (p.14-15; grifos nossos). O alfabeto é uma técnica para registrar os sons do discurso em forma visível. Neste sentido, é muito superior a quaisquer outros sistemas de notação que obrigam o leitor a compreender o significado das palavras antes de pronunciá-las. Só o alfabeto permite ler corretamente, mesmo sem entender o que se lê (p.22-23). As notações pictóricas ou ideográficas sugerem ao leitor idéias, e para exprimí-las, ele deve cada vez reencontrar as palavras adequadas. O texto alfabético, ao contrário, fixa o som (p.28).

“O primeiro a observar a profundidade da fratura epistemológica entre a existência do oral e do alfabetizado foi Millman Parry, há uns sessenta anos. Graças a ele, aprendemos a reconhecer a *Ilha da Alfabetização*, que emerge do magma da oralidade épica no momento em que o copista transcreve aquele canto de um bardo que chamamos *Ilíada*” (Illich, 1990 p.14).

Os argumentos de Illich corroboram uma série de idéias discutidas até aqui. Illich comenta que “há cinquenta anos Luria estudou as mudanças mais importantes que intervêm na atividade mental de quem aprende a ler e a escrever. Os processos cognitivos dessas pessoas deixam de ser meramente concretos e ligados às situações. A alfabetização induz mudanças na percepção, na representação, no raciocínio, na imaginação, e na consciência de si mesmo. Ele também cita *Fedro* e comenta que Platão sabia que se estava iniciando uma época completamente nova e que tinha se aberto um novo espaço mental dentro do qual nasciam conceitos que antes teriam sido inimagináveis (p.13;21).

Illich destaca ainda que o registro alfabético é o pressuposto fundamental do que chamamos ciência/literatura (p.21); e que a generalização da leitura em silêncio é uma experiência relativamente nova (isso só ocorreu com a evolução das técnicas de escrita). Santo Agostinho, comenta ele, ficou surpreso quando descobriu que se podia ler em silêncio (p.23).

Illich enfatiza os efeitos do uso do texto - cuja formação dependia do alfabeto - sobre os conceitos de *eu*, da consciência, da identidade etc. Enfim o alfabeto criou um novo espaço cultural: “O novo tipo de passado, congelado em forma escrita, é fixado indelevelmente tanto no sujeito quanto na sociedade (...)” (p.27-30). Ele enfatiza em todo o seu trabalho como isso modificou também o mundo dos iletrados. Foucault (1992 p.129) também comenta que “com a escrita alfabética, a história dos homens muda inteiramente”.

V.3. Comunicação, matrizes de racionalidade e relações com o entorno

“A escrita não é um simples registro fonográfico da palavra, como Bloomfield e outros pretenderam; em condições sociais e tecnológicas que podem variar, a escrita favorece formas especiais de atividade lingüística e desenvolve certas maneiras de colocar e resolver os problemas: a lista, a fórmula e o quadro cumprem nesse sentido um papel decisivo. Se aceita-se falar de um ‘pensamento selvagem’, aí estão os instrumentos de sua domesticação” (grifos nossos; Goody, 1979 p. 267).

Gostaríamos agora de aprofundar ou retomar algumas questões que nos remetem a outras formas de pensar e sentir o entorno. Podemos iniciar nossa discussão tomando como ponto de partida uma questão emblemática, ou no mínimo unificadora nesse sentido: o *Grand Partage* - o suposto ponto de ruptura a partir do qual se poderia falar em um salto qualitativo no progresso do conhecimento, entre outras questões. Goody comenta que não

há consenso no que tange a esse ponto de ruptura, mas uma possibilidade por ele mencionada, foi, como vimos, a Grécia do século V AC.

É interessante notar que Gonçalves (1989) destaca que a primeira grande ruptura do homem ocidental com a natureza se deu exatamente nessa época ¹⁹. No sexto capítulo de seu livro (p.28-36), ele discorre sobre o conceito de *physis* ²⁰ que foi desintegrado para gerar entre outras coisas o conceito de natureza desumanizada e dessacralizada que hoje prevalece nas sociedades industriais. E enfatiza que é com Platão e Aristóteles que se começa a assistir a um certo desprezo ‘pelos pedras e pelas plantas’ e a um privilegiamento do homem e da idéia. É nesse mesmo momento que desponta a filosofia grega e tem início uma paulatina desqualificação dos pensadores anteriores (os pré-socráticos) como expressando um pensamento mítico e não filosófico.

Com relação a essa mesma época, McLuhan (1977 p.47) comenta que Cícero reprova Sócrates por ter sido o primeiro a criar uma cisão entre o espírito e o coração; e que os pré-socráticos, em geral, encontravam-se ainda numa cultura não alfabetizada, enquanto Sócrates encontrava-se na confluência entre um mundo oral e uma cultura visual e alfabetizada.

Comentamos antes que Goody critica Cassirer e Lévi-Strauss por oporem mito e história e que sua crítica se deve sobretudo à forma como essas dicotomias são colocadas. Gonçalves nos fala de uma oposição mito-filosofia que começava a despontar, uma idéia corroborada por Goody que menciona também (p.249) uma oposição entre mito e história na Atenas do século V. A seguinte passagem de Gonçalves (1989 p.35; nota 1) é esclarecedora nessa discussão:

“(…) chamar os pensadores que viveram antes do século V a.C., na Grécia, de pré-socráticos já revela um preconceito, na medida em que se os nomeia pela referência não aos atributos que lhes são próprios, mas pela evocação daquilo (ou de quem) não são e que lhes sucede - Sócrates -, o que na verdade significa recusar-lhes identidade e cidadania. **Esses homens que nos legaram teses das quais, infelizmente, só nos chegaram fragmentos num estilo de linguagem para nós pouco familiar,** têm sido alvo de muitas atenções sobretudo nos últimos anos” (grifos nossos).

Enfim, tanto Gonçalves quanto McLuhan apontam o fim do período histórico que se convencionou chamar de pré-socrático como um momento de cisão epistemológica na história do Ocidente. Embora o primeiro destaque o empobrecimento que sofreu o conceito de *physis* - uma ruptura epistemológica com o entorno - e o segundo, a passagem para uma cultura alfabetizada e escrita, ambos concordam que teve início um novo modo de pensar, um novo “ver-o-mundo”. Isso é ainda respaldado por Heidegger que, como vimos, postula um empobrecimento da *physis* que teve origem na supremacia do *logos*. Isso não implica de forma alguma em legitimar a idéia de um *Grand Partage*, mas apenas que devemos admitir que determinados períodos históricos foram mais marcantes com relação aos parâmetros em questão. De fato, Goody está de acordo nesse sentido quando diz que os progressos mais contundentes no conhecimento sucederam mudanças importantes nas técnicas de comunicação. E esse foi um dos momentos por ele citados.

Illich (1990 p.14) também comenta que “Eric Havelock nos demonstrou que as profundas mudanças no modo de raciocinar e no modo de perceber que aconteceram na Grécia dos séculos V e VI, em concomitância com o aparecimento da ‘literatura’ e da ciência, podem ser compreendidos só os ligando a um processo de transição da mente oral para a alfabetizada”. Illich destaca ainda (p.20-21) que Parry observou que a transição da

oralidade épica à poesia escrita na Grécia arcaica assinalava uma ruptura epistemológica. Parry sustentava que, para a mente alfabetizada, é quase impossível dar-se conta do contexto no âmbito do qual o bardo da pré-alfabetização compunha seus cantos. Nenhuma ponte que se apóie nas certezas ínsitas na mentalidade alfabetizada pode ligar-nos ao tempo do magma oral. (...) Neste tipo de cultura, entre um e outro silêncio, pode haver uma sílaba ou uma frase, mas não o nosso átomo, a palavra. Os sons são alados, e voam antes mesmo que se possa acabar de pronunciá-los. A idéia de fixar estes eventos numa linha, mumificá-los em vista de uma ressurreição futura, é inconcebível. Por isso, numa cultura oral, a memória não pode ser concebida como um arquivo ou uma tabuinha de cera (como também criticam Goody e Certeau). Solicitado pelo som da lira, o bardo não busca a palavra certa: uma expressão tirada em forma casual do repertório tradicional move sua língua em um ritmo apropriado ao canto. O bardo Homero nunca se inquietou em buscar *le mot juste*, completa Ilich.

A introdução da palavra escrita deu início, portanto, a diversas mudanças: ela retrabalhou as estruturas mentais do homem; suprimiu parcialmente o caráter mágico da palavra, como afirmam McLuhan, Goody e Certeau; e modificou ainda a sua experiência com o entorno. Surge, a partir daí, uma fragmentação, uma dessacralização da *physis* que, exclui além dos deuses, o próprio homem. Esse fragmento é o berço da lógica do sujeito-Eu, *versus* o objeto-natureza. A reificação do oral, ou seja, a palavra escrita, surgiu paralelamente ao processo de reificação da *physis*. A partir daí, emergiram paulatinamente os universos mais reificados do conhecimento, e as visões de natureza *tout court*: natureza-objeto, natureza-recurso, natureza “morta”.

Há uma outra questão, diretamente relacionada com a discussão acima, que se refere a uma das dicotomias criticadas por Goody: “sociedades abertas” *versus* “sociedades fechadas”. McLuhan (1977 p.46) argumenta, em “A galáxia de Gutenberg”, que existem sociedades tribais que são fechadas e sociedades abertas que foram destribilizadas pela introdução do alfabeto fonético. Segundo ele, nenhum modo pictográfico ou ideográfico ou hieroglífico de escrever tem a força destribilizante do alfabeto fonético. Somente o alfabeto fonético estabelece uma cisão entre a visão e a audição, entre o significado semântico e o código visual (p.52). Isso acontece, segundo ele, porque ideogramas e hieróglifos são *Gestalts* (p. 62). McLuhan argumenta ainda que as formas de experiência e de visão e expressão mental foram modificadas primeiro pelo alfabeto fonético e depois pela impressão tipográfica (p.18).

É tentador especular - e os argumentos de Goody corroboram isso em grande medida - que tais *Gestalts* jamais tivessem possibilitado uma visão compartimentalizada e especializada do conhecimento como a que caracteriza a das sociedades industriais. Vimos antes com Goody que as formas escritas tendem a fragmentar a estrutura do mundo percebido e impor-lhe uma outra ordem. Em sendo o conhecimento algo criado em seu conteúdo e forma pelo humano, parece plausível que a fragmentação da percepção através do alfabeto - uma estrutura analítica - tenha contribuído de forma ainda mais marcante para uma visão fragmentada do próprio conhecimento.

É oportuno destacar que McLuhan diz que poderia substituir a palavra “galáxia” por “meio ambiente” pois qualquer nova tecnologia de transporte ou comunicação tende a criar seu respectivo meio ambiente humano. Como não existe, a não ser no seio da racionalidade instrumental, a dicotomia sociedade-natureza - isto é, meio ambiente

humano, sem natureza - a introdução da escrita provocou um “impacto ambiental”, no sentido mais amplo do termo, já que as estruturas mentais do homem sofreram uma mudança e ele também é (ou costumava ser !) parte da *physis*.

Outro ponto que gostaríamos de aprofundar é o que se refere às pretensas diferenças de pensamento ou de mentalidade (veja p.09), uma discussão ligada a conceitos problemáticos como “pensamento racional”, dicotomia concreto-abstrato etc.

Cassirer, por exemplo, distingue dois tipos diferentes de ‘concepção mental’: o pensamento teórico e discursivo, de um lado, e o pensamento mítico de outro. O primeiro tende à expansão, à concatenação e à conexão sistemática. A percepção individual é referida à totalidade do ser e do acontecer, ligando-se a essa totalidade por conexões cada vez mais consistentes. O segundo, ao contrário, tende à condensação, à concentração e à caracterização isolada. Nesta forma de apreensão, as coisas são tomadas por sua aparência imediata, sendo apreendidas e corporificadas como pura atualidade, o que engendra uma posição em face da palavra (e da sua força), inteiramente diferente da concepção discursiva. Para esta última, a palavra é apenas um veículo para o estabelecimento de uma relação entre o conteúdo intuitivo e momentaneamente presente e outros que lhe ‘correspondem’ de um modo direto, ou de alguma outra maneira. Por isso, essa forma de pensamento surge como um ‘signo’ ou símbolo, cujo conteúdo não é discernível verdadeiramente em um estar-aí (*Dasein*) substancial próprio, mas nas relações de pensamento que institui. Mas esse sobressair-se da esfera do imediato que lhe confere liberdade e agilidade, é essencialmente estranha à visão mítica do mundo, para a qual só faz sentido o que se lhe apresenta como realidade tangível (cf. Cassirer, 1992 p. 73-74).

É possível inferir claramente, nos argumentos de Cassirer, a influência dos meios de comunicação sobre as supostas diferenças de pensamento que, para nós, são também diferenças nos modos de experimentar o entorno: de um lado, o pensamento teórico-discursivo, produzido e reproduzido pela palavra escrita e reificada; e de outro o pensamento mítico, ligado a uma imediatidade e a uma fluidez conferidas pelo poder da palavra, pelo seu caráter “mágico” antes mencionado. Na argumentação de Cassirer sobre o pensamento discursivo, chama a atenção o “sobressair-se da esfera do imediato (essencialmente estranho à visão mítica)”. Essa ruptura com o “aqui e agora” e suas conseqüências, já foram exaustivamente discutidas antes.

Mas existem alguns pontos problemáticos nos argumentos de Cassirer. Um deles é o de que, no pensamento discursivo a “percepção individual é referida à totalidade do ser e do acontecer”. Não cremos que a visão que caracteriza o pensamento discursivo, essencialmente analítica, possa ser caracterizada por referência a uma totalidade. Concordamos sim que haja uma tendência à concatenação, à expansão (veja nota 21) e a conexões cada vez mais consistentes. Não concordamos tampouco que caiba, apenas ao pensamento mítico, “tomar as coisas por sua aparência imediata, apreendê-las e corporificá-las como pura atualidade”. Mais uma vez é preciso destacar que estamos hoje, na era da comunicação globalizada, no tempo dos signos e com isso vivenciando uma experiência semelhante à mítica - nesse sentido de imediatidade - que corresponderia a esse *Dasein* de que fala Cassirer.

Por isso é que, apesar de concordarmos com Cassirer em muitos aspectos, achamos mais coerentes os argumentos de Goody baseados em diferenças na natureza dos atos comunicativos (p.248). A oposição referida por Cassirer é, como no caso de sociedade

“aberta *versus* fechada”, uma diferença oferecida como explicação, quando na verdade demanda uma explicação. Comentamos antes que Goody discorre sobre a existência (p.248) de elementos míticos e mágicos de nossa própria sociedade. Nessa mesma página, ele destaca ainda que existem dois modos de pensar diferentes sim, mas que eles se encontram não só em um mesmo indivíduo, mas também na mesma sociedade ²¹.

Destacamos ainda que Certeau corrobora os nossos argumentos (e os de Goody) quando afirma (p.136) que o ‘saber-fazer’ não discursivo é essencialmente sem escrita (o discurso do método é ao mesmo tempo escrita e ciência).

Enfim, dentro de nossa “leitura ambientalista”, os dois “tipos” de concepção mental apontados por Cassirer corresponderiam mais a diferentes tipos de comunicação - que se refletem em diferentes formas de expressão e de relação, no sentido amplo, com o entorno - do que a formas opostas de pensamento. E isso encontra-se estreitamente interrelacionado com as mudanças introduzidas nas técnicas de comunicação, as quais provocaram a perda do caráter “mágico” e da ambigüidade da palavra (rumo a um sentido mais estrito oriundo da razão gráfica).

Acerca da Palavra e sua força, de seu poder quase mágico, Cassirer (1992 p.64) afirma que

“Esse vínculo originário entre a consciência lingüística e a mítico-religiosa expressa-se, sobretudo, no fato de que todas as formações verbais aparecem outrossim como entidades míticas, providas de determinados poderes míticos, e de que a Palavra se converte numa espécie de arquipotência, onde radica todo o ser e todo acontecer. Em todas as cosmogonias míticas, por mais longe que remontemos em sua história, sempre volveremos a deparar com esta posição suprema da Palavra”.

Cassirer (1992 p.65-69) comenta que “nos relatos da Criação de quase todas as grandes religiões a Palavra aparece sempre unida ao mais alto Deus criador, quer se apresente como o instrumento utilizado por ele, quer como o fundamento primário de onde ele próprio, assim como toda ordem de existência provêm. O pensamento e sua expressão verbal costumam aí ser concebidos como uma coisa só, pois o coração que pensa e a língua que fala se pertencem necessariamente. Para os esquimós, por exemplo, o homem se compõe de três partes: corpo, alma e nome. E entre os egípcios encontramos uma interpretação análoga pois eles acreditavam que junto ao corpo físico do homem, existe de um lado o seu Ka, o duplo geral, e de outro, seu nome, uma espécie de duplo espiritual. Todas as formas da vida religiosa dos egípcios também evidenciam, em todas suas fases, esta fé na supremacia do nome e no poder mágico que lhe é inerente. Mesmo em culturas muito mais avançadas, continua viva essa conexão entre nome e personalidade”.

Em outros trechos do livro de Cassirer há alusões muito interessantes ao poder da Palavra como instrumento de domínio da natureza, como se nesses relatos religiosos por ele citados já se pudesse antever o complexo processo de interação entre linguagem e cultura. Cassirer (p. 99) argumenta que “no relato bíblico da Gênese consta que, não é só a palavra de Deus que separa a luz das trevas. Deus, após ter criado todos os animais, os conduz ante o homem para ver como este os nomeará. Por meio deste ato denominativo o homem toma posse física e intelectualmente do mundo, submetendo-o ao seu conhecimento e domínio”. Também Preuss (apud Cassirer; p.78) comenta que de acordo com a crença dos índios coras e dos uitotos, o ‘pai comum’ teria criado os homens e as coisas mas, uma vez terminada a criação, não teria intervindo no curso direto dos fatos. Em vez disso preferiu dar aos homens as ‘Palavras’, ou seja, os cultos e as cerimônias religiosas, por intermédio

das quais dominam a natureza e dela obtém tudo o que é necessário. “Sem as palavras, estas falas sagradas, o homem se sentiria indefeso pois a natureza não cede nenhuma de suas riquezas ao mero trabalho humano”.

Podemos perceber, nos argumentos de Cassirer, a conexão entre linguagem e pensamento (o pensamento e sua expressão verbal são concebidos como uma coisa só) e entre linguagem e cultura a qual está vinculada a um uso diferenciado da natureza. Acreditar que através da cultura agimos de forma diferenciada sobre a natureza, quantitativa e qualitativamente, em relação ao uso que fazem os animais é fácil. Isso parece óbvio, incontestável. O mais interessante é pensar que quanto maior o grau de reificação do universo de comunicação, maior é a magnitude desse uso diferenciado e mais abrangente é a ruptura com o entorno.

Cassirer comenta (p.62) que, na “evolução do momentâneo ao duradouro (no processo de reificação, diríamos), da impressão sensível à configuração (*Gestalt*), toca à linguagem, como ao mito, a mesma tarefa geral, para cuja resolução ambos se condicionam mutuamente. Os dois juntos preparam o terreno para as grandes sínteses, (“metanarrativas”, tenderíamos a afirmar) das quais surge uma textura de pensamento, uma visão conjunta do cosmo”. Cassirer defende (p.73) que “não é mero acaso, mas sim um traço fundamental da linguagem e do mito, essa imbricação e entrelaçamento de elementos e configurações básicas. Essa conexão vai além da força sugestiva da palavra e o poder mágico a ela atribuído. Os fenômenos essenciais da consciência lingüística e mítica não podem ser assentados em uma base tão empírica e limitada. Devemos procurar essa explicação na interação dialética entre as relações de conteúdo e de forma das construções da linguagem e do mito”. Ou seja, ele se pergunta se “as relações de conteúdo - que se apresentam nas

construções da linguagem e nas do mito - não se explicariam, também aqui, a partir da forma da construção, a partir das condições subjacentes tanto à expressão verbal quanto à conformação mítica, desde seus primórdios mais remotos e inconscientes”. Cassirer nos adverte, entretanto, que “a transição dos *Vedas* às *Upanichadas* mostra-nos como a Palavra se distancia cada vez mais desta estreiteza mágica, convertendo-se em uma potência intelectual de alcance universal” (p.95).

É preciso admitir que, apesar das críticas de Goody à Cassirer, no que tange ao binômio linguagem-mito, à forma como uma e outro se encontram inextricavelmente associados em seus primórdios, os argumentos de Cassirer são muito esclarecedores. Achamos que Cassirer falha exatamente na sua disjunção, ou seja no cerne da explicação sobre a ruptura mítico-lingüística. Talvez essa explicação não fosse para ele um objetivo importante. Ele comenta, por exemplo (p. 22-23) que “o mito, a arte a linguagem e a ciência aparecem como símbolos, não por designarem um real existente mas no sentido de que cada um parteja seu próprio mundo significativo. Uma vez reconhecidas a linguagem, o mito, a arte e a ciência como tais formas de ideação, a questão filosófica básica (...) (é) o modo como elas se inteiram e condicionam mutuamente. (...) Surge, assim, a tarefa de descrever tais esforços, não só em sua justaposição, mas de compreendê-los em sua imbricação, de entendê-los em sua relativa dependência, bem como em sua relativa independência”. E o cerne da questão - a origem de sua relativa independência - encontra-se relacionado, entre outras questões, à própria *démarche* da comunicação, as quais fizeram perder, além do caráter mágico da palavra, sua ambigüidade original.

Novamente nossos argumentos são corroborados por Certeau que situa a posição das artes perto, mas fora da ciência. Ele enfatiza que o que as distingue é o fato de a arte ser

uma técnica a espera de um saber esclarecido, isto é, de não ser (ainda) articulada por uma prática discursiva (na e pela linguagem), por um sistema construído e controlável, portanto escrevível (cf. Certeau, 1996 p.136-137).

Vimos antes com Goody que o sentido da escrita era inicialmente ambíguo, mas uma direção acabou por prevalecer. As palavras também perderam a sua ambigüidade original rumo a um sentido mais delimitado. Vejamos um pouco mais sobre esse processo. Assim será possível compreender melhor a interrelação entre a polivalência da linguagem e sua expressão, o mito.

No capítulo passado comentamos que Cassirer destaca que “mito, linguagem e arte formaram inicialmente uma unidade indivisa que pouco a pouco se desdobrou em uma tríade de modos independentes de plasmação espiritual; e que na linguagem desde o início opera uma outra força: *logos*”. Essa força se robustece precisamente na ruptura entre arte, mito e escrita.

Bazin e Bensa (in Goody, 1979 p.18) argumentam que os esquemas da linguagem prática devem sua eficácia precisamente à quantidade de indeterminação e de ambigüidade que produzem. Sua maneira de operar é portanto inversa à de uma lógica não contraditória da definição e do arranjo em classes, gêneros, espécies, sobre o modelo gráfico do quadro ou da árvore. Eles acrescentam que (p.23) “essa polivalência do mito é indispensável à sua eficácia social, mas temos uma tendência a mais ou menos esquecer isso, já que tratamos o mito como um texto. O mito é uma teoria oral da prática que nós tratamos abusivamente sobre o modelo de nossa prática escrita da teoria”.

Recoloca-se então a questão da relação entre formas de pensamento e formas de grafismo anteriores ou exteriores à escrita propriamente dita. Bazin e Bensa (p.25;11) citam

Leroi-Gourhan que mostrou que as produções gráficas da pré-história (que nós tendemos a ver como uma ‘arte figurativa’) são de fato muito mais próximas da escrita, no sentido amplo, do que da obra de arte. O grafismo começa não na representação ingênua do real, mas no abstrato. Teria existido assim uma escrita pluridimensional que servia de ‘suporte’ a essa forma de pensamento pluridimensional que é o mito, o que Leroi-Gourhan propõe chamar de ‘mitograma’. É essa pluridimensionalidade mitográfica que vem reduzir a linearização da escrita, sua subordinação à voz (a escrita chinesa se situando mais ou menos no meio desse percurso). Como vimos antes, essa *mise en ordre* inerente à escrita (ao quadro, à lista) tem a sua dinâmica própria que acaba por determinar parcialmente o conteúdo: no quadro cada elemento tem um único lugar e não deve haver espaço vazio. A simetria impõe seus próprios efeitos sobre o pensamento, criando relações que tendem a ser de contradição ou de equivalência, as quais asseguram a cada elemento uma posição única que define sem ambigüidade e permanentemente sua relação com os outros.

Certeau também comenta (p.212-215) a ambigüidade, o caráter menos reificado das formas orais de expressão que foram eliminadas pela escrita. Ele apela para a metáfora das fronteiras que são mais fluidas do que as linhas nos mapas para distinguir o escrito do falado: “Onde o mapa demarca, o relato faz uma travessia”. A quem pertence a fronteira ? O rio, a parede ou a árvore *faz* fronteira. Não existe aqui o caráter de não-lugar que o traçado cartográfico supõe no limite. Há um papel mediador. Da mesma forma, “os relatos são animados por uma contradição que neles representa a relação entre a fronteira e a ponte, isto é, entre um espaço (legítimo) e sua exterioridade (estranha). Mutação de vazio em cheio e do entre-dois em lugar estabelecido. (...) “O relato, ao contrário, privilegia, por suas histórias de interação, uma ‘lógica’ da ambigüidade”.

Dethlefsen e Dahlke (1983 p.25), de outro lado, argumentam que nas línguas antigas, muitas palavras ainda têm uma bipolaridade essencial. Foi o posterior desenvolvimento lingüístico que começou - na maioria da vezes através da transposição de vogais ²² - a atribuir de forma nítida um único pólo a essas palavras, originalmente ambivalentes. Os autores citam alguns exemplos de raízes comuns que ligam palavras latinas como *clamare* = gritar e *clam*=silêncio (...); gregas como *pharmakon* que significa veneno e também remédio; do alemão *stumm* (mudo) e *Stimme* (voz). E ressaltam que palavras como *without*, do inglês ainda mostram essa ambigüidade ²³.

Cassirer (p.18) também afirma que “toda designação lingüística é essencialmente ambígua e, nesta ambigüidade, nesta ‘paronímia’ das palavras, está a fonte primeva de todos os mitos”. Ele também comenta (p.87-88) que alguns níveis de conceituação mítica correspondem a uma esfera de conceituação lingüística na qual não é possível, de antemão, introduzir nossa classificação de palavras rigorosamente delimitadas entre si. O análogo lingüístico para a concepção mítica nesses casos parece retroceder ao nível primário das interjeições (a palavra sioux *Wakanda* que citamos no capítulo anterior não se encontra muito distante disso).

Bem, já discutimos a gênese da racionalidade gráfica, suas conexões com mudanças cognitivas e a emergência da ciência. Vamos agora à “economia escriturística” de Michel de Certeau pois seus argumentos, além de reforçarem as idéias discutidas até aqui, avançam em outras questões historicamente mais recentes, muitas das quais relacionadas à questão ambiental.

V.4. Economia escriturística e crise ambiental: a história de um (des)-envolvimento (in)sustentável

“Da televisão ao jornal, da publicidade a todas as epifanias mercadológicas, a nossa sociedade canceriza a vista, mede toda a realidade por sua capacidade de mostrar ou de se mostrar e transforma as comunicações em viagens do olhar. É uma epopéia do olho e da pulsão de ler. (...) **O binômio produção-consumo poderia ser substituído por seu equivalente geral: escritura-leitura**” (grifos nossos; Certeau, 1996, p.48-49).

A afirmação de que o binômio produção-consumo está na base do binômio escritura-leitura (ou escrita-leitura ²⁴) enfatiza o caráter instrumental da “economia escriturística”, uma questão que está no cerne da problemática ambiental. Mais adiante ele retoma essa analogia entre produção-consumo e escrita-leitura numa passagem que aponta sua relação com outras características marcantes na nossa sociedade:

“A leitura é apenas um aspecto parcial do consumo, mas fundamental. **Numa sociedade sempre mais escrita, organizada pelo poder de modificar as coisas e reformar as estruturas a partir de modelos escritos (científicos, econômicos, políticos)**, mudada aos poucos em ‘textos’ combinados (administrativos, urbanos, industriais etc), **pode-se muitas vezes substituir o binômio produção-consumo por seu equivalente e revelador geral, o binômio escrita-leitura**” (grifos nossos; Certeau, 1996 p.262).

As sociedades ocidentais construíram, em suma, uma forma de comunicação reificada, materializada na escrita, embora pudessem ter continuado essencialmente orais ²⁵. Certeau sustenta que é a partir da modernidade (séculos XVII e XVIII) que a economia escriturística se forma (p.221) e que seu tema é a oralidade modificada por três ou quatro séculos de trabalho ocidental. Ele enfatiza que escrita e oralidade não são termos opostos

no sentido arqueológico pois partilham o mesmo princípio fundador (p.223). A economia escriturística surge de uma fratura na antiga unidade da Escritura que falava (p.256).

Também McLuhan (1977), em “A galáxia de Gutenberg”, associa a modernidade aos meios escritos de comunicação. Ele afirma que a invenção da prensa tipográfica, o então novo meio de comunicação, provocou mudanças de grande magnitude no universo cultural do mundo ocidental e se estendeu por todo o planeta. Por meio de uma minuciosa análise, McLuhan desenvolve argumentos muito interessantes a respeito da origem da modernidade e seu contexto histórico. Ele mostra a ligação entre o surgimento da era dos homens gutenberguianos da cultura da palavra impressa, que criou o indivíduo, o público, o Estado, as nações, o pensamento científico e a globalização da vida humana em diversos sentidos e esse espírito moderno ²⁶.

Para Certeau, o contexto histórico que surge com a generalização da escrita - a modernidade - está inextricavelmente associado à possibilidade de criar um espaço de acordo com um querer, e de não se perder nada do tempo que passa, além da possibilidade de computá-lo e acumulá-lo. Diversos são os argumentos que encontram um paralelo insólito com as discussões não reducionistas sobre a chamada crise ambiental. Dentre eles se destaca o fato de Certeau afirmar que o progresso é do tipo escriturístico (e o que se distancia do mundo mágico das vozes e da tradição) e que o oral é aquilo que não contribui para o progresso.

É impossível não retomar aqui a discussão sobre o conceito de desenvolvimento (sinônimo e atual substituto da palavra progresso) nas sociedades industriais. Comentamos no primeiro capítulo que tanto Brügger (1992 p.135) quanto Scheibe e Buss (1992 p.399) chamam a atenção para o fato de que desenvolvimento, no sentido hegemônico, tem sido na

verdade um (des)envolvimento. Para Brügger, a história tem mostrado que (des)envolver é “romper o envolvimento de determinados povos com sua cultura no sentido mais amplo - fragilizar e ‘pasteurizar’ tanto a diversidade biológica quanto cultural”. E o final desse processo é uma conversão à cultura da sociedade industrial, uma cultura cientificista, tecnológica e unidimensional. Scheibe e Buss destacam o sentido literal da palavra que, em diversas línguas ocidentais, significa *tirar do invólucro, do envelope, desembrulhar e desenovelar*, sendo em sua origem, um conceito negativo. Eles também enfatizam que “des-envolver é romper amarras, inclusive aquelas representadas pelo próprio meio ambiente, natural ou construído”.

Comentamos também no primeiro capítulo que esse processo desembocou nas atuais divisões Norte-Sul ou Primeiro e Terceiro mundos, as quais contam uma parte da história da crise ambiental, uma vez que essas divisões intensificaram o processo de exploração da natureza (incluindo o homem). É importante destacar que esses povos “primitivos” e “atrasados” tiveram que incorporar a escrita, e toda uma visão de mundo a ela subjacente (uma racionalidade essencialmente instrumental).

Essa discussão sobre desenvolvimento tem ainda muito a ver com a crítica que Goody faz ao *Grand Partage*. Ele comenta (p.36) que falamos de civilizações ‘primitivas’ e ‘avançadas’ quase como se os espíritos humanos diferissem em sua estrutura como máquinas de modelo antigo e recente. Segundo ele, os quadros teóricos cujos estudos resultaram na expressão de diversas dicotomias por ele criticadas (como selvagem e domesticado, por exemplo) excluía ou aceitavam de uma maneira simplista a idéia de um desenvolvimento. Os sociólogos e antropólogos que se interessavam por essas questões tiveram uma tendência em deixar de lado quaisquer considerações sobre o desenvolvimento

(que eram freqüentemente rotuladas de pseudo-históricas, especulativas ou evolucionistas) ou mesmo toda e qualquer perspectiva histórica e preferiram adotar o relativismo cultural já mencionado. Mas isso resultou numa visão mais ou menos unilinear das mudanças (pois termos como tradicional e moderno, desenvolvido e em desenvolvimento foram mantidos).

Goody comenta também que, a partir do momento em que se empreende um trabalho comparativo, encontra-se necessariamente problemas de evolução e que apesar de as ciências sociais contemporâneas terem desconfiado dos quadros que implicavam em uma idéia de evolução, esse pensamento perpassou em alguma medida a melhor sociologia. Como exemplos, ele cita Dürkheim e Weber e enfatiza que havia, na maior parte de seus trabalhos, uma perspectiva etnocêntrica. Goody discorre aqui sobre diversas questões e críticas já mencionadas por nós e destaca que dentro dessa visão, há uma tendência em ver esse processo de mudança (como a passagem do mito à história) como um progresso. Junta-se a isso um julgamento de valor, que tende a introduzir uma distorção na nossa percepção do que seja esse desenvolvimento, sobretudo quando ele é considerado em termos tão gerais como mentalidades pré-lógicas e lógicas (distinção feita por Lévy-Bruhl). Essas diferenças são ainda pensadas de maneira dualista, o que leva a supor, por exemplo, a existência de uma 'filosofia indígena' global e única, em oposição à nossa (cf. Goody, 1972 p.36-39).

As idéias acima tornam mais clara a impertinência da idéia de um *Grand Partage*, de uma oposição única, por isso concordamos com Goody em afirmar a existência de uma sucessão de mudanças cada uma com seus efeitos específicos sobre os sistemas de pensamento. McLuhan (1977) coloca as línguas como tecnologias, no sentido de extensão dos sentidos do homem. Assim, cada sistema de linguagem-pensamento estaria

influenciado pelas relações e meios de comunicação, diversificados em diferentes tipos de relações com o entorno (o que eventualmente corresponderia a diferentes graus de ruptura como resultado da criação de esferas mais ou menos reificadas). Esse argumento não contradiz de modo algum a idéia de uma progressiva ruptura com o entorno. Os universos reificados não pararam de crescer, pelo menos na sociedade industrial. E a tecnociência vem intensificando esse processo. É nesse sentido que (des)envolver é mesmo a ruptura com o entorno mencionada antes.

Dois comentários se impõem aqui. O primeiro é o fato de que tanto Brügger quanto Scheibe e Buss associam o desenvolvimento a um processo de ruptura com o entorno. E o segundo é que, assim como Marcuse (1982), Santos (1994 p.42-43) Certeau (1996 p.60) e outros, eles enfatizam a existência de um nivelamento por uma racionalidade técnica única subjacente a esses processos de “desenvolvimento”. Goody, que também corrobora esse pensamento, associa ainda esse contexto ao uso da escrita:

“O desenvolvimento tecnológico, que determina tanto as possibilidades quanto os limites da interação social, segue, através da história humana, uma direção globalmente idêntica. (...) embora haja exceções, existe uma direção de um todo, sobretudo no campo do que chamamos “a dominação da natureza” e “o progresso dos conhecimentos” e esse movimento deve estar associado aos desenvolvimentos das técnicas intelectuais, aos meios de comunicação e em particular à introdução da escrita” (Goody, 1972 p.252).

Ao analisar o mito de Robinson Crusoe, de Daniel Defoe, Certeau (p.227) nos fornece mais alguns importantes elementos para tecer paralelos entre a economia escriturística e o processo de (des)envolvimento. Ele faz uma analogia entre os três elementos que destaca como intrínsecos à prática escriturística e esse mito: a ilha que

demarca um lugar próprio, a produção de um sistema de objetos por um sujeito senhor e a transformação de um mundo 'natural'. Certeau nos mostra ainda, através de Robinson Crusoe, como uma falha se introduz no império escriturístico. É a impressão (*print*) de um pé descalço na areia. Robinson vai recuperar o poder de dominar quando substituir o sinal de uma falta (uma presença de ausência) por um ser palpável, um objeto visível: Sexta-Feira.

Também o meio ambiente teve que ser reificado para ser inteligível. A falta de uma coisa, pode ser o subjetivo, o incomensurável, os outros aspectos da *physis* que foram descartados em favor de um conceito de natureza *strito sensu*. Certeau prossegue e destaca que a desordem se deve a algo passageiro e esse algo passageiro é o selvagem. O 'selvagem' cria e define aquilo que a economia escriturística situa fora de si. Ele se marca por manchas ou rastros, mas não se escreve. Sexta-Feira será submetido às seguintes alternativas: a ruptura (aqui no sentido revolucionário de insubordinação) ou fazer de seu corpo a efetivação da língua dominante. A história da colonização do Terceiro Mundo, sobretudo ²⁷, mostra que até o presente momento o padrão de (des)envolvimento (que inclui a ruptura com a oralidade) discutido anteriormente, o "fazer de seu corpo a efetivação da língua dominante", tem sido a regra.

É interessante notar que Gonçalves (1988 p.17) chama a atenção para um determinado sentido atribuído à natureza, a partir dos séculos XVI e XVII e que tem por origem os relatos de viajantes a respeito dos povos "primitivos". Ele destaca que esses povos foram vistos como selvagens, isto é, que vêm da selva, (portanto opostos à civilização) e atrasados porque não tinham escrita, Estado ou classes sociais. Gonçalves destaca ainda que o fato de se ter enfatizado o que eles não têm, e não o que eles são, fez

com que as diferenças se transformassem em hierarquia através do evolucionismo linear. E o resultado, enfatiza ele, é que ecocídio e etnocídio têm caminhado juntos, como comentamos antes (cap.I; p.14).

Vale destacar que, além de McLuhan, Goody e Certeau argumentam que a escrita foi e é uma condição para a criação do Estado. Certeau afirma que “a generalização da escritura provocou (...) a substituição do costume pela lei abstrata, das autoridades tradicionais pelo Estado e a desagregação do grupo em benefício do indivíduo” (p.263). Goody argumenta (p.56) que a adoção de formas escritas de comunicação foi uma condição intrínseca para o desenvolvimento dos Estados de amplas dimensões, de sistemas de governo mais impessoais e abstratos e, ao mesmo tempo, desde que se descartou uma relação de simples troca verbal, se deu menos importância à presença face a face dos envolvidos. Citando e complementando o pensamento de Weber, Goody comenta que o funcionamento das organizações burocráticas depende estreitamente da escrita e que as relações com os superiores e inferiores tende a ficar mais impessoal. Certeau destaca ainda que “a escritura se torna um princípio de hierarquização social que privilegia, ontem o burguês, hoje o tecnocrata” (p.230)²⁸.

Ela funciona como a lei de uma educação organizada pela classe dominante que pode fazer da linguagem (retórica ou matemática) o seu instrumento de produção. Ainda aqui Robinson esclarece uma situação: o sujeito da escritura é o senhor, e o trabalhador que usa outra ferramenta, além da linguagem: será Sexta-feira” (p.230). Essa divisão social do trabalho (intelectual e braçal) não seria tão perniciosa se não estivesse associada ao próprio conceito de desenvolvimento que, nas sociedades industriais, se tornou o

desenvolvimento tecnológico *tout court*. Esse reducionismo faz parte da racionalidade instrumental, unidimensional, destacada antes.

Marcuse (1982 p. 32) enfatiza que no padrão unidimensional de pensamento e comportamento “as idéias, as aspirações e os objetivos que por seu conteúdo transcendem o universo estabelecido da palavra e da ação são repelidos ou reduzidos a termos desse universo”. Essa frase de Marcuse sintetiza muito bem o que vimos discutindo até aqui pois, entre outras questões, esse é exatamente o cerne da crítica que fazem Goody e Certeau à pesquisa etnológica hegemônica. Um exemplo claro é a redução gráfica decorrente da aplicação de quadros à complexidade oral, apontada por Goody. Trata-se literalmente de uma redução aos termos desse específico (o nosso) universo. Subjacente a tudo isso existe uma negação da alteridade, da diversidade. Esse universo de pensamento e ação, essa sociedade-cultura traz portanto em seu *ethos* um forte elemento anti-ecológico. E essa característica da “personalidade” da nossa cultura faz parte de nossa relação com a natureza e com as outras culturas.

Assim como Goody, Certeau nos alerta para outras situações de unidimensionalização das alteridades. Diversos são, de fato, os paralelos que podemos traçar entre os argumentos de Goody e de Certeau no que tange às conseqüências da generalização da escrita: a domesticação dela resultante, a instrumentalidade da letra transmutada em razão científica e política, a transformação da natureza e a crítica à tradição de pesquisa etnológica dominante. Quanto a essa última questão, Certeau acrescenta ainda que

(...), desde o século XVIII ao XX, os etnólogos ou os historiadores consideram as técnicas respeitáveis em si mesmas. Destacam aquilo que *fazem*. Não sentem necessidade de interpretar. Basta descrever. Ao

contrário, consideram como ‘lendas’ que significam outra coisa diferente do que dizem as histórias pelas quais um grupo situa ou simboliza suas atividades. Estranha disparidade entre o tratamento dado às práticas e o dado aos discursos. Onde o primeiro registra uma ‘verdade’ do fazer o outro decodifica as ‘mentiras’ do dizer” (Certeau, 1996 p.139).

Como Goody, Certeau critica diversas outras dicotomias e práticas estabelecidas na tradição hegemônica de pesquisa etnológica. Ele argumenta que na ideologia escriturística, a fábula não sabe o que diz e precisa ser traduzida (p.254). A idéia de que há uma redução gráfica, que gera uma outra *mise en ordre*, decorrente do tratamento do mito como texto, enfatizada por Goody, é corroborada por Certeau, quando este diz que “a oralidade selvagem deverá ser escrita no discurso etnológico” (p.254). Ele chama a atenção para o fato de haver um trabalho de usinagem que transforma em produtos culturais escritos e legíveis o material fornecido como fábula. Uma das etapas dessa usinagem que é a tradução permite, diz Certeau, “passar de uma língua a outra, eliminar a exterioridade transferindo-a para a interioridade e transformar em ‘mensagens’ (escriturísticas, produzidas e ‘compreendidas’) os ‘ruídos’ insólitos ou sem sentido procedentes das vozes” (p.254-255). “A ‘fábula’ é portanto uma palavra plena, mas que deve esperar a exegese erudita para que se torne ‘explícito’ o que ela diz ‘implicitamente’ (p.254).

Marcuse possivelmente diria que a compreensão dessas fábulas “pressupõe o colapso e a invalidação precisamente daquele universo da locução no qual se quer traduzi-las” (Marcuse, 1982 p. 181).

Goody (p.54-55; 249), que argumenta no mesmo sentido de Certeau, destaca “que história, no sentido mais amplo, é ligada à utilização de material documentário e portanto inseparável das culturas escritas, como a distinção que fazemos com a ‘pré-história’ sugere

implicitamente (antes da escrita há a pré-história das sociedades onde reina o mito). Goody destaca que Lévi-Strauss afirma que ‘não há história sem datas’, mas seria mais exato dizer que não há história sem arquivos. Ele comenta ainda que, sem entrar nas ambigüidades da noção de mito, se usa muito essa palavra para designar o que aparece retrospectivamente como falso ou inverificável”.

“A prática escriturística assumiu valor mítico nos últimos quatro séculos reorganizando aos poucos todos os domínios por onde se estendia **a ambição ocidental de fazer sua história e, assim, fazer história**. Entendo por mito um discurso fragmentado que se articula sobre as práticas heterogêneas de uma sociedade e que as articula simbolicamente” (Certeau, 1996 p. 224; grifos nossos).

O mais dramático é que esse específico “fazer História” desqualifica outras histórias (que passam a ser estórias) e outros saberes (veja também Brügger, 1994 p. 81-83; Brügger, 1999 p.82-84).

No último capítulo, Certeau destaca a existência de uma falha nesse poderoso império escriturístico quando nos fala do imprevisto, de um “tempo acidentado” que se insurge, que teima em subsistir contra a hegemonia da racionalidade técnica:

“O tempo acidentado aparece somente como a noite que constitui um ‘acidente’ e lacuna na produção. É uma falha do sistema, e seu adversário diabólico: isso a historiografia se encarrega de exorcizar substituindo essas incongruidades do outro pela transparente organicidade de uma inteligibilidade científica (correlações, ‘causas’ e efeitos, continuidades em série etc) ²⁹. O que a prospectiva não faz a historiografia garante, obedecendo à mesma exigência (fundamental) de cobrir pela produção de uma ‘razão’ (fictícia) a obscenidade do indeterminado” (Certeau, 1996 p.311).

Certeau comenta que os selvagens, os loucos, as crianças e até mesmo as mulheres formam as vozes e os gritos do povo excluído da escritura (p.252).

Não é por acaso que Gonçalves (1988 p.18) enfatiza que “todos aqueles seres que são culturalmente vistos como próximos da natureza são discriminados, no sentido da dominação. A mulher sensível e não racional, a criança ‘pré-lógica’ e que ainda não atingiu o pensamento abstrato, o operário e o camponês porque trabalham com as mãos e não com o intelecto” (ou seja, os “sextas-feiras”). Gonçalves (1989 p.10-13) nos ensina ainda que são precisamente esses grupos que, em maior ou menor grau se caracterizam pela exclusão social, vêm formando movimentos que desde os anos 60’ têm criticado não somente o modo de produção, mas também o modo de vida. Tais movimentos, enfatiza ele, se constituem em importantes raízes culturais do movimento ecológico.

Trabalhar é portanto **escrever** e só se compreende o que se escreve. Isso, como enfatiza Certeau, **se constitui na lei interna do que se constituiu como “ocidental”**. Nos últimos três séculos, aprender a escrever define a iniciação por excelência em uma sociedade capitalista e conquistadora.(...) A formação da criança moderna é uma prática escriturística (p.224-227; grifos nossos)”. Certeau enfatiza que esse texto que antes era escolar, hoje é a própria sociedade³⁰. Vejamos mais detalhes sobre essa prática.

Para Certeau a escrita é “uma atividade concreta que consiste, sobre um espaço próprio, a página, em construir um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado”. E ele distingue três elementos decisivos: primeiro, a página em branco é um espaço ‘próprio’ que circunscreve um lugar de produção para o sujeito.(...) Gesto cartesiano de um corte instaurador, com um *lugar* de escritura, do domínio (e isolamento) de um sujeito diante de um *objeto*. Assim se acha (o sujeito) na posição “de

ter que gerir o espaço, próprio e distinto, onde executar um querer próprio. Em segundo lugar, aí se constrói *um texto*. Fragmentos ou materiais lingüísticos são usinados, neste espaço, segundo métodos explicitáveis e de modo a produzir uma ordem e um sistema. Na página em branco, uma caminhada compõe o artefato de um outro mundo, agora fabricado. Um terceiro elemento é que essa construção não é apenas um jogo. O jogo escriturístico, produção de um sistema, tem como ‘sentido’ remeter à realidade de que se distinguiu em vista de mudá-la; almeja a uma eficácia social e atua sobre a sua exterioridade; permite agir sobre o meio e transformá-lo (p.225).

Existe, como vemos, uma enorme convergência entre os argumentos de Goody e Certeau. Mas neste ponto da discussão se faz necessário outro corte, a fim de selar mais algumas semelhanças entre a racionalidade gráfica, a ciência e a questão ambiental. Mais uma vez, vamos recorrer a Gonçalves (1989 p.37) que nos adverte que os traços mais marcantes da ciência que se tornou hegemônica e conseqüentemente da sociedade industrial, cuja cultura é essencialmente cientificista, são: “a oposição homem-natureza; a oposição sujeito-objeto; e o paradigma atomístico-individualista”. Esses são os traços mais importantes de uma cultura que tem se mostrado irresponsável com a natureza e instituidora de uma relação de exploração do homem pelo homem sem precedentes históricos. De fato, Marcuse (1982 p.160) nos adverte que “(...) a ciência, em *virtude de seu próprio método* e de seus conceitos, projetou e promoveu um universo no qual a dominação da natureza permaneceu ligada à dominação do homem”.

“A escritura adquire um direito sobre a história, em vista de corrigi-la, domesticá-la ou educá-la. Ela se torna poder nas mãos de uma ‘burguesia’ que coloca a instrumentalidade da letra no lugar do privilégio do nascimento, ligado à hipótese de que o mundo dado é razão. Faz-se ciência e política, com a certeza, logo transformada em

postulado 'esclarecido' ou revolucionário, **de que a teoria deve transformar a natureza inscrevendo-se nela.** Ela se faz violência, cortando e arrancando na irracionalidade de povos supersticiosos ou de regiões enfeitiçadas. A imprensa representa essa articulação do texto no corpo mediante a escritura” (Certeau, 1996 p.236)

A racionalidade gráfica ou escriturística, de que nos falam Certeau e Goody, partilha de aspectos muito expressivos com a racionalidade responsável pelo processo que detonou a chamada crise ambiental. E nem poderia ser diferente pois, a rigor, ela está na base, é parte dessa crise: ambas se caracterizam pela dominação do espaço natural por um sujeito senhor, com vistas à sua modificação (a substituição do natural pelo artificial ou virtual); pela exploração dos homens pelos homens (através da exacerbação das hierarquias naturais e criação das artificiais); pela contribuição no processo de transição do viver em comunidade para o viver individual, característico das sociedades industriais; e pela dicotomia sujeito-objeto (“homem-natureza” e “escritor-página em branco”). Eis a essência da racionalidade científica também:

“Ela (a empresa escriturística) estoca aquilo que vai selecionando e se dá os meios de uma expansão ³¹. Combinando o poder de *acumular* o passado e o de *conformar* a seus modelos a alteridade do universo, é capitalista e conquistadora. O laboratório científico e a indústria (que é, com razão, definida por Marx como ‘o livro’ da ‘ciência’) obedecem ao mesmo esquema” (Certeau, 1996 p. 226).

E assim como na ciência, onde o cientista se distancia do seu objeto, Certeau (p.230) destaca que “devido a esse isolamento do sujeito, a linguagem se objetiva, tomando-se um campo que se deve lavrar e não mais decifrar, uma natureza desordenada que se há de cultivar. A ideologia dominante se muda em técnica, tendo por programa

essencial *fazer* uma linguagem e não mais *lê-la*". A própria linguagem deve ser agora fabricada, 'escrita'.

Certeau (p.227-229) se remete, com isso, a duas outras características da escrita: o novo tratamento da língua pelo sujeito locutor e sua relação com a perda de uma Palavra identificadora, que como foi mencionado antes, está na origem do surgimento da economia escriturística. Aqui entra em cena a questão da Escritura por excelência, a Bíblia que, antes do período moderno era a que falava. O texto sagrado é uma voz, um "*querer dizer*" que espera um "*querer ouvir*" do leitor, do qual depende o acesso à verdade. Com a chegada da modernidade ³², a verdade passa a ser um "*querer fazer*", resultado de um trabalho histórico, crítico, econômico. Há uma desvalorização do enunciado e uma progressiva concentração sobre o ato de enunciar, a enunciação. Mede-se o ser pelo fazer e perdem-se as identidades fundadas nas palavras. Inicia-se então a era de "quem fala a quem" e o problema de uma linguagem que se deve fazer e não mais ouvir. A partir de então os indivíduos se tornam sujeitos e são obrigados a apoderar-se de um espaço e a produzir uma escrita. A escritura por excelência vai cedendo espaço para dar lugar a outra que vai paulatinamente se tornando hegemônica. Essa nova escritura se concretiza sob formas científicas, eruditas ou políticas e não é mais o que fala, mas o que se fabrica ³³:

"Agora, o texto não provém mais de uma tradição. É imposto pela geração de uma tecnocracia produtivista. Não se trata mais de um livro de referência mas de toda a sociedade feita texto, feita escritura da lei anônima da produção" (p.50).

É interessante notar que Munford (apud Gonçalves, 1988 p. 16) ressalta que na Idade Média não havia o conceito do que os homens chamam hoje de ciência. "O estudo das coisas por si mesmas não tinha significado para o pensador. O trabalho do estudioso da

natureza era descobrir a verdade eterna que Deus queria que cada coisa expressasse”. Gonçalves afirma nessa mesma página que a partir dos séculos XVI e XVII se inicia uma progressiva valorização do conhecimento pragmático-utilitarista (que está na base da filosofia cartesiana).

A cultura das sociedades ocidentais passa então, paulatinamente, de um primado teológico para um primado tecnológico e “(...) desde que não é mais do tipo teológico, a ciência constituiu o *todo* como o seu *resto*, e este resto se tornou o que agora denominamos a cultura” (Certeau, 1996 p.65). Goody (p.83) também compartilha desse pensamento ao afirmar que “a atividade intelectual conheceu uma mudança a longo termo que a fez passar pelo essencial do religioso ao secular e ao técnico”. Mas ele enfatiza sobretudo a importância da escrita e prossegue: “Esse processo pode parecer se inscrever no desenvolvimento global da secularização e da ciência que teve por efeito tornar incomparavelmente mais complexa a atividade intelectual dentro da sua organização: ela depende entretanto de uma utilização muito maior da escrita - escrita que é agora condição interna de toda organização política e econômica e não somente da vida intelectual”.

Tanto os argumentos de Certeau quanto os de Goody nos mostram de forma clara a autorreferencialidade subjacente ao binômio escrita-racionalidade, mencionado na discussão sobre o método (cap.II). De uma forma simplista pode-se dizer que a partir dos primeiros “registros do mundo em palavras”, emergiram novas relações sociais e cognitivas as quais instituíram uma racionalidade que, ao se desdobrar em novas nuances, passou a existir independentemente do espaço de sua gestação, se estendendo por outros domínios que não o da comunicação propriamente dita. Esta é a auto-mobilidade do sistema escriturístico a que se refere Certeau:

“A própria revolução, esta idéia ‘moderna’, representa o projeto escriturístico no nível de uma sociedade inteira que tem a ambição de se *constituir* em página em branco com relação ao passado, de se escrever a si mesma (isto é, produzir-se como sistema próprio) e de *refazer a história* pelo modelo daquilo que fabrica (será o ‘progresso’). Será apenas necessário que esta ambição multiplique a operação escriturística nos campos econômicos, administrativos ou políticos, para que se realize o projeto. Hoje, por uma inversão que indica a ultrapassagem de um limiar nesse desenvolvimento, o sistema escriturístico anda automovelmente; ele se torna auto-móvel e tecnocrático; muda os sujeitos que tinham o seu domínio em executores da máquina de escrever que os comanda e utiliza. Sociedade informática³⁴ (Certeau, 1996 p.226-227).

Certeau admite que “as vozes ainda falam mas também foram apropriadas de todas as maneiras, mediatizadas pelo rádio, TV e depuradas pelas técnicas de sua difusão (...) torna-se muitas vezes a imitação do que a mídia produz e reproduz dela(s)”.

“A inquietude da enunciação se encontra portanto a priori liquidada, antes de voltar hoje como problema da comunicação. A crescente fabricação de ordenamentos objetivos, colocada sob a bandeira do ‘progresso’, pode também passar pelo relato autobiográfico dos seus promotores: eles se contam em suas realizações. **A história que se faz a história deles, (...) reduz a natureza a ser apenas o fundo inesgotável sobre o qual se destacam e de onde se arrancam os seus produtos**” (Certeau, 1996 p.251; grifos nossos).

A citação acima reforça mais uma vez as conexões entre a “economia escriturística” e a questão ambiental e introduz a última parte desta leitura ambientalista da comunicação: mídia e meio ambiente no mundo globalizado.

Notas

(1): O autor comenta que errou, em trabalhos anteriores, em não reconhecer plenamente os progressos realizados por outras civilizações escritas, estando mais preocupado com o 'caráter único do Ocidente', das sociedades que apareceram com a civilização grega e por isso, havia se preocupado em demasia com a escrita alfabética.

(2): O autor inicia (p.40) uma crítica de algumas páginas a Lévi-Strauss comentando que o seu livro "La pensée sauvage" tem como ponto de partida uma divisão dicotômica entre pensamento selvagem e pensamento domesticado. Goody elabora (p.44) um quadro onde, segundo ele, Lévi-Strauss implícita ou explicitamente expõe as dicotomias (semelhantes em larga medida às mencionadas há pouco) que o autor critica como etnocêntricas e características da teoria sociológica contemporânea da expansão européia (p.46). Em diversos momentos do livro, Goody retorna a essas dicotomias (por exemplo, p.247). É interessante destacar também que essa divisão dicotômica se faz sentir na passagem em que Moscovici define "representações sociais" (capítulo IV). Ele aponta uma identidade entre mito e representações sociais, as quais se opõem à ciência.

(3): O *Grand Partage* (*Grand Dichotomy*, no original) seria um ponto único de ruptura a partir do qual se introduzem categorias binárias de desenvolvimento. Mas ele comenta, com relação a essa idéia, que ninguém sabe situar esse salto inicial, se na Europa do século XVI, na Grécia do século V AC, ou na Mesopotâmia do 4º milênio.

(4): Em nossas divergências com Foucault (1992), no capítulo III, destacamos exatamente esse aspecto: ele frequentemente se limita a mencionar diferenças entre uma época e outra, sem contudo atribuir nenhuma razão a elas.

(5): Goody considera também a introdução mais recente da escrita nas sociedades que permaneceram orais - um processo que pode ser observado atualmente na África do Oeste - para tentar apreender, não somente que impacto tiveram as escritas árabes e européias sobre as sociedades sem escrita, mas também como fazem os indivíduos e as sociedades para adquirir e se apropriar da escrita.

(6): Goody discorda (p.76-77) da opinião geral de que os mitos sejam imutáveis. Eles também sofrem modificações ao longo do tempo e muitas delas são introduzidas por pessoas que poderiam ser consideradas intelectuais na nossa sociedade. Os mitos e os relatos são criações contínuas. Cada recitante é autor, embora uns mais do que outros. De fato, argumenta ele, "a repetição exata (...) parece muito mais característica da transmissão escrita das obras literárias do que da reprodução oral dos poemas" (p.206). Veja também p.204; p.209.

(7): Nas sociedades sem escrita, comenta ele, os procedimentos operatórios são de natureza mais concreta. Ele toma como exemplo os LoDagaa: quando se pede que contem alguma coisa, a primeira pergunta é contar o quê pois dependendo dos objetos a contar, os procedimentos são diferentes (p.52).

(8): Na nossa sociedade há uma utilização muito extensa de signos, sobretudo por parte da grande mídia. É interessante notar também que Bruner (apud Goody, 1979 p.185) fala em representação icônica (percepção de semelhanças entre imagens), em contraste com a representação simbólica (que define a linguagem humana).

(9): Concordamos com a argumentação de Goody, mas gostaríamos de enfatizar que aceitar a afirmação de que o pensamento científico se caracteriza pelo ceticismo é faltar com a verdade. Há uma grande diferença entre o que é e o que deveria ser. O pensamento científico se arroga mais ceticismo do que na verdade ele encerra ou que o caracteriza na prática. O ceticismo só é válido para poucos. Para a maioria, a ciência é quase um fundamentalismo e não é só o homem comum - o “analfabeto” em ciência como diriam alguns - que tem uma fé cega na ciência.

(10): Foucault (1992 p. 94) afirma que (...) “a linguagem clássica está próxima do pensamento que ela é encarregada de manifestar; não lhe é, porém, paralela; está presa na sua rede e tecida na trama mesma que ele desenvolve. Não é efeito exterior do pensamento, mas o próprio pensamento”. Mas nos perguntamos se existe alguma linguagem que seja efeito exterior do pensamento, que não seja o próprio pensamento.

(11): Segundo Goody (p.132), a primeira forma de escrita foi a cuneiforme. Admite-se que o primeiro sistema completo de escrita se desenvolveu entre os sumerianos em torno de 3000 antes de Cristo a partir de um elemento precursor que talvez esteja na origem de outras escritas. As plaquetas ou etiquetas de argila foram a forma mais antiga de escrita. Segundo o autor, o estudo das listas é de tal importância que ele menciona (p.148) um ramo particular do conhecimento chamado *Listenwissenschaft*, que corresponderia à ciência das listas - ou que estuda as listas - que se desenvolveu a partir das listas lexicais sumerianas (para maiores detalhes sobre as mudanças cognitivas engendradas pelo ato de elaborar listas, veja p.192-196).

(12): No capítulo IV (nota 4) comentamos, com Cassirer, que a expressão simbólica não mais desaparece se o som verbal lhe imprime o seu selo. Destacamos agora que o “selo escrito” é ainda mais duradouro.

(13): No segundo capítulo de seu livro, Goody defende a idéia da existência de intelectuais em sociedades sem escrita. De fato, se encararmos de forma não reducionista o conceito de intelectuais, é possível concordar inteiramente com a argumentação do autor.

(14): Se por um lado o oral é menos reificado, por outro, “graças à retórica, os demagogos podem agir mais diretamente sobre o auditório que a mensagem escrita. (...) escutar uma peça musical ou teatral ou lê-las não é a mesma coisa; o que está em jogo aqui é a

imediatidade do contato pessoal, do papel do gesto e da entonação próprios da comunicação oral; a forma oral é intrinsecamente mais persuasiva, menos susceptível à crítica” (cf. Goody, 1979 p.106).

(15): Segundo Heidegger (1969 p.130-131), “*doxa* é a consideração em que alguém se encontra, no sentido mais amplo. A *doxa* no sentido do que se supõe dessa ou daquela maneira, é a opinião”.

(16): Os tradutores do livro de Goody para a língua francesa, Bazin e Bensa corroboram essa idéia quando afirmam (p.10) que “o texto escrito é por si mesmo gerador de uma consciência mais aguda das estruturas da língua tanto sintáticas (ou gramaticais) quanto semânticas (sistemas categoriais). É difícil de imaginar que a lingüística - a ciência da língua falada - pudesse existir sem a escrita. As estruturas mencionadas já existiam é claro antes de as conhecermos melhor, mas explicitá-las não é apenas fazê-las aparecer, é também transformar seu estatuto, modificar a relação que os locutores têm com ela: ela se torna uma regra”. Quanto à questão visual, Goody comenta (p.261) que um anagrama não é possível oralmente. Trata-se de uma exploração no campo visual.

(17): Segundo Goody, os hebreus foram os primeiros a usar uma escrita do tipo alfabética. “O alfabeto torna a leitura e a escrita mais fáceis e próprias a uma utilização mais ampla e mais diversificada. De outro lado, os primeiros alfabetos silábicos e consoânticos já representavam uma simplificação com relação aos logogramas sumerianos”. Ele comenta (p.142) que os primeiros sistemas alfabéticos permitiram uma extensão da prática da escrita; mas também os sistemas mais antigos influenciaram a organização da vida social e dos sistemas de conhecimento. Na p.155 ele fala da passagem para o fonético e o reducionismo que lhe foi necessário; e aventa também (p.195) a possibilidade de mudanças em nível de sistema nervoso central (como d’Aquili afirma com relação à linguagem), decorrentes da escrita alfabética.

(18): Goody propõe um exemplo de como as técnicas de escrita cumprem um papel de ferramenta analítica favorecendo o espírito crítico e o progresso do conhecimento. O exemplo que ele cita é o da crítica que Margaret Masterman faz aos muitos sentidos atribuídos por Kuhn à palavra paradigma (p.104-105). Goody argumenta que transcrevendo a palavra, permite-se a possibilidade de um exame crítico de natureza muito diferente, pois se o livro de Kuhn fosse um discurso, dificilmente seria possível detectar os vinte e um sentidos levantados por Masterman.

(19): Segundo Gonçalves (1989 p. 28-36) dois outros momentos históricos aprofundaram a dicotomia homem-natureza e espírito-matéria. Um deles foi a assimilação aristotélico-platônica que o cristianismo fez em toda a Idade Média, que cristalizou definitivamente a separação entre espírito e matéria. Essa visão se deu através da censura de outras leituras (como demonstrou Umberto Eco em *O Nome da Rosa*); instituiu um Deus antropomórfico - que aparece com letra maiúscula, diferentemente dos pré-socráticos - que sobe aos céus e passa a agir sobre o mundo imperfeito dos mortais. Arendt (1983 p.27) comenta ainda que “os deuses gregos eram *anthropophyeis*, isto é, dotados da mesma natureza do homem e

não apenas da mesma forma”. Da separação corpo-alma emerge um sujeito (o que faz viver) que vai para o céu (ou inferno) e um corpo que pode então virar objeto. Isso foi a base para a prática de dissecação de cadáveres. Enfim, o método experimental já estava em prática muito antes de Galileu. Contudo, argumenta Gonçalves, é com Descartes que essas dicotomias se tornaram mais completas. Ele cita um trecho do famoso *Discurso sobre o Método* e argumenta que este encerra as principais idéias que estão na base da essência da modernidade, como o caráter pragmático que o conhecimento adquire e o antropocentrismo.

(20): Oliveira (1996) nos mostra a possibilidade de traçar elementos de uma “ética ecológica heraclitiana” que, entre outras questões, está relacionada com a noção de *kosmos* a qual, na concepção heraclitiana, contribui para um ‘retorno fenomenológico às coisas mesmas’, para a formulação de um *ethos* ecológico. O resgate fenomenológico do *kosmos* implica ainda no resgate da *physis*. Ainda nesse artigo, o autor aponta importantes aspectos históricos da trajetória do conceito de *kosmos*, de como esse conceito sofre uma fragmentação primeiro na passagem para o mundo “socrático”, e depois com a teologia cristã.

(21): De fato, concordar com dois modos de pensar não só no mesmo indivíduo, mas na mesma sociedade, parece mais sensato. Na verdade diferentes formas de pensamento são construções que existem em determinadas circunstâncias. Dethlefsen & Dahlke (1983 p. 66-68) argumentam que “quando nos conscientizamos de que tanto o tempo quanto a linearidade não existem fora da nossa consciência, o nosso modelo de causalidade sofre um abalo radical, pois percebemos que ela é apenas uma forma subjetiva do pensamento. Neste mundo polarizado, a causalidade é então *uma* perspectiva de nossa forma consciente de interpretar os fatos; trata-se do modo de pensar do hemisfério esquerdo do cérebro. Enquanto a causalidade leva a diferenciações cada vez maiores, a analogia reúne os vários fenômenos em padrões únicos, onibrangentes”.

(22): Certeau (1996 p. 253) tem um comentário interessante a respeito de vogais e consoantes. Ele diz que consoante é razão escrita e vogal, é sopro, efeito singular do corpo. Foucault (1992 p. 126) comenta também que “as vogais são a própria voz (...); as consoantes, em contrapartida, se modificam segundo vias privilegiadas: guturais, linguais, palatais, dentais, labiais, nasais (...)”.

(23): É preciso destacar porém que a explicação atribuída pelos autores é totalmente diferente da de Goody. Para eles, a questão se situa no “modo como a nossa consciência e a nossa necessidade de identificar as coisas divide unidades primordiais em oposições. Basta considerarmos as línguas antigas. Ao que parece, os povos das culturas ancestrais foram mais bem sucedidos quanto a perceber a unidade subjacente às polaridades. Eles ressaltam que esse fenômeno lingüístico (o uso original de uma única palavra para significar pólos opostos), mostra graficamente o modo como uma unidade comum subjaz a toda polaridade. Enfim, enquanto eles indicam uma explicação “inata” - uma necessidade intrínseca à consciência - Goody destaca que a ambigüidade foi eliminada pelo próprio pensamento, através de uma interação com os sistemas gráficos. Ele diz que acredita (p.177) que “foram

as listas que contribuíram para tornar o sumeriano não ambíguo ou menos ambíguo e que a escrita tem mais efeitos sobre a prática da língua que esta última tem sobre a escrita”.

(24): Embora não tenha importância no que tange aos argumentos de Certeau, gostaríamos de destacar que a palavra francesa *écriture* tem diversos sentidos. Um deles, geralmente o primeiro citado em dicionários, é escrita. Tem também o sentido de um escrito que se faz para respaldar um processo; e pode ainda significar (se com maiúscula) Escritura sagrada, entre outros. Somente nesses dois últimos casos “*écriture*” seria “escritura” numa tradução para língua portuguesa. Manteremos a tradução como consta no livro (no caso das citações literais), mas não achamos apropriada a tradução da palavra “*écriture*” por escritura, genericamente. Em alguns casos “*écriture*” é de fato escritura, mas na esmagadora maioria das vezes, o sentido atribuído por Certeau neste livro é de “escrita”.

(25): Uma forma radicalmente oposta de comunicação, no sentido de ausência total de reificação, seria a telepatia. A comunicação telepática é definida por Freud (apud Raffaelli, 1994 p.40) como a “recepção de um processo mental de uma pessoa por outra por outros meios que não a percepção sensorial”. É interessante notar que Sorokin (apud Capra c1982 p.29) argumenta que “o sistema sensualista de valores sustenta que só a matéria é a realidade última e que os fenômenos espirituais nada mais são do que uma manifestação da matéria. Professa valores éticos relativos e a percepção sensorial como única fonte de conhecimento e verdade”. Fica evidente que numa cultura extremamente sensualista como a nossa, quaisquer investigações sobre comunicação telepática sejam marginalizadas ou inconcebíveis.

(26): De fato, Goody corrobora muitas das idéias de McLuhan. Goody destaca (136-137; 178) a influência e conseqüências da introdução dos caracteres móveis de impressão no século XV e enfatiza que ao longo do século seguinte houve um esforço para reformar o sistema educativo que estava muito ligado à difusão do texto impresso e à reprodução de pranchas, graças às técnicas tipográficas recentemente inventadas. Ele também afirma (p.54) que nas culturas escritas qualquer um sabe que sua obra resistirá ao tempo e que isso contribui freqüentemente para estimular a atividade criadora e favorecer o reconhecimento do indivíduo.

(27): Embora esse padrão devastador tenha sido mais intenso no hemisfério sul, Marx (1988) nos mostra como ele também subjugou diversos povos europeus. O objetivo, portanto, era a adequação àquela ordem específica (veja Marx, Karl. A chamada acumulação primitiva. O Capital. 12ª ed. Trad. Reginaldo Sant’Ana. Rio de Janeiro: Bertrand, 828-881, 1988).

(28): Já no século XIV, a simples capacidade de escrever o próprio nome e de compilar as palavras era considerada prova de privilégios eclesiásticos, e quem demonstrasse possuir essas habilidades podia evitar a pena capital apelando a elas (cf. Illich, 1990 p. 25). Hoje os mais letrados (que possuem nível superior de instrução) ainda gozam de privilégios semelhantes.

(29): Cassirer (1992 p.45) comenta que “Todos os conceitos da física teórica não têm como objetivo senão transformar em um sistema, em um conjunto coerente de leis, a ‘rapsódia de percepções’ com que nos é apresentado o mundo sensível”.

(30): Bazin e Bensa (in Goody 1972 p.12) também destacam que “em uma sociedade que conhece a escrita, existem pelo menos dois tipos de enunciados: os que são produzidos espontaneamente (...) e os que são produzidos expressamente por referência a uma norma ou modelo (mais frequentemente definidos pelo grupo dominante) transmitidos por escrito através dos sistema escolar.

(31): A empresa escriturística é também, como diria Capra (c1982 p.32-36), essencialmente *yang* pelo seu caráter expansionista e analítico.

(32): Com relação ao “ser da linguagem”, Foucault (1992, p.58-59; veja também p.80) comenta que “desde o estoicismo, o sistema dos signos no mundo ocidental fora ternário, já que nele se reconhecia o significante, o significado e a ‘conjuntura’. A partir do século XVII, em contrapartida, a disposição dos signos tornar-se-á binária, pois será definida pela ligação de um significante com um significado. No Renascimento, a organização é diferente e muito mais complexa; ela é ternária. Daí três níveis de linguagem a partir do ser único da escrita. É esse jogo complexo que vai desaparecer com o fim do Renascimento”. É interessante notar que Certeau situa o início da modernidade e da “economia escriturística” a partir dos séculos XVII-XVIII.

(33): Foucault (1992 p.78) comenta que “na idade clássica, servir-se de signos não é, como nos séculos precedentes, tentar reencontrar por sob eles o texto primitivo de um discurso afirmado, e reafirmado, para sempre; é tentar descobrir a linguagem arbitrária que autorizará o desdobramento da natureza no seu espaço, os termos últimos de sua análise e as leis de sua composição. O saber não tem mais que desencravar a velha Palavra dos lugares desconhecidos onde ela pode esconder; cumpre-lhe fabricar uma língua e que ela seja bem-feita - isto é, que, analisante e combinante, ela seja realmente a língua dos cálculos”. Ele também destaca (p.132-133) que “toda a reflexão clássica da linguagem (...) não é mais do que o denso comentário desta simples frase: ‘a linguagem analisa’. Nisto é que foi abalada, no século XVII, toda a experiência ocidental da linguagem - ela, que até então sempre acreditara que a *linguagem falava*”.

(34): No campo da informática, sobretudo, só consegue ser competitivo aquele que torna seus próprios produtos obsoletos (antes que o concorrente o faça). Há diversas implicações, muito interessantes, decorrentes disso. Uma delas, diretamente ligada à questão ambiental, se refere à “obsolescência planejada” que contribui para aumentar a entropia nos ciclos naturais sobrecarregando o ambiente com poluição ou tornando necessários os processos de reciclagem (que custam dinheiro e auferem bons lucros a determinados grupos). Uma outra se refere à questões de poder: é a técnica ditando as regras do jogo. Só são “globais” aqueles que têm acesso aos aparatos técnicos mais recentes. Exemplo ? Para quem trabalha com edição de textos, a relação custo-benefício (para situar a questão dentro do “economês”) entre um velho programa como o *Word Star 6.0* e o *Windows* é bastante alta.

No entanto, não existe a opção de continuar com aquele programa. Somos escravos, literalmente, do que for estabelecido como dominante. Essa questão também se liga à problemática ambiental que não trata apenas da dominação da natureza.

CAPÍTULO VI

MEIO AMBIENTE E COMUNICAÇÃO GLOBALIZADA

VI.1. Comunicação e globalização

“A transmissão de dados à velocidade da luz; a digitalização dos textos das imagens e dos sons; o recurso aos satélites de telecomunicações; a revolução da telefonia; a generalização da informática na maioria dos setores da produção e dos serviços; a miniaturização dos computadores e sua conexão em rede à escala planetária têm alterado, progressivamente, a ordem do mundo. Instantaneidade, onivisão e ubiqüidade, até há pouco consideradas superpoderes das divindades do Olimpo, passam a fazer parte do ser humano” (Ramonet, 1998 p.70; 47).

Discutimos, até o presente momento, como a *démarche* histórica da comunicação no mundo ocidental foi um fator determinante na construção de um determinado *Lebenswelt*, que tem como traço marcante uma relação de extrema dominação para com a natureza. Vimos mais especificamente, com Certeau e Goody, de que forma a generalização da escrita no Ocidente resultou numa domesticação da natureza (e do homem), ou seja, como a instrumentalidade da letra transmutada em razão científica e política, foi uma condição fundamental para a estocagem do conhecimento, para a transformação da natureza e para a criação de Estados, hierarquias e sistemas de educação dominantes.

Vamos discutir agora como a comunicação hoje, uma comunicação altamente sofisticada do ponto de vista técnico, continua a influenciar a nossa relação com o entorno, seja por meio de suas mensagens, seja pelo que é decorrente de sua própria estrutura. De fato essas duas questões se encontram inextricavelmente interrelacionadas e podem ser sintetizadas na máxima de McLuhan: “o meio é a mensagem”. Começemos com uma breve

análise do contexto atual, o da globalização da economia e da comunicação, vistos por Ramonet (1998) e Santos (1994). Esta análise, enriquecida com os argumentos de Postman (1994), será esclarecedora para a compreensão da influência dos meios de comunicação enquanto meios *tout court*, isto é, enquanto estrutura, enquanto técnica.

Genericamente, podemos definir a globalização como um processo que se caracteriza pela disseminação em grande escala de informações provenientes dos universos simbólico e técnico-científico. “Ciência, tecnologia e informação são a base da vida social atual, a nova cara do espaço e do tempo. O advento do Período Técnico-Científico permitiu, afinal, que, na prática, isto é, na História, espaço e tempo se fundissem, confundindo-se” (Santos, 1994 p.44-45;81).

Ramonet (1998 p.48) destaca que “a mundialização, que teve grande impulso pela aceleração das trocas comerciais entre nações após assinatura em 1947 do ‘Acordo Geral de Tarifas e Comércio’ (GATT) é agora muito mais rápida, na medida em que os fluxos são cada vez menos materiais e, em número cada vez maior, dizem respeito a serviços, dados informáticos, telecomunicações”.

No mundo globalizado, o poder deixa de estar sob o controle dos Estados para se concentrar nas mãos de um número cada vez menor de empresas globais que visam ao domínio da geofinança ¹. Como comenta Ramonet (1998 p.49-63) “a empresa global não passa de uma rede articulada segundo uma pura racionalidade econômica que obedece a duas palavras-chave: rentabilidade e produtividade. Ela procura pelos deslocamentos e o aumento incessante de produtividade, o máximo lucro. Hoje, o volume das transações financeiras é dez vezes superior ao das trocas comerciais. O volume de negócios da *General Motors* é mais elevado do que o produto nacional bruto (PNB) da Dinamarca (...) e

o da *Toyota* supera o da Noruega. Um dos resultados disso é que democracia hoje rima com desmantelamento do setor do Estado, com privatizações, com enriquecimento de uma pequena casta de privilegiados, etc; tudo sacrificado aos imperativos da economia financeira. Neste contexto, um número cada vez maior de países, que venderam suas empresas públicas, tornaram-se a propriedade de grandes grupos multinacionais”.

Santos (1994, p.33) também corrobora a tese de que com a globalização o mercado é tornado tirânico e o Estado tende a ser impotente.

Ramonet (1998 p.72) destaca que “entre os novos poderes os meios de comunicação de massas aparece como um dos mais poderosos e temíveis. Grupos industriais estão comprometidos em uma guerra de morte pelo controle dos recursos da multimídia e das superauto-estradas da informação. Estes grupos mais poderosos do que os Estados estão açambarcando o bem mais precioso das democracias: a informação”.

A informação é hoje cada vez mais crucial. Santos (1994 p.54) afirma que “os fluxos de informação são responsáveis pelas novas hierarquias e polarizações e substituem os fluxos de matéria como organizadores dos sistemas urbanos e da dinâmica espacial”.

Neste contexto “multiplicam-se as hiperconcentrações e megafusões dando origem a empresas de dimensão mundial cujo objetivo é a conquista midiática do planeta. Nos Estados Unidos, a nova aliança entre *Microsoft* e a rede *NBC*, que pertence à *General Electric*, visa criar uma rede de informação planetária (*MSNBC - Microsoft-National Broadcasting Company*), concorrente da *CNN* que, por sua vez, foi comprada recentemente por *Time-Warner*, primeiro grupo de comunicação mundial”² (Ramonet, 1998 p.138).

Ramonet (1998 p.137-138) destaca que “a indústria do audiovisual e do cinema tornou-se, para os Estados Unidos, o primeiro fornecedor de divisas à frente da indústria

aeroespacial. Mas essas batalhas em torno do cinema e da televisão são menores quando comparadas às que se preparam no campo da multimídia. A mundialização das trocas de signos passou por uma fabulosa aceleração e a revolução da informática e da comunicação implicou a explosão dos dois verdadeiros sistemas nervosos das sociedades modernas: os mercados e as redes de informação”³.

“Em 1995, por exemplo, o número de computadores pessoais em uso no mundo era cerca de 180 milhões para uma população global de quase seis bilhões de indivíduos. A possibilidade de ter acesso à Internet era, portanto, limitada a 3% dos habitantes do planeta⁴. Em 1995, somente um pequeno número de países ricos, representando cerca de 15% da população mundial, possuíam por volta de 75% das principais linhas telefônicas, sem as quais não é possível ter acesso à Internet. Mais da metade do planeta nunca chegou a se servir de um telefone e em toda a África Negra, existem menos linhas telefônicas do que na cidade de Tóquio ou na ilha de Manhattan, em Nova York... No planeta mais de dois bilhões de pessoas não dispõem de eletricidade. As disparidades sociais provocadas pela era da eletrônica correm o risco de ser comparáveis às desigualdades resultantes dos imensos investimentos financeiros transnacionais; e as forças econômicas que açambarcam as redes estão em vias de reforçar os obstáculos que impedem seu acesso ao comum dos mortais. Alguns autores comparam as mudanças induzidas pela Internet e pela multimídia com a invenção da imprensa por Gutenberg” (Ramonet, 1998 p.141-145).

De fato, Santos (1994 p.31) comenta que “o espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares”. Ele acrescenta que

“A mundialização multiplica o número de vetores e, na verdade, aumenta as distâncias entre instituições e entre pessoas. Ubiquidade, aldeia global, instantaneidade são, para o homem comum, apenas uma fábula” (Santos, 1994 p.82).

Santos (p.45-47) nos fala ainda da existência de um tempo hegemônico, que é o tempo da ação e dos atores hegemônicos e dos tempos subalternos. Isso tende a ser desastroso num mundo em que “o quinto mais rico da população dispõe de 80% dos recursos, enquanto o quinto mais pobre dispõe apenas de 0,5%” (Ramonet, 1998 p.68).

Ainda com relação à Internet, Ramonet (p.143-145) comenta que “ela é de domínio público, descentralizada e não pertence a nenhuma firma comercial. Foi utilizada, sobretudo nos primeiros anos, por professores universitários e pelos meios da contracultura americana, fazendo renascer o sonho utópico de uma comunidade humana harmoniosa, planetária, em que cada um se apóia nos outros para aperfeiçoar seus conhecimentos e estimular sua inteligência. Mas o autor nos adverte que isso não deve nos impedir de refletir sobre os perigos que pairam sobre a Internet pois além de pornografia e seitas, as empresas sonham em ter seu controle final. Em outubro de 1996, o ‘comercial’ já compreendia mais de 25% de todos os usuários da rede, superando amplamente o campo do ‘educacional’ utilizado pelas instituições universitárias”.

Estaria a Internet num estágio de transição de uma saudável (an)arquia para uma nefasta (hier)arquia ? Não se sabe. Mas o fato é que, como argumenta Ramonet (p.144), “o rápido desenvolvimento da Internet cria uma nova desigualdade entre *inforricos* e *infopobres*”.

Santos (1994 p.121;34-35), que nos fala na transformação da sociedade industrial em sociedade informacional, destaca que “as palavras de ordem do presente são fluidez e

competitividade. A fluidez é a condição, mas a ação hegemônica é a competitividade, que por sua vez, vem a ser uma espécie de substituto para a palavra progresso que dominava no início do século e no pós-guerra. Mas a busca da competitividade, parece bastar-se a si mesma, não precisa de qualquer justificativa ética e com isso se torna, conclui ele, um outro nome para a guerra”. Ramonet (1998 p.54) também critica a competitividade dizendo que sob o pretexto de adaptação, ela conduz ao capitalismo primitivo do século XIX. Quem compete, portanto, são as pessoas e não as firmas, como muitos querem nos fazer crer (veja também Hildyard, Hines & Lang, 1996).

Ramonet (1998 p.65-67) também tem um comentário sobre a questão do ‘progresso’. Ele destaca que nesse contexto de incerteza e decepção dois paradigmas estruturam a maneira de pensar. O primeiro é o da comunicação que tende justamente a substituir o de progresso, dominante nos dois últimos séculos. O outro paradigma é o de mercado que substitui o de máquina, de relógio e o de organização que garantiam a o funcionamento e a evolução de um sistema. Os novos paradigmas ‘comunicação’ e ‘mercado’ constituem os pilares sobre os quais repousa o sistema do mundo contemporâneo no qual só se desenvolvem as atividades que possuem os atributos: PPII (planetário, permanente, imediato e imaterial). Neste contexto constituído pelos mercados financeiros, os modelos não são mais as ciências naturais, a mecânica newtoniana ou a química orgânica, mas o cálculo das probabilidades, a teoria dos jogos ⁵, a teoria do caos, a lógica imprecisa e as ciências do vivente. Ele argumenta ainda que o nosso mundo é sacudido por formidáveis mutações tecnológicas, pela persistência das desordens econômicas e pelo aumento dos perigos ecológicos”.

Tanto Ramonet quanto Santos concordam com o fim do paradigma de 'progresso'. Mas é preciso destacar, em primeiro lugar, que o progresso não desapareceu como realidade, talvez só como palavra, já que o "desenvolvimento" veio a substituir o "progresso" (veja capítulo V p.34). O fato de Santos associar o 'fim do progresso' à competitividade e Ramonet à comunicação, vem a corroborar nosso argumento na medida em que a competitividade e a comunicação de hoje estão associadas basicamente às mesmas estruturas e visões de mundo subjacentes à idéia de progresso. Em outras palavras, permanece intacta uma racionalidade instrumental onde a técnica (ainda mais sofisticada) que permite a proliferação dos cibermundos, encontra-se diretamente associada a uma forma de economia totalizadora que se impõe ao político.

Ramonet é mais um autor que destaca a existência de um 'pensamento único' em nossa época (p.149), uma idéia que introduzimos já no primeiro capítulo com Marcuse (1982) e Santos (1994). Já no início de seu livro ele menciona uma

"estéril uniformidade que caracteriza a modernidade e que conduz a um estilo de vida semelhante que se impõe de um extremo ao outro do planeta, divulgado pela mídia e prescrito pela intoxicação da cultura de massa: mesmos filmes, mesmas séries de televisão, mesmas informações, mesmas canções, *slogans* publicitários, roupas, carros, arquitetura e apartamentos decorados de maneira idêntica. Na história da humanidade, nunca práticas características de uma cultura tinham chegado a se impor, de uma forma tão rápida, como modelos universais, que são também políticos e econômicos" (cf. Ramonet, 1998 p.47).

O fotógrafo Oliviero Toscani (1996 p.161) também se refere a uma "monocultura mundial nivelada pela publicidade". Mas isso se deve, em termos de raízes históricas, ao fato de que "a história humana é igualmente a da diminuição do número de sistemas técnicos. Os sistemas técnicos hegemônicos tendem a ter a mesma composição em todos os

lugares. Os objetos de hoje não são mais coleções, mas sistemas que obedecem a uma lógica que nos é estranha. Hoje, os objetos culturais tendem a tornar-se cada vez mais técnicos e específicos, e são deliberadamente fabricados e localizados para responder melhor a objetivos previamente estabelecidos. Quanto às ações, tendem a ser cada vez mais racionais e ajustadas, movidas por uma racionalidade obediente à razão do instrumento. São ações pragmáticas nas quais a inteligência prática substitui a meditação, espantando toda forma de espontaneidade: são insufladas, não explicadas a todos, mas apenas aos seus agentes⁶. São ainda ações de base científica, o que frequentemente leva a uma aceitação tácita, pois a ciência mitificada, se impõe” (Santos,1994 p.49;91;100-116; veja capítulo IV p.20). Ramonet (1998 p.129), cujos argumentos vão na mesma direção, nos adverte que “a ciência sem o homem de cultura pode conduzir, como se sabe, à barbárie”.

Diversos autores e cientistas têm destacado a enorme influência que a tecnociência vem exercendo sobre o universo cultural das sociedades ocidentais. Santos (1994 p.20) comenta que

“a técnica é a grande banalidade e o grande enigma, e é como enigma que ela comanda nossa vida, nos impõe relações, modela nosso entorno, administra nossas relações com o entorno”.

Adam (1992 p.186) também enfatiza as mudanças que “as novas tecnologias acarretam e destaca que Lyotard, Baudrillard (e outros autores considerados pós-modernos) demonstram uma aguda sensibilidade às mudanças associadas às tecnologias contemporâneas e a concomitante crise do pensamento Iluminista”.

Para finalizar esta introdução é interessante portanto comentar algumas idéias de Postman (1994), outro autor que trata da interrelação entre técnica, sociedade e cultura. Ele

argumenta que foi criada ao longo da história do mundo ocidental uma supremacia da tecnologia sobre todas as outras coisas, que culminou no que ele chamou de 'tecnopólio' ⁷. As raízes do 'tecnopólio', segundo ele, podem ser traçadas no mundo medieval europeu do qual emergiram três grandes invenções: o relógio mecânico; a prensa tipográfica e o telescópio, sendo essa última mais importante, segundo ele, pois ela levou o homem a se perguntar se Deus tinha algum interesse em nós (cf. Postman 1994 p.38-39).

O mais dramático foi sem dúvida a combinação dessas invenções. A formação de fenômenos complexos, como é o caso da estrutura das tecnocracias ou da problemática ambiental - que aliás estão interrelacionadas - só pode ser compreendida a partir da multiplicidade de suas ramificações e sobretudo, de suas combinações.

Para ilustrar sua tese, o autor começa citando uma passagem de Fedro, de Platão, que trata da preocupação do rei Thamus diante de uma invenção de Theuth, um deus que havia criado entre outras coisas, a geometria e a escrita. Para Theuth, a escrita iria aperfeiçoar tanto a memória quanto a sabedoria dos egípcios, mas no julgamento de Thamus, o que Theuth havia descoberto era uma receita para a recordação, não para a memória.

Segundo o autor, embora o erro de Thamus tenha sido ver apenas o lado escuro de uma técnica, é melhor errar pelo ceticismo do que ser otimista demais com relação a uma inovação técnica. Esse excesso de otimismo acaba por propiciar uma sociedade formada por 'tecnófilos', que são capazes de ver apenas os benefícios de uma técnica, sem imaginar os possíveis danos por ela causados (Postman, 1994 p.13-15).

Como comentamos no capítulo passado (p.5), Thamus não estava preocupado a respeito do quê as pessoas escreveriam, mas com o fato em si de escreverem. Postman

justifica essa afirmação alegando que os usos de qualquer tecnologia são determinados em parte pela estrutura da tecnologia em si. Em outras palavras, é a idéia de que o ‘meio é a mensagem’, mencionada antes:

“Uma tecnologia nova não acrescenta nem subtrai coisa alguma. Ela muda tudo. No ano de 1500, cinquenta anos depois da invenção da prensa tipográfica, nós não tínhamos a velha Europa mais a imprensa. Tínhamos uma Europa diferente. Depois da televisão, os Estados Unidos não eram a América mais a televisão; esta deu um novo colorido a cada campanha política, a cada lar, a cada escola, a cada igreja, a cada indústria. E é por esse motivo que a competição entre os meios de comunicação é tão feroz” (Postman, 1994 p.27).

Postman acrescenta ainda que

“A televisão muda o que antes chamávamos de ‘debate político’, ‘notícia’ e ‘opinião pública’. O computador muda a ‘informação’ mais uma vez. A escrita mudou o que antes chamávamos de ‘verdade’ e ‘lei’; a imprensa mudou-as mais uma vez e agora a televisão e o computador tornam a mudá-las. Essas mudanças ocorrem com rapidez, sem dúvida, e em certo sentido em silêncio. (...) A tecnologia se apodera imperiosamente de nossa terminologia mais importante. Ela redefine ‘liberdade’, ‘verdade’, ‘inteligência’, ‘fato’, ‘sabedoria’, ‘memória’, ‘história’ - todas as palavras com que convivemos. E ela não pára para nos contar. E nós não paramos para perguntar” (Postman, 1994 p.18).

Postman compara essas mudanças àsquelas que acontecem num dado ecossistema. Cabe comentar que nem sempre se muda tudo, pelo menos não drasticamente, num ecossistema. Existe a possibilidade de um elo retirado ser razoavelmente bem substituído por outro, que ocupe um nicho semelhante. Mas pode ser também que de fato se mude tudo. Isso é exatamente o que caracteriza tais processos, incluindo as conseqüências de uma nova tecnologia em termos de transformações culturais, como estocásticos. No exemplo de Postman, o elo de mudança tem de fato um potencial totalitário. O autor destaca ainda

(p.21-22) que as mudanças mais imprevisíveis são as de caráter ideológico, como temia o rei Thamus.

Um exemplo contundente usado por Postman para ilustrar o caráter imprevisível das transformações arroladas por uma nova técnica é a do relógio mecânico:

“O relógio, que em princípio tinha a função de proporcionar uma regularidade nas rotinas dos mosteiros - e portanto servia, em tese, aos homens que queriam se dedicar a Deus - acabou se tornando mais útil para aqueles que se dedicavam à acumulação de dinheiro” (cf. Postman, 1994 p.24).

É interessante notar que autores que trabalham sobre questões do meio ambiente apontam esse fato como sendo da maior importância. Gonçalves (1989) dedica um capítulo de seu livro à produtividade - fator de pressão sobre o homem e a natureza - sendo o relógio mecânico um fator decisivo e cita Lewis Mumford: “o relógio industrial, não a máquina a vapor, é a máquina-chave da moderna era industrial” (Gonçalves, 1989 p.103).

Postman (p.19-20) também destaca que os benefícios e déficits de uma nova tecnologia não são distribuídos por igual: há vencedores e perdedores. Para os perdedores, nesse processo de substituição de tecnologias não acontece quase nada do que precisam e por isso são perdedores. Ele comenta que é intrigante e comovente que em muitas ocasiões os perdedores, por ignorância, tenham aplaudido os vencedores, e alguns ainda aplaudam. Ele argumenta que nas escolas, por exemplo, muitas crianças aprendem a operar sistemas computadorizados em vez de receberem conteúdos mais valiosos. É que os computadores não são nada mais do que ferramentas e por serem ferramentas não podem ser desvinculadas dos processos políticos e sociais que estão envolvidos em cada contexto.

De fato, em um interessante artigo intitulado “How cyber culture deletes nature” (como a cultura cibernética “deleta” a natureza), Mander (1999) argumenta que o poder que

é dado às grandes corporações pelos computadores é incomparável ao poder que os computadores poderiam conferir na construção de uma contra-hegemonia. Ele comenta “que muito se exalta a liberdade, a facilidade de comunicação, bem como a descentralização que os computadores possibilitam, sendo eles assim importantes instrumentos de construção da democracia através do ciberespaço. Mas os computadores não fazem nada para alterar a rápida centralização global do poder, ao contrário. A tecnologia do computador pode ser o mais importante instrumento já inventado para acelerar o crescimento do poder centralizado. Enquanto sentamos à frente de nossos computadores editando uma cópia, enviando nosso *e-mail* e expressando nossas liberdades cibernéticas, as *TNCs* estão usando sua rede global para alcançar resultados concretos como o esgotamento dos recursos florestais⁸, investimentos massivos em infra-estruturas, destruição de sociedades rurais, deslocamento de milhões de pessoas e domínio sobre governos. Em nosso mundo cibernético de *walkman*, *fax*, aviões, telefone e comunicação via satélite, estamos tão fechados numa realidade técnica de alta velocidade que nossos valores e preocupações com a natureza tendem a se tornar opacos às nossa consciências. Não basta portanto ‘ser pequeno’, como nos ensinou Schumacher, mas também ser lento⁹. Para assegurar a sobrevivência da natureza, tudo - especialmente as pessoas e o desenvolvimento - tem que ser freado e sincronizado com os ritmos mais sutis do mundo natural. Quanto mais usamos computadores e quanto mais eles são usados globalmente, tanto maior será seu efeito cultural homogeneizador e menor será a probabilidade da nova cultura global, digitalizada, se preocupar com o desaparecimento da natureza. Ele conclui dizendo que essa nova tecnosfera é um anátema tanto para a democracia quanto para a diversidade” (cf. Mander, 1999, p.171).

É interessante como algumas das reflexões de Mander nos lembram nossos argumentos iniciais (primeiro capítulo, p.02) de que as cores da natureza estão cada vez mais virtualizadas nas telinhas.

Talvez tudo isso possa ser explicado pela afirmação de Postman de que “toda ferramenta está impregnada de um viés ideológico, de uma predisposição a construir o mundo como uma coisa e não como outra. Ele comenta que isso foi o que Marshall McLuhan quis dizer com seu famoso aforismo ‘o meio é a mensagem’. Foi o que Marx quis dizer quando afirmou: ‘a tecnologia revela a maneira como o homem lida com a natureza’ e cria as ‘condições de intercurso’ com as quais nos relacionamos uns com os outros. Foi o que Wittgenstein quis dizer quando afirmou, ao referir-se à nossa tecnologia mais fundamental, que a linguagem não é apenas um veículo do pensamento, mas também o motorista” (cf. Postman, 1994 p.23).

E por falar em motorista e veículo, gostaríamos de citar outro artigo de Mander onde o autor faz considerações muito interessantes acerca das influências nefastas do automóvel no mundo de hoje. O questionamento básico é de que “na virada do século o automóvel simbolizava a liberdade e o *glamour*, mas o que aconteceria se as pessoas pudessem prever o que o uso do automóvel particular acarretaria para suas vidas e das gerações futuras ? Concordariam elas com seu uso generalizado, se soubessem que os carros trariam as modernas cidades de concreto, contribuiriam para aumentar o barulho e o rápido esgotamento dos recursos do mundo e para uma maior incidência de câncer devido à poluição do ar ? Que nas nações de proprietários de automóveis a paisagem seria pavimentada a custos públicos e que o barulho dos carros seria ouvido até em áreas selvagens ? Que os automóveis particulares seriam manufaturados por um pequeno número

de corporações gigantescas, fazendo com que elas adquirissem um enorme poder político e econômico ? Que essas corporações criariam um novo modo de produção em massa - a linha de montagem - que por sua vez causaria nos trabalhadores alienação, provocaria acidentes, abuso de drogas e alcoolismo ? Que essas corporações conspirariam para eliminar outras formas de transportes populares, incluindo os trens ? Que o automóvel facilitaria o crescimento dos subúrbios e seus impactos na paisagem ? Que os carros criariam uma necessidade sem precedentes com relação ao petróleo e que por causa dele horríveis guerras seriam travadas ?” (cf. Mander, 1999, p.223).

Marcuse possivelmente nos diria que toda ferramenta ou técnica encontra-se associada a um *Lebenswelt* específico. E embora seus usos comportem um leque de possibilidades razoavelmente amplo, em uma sociedade de pensamento tecnocrático elas provavelmente terão desdobramentos bastante restritos ao universo de pensamento e ação dessa sociedade.

É indiscutível, portanto, que ao criar novas e insólitas concepções de mundo, a técnica mude tanto a natureza externa quanto a natureza interna dos homens. E o meio ambiente, que é sinteticamente o resultado das relações sociedade-natureza, pode ser modificado na sua totalidade.

No primeiro capítulo (p.03) nos referimos, a partir de Santos (1994) a uma natureza abstrata e artificializada, resultante da organização do espaço, da sociedade e dos recursos naturais por um modelo técnico único, e que é nessas condições que a mundialização unifica a natureza:

“Sem o homem, isto é, antes da história, a natureza era una. Continua a sê-lo, em si mesma, apesar das partições que o uso do planeta pelos homens lhe infligiu. Agora, porém, há uma enorme mudança. *Una*,

mas socialmente fragmentada, durante tantos séculos, a natureza é agora *unificada* pela História, em benefício de firmas, Estados e classes hegemônicas. Mas não é mais a Natureza Amiga, e o Homem também não é mais seu amigo” (Santos, 1994 p.19).

Vamos então iniciar as nossas considerações sobre a comunicação globalizada e o meio ambiente, pois como já foi discutido, as forças produtivas que atuam sobre a natureza e sobre os homens estão inextricavelmente atreladas à comunicação neste final de século.

VI.2. A natureza da mídia e a natureza na mídia

“A mediação interessada, tantas vezes interesseira, da mídia, conduz, não raro, à doutorização da linguagem, necessária para ampliar o seu crédito, e à falsificação do discurso, destinado a ensombrecer o entendimento. O discurso do meio ambiente é carregado dessas tintas, exagerando certos aspectos em detrimento de outros, mas, sobretudo, mutilando o conjunto” (Santos, 1994 p.22)

Segundo Chapman *et al* (1997 p.17) “por meios de comunicação de massas designamos a imprensa, particularmente os jornais de grande circulação, radio e televisão, sobretudo aqueles cuja transmissão é terrestre, e o cinema”.

Os meios de comunicação de massas são o que Meadows (1991 p.67-77) chama de esfera da informação, também chamada por outros de noosfera, socioesfera e tecnoesfera. Ela diz que - “em contraste com a hidrosfera, litosfera e biosfera - é essa a única esfera sobre a qual temos controle. A autora enfatiza a importância e a responsabilidade das palavras na esfera da informação pois elas podem manter as velhas estruturas ou afirmar novas, ou seja, a esfera da informação é o lugar de mudança do mundo. Ela também

reafirma uma questão com a qual concordamos inteiramente: o que está em perigo não é o planeta mas nós”.

Santos (1994 p.32), que tanto destaca a importância do meio técnico-científico, acrescenta que tal meio é “formado pela tecnoesfera e pela psicoesfera, que são respectivamente o resultado da crescente artificialização do meio ambiente e o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunicação com o Universo”.

No que tange à questão ambiental, Sachsman (1996, p.241-242) afirma que “a mídia norte-americana - e a mídia em todo o mundo - não pensava em termos de meio ambiente até os anos 1960. Antes disso, coberturas sobre um alerta de *smog* ou um rio em chamas, por exemplo, não tinha uma conotação ecológica. Isso mudou quando a mídia começou a receber *press releases* de indústrias, agências governamentais, grupos de pressão e instituições universitárias sobre o assunto”.

Isso decorre em parte do avanço técnico dos meios de comunicação que tornam possível que um fato que ocorra num determinado ponto do planeta seja conhecido por todos instantaneamente ¹⁰. Mas é também, e talvez sobretudo, o resultado da globalização da economia que envolve acirradas disputas por novas formas de controle social, incluindo o acesso aos recursos “naturais” e “humanos” (veja Brügger, 1994 p.27-29; Brügger, 1999 p.25-27).

Friedman (1991, p.19) argumenta que “apesar de que não há dúvidas de que aumentou tanto o número de repórteres, quanto a quantidade de páginas e de tempo no ar sobre a questão ambiental durante os anos 80’, é também verdade que nos anos 90’ a crise ambiental não é abordada de forma muito diferente da dos anos 70’, ou seja, a quantidade

aumentou, mas a qualidade não: a maior parte das coberturas jornalísticas sobre o meio ambiente apresenta os mesmos problemas de vinte anos atrás”.

Essa afirmação de Friedman, partilhada por outros autores, nos remete à discussão sobre alguns problemas inerentes aos meios de comunicação de massas e, em especial, sobre mídia e meio ambiente.

Uma das discussões mais acirradas dentro do campo jornalístico e que atinge, é claro, a questão do ‘meio ambiente na mídia’ é a possibilidade de neutralidade nas notícias *versus* a advocacia. Como veremos a seguir, essa discussão encontra-se muito associada a duas outras: a do papel do jornalismo científico para a credibilidade da cobertura do meio ambiente e a da definição do que seja o “ambiental”, uma questão sobre a qual não há consenso (veja Brügger, 1994; Brügger, 1999). Estes três temas, intimamente interrelacionados, passam também pela discussão da neutralidade ou não da ciência, uma questão que depende da tradição filosófica que perpassa a visão de mundo e os valores de um dado cientista ou profissional (por exemplo, se positivista, marxista etc).

Em Chapman *et al* (1997 p.38) há uma discussão sobre a questão da neutralidade *versus* a advocacia no jornalismo onde argumenta-se que entre os jornalistas anglo-americanos prevalecem os valores de neutralidade, embora eles citem autores que duvidam dessa neutralidade¹¹. Mais adiante (p.47) eles afirmam o caráter científico das questões ambientais.

A discussão sobre neutralidade ou advocacia também se faz muito presente em outro livro sobre o tema. A maior parte dos autores de “Media and the environment” (LaMay & Dennis, 1991) discutem a questão de advogar ou ser objetivo, além da possibilidade de tratar a questão ambiental de forma diferente. A maioria deles diz acreditar em neutralidade

e estes tendem a ser os mesmos que acham que a questão ambiental deve ser tratada mais cientificamente.

Sharon Friedman, por exemplo, acredita em objetividade no jornalismo e tem grande fé nas informações técnico-científicas. Também Jim Detjen partilha dessa visão que tende a ser mais naturalista do que política da questão ambiental. Ele acredita em objetividade e em informações práticas que podem mudar tudo, além de treinamento ¹² de profissionais para isso. Também um dos editores, Everette Dennis, comenta que “a idéia de um repórter ter abertamente um ponto de vista sobre um assunto público viola os cânones aceitos da prática do jornalismo. Enquanto muitos, do público, não acreditam na mídia e vêem seus interesses no lucro e no sensacionalismo, em vez de serviço público e comunicação efetiva, a imprensa se vê como um instrumento de comunicação pública que separa o fato da opinião e tenta apresentar reportagens imparciais” (cf. Dennis, 1991 p.58-59).

Para nós, entretanto, a imparcialidade é impossível, embora concordemos que este seja um valor a ser perseguido. Essa crença na objetividade das notícias faz parte de uma visão cientificista, positivista, da prática jornalística e isso se reflete no fato de que a maior parte dos autores no livro defende tanto a ciência e tenha uma visão naturalista do meio ambiente. Embora Dennis destaque outros aspectos da questão ambiental (p.59), sua visão predominante é eminentemente naturalista. Entre as opiniões sobre o valor da ciência para a compreensão das questões ambientais neste livro, nenhuma é mais reducionista do que a de Burnham (1991 p.31-38). Ele afirma que as pessoas acreditavam que o ambientalismo dependia de um entendimento público sobre a ciência, mas faz críticas à visão cientificista que absolutamente não procedem. Uma delas é afirmar que na publicidade se enfatiza que a

ciência é boa porque trouxe refrigeração e plásticos, e não o método científico, ou seja, ele acredita cegamente na infalibilidade desse método. Mas o pior é que ele diz que o problema do ambientalismo é que ele começou baseado na Biologia e ela é uma ciência não exata. Em outras palavras, para ele o problema não é um reducionismo da questão ambiental às suas dimensões naturais ou técnicas, mas que a Biologia é uma ciência menor, por ser inexata. Ele enfatiza em demasia a importância da informação científica e destaca que os jornalistas não são tradutores neutros. Só que ele “esquece” de dizer que ninguém consegue ser um tradutor neutro e que tampouco a ciência é neutra.

Outros autores duvidam, como nós, da possibilidade de objetividade nas notícias. Entre eles Craig LaMay, também editor do livro. O autor é a favor da chamada advocacia no jornalismo e argumenta que “quando as notícias da mídia acritica e regularmente reportam o ritmo frenético de consumo da nação como medida de sua saúde econômica e social, a prática fala muito sobre os valores dominantes que moldam as notícias. A objetividade só existe no sentido de que as notícias representam os valores dominantes na sociedade” (cf. LaMay, 1991 p.108).

Meadows (1991 p.76) que argumenta no mesmo sentido, dá bons exemplos de como é impossível a objetividade. Ela comenta que “ouve-se sobre indústrias que criam empregos para trabalhadores, mas não sobre trabalhadores que criam lucros para as indústrias. A questão da neutralidade também fica muito prejudicada se pensarmos que manchetes como ‘Uma coruja *versus* uma indústria’ poderiam ser substituídas por ‘Uma floresta *versus* a ganância”.

Quanto à questão do que é considerado “ambiental” ou não, também há inúmeros problemas. Friedman (1991 p.27-28) comenta que “todos os repórteres, não somente os

especializados, vão ocasionalmente escrever sobre o meio ambiente sob alguma perspectiva e comenta que enquanto qualquer bom repórter pode prover os fatos, será tarefa do repórter ambiental prover o contexto que os leitores e telespectadores necessitam para entender as questões”, um posicionamento com o qual não concordamos muito, pois dicotomiza os fatos do contexto. Ela lamenta ainda que possa haver uma “absorção dos temas especializados para outros”, o que para nós absolutamente não significa necessariamente uma perda em si. Sachsman (1996), que enfatiza muito as reportagens sobre riscos ambientais, também fala de ‘repórteres ambientais’ sem discutir o rótulo e enfatiza muito o papel da ciência, ou melhor, de que esses repórteres devem conhecer ciência e serem especializados para se tornarem bons repórteres ambientais.

Friedman (1991, p.20-23) cita um estudo de 1972-1973 que revelou que “os repórteres ambientais reconheciam que suas coberturas da questão ambiental eram precárias e culpavam outros repórteres e editores por ignorância ou indiferença. Também acusavam os jornais de não suprir bastante pessoal, tempo e espaço. Eles ainda argumentavam que a imprensa era muito sensacionalista e dava pouca importância às complexidades e desenvolvimento das questões ambientais. Eles disseram que as reportagens lidavam muito com problemas ambientais e pouco com soluções e finalmente que os repórteres ambientais precisavam de mais educação em ciência”. De fato, embora essa autora destaque a importância de focar os problemas ambientais em suas dimensões não apenas técnicas, mas também legais políticas, sociais etc, ela diz que no cerne da maior parte das questões ambientais jazem preocupações científicas ou técnicas e argumenta que os repórteres evitam os aspectos técnicos de muitas questões ambientais. Mas diríamos mais uma vez que sem os aspectos éticos, históricos e políticos, os meramente “técnicos” são absolutamente

insuficientes. Aliás ela própria coloca perguntas como: “por que a União Soviética estava construindo tantos reatores nucleares ?” (grifos nossos p.23). Certamente respostas a essas perguntas deveriam vir antes dos relatos sobre as conseqüências de eventuais desastres.

Chapman *et al* (1997, p.25) demonstram, já no início do seu livro, uma preocupação no que tange à definição do que seja ambiental, mas comentam mais adiante (p.90) a dificuldade do trabalho de separar o que é ambiental do que não é. Embora eles digam que “sabem quanto há em centímetros de colunas sobre questões ambientais, é difícil dizer quanto por cento do total de um jornal é devotado ao meio ambiente”. Mas para nós isso é uma incoerência, pois não é possível falar de certezas apenas em termos de “espaço” (centímetros de colunas) e de incertezas no que tange à totalidade de “conteúdo” sobre meio ambiente. Seu livro é muito interessante mas apresenta falhas relacionadas a essa questão. Eles discorrem de forma muito didática sobre o método de análise usado no trabalho (p.94) mas não aprofundam a questão: afinal, ‘o que é ambiental’ e o que não é’. Embora reconheçam (p.158-159) que como tema ou assunto, o meio ambiente penetra tudo, no apêndice (p.290) os autores esclarecem que “para o estudo que desenvolveram, estavam particularmente interessados em programas e matérias de jornais com conteúdo ambiental explícito, ou seja, explicações sobre o mundo natural em si ou os que se referem à interação do homem com o mundo natural”.

É interessante notar que o que é “ambiental” para alguns, não é para outros e temos em Chapman *et al* (1997 p.90) um exemplo emblemático: Chapman e Gaber discordam a respeito de uma matéria sobre ativistas de direitos animais no Reino Unido que protestavam contra a exportação de animais vivos para a França para o matadouro. “Para Gaber, essa é uma matéria ambiental pois lida com a relação homem-animal, enquanto

Chapman acha que não, uma vez que o uso do ambiente para criar os animais não foi examinado”. A visão de Chapman é uma visão tipicamente reducionista da questão ambiental, uma vez que só considera as relações sociedade-natureza do ponto de vista técnico: natureza como ecossistema. É uma visão instrumental e reificada onde o meio ambiente é desprovido de suas dimensões éticas, históricas, etc.

O não aprofundamento dessa questão crucial nos faz pensar que os métodos de análise (geralmente quantitativa) que eles e outros usam para lidar com o tema, são muito técnicos e pouco eficientes no sentido de mostrar as conseqüências e efeitos da interação entre mídia e meio ambiente, como veremos na próxima seção. De uma forma ou de outra, esse é um assunto polêmico. Friedman (1991 p.19) também destaca que “ninguém sabe quais tópicos caem na categoria ou rubrica de ‘reportagem ambiental’”.

Com relação à mídia, genericamente falando, existem ainda algumas questões que atingem diretamente a discussão sobre a questão ambiental. Meadows (1991 p.75) resume a mídia ocidental da seguinte forma: “ela é orientada para eventos e superficial; não reporta a estrutura subjacente, contextos históricos ou implicações a longo prazo; simplifica as questões e tem pouca tolerância com a incerteza, ambigüidade ou complexidade. Além disso adora conflito e controvérsias e divide o mundo entre perdedores e vencedores e situações certas e erradas”. Edwards (1998 p.21) também comenta que “a mídia geralmente destaca problemas isolados ou fala só “de passagem” sobre os maiores. A tendência é que o público não tenha acesso a uma estrutura honesta de entendimento que faça sentido num contexto maior”. Dennis (1991 p.60) comenta também que a mídia ainda valoriza mais pessoas e idéias em conflito mais do que condições e tendências que são onipresentes.

Outros autores argumentam no mesmo sentido. Friedman (1991 p.21) também critica a preferência da mídia pelo conflito e pelo drama e diz que as coberturas de questões ambientais não escapam dessa perspectiva. Smith (1991, p.158), Chapman *et al* (1997, 46-47) e Schlechtweg (1996) criticam a propensão da mídia para reduzir a complexidade das questões a um debate de dois lados, de bons *versus* maus. Schlechtweg argumenta que uma perspectiva da realidade é mostrada como sendo ‘o jeito que as coisas são’ e não como um ponto de vista. Teya Ryan (1991, p.81-82) também defende a questão de que “o público deve saber que uma dada matéria é a posição de um tal repórter, de um tal jornal, e que pode haver outras”. LaMay & Dennis (1991, p.xiv) comentam que “a maior parte da cobertura que se dá hoje às questões ambientais é em cima de poluição em vez de conservação e abordagens (que chamaríamos de simplistas e maniqueístas) entre salvar uma coruja ou garantir emprego numa indústria poluidora”. Outro problema é que, segundo Dennis (1991 p.62) e Friedman (1991 p.22) há uma dificuldade em achar fontes confiáveis de informação.

Meadows (1991, p.76) assinala ainda que “o meio ambiente para a mídia é um luxo, algo bonito mas trivial, não algo que sustente nossas vidas”. Chapman *et al* (1997, p.45) fazem um comentário semelhante, eles dizem que “o interesse da mídia nas questões ambientais é muito cíclico e uma das possíveis razões é que o meio ambiente é considerado uma espécie de luxo e o interesse no ‘verde’ depende muito da situação econômica (se tem lugar é por que a situação econômica é boa e não há ameaça de empregos)”. Os autores argumentam (p.42-47) que “o jornalismo televisivo tem uma relação complicada com as histórias ambientais pois por um lado, elas são consideradas particularmente difíceis de traduzir em termos visuais, mas por outro, podem produzir algumas das coberturas mais

impactantes da televisão. Assim, para muitos, se algo não é retratável, isto é, passível de se fazer uma imagem, não deve receber cobertura. Também se atribui bastante a limites financeiros (possibilidade de filmar, por exemplo) a razão de muitas histórias não serem feitas. Outra é falta de tempo. Além disso os editores e jornalistas se influenciam muito sobre o que vendável, ou seja, uma história ambiental não pode ser chata”. Gostaríamos de destacar, entretanto, que estas são verdades parciais que muitas vezes se transformam em empecilhos para a implementação de mudanças qualitativas reais. No âmbito da chamada educação ambiental é mais ou menos esse mesmo tipo de argumentação que prevalece.

Com relação ao conteúdo das matérias jornalísticas sobre o meio ambiente no Brasil, um interessante trabalho é o de Ramos (1996). O autor fez uma análise da cobertura dada pela imprensa à *ECO-92* (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), com o intuito de visualizar o espaço que o tema ocupou no período estabelecido na pesquisa; identificar a predominância das fontes de informação e de assuntos; e fazer uma análise qualitativa dos valores veiculados, pois “considerando-se que os jornais e a televisão são a principal fonte de informação para expressiva camada da população ¹³, o papel desses veículos revela-se decisivo nos processos de formação de opinião sobre a problemática ambiental” (Ramos, 1996 p.14).

Corroborando a preocupação de Santos citada no início desta seção e das considerações feitas por outros autores estrangeiros, Ramos confirma a existência de uma estrutura que contribui para a consolidação de uma percepção fragmentada e parcial da problemática ambiental. Ele destaca ainda que, “além do ritmo irregular com que o tema ambiental é veiculado, determinados assuntos e fontes de informação têm uma participação muito maior do que outros: ao longo da pesquisa, quase a metade do material selecionado

nos jornais impressos era composto por matérias nas quais a problemática ambiental foi citada de forma superficial; 60% das matérias continham informações provenientes de fontes governamentais¹⁴; e foi ainda detectada a presença de interesses econômicos, com grande destaque para os chamados negócios com produtos de caráter 'ecológico'. Também problemas locais graves foram negligenciados, recebendo mais destaque as questões globais” (cf. Ramos, 1996 p.148-150).

E aqui chegamos num outro ponto muito importante da “natureza na mídia” (e da “natureza da mídia”) que nos lembra o comentário de Santos sobre uma natureza midiática e falsa. Trata-se da produção e do consumo de “produtos verdes” ou “ambientalmente corretos”, uma questão que está diretamente associada à mídia como “veículo de propaganda e conduto virtual para o consumo”, como comentam LaMay & Dennis (1991 p.xiv). A idéia de uma nova forma de consumo, agora “verde” (sic !), vem a se encaixar como uma luva num contexto ideológico e cultural onde “os objetos preexistentes vêm-se envelhecidos pela aparição dos objetos tecnicamente mais avançados” (Santos, 1994 p.101). É a cultura da constante obsolescência, onde os objetos de uso se tornam objetos de consumo, como comentamos com Arendt (1983), no primeiro capítulo. A expansão de um “mercado verde” pode se tornar assim uma ameaça, em vez de solução, um duro golpe desferido contra as tentativas mais críticas de transformação dos padrões culturais de nossa sociedade de consumo. E um setor chave nesse processo é o chamado ambientalismo empresarial.

De fato, Layrargues (1996) nos alerta que “o ambientalismo empresarial postula que o mercado e o capital serão capazes de resolver todos os constrangimentos ambientais, já que a competitividade estimularia a criação de produtos verdes, ou seja, onde o

ambientalismo estrito-senso vê o problema, o ambientalismo empresarial vê a solução. Isso acontece porque ser ‘amigo do verde’ garante excelentes oportunidades de negócios. E um dos fatores que abriram as portas para esse mercado verde foi justamente a criação de um pânico ecológico que originou na sociedade um desejo de implementar soluções supostamente mais efetivas”.

No que tange à entrada do setor empresarial no ambientalismo, Layrargues (1998 p.60) comenta que “as empresas que procuraram se alinhar, ao invés de reagir negativamente, acabaram descobrindo ganhos importantes de produtividade e competitividade. Isso acontece sobretudo nos países desenvolvidos, cuja legislação ambiental é bastante restritiva. Os severos regulamentos estimulam o desenvolvimento de inovações tecnológicas, em sintonia com o imperativo ambiental, e dessa forma estimula a competitividade e a empresa consegue ganhos em produtividade - devido à economia de recursos materiais e energéticos e em *marketing* ecológico”.

Corroborando a idéia de que adoção de tecnologias limpas parece estar mesmo ligada às questões econômicas, Layrargues (1998 p.61) comenta ainda que “a Price Waterhouse apontou que, entre os maiores empresários brasileiros, os problemas ecológicos aparecem apenas em 18º lugar no *ranking* de suas preocupações; talvez isso se deva em parte ao fato de o mercado verde englobar apenas 15% da população no Brasil, enquanto atinge 37% nos EUA e 50% na Alemanha”¹⁵. Conclui-se portanto que “estamos diante de um processo de apropriação ideológica, ou seja, não estaria ocorrendo uma transição da racionalidade econômica para a racionalidade ecológica e sim de uma ‘maquiagem verde’, como denuncia o grupo *Greenpeace*” (Layrargues, 1998 p.64-66; veja também Brugger, 1994 p.73-74; 1999 p.74-75).

Gottlieb (1991 p.53) nos alerta que a mídia, ao oferecer dicas sobre reciclagem e apelos para salvar o planeta e fazer compras mais corretas ambientalmente, fez com que a atividade ambiental se tornasse outra forma de consumo. Edwards (1998 p.21-22) também critica essa “promoção de idéias ‘verdes’ que por serem ineficientes, acabam por enganar o público. Ecoturismo e consumo ‘verde’ são dois bons exemplos. A partir da metade dos anos 80’ uma enxurrada de livros, artigos e programas de TV passaram a promover o consumo ‘verde’ para desviar a atenção do público das questões ambientais estimulando a noção absurda - mas lucrativa - de que o poder de compra do consumidor (não a verdadeira democracia) poderia transformar as tendências destrutivas dos nossos sistemas políticos e econômicos”.

A nova indústria do “verde” não escapa portanto à crítica feita por Marcuse (1982 p.32), muito antes do surgimento de tais produtos - ao pensamento unidimensional da sociedade industrial:

“Os produtos doutrina e manipulam; promovem uma falsa consciência que é imune à sua falsidade. E, ao ficarem esses produtos benéficos à disposição de maior número de indivíduos e de classes sociais, a doutrinação que eles portam deixa de ser publicidade; torna-se um estilo de vida. E um bom estilo de vida - muito melhor que antes - e, como um bom estilo de vida, milita contra a transformação qualitativa”.

Ele destaca ainda que

“Se as comunicações em massa misturam harmoniosamente e, com frequência, imperceptivelmente, arte, política, religião e filosofia com anúncios, levam essas esferas da cultura ao seu denominador comum - a forma de mercadoria” (Marcuse, 1982 p.70)

E a questão ambiental tem o mesmo destino. Quanto ao ecoturismo, Mata (1996 p.120-121) nos esclarece que “ao se propagar pela mídia convidativos pacotes turísticos, exibindo cenários atraentes da natureza, corre-se o risco de se fazer transportar mais intensamente a noção de meio a esses pontos aprazíveis e, mais além, à férias, a lazer, ao descanso. Isso é associar o meio ambiente a um altar sagrado, prometido, contemplado de longe e nunca acontecido, cada vez mais distante e irreal. Mas a palavra meio, em si, deve significar o local de movimentação diária do homem, o seu entorno. Meio é a própria casa, trabalho, sindicato etc. No momento em que passa a ser visto distanciado de sua circulação, mais próxima, foge-lhe a idéia de lutar por esta infra-estrutura de base rotineira”. Enfim, essa é uma parte da natureza mediática e falsa, da natureza-espetáculo de que nos fala Santos (veja cap I p.08).

Belloni (1994 p.39-42), em suas considerações acerca da mundialização da cultura, argumenta que a comunicação, enquanto fenômeno típico da globalização da economia, vem invadindo todos os setores da vida social, tendo como conseqüências a banalização da violência e o surgimento de uma cultura massificada que visa a estimular o consumismo e a ‘cultura do narcisismo’¹⁶. Em consonância com as idéias de Ramonet e Santos, ela ressalta que “a comunicação, enquanto fenômeno social, surge a partir da década de 1970, quando as economias ocidentais começavam a se reestruturar, e floresce na década seguinte, na fase de reorganização econômica, cultural e social do mundo desenvolvido. A comunicação assim entendida se constitui na utilização de técnicas de organização e circulação de informações e de funcionamento de grupos, por parte das elites. É nesse mesmo momento histórico que aparecem as empresas-mundo cujo objetivo é o domínio da geoeconomia e para as quais, a criação de uma cultura global forneceria os insumos para a

produção de mercadorias materiais e simbólicas, através da comunicação-mundo. Para cada segmento social - crianças, jovens, esportistas etc - seria criado um conjunto mínimo de símbolos e valores que são utilizados para campanhas publicitárias”.

O consumo “verde” é uma nova possibilidade que o mercado e a mídia nos oferecem. Mas o consumismo *tout court*, essa expressiva faceta de nossa cultura “não ambiental”, essa “felicidade ocidental”, não fica nem um pouco ameaçada. Isso significa a manutenção de uma racionalidade econômica e não ecológica, onde a felicidade não é jamais associada a um simples passeio aproveitando a natureza como ela é. O mercado sempre nos “empurra” uma felicidade material qualquer, ainda que “verde”....Talvez a consequência mais nefasta de tudo isso é que o mercado globalizado, agora “ecologicamente correto”, tende a ditar o que se deve pensar ou fazer para “ajudar o meio ambiente” (sic!).

VI.3. Mídia e EA: uma parceria improvável

“*Ontem*, o homem se comunicava com o seu pedaço da natureza praticamente sem mediação, *hoje*, a própria definição do que é esse entorno, próximo ou distante, o Local ou o Mundo, é cheia de mistérios” (Santos, 1994 p.21).

As considerações sobre mídia e meio ambiente feitas até agora são extremamente importantes para a compreensão de como a mídia pode atuar no sentido de formar valores, não só em termos de “soluções” para a “crise ambiental”, mas também com relação a outros temas. Mas a questão central que queremos destacar neste capítulo é que a mídia, enquanto totalidade, vende com grande competência “rupturas com o entorno”, uma idéia

que permeou todos os capítulos desta tese. Essas “rupturas” são consequência da ação de mecanismos sutis, não explícitos, mas efetivos, que se encontram nas entrelinhas da totalidade do que é veiculado. Por se tratar do resultado da ação de conteúdos não manifestos, esse é sem dúvida o efeito mais devastador da mídia em termos de formação de valores e de visões de mundo. De fato Pierre Bourdieu (1997, p.22) comenta que

“a televisão exerce uma forma particularmente perniciosa de violência simbólica, cuja característica marcante é a cumplicidade tácita dos que a sofrem e dos que a exercem, na medida em que são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la”.

Destacar a importância do conteúdo das entrelinhas, presente na totalidade do que é veiculado, é de extrema importância porque Dennis (1991 p.55), por exemplo, comenta que muitos ¹⁷ acreditam que “qualquer deficiência sobre o atual estado e perspectivas sobre o meio ambiente pode ser resolvida através de coberturas massivas pela mídia”. Mas se é tão simples, por que isso não acontece, pergunta ela ? Ela atribui ao fato de que para a mídia, a questão ambiental é apenas um tópico a mais e que ele é considerado frequentemente um assunto enfadonho. Na seqüência (p.57-60) ela diz que “a mídia tem muito mais a fazer do que cobrir o meio ambiente e que, entre escrever sobre o meio ambiente ou sobre os candidatos à presidência, a maioria dos repórteres vai escolher a política” ¹⁸. Além de demonstrar com tais argumentos uma visão estreita e naturalista, onde a dimensão política da questão ambiental é confundida com questões partidárias, a autora não chega ao cerne da questão.

O que acontece é que “apesar de que os meios de comunicação possam ser instrumentos de mudança social eles raramente o são, pois a mídia ocidental se caracteriza

por uma habilidosa propaganda e tem como propósito o de entreter, embalar e vender, não informar e menos ainda levantar questões sobre paradigmas” (Meadows, 1991 p.74-75).

Mas mesmo a função de meramente “informar” é um assunto bastante polêmico que encontra-se ligado à discussão da objetividade *versus* a advocacia no jornalismo. Embora exista uma diferença entre educação e informação, na maioria das vezes essa diferença não é discutida de uma forma adequada. Por exemplo, Coughlin (1991, p.121-122) levanta questões interessantes sobre a abrangência do adjetivo “ambiental” quando argumenta que “um juiz corrupto, uma alta taxa de mortalidade infantil ou um tornado são parte do meio ambiente de uma cidade”, mas acredita ser possível apenas informar e o público decidir o que fazer da informação.

Friedman (1991 p.27) também diz que “cada vez mais pessoas estão cobrando dos jornalistas que se tornem mais educadores do que provedores de informação”, mas as duas coisas não andam separadas: em sendo provedores de informação, apenas, já estão educando de uma forma ou de outra, pois conteúdos apenas “informativos” também formam (veja Brugger 1994, p.85 1999, p.86).

LaMay (1991 p.110-111) que também toca na questão de se os repórteres educam, argumenta que poucos podem fazê-lo devido à complexidade da questão ambiental. Ele justifica seu ponto de vista dizendo que “a mídia não educa em termos de valores morais que são informados através de um esforço intelectual e acrescenta que talvez não haja instituição mais amoral do que a mídia”. Mas toda essa argumentação não exime a mídia de seu papel na formação de valores, *lato sensu*, e isso tem tudo a ver com a educação, também *lato sensu*. Existe uma relação dialética entre formação e informação: como vimos

antes, há uma enorme diferença entre “informações” como “Uma coruja *versus* uma indústria” e “Uma floresta *versus* a ganância”.

De fato Popper (1995, p.26) argumenta que “todas as pessoas que viessem a fazer televisão deveriam, *volens nolens*, tomar consciência de que têm um papel de educadores pelo simples fato de a televisão ser vista por crianças e adolescentes ¹⁹. Para ele, quem trabalha em televisão participa de um processo de educação de alcance gigantesco. Popper comenta, entretanto, que ao falar sobre isso com profissionais da área, ele percebeu que para aqueles isso era uma grande novidade...”

Bourdieu (1997, p.26) também destaca que “os apresentadores de TV muitas vezes falam levianamente sem ter idéia da dificuldade e da gravidade do que evocam e das responsabilidades em que incorrem ao evocá-las diante de milhares de telespectadores, sem as compreender e sem compreender que não as compreendem. Porque essas palavras fazem coisas, criam fantasias, medos fobias ou, simplesmente, representações falsas”, inclusive sobre o meio ambiente. Tais representações falsas, somadas às mais diversas “rupturas com o entorno” que analisaremos em seguida, fazem com que a mídia, sobretudo a televisiva, tenha um vasto potencial para provocar impactos ambientais²⁰ de grande magnitude.

Essa responsabilidade pelo que é veiculado deve incluir todos os que são responsáveis pelo que aparece na mídia, incluindo os publicitários. É preciso destacar que uma parte expressiva das mensagens publicitárias reforçam os valores da modernidade (cujo estilo de vida foi exatamente o grande detonador da chamada crise ambiental) e com isso ajudam a estabelecer as bases das possíveis relações com a natureza (geralmente degradação), com amplas conseqüências para a qualidade de vida da maioria da população. Através de seus conteúdos latentes, diversos valores hegemônicos em nossa sociedade são

produzidos e reproduzidos: ênfase na ciência e na tecnologia como maneiras de superar quaisquer problemas; glorificação da produtividade e do crescimento; culto à competitividade; estímulo ao consumo de mercadorias supérfluas etc. A mídia legitima assim valores que são avessos, total ou parcialmente, a uma ética que se poderia qualificar de ambientalmente correta.

Para analisar a influência da mídia deve-se levar em conta portanto não somente os aspectos ideológicos manifestos, mas também o conteúdo oculto ou latente dos mesmos e suas implicações na já mencionada perspectiva de um meio ambiente construído historicamente. Muitas mensagens da mídia têm fortes conteúdos (anti)ambientais implícitos e o fato de não estarem claramente vinculadas à questão ambiental as torna muito eficientes no sentido de formar (geralmente *conformar* e *deformar*) visões de mundo. É o aprendizado incidental, aquele cujo conteúdo se encontra nas entrelinhas (veja Brügger, 1994 p.91-92; Brügger, 1999 p.95-96) e, por estar “oculto”, tem um forte poder de persuasão. Com relação especificamente à publicidade, Toscani (1996 p.168) também nos fala dessa formação que se constitui de modo inconsciente, sem que o saibamos.

A presença de conteúdos (anti)ambientais em muitas mensagens publicitárias se deve ao fato de estar a publicidade, na esmagadora maioria dos casos, envolvida com os interesses econômicos de grandes grupos, de mercados e consumidores mundiais. Isso tem conseqüências (des)educativas desastrosas para o meio ambiente.

Edwards (1998) destaca, corroborando algumas idéias de Ramonet, que “o primeiro fato óbvio sobre os meios de comunicação de massas é que eles não são controlados por corporações: eles são feitos de corporações. A *NBC* e o *Group W* de televisão nos EUA, por exemplo, são da *General Electric* e *Westinghouse* respectivamente

²¹. Uma das conseqüências disso é que programas que promovem os negócios são patrocinados por grandes empresas e tendem a prosperar e os que estragam os negócios tendem a sair do ar ou ficar à margem. Outra é que, não importa o quanto sejam brilhantes em suas idéias, os ambientalistas vão encontrar sérios obstáculos para a comunicação de mensagens que ameaçam o Estado e os negócios. A publicidade é portanto um componente crucial do sistema da mídia. O New York Times, por exemplo, geralmente consiste de 60% de anúncios e não sobreviveria sem isso. E obviamente são as grandes corporações ativas no meio ambiente e no Terceiro Mundo as que mais anunciam. As grandes corporações também se juntam para formar blocos chamados de 'flak machines', com grande influência na mídia e na política. Tais 'flak machines' e outras corporações estão minando, nos EUA, o trabalho de educação ambiental de linha mais crítica, ameaçando inclusive o emprego de professores. O argumento é que tais linhas são totalmente contra a indústria; não há solução, a não ser a volta ao estado selvagem..." (cf. Edwards, 1998).

Pensar em termos de totalidade do que é veiculado, nos faz duvidar da eficácia de abordagens técnicas e reificadoras que separam o que (supostamente) é, do que não é "ambiental". Chapman *et al* (1997 p.96) por exemplo, comentam que "o jornal *The Independent*, na Inglaterra, é o que mais tem matérias sobre o meio ambiente", mas considerando o espaço caro de publicidade que ele tem, nós perguntamos: quanta propaganda e outras matérias deseducam para o meio ambiente, neste mesmo jornal ? É preciso ver o todo, sempre. Também quando eles falam (p.110) em anúncios ambientais no jornal *Express*, ou se referem ao número de matérias ambientais encontradas em boletins da *BBC* (p.111-118), não fica muito claro que critérios predominaram nessa seleção.

A mais importante ressalva que esses autores fazem (p.291) é a de que “embora a maioria dos programas não apresente um conteúdo ambiental explícito, todos se remetem implicitamente a um contexto em tempo e lugar. Esses contextos podem estar relacionados com idéias tais como ‘sociedade industrial consumista’ ou ‘sociedade agrária medieval’. Isso é importante pois, embora possa haver digamos 8% de matérias ambientais na TV, os outros 92% estão provavelmente propagando mensagens predominantemente sobre a moderna sociedade de consumo”. Isso, no entanto, ficou em segundo plano em seu trabalho.

Para corroborar nosso argumento de que é preciso fazer uma apreciação de tudo o que é veiculado, citamos Condry (1995, p.51) que comenta que “a pouca eficácia das campanhas publicitárias contra drogas se deve às mensagens favoráveis a elas que estão na programação normal das tevês: a televisão, ao mesmo tempo que adverte ocasionalmente os jovens contra a droga, difunde um grande número de mensagens favoráveis ao seu consumo”. Ele e mais dois colegas conduziram uma investigação e descobriram que durante as trinta e seis horas de programas visionados de dois dias típicos, foram referenciadas 149 mensagens relacionadas com drogas. Nesse total havia 121 mensagens favoráveis (81,2%) e 22 desfavoráveis (14,8%), sendo 6 ambíguas. Um grande número de mensagens favoráveis encontrava-se nos *spots* publicitários que elogiavam certos produtos lícitos: medicamentos, cerveja ou vinho”. No que tange à questão ambiental é provável que algo análogo aconteça. Em seguida veremos alguns exemplos que indicam isso.

Quanto aos valores preconizados pela televisão Condry (1995, p.57) observou, também por meio de um estudo, que existe uma predominância na publicidade de valores egoístas e egocêntricos em detrimento dos valores altruístas.

Vale ainda discorrer um pouco sobre o que Schlechtweg (1996) chama de '*media frame*'. De acordo com Todd Gitlin (1980, *apud* Schlechtweg, 1996, p.257) os '*media frames*' consistem em "padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase, e exclusão por meio dos quais os manuseadores de símbolos rotineiramente organizam o discurso, seja verbal ou visual".

É interessante notar aqui uma forte analogia com o conceito de "currículo oculto", destacado por alguns estudiosos da educação. Para Jackson (*apud* Apple 1982, p.127), por currículo oculto entende-se "as normas e valores que são implícita porém efetivamente transmitidos pelas escolas e que habitualmente não são mencionados na apresentação feita pelos professores dos fins ou objetivos".

Giroux (1986, p.71) o define ainda como "as normas, valores e crenças imbricadas e transmitidas aos alunos através de regras subjacentes que estruturam as rotinas e relações sociais na escola e na vida da sala de aula. Giroux (1986, p.88) destaca ainda a importância dos 'silêncios' estruturais e mensagens ideológicas que moldam a forma e o conteúdo do conhecimento escolar".

Schlechtweg (1996 p.257-258) argumenta que "embora os *media frames* possam ajudar a audiência a entender novos itens, eles frequentemente obscurecem muito do que é único sobre atividades e eventos, enquanto silencia explicações argumentos e perspectivas que não se encaixam no quadro de interpretações da mídia. Ele comenta ainda que os pressupostos e visões de mundo que guiam as escolhas dos jornalistas não são casuais e que é possível chegar, através de uma análise de elementos textuais e visuais, a esses pressupostos, bem como à lógica que unifica e molda seu conteúdo".

Schlechtweg (p.263) diz que “as análises de discurso nos fazem repensar a relação entre cognição e discurso, e discorre sobre o método de *cluster analysis*, (análise de conjunto) que consiste em primeiro fazer um índice de termos e imagens-chaves. A seleção de termos-chaves é guiada pela frequência de uso e intensidade, como a evocação de uma forte resposta emocional e/ou julgamento moral, e destaca ainda cortes de imagens e outros procedimentos. É interessante que os termos-chaves, tanto palavras quanto imagens, selecionados na base de frequência e intensidade, são agrupados e formam sinônimos operacionais no texto televisivo. Daí emergem os protagonistas e antagonistas em clara oposição: no caso por ele analisado, os ‘violentos’ participantes do *Earth First!* em confronto com as ‘pessoas comuns”²².

Após todas essas considerações teóricas sobre a capacidade da mídia formar valores e visões de mundo através de suas “entrelinhas”, gostaríamos de ilustrar nossos argumentos com alguns exemplos concretos. Vamos começar comentando um artigo do economista Herman Daly intitulado “Boundless bull” (Touro selvagem, sem fronteiras). Daly inicia seu artigo com um argumento que coincide totalmente com a nossa visão (e a de Condry, 1995) sobre a forma de abordar e analisar as mensagens da mídia. Diz ele: “se se quer saber o que há de errado com a economia americana não basta frequentar uma pós-graduação, ler livros ou estudar tendências estatísticas. É preciso assistir televisão - não documentários ou *shows* - mas o que há de mais sério: os comerciais” (Daly, 1991 p.149).

Como exemplo, Daly analisa um comercial da Merrill Lynch, desvelando seu conteúdo latente. O comercial tem início, diz Daly, com “a imagem de um touro trotando ao longo de uma praia. Ele é um animal muito poderoso - nada pode detê-lo. E como a praia está vazia, até onde alcança a vista, não há nada que possa sequer diminuir sua velocidade.

Um coro de fundo entoia 'desconhecendo fronteiras' e o touro trota em direção ao sol poente. Abruptamente a cena muda: o touro agora está trotando por uma ponte que atravessa um profundo desfiladeiro. Não há bicicletas, carros ou caminhões sobre a ponte, de modo que o touro está novamente sozinho num mundo vazio e desobstruído. O abismo que poderia ser uma barreira para o touro, é convenientemente atravessado por uma ponte vazia. Em seguida o touro se encontra numa floresta de sequóias gigantes²³, olhando meio perdido, enquanto esmaga a vegetação rasteira. A câmera focaliza e sobe pelo tronco da sequóia gigante cuja copa desaparece no brilho do sol. O coro canta a respeito de 'um mundo sem fronteiras'. Finalmente vemos a silhueta do touro, em contraste com um por do sol avermelhado, parado de pé majestosamente solitário sobre um rochedo, olhando do alto um grande e vazio deserto. A silhueta claramente delineia a genitália do animal, tornando óbvio que se trata de um touro, não de uma vaca. E assim termina. O culto ao touro da antiga Creta e Indus Valley, no qual o deus-touro simbolizava força e virilidade, está vivo e passa bem em Wall Street. A mensagem é clara: a Merrill Lynch quer colocar o espectador num mundo individualista, machista e sem limites - o da economia americana". A idéia de "espaços vazios" também combina totalmente com a afirmação de Ramonet sobre as empresas globais que procuram pelos deslocamentos e o aumento incessante de produtividade, o máximo lucro.

É interessante que Daly comenta (p.150) que "o touro da M. Lynch também simboliza preços de estoques em ascensão e otimismo sem limites, o que é, em última instância, baseado nessa visão de um mundo vazio onde indivíduos fortes e solitários reinam livremente. Mas o mundo não é vazio, diz ele. Essa é uma grande mentira. O mundo está cheio de pessoas e outras coisas. Muitas espécies são levadas à extinção porque

seus habitats 'vazios' são tomados; povos indígenas são removidos para outros locais por causa de estradas ou barragens em suas selvas 'vazias'²⁴.

Daly (p.151) também destaca que “ao contrário do touro da M.Lynch, a maioria dos touros não trotam livremente ao longo de praias vazias, mas são castrados e passam suas breves vidas trabalhando pesado e confinados em estábulos fedorentos. Ele faz uma analogia com a situação dos seres humanos e questiona porque a M.Lynch, a mídia e a Academia nos regalamos com um 'Touro selvagem e sem fronteiras' ? Será que se acredita mesmo nisso ? A resposta, diz ele, é que o que eles vendem é crescimento e crescimento requer espaços vazios para se expandir. Por que não se transmite uma imagem do Ferdinando que se sentaria para sentir o perfume das flores, estando feliz com o mundo tal como ele é ? Isso pode ser feito. Mas se o que se vende é crescimento contínuo, então tem que se vender um trotar contínuo e incansável, não satisfeito com o mundo como ele é”.

É impossível não lembrarmos aqui da passagem em que Certeau analisa o mito de Robinson Crusoe (capítulo V) que segundo ele, trata da transformação dos espaços naturais por um senhor que domina a economia escriturística, ou seja, é o mito da própria modernidade.

Daly (p.152-154) argumenta que “esse tipo de visão é dominante mesmo nos bons economistas e que a mídia certamente não transcende esse tipo de perspectiva. Ele faz interessantes comentários sobre a diferença entre crescer e se desenvolver que vão no mesmo sentido dos nossos (capítulos I e V). Crescer, diz ele, “significa aumentar de tamanho por acréscimo ou assimilação de material. Crescimento, portanto, significa aumento quantitativo na escala das dimensões físicas da economia. Desenvolver implica em uma melhoria qualitativa na estrutura, *design* e composição dos estoques físicos de bens e

riqueza, o que resulta de um maior conhecimento tanto da técnica quanto do seu propósito. Uma economia crescente está se tornando maior; uma economia em desenvolvimento está se tornando melhor. Uma economia pode portanto se desenvolver sem crescer ou crescer sem se desenvolver. Ele critica ainda o crescimento ‘econômico’ como a única cura aceitável para a pobreza”.

A análise de Daly sobre esse anúncio da Merrill Lynch ilustra maravilhosamente bem a educação que acontece pela mídia, via conteúdo latente, e sua influência nas relações dos homens com a natureza e deles entre si. É interessante destacar que de todos os artigos do livro “Media and the environment” (LaMay & Craig, 1991), este é para nós o mais brilhante, o que mais profundamente penetra no cerne da questão. E quem o escreveu não foi um jornalista, marketólogo, ou catedrático da área de comunicação, mas um economista.

Não é objetivo desta tese realizar análises de conteúdo de mensagens televisivas e suas implicações no que tange à formação de valores sobre o meio ambiente, pois só isso já daria uma outra tese. Mas à guisa de ilustração, gostaríamos de oferecer nossos próprios exemplos acerca de “conteúdos latentes”, corroborando os argumentos de Condry e Daly. Para tanto, gravamos cerca de 18 horas de um dia escolhido ao acaso da emissora de TV a cabo *Discovery Channel*.

A *Discovery Channel* tem uma rica programação sobre o mundo natural. Nosso interesse em elegê-la como objeto de pesquisa se deveu, no entanto, ao “seu grande sucesso, entre as TVs pagas em todo o mundo, no que tange à exibição de programas com fins educacionais” (cf. Borges, 1997 p.27) e em especial, ao grande destaque em sua programação à ciência e à tecnologia.

Como vimos discutindo, a ciência e a tecnologia provavelmente se constituem nos mais importantes pilares da modernidade, na medida em que elas modelam nossa relação com o entorno. O fato de haver teoricamente pouca propaganda e um grande número de chamadas, repetidas várias vezes ao longo de um dia, referentes à programação quotidiana (centrada sobretudo em ciência, tecnologia e natureza), foi outro fator decisivo em nossa escolha, pois isso nos daria acesso imediato aos conteúdos latentes sobre os mesmos, tornando nossa discussão mais objetiva. Embora nosso interesse maior estivesse concentrado sobretudo nas chamadas da programação, devido aos motivos expostos, fizemos uma análise dos comerciais também. O conteúdo dos programas não foi objeto de uma análise sistemática. Para uma apreciação dos textos referentes às chamadas e aos comerciais analisados, veja o “Anexo”.

Iniciaremos nossa discussão analisando as chamadas da programação quotidiana. O objetivo principal é verificar que visões de ciência e de técnica predominam nessas chamadas e em que medida elas reproduzem os valores da modernidade, os quais estão associados à rupturas com o entorno e a uma certa visão da questão ambiental.

Na análise das chamadas veiculadas no dia escolhido aleatoriamente para este estudo, observa-se uma grande ênfase na ciência e na técnica para a resolução dos mais variados problemas e sua importância no mundo de hoje, corroborando o pensamento de Milton Santos. Do total de 17 chamadas, 6 mencionam a palavra ciência diretamente (Tudo Sobre; A Busca; Ciência Popular; Discovery News; Idéias e Invenções; Equinócio) e 5 mencionam técnica ou tecnologia diretamente (Tudo Sobre; Além do Ano 2000; Idéias e Invenções; O Guia Completo; Equinócio). Três delas (“Tudo Sobre”; “Idéias e Invenções” e “Equinócio”) mencionam ciência e tecnologia (ou técnica).

Dentre as chamadas que enfatizam diretamente a ciência, se destaca a do programa “Equinócio”. A primeira coisa que chama a atenção na mensagem falada, é a questão de que a ciência ao ‘desafiar o desconhecido para chegar ao novo e ao melhor’, sempre pergunta ‘porque e porque não’. Nesse momento aparece escrito num canto da tela ‘welcome back to freedom’ (‘bem vindo de volta à liberdade’), onde se faz uma associação entre ciência (e tecnologia) e liberdade. Mas a questão mais importante aqui é que passa-se a visão de uma ciência boa em si, ou neutra, o que não corresponde à realidade. A ciência de fato pergunta ‘por que’, mas deveria perguntar também “para quem e como” (veja Brügger, 1994 p.103; 1999 p.106). O maior problema da ciência hoje é justamente o ‘por que não’, ou seja, a falta de limites: se é possível realizar alguma coisa, os únicos empecilhos são de ordem técnica. Não há praticamente nenhum de ordem ética. Os experimentos em biotecnologia se constituem na prova mais cabal disso.

Há uma segunda questão nessa chamada que chama a atenção por unir palavras e imagens: junto com a frase ‘testemunhe os milagres e até simples prazeres que a tecnologia avançada nos oferece’, aparece uma paisagem semelhante a um crepúsculo ou alvorada onde se vê um semi halo. Dentro dele há uma estrela (ou um planeta, como Vênus) e fora, um corpo celeste como um sol. Essa imagem se constitui, na verdade, em um apelo religioso. É uma imagem que reforça a idéia de que a tecnologia realiza milagres e lhe imprime um caráter divino. Também a questão de que ‘no mundo da ciência e da tecnologia algo novo está sempre no horizonte’, nos remete a um mundo imperfeito que precisa ser constantemente mudado pela ciência e pela técnica (e pelo crescimento econômico que lhes é inerente). E aqui lembramos da análise de Herman Daly. Finalmente uma imagem recorrente e muito importante encerra a mensagem: uma carapaça mecânica se fecha,

encerrando a Terra dentro de si, e reabre revelando um planeta belo e harmônico. Essa imagem é uma referência à “cura” do planeta pela ciência e pela tecnologia.

Outra chamada que se destaca nesse contexto de enaltecimento da ciência e da tecnologia é a de “Idéias e Invenções”. A mensagem começa com a seguinte frase: “o mundo moderno é uma maravilha tecnológica à qual já estamos acostumados”. Mas será que essa afirmação corresponde à realidade ? De fato, se tomarmos como parâmetro o mundo dos cientistas que trabalham no MIT (Massachusetts Institute of Technology), ou mesmo o estilo de vida das pessoas que têm acesso à medicina, automóveis e computadores de última geração, isso é verdade. Mas se considerarmos as disparidades sociais existentes no mundo de hoje, a miséria, o desemprego e a fome, essa afirmação se torna muito questionável. Ainda nessa frase também podemos nos perguntar se, de fato, estamos ‘acostumados a essa maravilha tecnológica’. Como argumentamos com Milton Santos, no primeiro capítulo (p.04), vivemos num período de “grande aceleração que é o resultado da banalização da invenção, do perecimento prematuro dos engenhos e de sua sucessão alucinante. E que esse processo de aceleração da obsolescência encontra-se ligado a um número crescente de novos discursos necessários à inteligibilidade dos novos engenhos”. É portanto improvável que estejamos de fato ‘acostumados’ às ‘maravilhas tecnológicas’ de um mundo onde a recriação da ignorância é permanente.

Na seqüência dessa frase analisada diz-se: “mas a sua essência (a do mundo moderno que é uma maravilha tecnológica) não é apenas ciência e equipamentos, são também os gênios que estão em seus bastidores”. É óbvio que existem pessoas em seus bastidores, pois a ciência e a técnica não existem por si, elas são criações humanas, e têm uma história própria. A visão que predomina aqui é entretanto a de uma ciência que existe

independentemente dos seres humanos e que não passa de um conjunto de leis, onde o homem é muito mais aquele que faz “descobertas”, do que alguém que constrói representações da realidade. É também a visão de ciência de uma sociedade que vem fazendo uma apropriação positivista de paradigmas que já ultrapassaram a inflexibilidade das “leis”.

Vale ainda destacar que embora haja gênios nos bastidores da ciência e da tecnologia, eles não são a maioria. Finalmente, como na mensagem de “Equinócio”, a idéia de um mundo imperfeito que precisa ser constantemente mudado pela ciência e pela técnica, se faz presente na frase ‘vamos olhar para o futuro, para os projetos que poderão transformar nossa vidas’.

Também na chamada de “Ciência Popular”, fala-se num ‘progresso ao alcance de todos’ que, considerando os dados de Ramonet, comentados no início deste capítulo, pouco corresponde à realidade de hoje. As imagens que predominam são as de computadores, helicópteros, protótipos de automóveis etc. Mas o fato de esses engenhos fazerem parte do mundo de hoje e de ‘estarmos acostumados’ à visão deles, não os torna automaticamente populares. Aqui também se fala em ‘um mundo em constante mudança e cheio de possibilidades, motivações, riscos e soluções’. Isso enfatiza idéias dominantes, mas muito questionáveis, como as mudanças para melhor que a ciência e a técnica sempre promovem e as soluções para tudo que elas sempre apresentam...

É preciso destacar também que os aperfeiçoamentos, isto é, as novas gerações de computadores, automóveis etc, se constituem em primeiro lugar na manutenção de uma certa ordem pragmática e instrumental. É claro que os aperfeiçoamentos encerram ricas possibilidades de mudança. Mas a evolução técnica, em si, não trará automaticamente

mudanças para melhor. O fundamental, no mínimo, é que possamos escolher e direcionar os novos engenhos para garantir o bem-estar da maioria.

Finalmente a menção a certos temas, em detrimento de outros, tende a influir no conceito do que seja importante ou não. Por exemplo, nas chamadas de “Tudo Sobre” e “Além do Ano 2000”, predominam temas futuristas e questões nada quotidianas como a exploração espacial, ou como viver sem a gravidade. Como ressaltamos antes, não estão sendo analisados os programas - que muitas vezes nada têm a ver com os temas de tais mensagens - mas unicamente as chamadas. Mas aqui é pertinente comentar que uma boa parte do programa espacial, por exemplo, vem sendo cada vez mais criticada por envolver fabulosas somas de dinheiro (que poderiam ter uma utilidade social muito maior) e até por colocar em risco a biosfera (veja por exemplo, Gorelick, 1997).

Além destas, ciência e tecnologia estão presentes em maior ou menor proporção nas imagens de duas outras chamadas: “Sala de emergência” e “Ushuaia”. Em Ushuaia, a mensagem básica é que mesmo a aventura é muito melhor se mediada pela máquina. Isso fica claro quando equipamentos modernos são associados à captação das ‘imagens que antes só existiam em nossa imaginação’. Ou seja, não basta a *expertise* de quem faz a aventura. É preciso “esperteza” das máquinas também.

Mas em “Sala de Emergência” as imagens de equipamentos têm um peso ideológico bem maior. Elas são associadas a ‘salvar vidas’, ou seja, a ‘vanguarda da medicina’ é também a vanguarda da ciência e da técnica. Isso fortalece a visão de medicina, de saúde e de doença que são hegemônicas na sociedade industrial ²⁵. Dentro dessa visão dominante nossa saúde depende principalmente de médicos, fármacos e equipamentos. A saúde que também vem de uma boa nutrição, de boas condições sanitárias e psíquicas ou de técnicas e

recursos não hegemônicos (chamados eufemisticamente de alternativos), recebe pouco destaque nesse contexto. Será essa a “retaguarda” da medicina ? Vale também ressaltar o contexto sensacionalista presente no início da fala: ‘dor, sangue e medo’, que serão vencidos pela vanguarda da tecnociência.

Ainda com relação à discussão sobre a ciência, nas chamadas da programação, gostaríamos de comentar sucintamente a ausência da palavra “ciência” em “Civilizações Perdidas”. Aqui destaca-se como característica das civilizações antigas a paixão e a fé e não se fala em ciência. Isso é mesmo coerente se considerarmos que a ciência que se tornou hegemônica é branca e européia em sua origem (veja Brügger, 1994 p.112-135; 1999 p.115-140). Mas é também verdade que tais culturas possuíam conhecimentos surpreendentes, enfim, também tinham a sua ciência, e que a “nossa” ciência tem em seu corpo elementos de outras ciências e culturas consideradas não desenvolvidas (a álgebra, por exemplo, é de origem árabe). O que vale a pena questionar aqui é se a menção à fé e à paixão, e a omissão da palavra ciência, não acabam por reforçar a dicotomia razão-emoção e uma visão evolucionista e etnocêntrica do conhecimento.

Igualmente em “A Busca”, ‘o mundo oculto deverá ser desvelado pela razão e pela ciência’. Isso fica claro quando se diz que ‘a verdade impressiona mais do que a ficção’. A verdade aqui, é a ciência, a razão e tudo é apenas uma questão de tempo: a ciência resolve tudo. Reforça-se com isso a idéia de que a ciência não tem limites epistemológicos e é a única forma válida de conhecimento.

Um último comentário para encerrar essa parte da discussão. Destacamos antes que a imagem de uma carapaça mecânica se fechando por sobre o planeta era bastante recorrente. Essa mesma imagem aparece no fim da chamada do programa “Além do Ano

2000”, mas uma variação dela, mais sutil, aparece em muitos outros momentos. Trata-se de uma estrutura tripartida - formada por placas esféricas - que se fecha sobre um fundo qualquer, formando o planeta. Essa imagem, essa estrutura tripartida que é o planeta, aparece em: “Ciência Popular”, “Animais em Perigo”, “Idéias e Invenções”, “Hora Selvagem”, “Civilizações Perdidas”, “Grandes Mistérios e Mitos”, “Sala de Emergência”, “O Oeste” e “Tudo Sobre”.

Em outras, como em “Ushuaia”, aparece apenas o planeta girando, mas existe uma seqüência de imagens que se constitui no detalhamento da que fecha “Equinócio” e “Além do Ano 2000”. Ela tem início com a abertura da mesma carapaça mecânica citada, mas aqui, em vez de se desvelar de imediato o mundo, aparece uma seqüência super rápida de máquinas e engenhos de vários tipos. A carapaça volta a se fechar ao término dessa seqüência de máquinas e por fim se reabre com a imagem de um planeta harmônico dentro: a Terra. É difícil descrever com palavras imagens tão rápidas, mas elas sintetizam a fusão do planeta com a tecnociência, a fórmula para um mundo perfeito, *clean*.

Essa seqüência de imagens parece a materialização de uma passagem de Milton Santos que citamos na primeira página desta tese onde o autor fala num “homem que se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do planeta armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo; e essa dominação se dá através da tecnociência”. Essa dominação é, como vimos, uma ruptura com o entorno. Daí a importância de analisar que tipo de visão de ciência a mídia veicula.

A ênfase na ciência e na técnica, como vimos, têm uma grande influência sobre as nossas relações com o entorno. Mas visões diretas de natureza, do que seja o entorno, também foram registradas. Quatro delas falam diretamente de natureza: “Animais em

Perigo”; “O Guia Completo” - Cães; “Hora Selvagem”; e “O Arquivo Secreto dos Tubarões”. Duas destas (as últimas), mostram claramente uma visão de natureza totalmente inóspita.

A primeira mensagem enfatiza ‘os limites de adaptação dos animais com relação às mudanças do meio’. Atualmente a maioria dessas mudanças tem sido induzida pelo homem, esse poderoso agente de intervenção sobre as condições naturais. Essa mensagem pode parecer alarmista, mas considerando o crescente número de animais que entram em listas de “ameaçados” ou “em extinção”, pensamos que a mensagem poderia ser até mais longa, pois ela é da maior importância.

A segunda chamada é bem menos impactante. O que chama a atenção aqui é mais uma vez a ênfase dada à tecnologia, no caso, ‘as mais avançadas tecnologias de estudo biológico’. Esta é a mensagem que tem o menor número de palavras (27).

A chamada de “Hora Selvagem” é sem dúvida a mais interessante, dentre as que se referem à natureza, pois reproduz-se fielmente a clássica dicotomia sociedade-natureza, cultura-natureza. Aqui a selva é mostrada como um local de luta acirrada de todos contra todos. A esmagadora maioria das imagens se refere a pares de predadores e presas ou a animais em fuga, e essas imagens são associadas à ‘ação’. Essa chamada abre com a idéia de que, felizmente, a tela da TV é uma forma de tornar virtual essa ameaça que se constitui a natureza (por nos separar dos ferozes animais). É cheia de sensacionalismos como ‘Matar ou Morrer’ que aparece também como legenda na tela. Uma locução rápida e um fundo musical de estilo tenso e agitado, complementam as imagens.

Citamos antes Schlechtweg que nos alerta sobre os *media frames*. Bourdieu, em seu livro “Sobre a televisão”, também nos fala da seleção e da construção do que é selecionado,

sendo que o princípio de seleção, é a busca do sensacional, do espetacular. “A televisão convida à *dramatização*, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático, trágico. E para isso é necessário o uso de palavras extraordinárias. **Paradoxalmente o mundo da imagem é dominado pelas palavras. A foto não é nada sem a legenda que diz o que é preciso ler - *legendum* - isto é, com muita frequência, lendas, que fazem ver qualquer coisa.** Nomear, como se sabe, é fazer ver, é criar, levar à existência” (Bourdieu, 1997 p.25-26; grifos nossos). Isso corrobora os argumentos de Moscovici e Cassirer (veja cap. IV): “as palavras fazem mais do que representar coisas; elas criam coisas e passam as suas propriedades para elas: o conteúdo da percepção não imerge de algum modo na palavra, mas sim dela emerge”.

Todo esse contexto deve ser levado em conta quando da elaboração das mensagens veiculadas pela mídia. No que tange à natureza, por exemplo, embora existam de fato os predadores e as presas, essa não é a única forma de relação entre os animais. Na natureza as opções ‘Matar ou Morrer’ não são tampouco as únicas. Isso talvez combine melhor com Wall Street. Na natureza também encontramos mutualismos, comensalismos e a maioria das formas de parasitismo não resultam em morte. É essa mesma visão de natureza que faz com que chamemos as orcas de “baleias assassinas”, só porque são predadores muito eficientes. Mas nós também nos tornamos predadores muito eficientes. E nem sequer necessitamos, como elas, da “caça” (que hoje se encontra nos supermercados) para a nossa sobrevivência. No entanto ninguém chamaria outra pessoa de “assassino” por estar comendo churrasco. Vale lembrar ainda que mesmo a predação não é tão má quanto parece. Embora ela de fato seja agressiva em termos individuais, isto é, para a presa, ela é

até benéfica em termos de ecossistema. Somente no final da chamada de “Hora Selvagem” aparecem cenas mais diversificadas, quando se fala na ‘Amazônia, a indomável’ (deverá ela ser domada ?).

Finalmente, devemos ressaltar ainda que essa associação da natureza com cenas de violência, de fuga e de competição, acabam por legitimar a competitividade na própria sociedade. É a “guerra” de que nos fala Santos. A competição é mostrada como algo natural. E é. Mas o que a maior parte das mensagens publicitárias não mostra, é que na natureza também existe cooperação. Essa ênfase na competição, em detrimento da cooperação vem, em última instância, a reforçar a vitória da racionalidade econômica sobre a racionalidade ecológica. Esse é o grande conflito do mundo de hoje, pois na globalização da economia, como vimos, não há lugar para a cooperação.

A quarta e última chamada diretamente relacionada com a natureza é a do “O Arquivo Secreto dos Tubarões”. Aqui os comentários são essencialmente os mesmos feitos antes. Também detecta-se a presença de grande dose de sensacionalismo: ‘os ataques, as vítimas, as histórias. Imagens violentas que o surpreenderão durante toda a narrativa. Dentro da água, ninguém poderá ouvir seus gritos’.

Santos (1994 p.24) argumenta que “a mídia pode ser um veículo ameaçador da integridade dos homens, quando o ‘meio ambiente’, é apresentado como ‘Natureza-espetáculo’. Virtualmente possível, pelo uso adequado de tantos e tão sofisticados recursos técnicos, a percepção é mutilada, quando a mídia julga necessário, através do sensacional e do medo, captar a atenção”. É interessante notar que a chamada abre com ‘no fundo do oceano tudo está calmo, exceto pelo nado furtivo da criatura mais temida do mundo’ e aparece um mergulhador...

Vale também destacar que as duas primeiras mensagens, as que mostram uma “natureza amiga” são menores (juntas somam 68 palavras) e as duas últimas, que primam pelo sensacional, pela violência e pelo medo, maiores (somam 105 palavras).

Talvez os responsáveis pela criação das chamadas estejam apenas querendo mostrar imagens e palavras impactantes, devido à exigüidade do tempo disponível. O *Discovery Selvagem* deste dia, por exemplo, foi um programa belíssimo sobre as baleias jubarte, chamadas de ‘gigantes pacíficos’. E outro sobre os “Dragões de Komodo”, mostram uma convivência harmoniosa entre os dragões e os habitantes humanos locais. Esse caráter violento das chamadas não se refletiu portanto no conteúdo da programação desse dia. Mas o fato é que não se sabe que efeitos mensagens tão exaustivamente repetidas (várias vezes por dia, ao longo de meses) podem ter na formação de visões de mundo dos telespectadores. A chamada de “Sala de emergência”, comentada antes, vem sendo veiculada até o presente momento (junho de 1999). Isso corresponde a pelo menos um ano e meio indo ao ar.

Gostaríamos de enfatizar mais uma vez que as observações feitas aqui são válidas apenas para as chamadas dos programas e que embora não tenhamos feito uma análise sistemática da programação do dia gravado para este estudo, foram apresentados programas de excelente qualidade. Também estamos cientes de que os profissionais que selecionam a programação de uma emissora não são os mesmos responsáveis pelo conteúdo das chamadas sobre tais programas. Como excelentes programas deste dia podemos citar: o emprego da realidade virtual na área cirúrgica, mostrando como ela pode poupar milhares de vidas de animais e aumentar muito o índice de segurança para os procedimentos com seres humanos; uma matéria sobre as regiões polares; e outro sobre as intervenções

antrópicas e as modificações da fauna e da flora na Nova Zelândia desde uma perspectiva histórica. Muito interessante também foi a matéria sobre o “Museu da Tolerância”, que trata do nazismo.

Vale destacar que, comparada às emissoras de televisão públicas, os canais de transmissão a cabo, pagos, têm uma qualidade infinitamente superior em todos os sentidos. Vejamos um exemplo. No “Globo Repórter”, de 04/06/99, os mesmos “Dragões de Komodo” citados antes, receberam um tratamento totalmente diferente por parte da reportagem. Nesse programa marcado pelo sensacionalismo, eles foram mostrados como animais muito violentos, foram chamados de “monstros” e “feras” e a lenda que fala sobre a origem dos animais na ilha, foi contada de forma diferente da versão do *Discovery Channel*. Enquanto a versão do *DC* mostra o dragão como um ser da natureza e até como vítima dos homens, vivendo em harmonia com o povo da ilha, a da *Globo* revela um dragão mau, violento e objeto de grande medo por parte dos ilhéus. Corroborando nossos argumentos anteriores, a comparação das duas matérias se constitui num bom exemplo de como é impossível a neutralidade nas matérias jornalísticas.

Não podemos nos furtar tampouco ao comentário de que a queda na qualidade da programação dos canais públicos de TV, cada vez mais dominados por propagandas, sexo, violência e sensacionalismos de diversos tipos, é sem dúvida uma forma de forçar os telespectadores a pagarem por um serviço de “informação” de melhor qualidade. É uma forma de privatização da comunicação e também um outro divisor de águas entre os incluídos e os excluídos da informação supostamente de alto nível. Supostamente por que, como vimos, as informações não são neutras e mesmo as TVs a cabo estão sendo cada vez

mais invadidas pela propaganda, cuja legitimidade é muito questionável já que o acesso à programação já é pago ²⁶.

O fato é que a propaganda existe e não é tão pouca quanto pode parecer. Vamos portanto à análise de conteúdo de dois comerciais muito passados no dia analisado: “7daydiet” e “ABTrainer”.

Considerando que a média geral de aparição das chamadas de programas foi de 14,8 vezes e a dos comerciais 12 vezes, já podemos dizer que eles ocuparam um espaço expressivo. Mas é interessante notar, sobretudo, a grande extensão de palavras dos comerciais, em comparação com as da programação: em média 268 e 51 palavras respectivamente. Pode-se dizer portanto que estes comerciais ocuparam um espaço bastante grande. As considerações feitas a seguir dizem respeito unicamente às idéias contidas nas propagandas dos produtos. Não há nenhuma intenção de analisar a qualidade dos mesmos.

O primeiro, “7daydiet”, é uma propaganda para a venda de um produto no qual se prescreve o que se deve comer e beber, quando e em que quantidade, ou seja, como se alimentar corretamente. Essa é também uma forma de ruptura com o entorno pois fica subentendido que as pessoas não sabem se alimentar bem por elas próprias, pelos seus instintos e sentidos (paladar, olfato, visão, etc), isto é, por meio das informações que vêm do entorno e que são “processadas” pelo nosso organismo. Essa forma de ruptura é também unidimensionalizante, uma vez que rompe não apenas com os instintos, mas também com a rica diversidade das diferentes tradições culinárias (veja Brügger, 1994 p.71; Brügger, 1999 p.71), supostamente em direção a uma dieta perfeita para diversas faixas etárias, climas etc.

Há ainda um forte elemento elitizante pois menciona-se o SPA de Aspen, como origem da dieta, como se o acesso a ele fosse uma possibilidade corriqueira. Na verdade o

que se deseja, é fazer com que o telespectador se identifique com aqueles que têm acesso a ele, e ao que se faz no “Primeiro Mundo”, como o locutor da propaganda Emerson Fittipaldi. De fato, é do “Primeiro Mundo” que vem a ciência e a tecnologia de ponta. Nada mais coerente então que uma dieta tão tecnicamente perfeita também venha. Para tornar o produto mais atraente ele é transformado em um “pacote” que inclui um livro de receitas, vídeos, audios e até uma central de nutricionistas. Apesar do tom informal e espontâneo da linguagem e das imagens do anúncio (aparece, displicentemente, ao lado de Fittipaldi, um capacete e uma miniatura de um “Fórmula 1”), tudo é apresentado de forma impecável e as embalagens dos produtos são perfeitas esteticamente.

Vale ainda lembrar que vivemos num mundo onde pelo menos um quinto da população não tem o que comer e as gigantescas empresas transnacionais devastam a agricultura mundial com pesticidas químicos e mais recentemente com produtos modificados geneticamente, tudo respaldado por uma ciência supostamente a serviço da produtividade (sic!). Uma nutrição saudável, orgânica e ‘100% natural’ continua acessível. Só que ela não tem mais origem direta na natureza. Ela é mediada, é claro, por uma empresa e fica restrita àqueles que podem pagar por uma dieta cara. Toscani (1996 p.162-163) faz comentários muito interessantes sobre essa alimentação monocultural, que impõe um estilo idêntico em todo o planeta, em detrimento das diversidades, graças à publicidade.

O “ABTrainer” é um comercial para vender um equipamento de treinamento abdominal. Em seu início mostra imagens em preto e branco de pessoas acima do peso ideal, ou fora do esquema ideal, pois estão usando aparelhos e métodos ultrapassados. As imagens em PB têm por função relacionar aquelas pessoas e métodos a uma coisa do

passado. A imagem em PB termina com a frase ‘em busca do corpo perfeito tentamos de tudo’. Aí se introduz o *ABTrainer*, moderno e eficiente.

Também aqui há rupturas com entorno. O homem sempre praticou esportes, mas agora tudo precisa ser acompanhado de um ‘guia técnico, um vídeo demonstrativo e um programa alimentar de 10 dias’. Aqui, como nas prescrições do “7daydiet”, recorreremos mais uma vez a Milton Santos que argumenta que “vivemos num mundo exigente de um discurso necessário à inteligência das coisas e das ações e com isso, todos os dias acordamos um pouco mais ignorantes e indefesos” (veja nota 6).

Enquanto o “7daydiet”, como fórmula mágica, se dirige mais a uma elite, o *ABTrainer* quer que as pessoas comuns tenham acesso à modelagem do corpo por um preço de oferta: 3 x R\$39,90. Esse tipo de propaganda é dirigido sobretudo às mulheres, pois elas são muito mais cobradas do que os homens com relação a uma estética perfeita. Se o *Homo sapiens* é uma parte da natureza também dominada pela técnica, é “natural” que as mulheres (a parte mais dominada do *H.sapiens*) o sejam ainda mais, nesses casos. De fato, a animação usada no anúncio para demonstrar o exercício é uma boneca azul de corpo perfeito. As “pessoas modernas” que aparecem já na parte colorida do anúncio correspondem ao padrão de beleza ocidental e, em sua maior parte, são mulheres com malhas, cabelos e corpos tão parecidos que mais parecem clones. Dançam loucamente. E “esquizoidemente”, sacodem seus corpos (e almas) torturados por aparelhos que os disciplinam e os submetem a um padrão unidimensional de estética física. Essas mulheres objetificadas, tomadas mercadorias, são produtos perfeitos para a sexualidade banalizada, vulgar e sem alma que a mídia veicula rotineiramente.

Norberg-Hodge (1999, p.195-197) destaca a influência nefasta da monocultura sobre a imposição de um tipo físico ideal, sobretudo para as mulheres: “torna-se cada vez mais comum meninas de sete anos já sofrerem de desordens alimentares, morenas tingirem seus cabelos de louro e mulheres asiáticas alterarem seus olhos cirurgicamente para parecerem mais ‘ocidentais’. O espelho disso é a boneca *Barbie*, loura de olhos azuis e magérrima, que define o modelo feminino de beleza”.

Essa ênfase exagerada na aparência física nos lembra Certeau (cap.V; p.32) que diz que “da televisão ao jornal, da publicidade a todas as epifanias mercadológicas, a nossa sociedade mede toda a realidade por sua capacidade de mostrar ou de se mostrar e transforma as comunicações em viagens do olhar”. Talvez por isso se enfatize tanto ‘mudar o corpo’: a aparência física é a comunicação *tout court*, é a mensagem. Associa-se a isso um ‘outro estilo de vida, onde se é mais confiante e feliz’.

Aproveitando a questão de gênero levantada, faremos um breve comentário sobre a chamada do programa “Bom Apetite” (gravada no mesmo dia), na qual se diz: ‘ele é um chefe de renome internacional; ela confunde os pimentões com a salsa (mas) juntos formam a melhor combinação na hora de cozinhar’. Aqui é impossível não lembrarmos de uma citação de Goody (1979 p.229) onde ele diz que “a comunicação escrita é mais valorizada que a comunicação oral e que um *menu* caracteriza uma refeição de grande classe, um símbolo do luxo e da liberdade de escolha. O *menu* escrito, que convém a circunstâncias particulares, caracteriza mais uma cozinha feita por homens e não por mulheres”, completa ele. O comentário de Goody, exemplificado nessa chamada, estabelece uma ligação histórica entre a formação do mundo (ainda) escrito de hoje e as diferentes hierarquias que com ele se estabeleceram. Nesta chamada, não se sabe se o papel de uma mulher que

‘confunde os pimentões com a salsa’ é o de mera mão-de-obra, ou se é preciso (apesar da razão) um toque de intuição feminina...(sic!).

Certeau tem ainda outra passagem muito interessante para complementar nossos comentários sobre o “7daydiet” e o “ABTrainer”. Ele nos fala dos “instrumentos que se distinguem conforme a ação que efetuam, que corrigem um excesso ou um déficit com relação a alguma coisa. Essa atividade (que é de extração ou de acréscimo) remete a um código que mantém os corpos submetidos a uma norma. Deste ponto de vista, até as roupas podem passar por instrumentos, graças aos quais uma lei social se assegura dos corpos e de seus membros, e regula-os por mudanças de moda como em manobras militares. O automóvel, como um espartilho, também os molda e os conforma a um modelo postural ²⁷. É um instrumento ortopédico e ortoprático. Os alimentos selecionados por tradições e vendidos nos mercados de uma sociedade modelam igualmente os corpos mediante a nutrição; impõe-lhes uma forma e um tônus que têm valor de uma carteira de identidade. Mas a operação de retirar ou acrescentar algo não é senão o corolário de outra, mais geral, que consiste em *fazer os corpos dizerem o código*. Tarefa imensa de ‘maquiar’ os corpos para que soletrem uma ordem. A economia liberal não é menos eficaz que o totalitarismo para efetuar essa articulação da lei pelos corpos. Ela procede apenas segundo outros métodos. Em vez de esmagar os grupos para marcá-los com o ferro único de um só poder, atomiza-os inicialmente e depois multiplica as redes estreitas dos intercâmbios que conformam unidades individuais às regras dos contratos sócioeconômicos e culturais” (cf. Certeau, 1996, p.239-241).

Com relação a conformar os corpos a um código, Toscani (1996 p.167-168) destaca, com relação à publicidade, que “é preciso parecer-se com o mundo de imagens dos

anúncios para ver-se classificado dentro das normas sociais. A publicidade propõe um modelo social: compro, logo sou”²⁸.

No que tange ao *ABTrainer*, Certeau se refere ainda (p.300) à ambição ocidental de um *progresso* indefinido do *corpo* numa economia do desafio que encontra a sua representação pública no esporte (grifos no original). Também Pierre Bourdieu (1997 p.128), comenta (apud Hoberman, 1992) que “o esporte de alta competição coloca cada vez mais em pauta uma tecnologia industrial visando a transformar o corpo humano em uma máquina eficaz e inesgotável através da mobilização de diferentes ciências biológicas e psicológicas e a métodos de treinamento dolorosos e estimulantes proibidos”²⁹. Essa é também uma forma de dominação da natureza.

Bem essa foi a análise de duas propagandas muito recorrentes numa emissora de TV a cabo, a *Discovery Channel*. Já fizemos um comentário sobre a legitimidade das propagandas em TVs a cabo, genericamente falando, uma vez que o telespectador já paga para assistir o canal em questão. Mas além da propaganda direta, é possível encontrar “citações” de marcas comerciais durante os mais variados programas de televisão e filmes. Em alguns programas do dia analisado detectamos a aparição de diversas marcas como *Adidas*, *Merck*, *Neil Pryde*, *Sea-Doo*, *IBM*, *Sony*, *Acer-Computec* etc. Um trabalho interessante seria o de pesquisar que tipos de propaganda são mais comuns nas TVs públicas e a cabo e analisar seu conteúdo com relação a valores culturais, ambientais etc.

Muitas outras mensagens da mídia ocultam valores análogos aos apontados por Daly e por nós. Aproveitando o que aprendemos com ele sobre os bovídeos, vale a pena comentar rapidamente dois outros anúncios: o do banco *Bozzano Simonsen* e o do cigarro *Hollywood*, bastante veiculados durante os meses de abril e maio de 1999, nos intervalos

do “Jornal Nacional” (*Rede Globo*). Em ambos aparecem manadas de búfalos que representam o perigo (*Bozzano Simonsen*) ou algo que é ultrapassado (portanto dominado) pela técnica (*Hollywood*). No primeiro, os búfalos são associados ao perigo ou a ameaças, já que as legendas dizem que “no mercado financeiro acontecem coisas imprevisíveis”: os búfalos (não o mercado financeiro...) se constituem numa ameaça para a integridade física de um bebê. Já no segundo, os búfalos (a despeito de toda a sua força e potência) são ultrapassados por uma máquina mirabolante, que se assemelha a carro de “Fórmula 1”. Tudo termina num porta-aviões no meio do oceano onde as pessoas que participaram desta incrível aventura, mediada por uma alta tecnologia que só serve para a diversão, fumam. É “O sucesso” !

Por último, um breve comentário sobre o comercial do refrigerante “Sukita” (da *Pepsi*), também amplamente veiculado nessa mesma época e canal. Nele, uma adolescente tomando “Sukita” está num elevador onde um homem mais velho a corteja de forma inconveniente. Para cortar a conversa e se livrar do assédio desse homem mais velho, a garota diz: “Tio, aperta o 21”... (o andar para onde ela se dirige). O comercial explicitamente mostra uma garota bonita que toma “Sukita”, mas muitos talvez não tenham atentado para o fato de que o homem mais velho, comum de aparência e “inconveniente”, carrega um enorme saco de laranjas. A mensagem menos explícita do anúncio é que a “Sukita”, ou seja, a “laranja mecânica” é superior à laranja de verdade, pode ser tomada em qualquer lugar e vem numa garrafa, uma embalagem muito prática. Já a laranja real vem numa embalagem inconveniente (tem que ser descascada) e seu “meio de transporte” é um grande saco. No fim da propaganda se diz: “Quem bebe “Sukita” não engole qualquer coisa”, ou seja, a natureza - além de inconveniente - é “qualquer coisa”. O homem mais

velho simboliza também uma tentativa de sedução: a natureza não transformada teima em se insurgir contra a natureza artificial, teima em reivindicar seu lugar no coração dos homens que no entanto já se tornaram insensíveis a ela, graças à mecanização generalizada de tudo...

Todos esses comerciais nos falam, em maior ou menor grau, do meio ambiente. Todos eles estabelecem rupturas com o entorno. É portanto impossível separar, em compartimentos estanques, “o que é” e “o que não é” ambiental. Analogamente seriam necessários argumentos muito fortes para nos convencer de que num comercial de cartão de crédito³⁰ onde são ressaltadas as recompensas e premiações para quem consome mais, não se está falando de meio ambiente. Diz-se no fim do comercial: “*American Express Credit*, outra maneira de saber que você pode mais”. Consumir é poder e tudo isso é associado à imagens de pessoas sorrindo, fazendo esportes, brincando e comprando.

Neste ponto vale a pena recordar a discussão (capítulo IV) sobre a interrelação entre o processo de reificação e a relação que a nossa sociedade tem com os objetos. Comentamos que nos últimos quarenta anos surgiram mais objetos do que nos últimos quarenta mil anos (Santos). É fácil entender de onde vem a idéia de que a aquisição de objetos é uma forma de felicidade. Mas através dessa forma recente e poderosa³¹ de comunicação, que é a publicidade, a aquisição ultrapassou o plano meramente material.

Toscani (1996 p.27-28) argumenta que “a publicidade não vende produtos nem idéias, mas um modelo falsificado e hipnótico da felicidade. É preciso seduzir o grande público com um modelo de existência cujo padrão exige uma renovação constante e nesse modelo, a virilidade, a saúde, a juventude dependem daquilo que compramos”. Esse argumento de Toscani se encaixa como uma luva nos comerciais de *ABTrainer* e *7daydiet*.

“A publicidade é um cadáver que nos sorri”, diz Toscani (1996). Se pensarmos nos comerciais de carnes de animais abatidos para o consumo humano, essa expressão se torna literal. Enfeitando os “presuntos”³² aparecem imagens de frangos velozes e felizes, porquinhos sorridentes e vacas orgulhosas de venderem seus próprios cadáveres. Embora Toscani não tenha usado a frase nesse contexto, mas no sentido de que “a publicidade está morta, mas continua sorrindo” (p.40) ele faz um comentário, no fim do livro, (p.162) sobre a interrelação entre publicidade, estilos de vida e o hábito ocidental de consumir muita carne”. Diz ele que “o gado para hambúrguer que o Ocidente devora em quantidades astronômicas ocupa hoje 24% das terras cultivadas do planeta. Um terço dos cereais mexicanos alimenta esses bois, a fim de que os americanos se empanturrem no pavoroso Mac Donald’s. Um quarto das terras cultivadas do Brasil serve à alimentação do boi exportado, em detrimento da alimentação de base. Ele destaca ainda a enorme quantidade de dejetos que poluem a água e atmosfera, em decorrência dessa prática”³³.

Com relação ao que foi analisado aqui, muita coisa ainda poderia ser dita se o objetivo desta tese fosse análise de conteúdo das propagandas ou da programação de canais de televisão. Mas para isso precisaríamos de uma equipe interdisciplinar, além de técnicas de análise de imagens e sons, entre outros recursos. O que queríamos era sobretudo estabelecer uma pista, uma maneira que acreditamos ser a mais correta de abordar a questão ambiental na mídia.

Existem muitos outros exemplos de “rupturas com o entorno” e é importante destacar que além da questão quantitativa, medida em minutos ou horas de exposição ao longo de determinado período, existe a questão qualitativa. Uma mensagem publicitária, por exemplo, pode ser tecnicamente tão perfeita - tanto em termos de imagens, como de

sons - que é possível que poucas exposições a ela sejam efetivas. Pode ser também que isso não ocorra. A única forma de saber é realizar um criterioso estudo envolvendo entrevistas com o público. Mas isso, também, seria suficiente para outra tese. Existem no entanto estudos que apontam interessantes correlações entre conceitos de meio ambiente e mídia.

Nesse sentido, gostaríamos de fazer uma última consideração sobre mídia e formação de valores para o meio ambiente. Em um interessante estudo sobre as diferenças entre a mídia e seus efeitos, na Índia e na Grã-Bretanha, Chapman *et al* (1997) nos mostram resultados que valem a pena comentar ainda que resumidamente, pois eles corroboram muitos de nossos argumentos.

Um deles é que a mídia indiana não compartimentaliza tanto as questões ambientais (p.68-76). Os autores concordam que “no Reino Unido e com as agências internacionais, houve pouco problema em admitir a existência da categoria ‘ambiental’, já na Índia houve uma dificuldade (p.87)”. O que os autores não dizem é que isso sugere a existência de uma visão menos reificada da questão ambiental na Índia. De fato, eles comentam que “a produção de programas ambientais no Reino Unido, tanto radio quanto TV, é muito mais associada com séries ³⁴ do que na Índia (p.128)”, o que mostra uma visão mais compartimentalizada na Grã-Bretanha.

Os autores dizem (p.107;119) que “a questão ambiental é talvez menos politizada na Índia do que no Reino Unido, mas reconhecem (p.158-159) que mesmo no Reino Unido o meio ambiente não é visto como uma questão muito política e embora o tema seja bem desenvolvido na TV britânica, predomina o formato ‘história natural’. Outro é que no ‘Norte’ o valor visual de uma matéria ou história é muito importante, já na Índia (até por razões de ordem técnica, entre outras) o aspecto visual não é tão importante”. Isso corrobora

os argumentos de Certeau, da comunicação enquanto “viagens do olhar”, e da necessidade de fazer imagens do “meio ambiente” destacada também por Chapman (p.20 deste capítulo).

Também o fato de que na Índia os problemas ambientais são mais locais e na Grã-Bretanha mais globais, se encaixa perfeitamente na discussão sobre globalização e mercados verdes. De fato, “quando os britânicos foram perguntados (p.251) sobre o que eles fazem para ajudar o meio ambiente, a resposta mais comum foi usar *sprays* que não comprometiam a camada de ozônio. Mas os autores comentam que desde que já não existem *sprays* com CFCs à venda no mercado, não fica claro o que eles que eles reivindicam com isso. Outras respostas comuns foram usar papel reciclado, economizar energia elétrica, etc. Um número muito menor de entrevistados indianos dizia fazer ações ambientalmente corretas, mas ficou claro que o grau de reciclagem é muito maior lá e isso, dizem os autores, respalda a visão de alguns indianos de que o Norte produz muito mais lixo e poluição a despeito da aparência de limpeza”.

Outro resultado muito interessante (p.178-179) foi que os entrevistados do Reino Unido tenderam a afirmar como são sérios os problemas ambientais nos países em desenvolvimento e como eles têm sorte de morar no Reino Unido. Para a maioria deles, os ‘problemas ambientais’ são algo que acontece fora do Reino Unido, geralmente em países em desenvolvimento, mas também no Leste da Europa e assim eles não podem preveni-los ou resolvê-los. Esse fato é da maior importância pois “quando questionados, a maior parte dos entrevistados no Reino Unido afirmou que a maioria das informações que eles tinham sobre o meio ambiente vinha da TV ³⁵ (p.179-180). Também disseram que muitas vezes a TV dava uma primeira alerta e que depois eles tomariam informações mais detalhadas em

revistas especializadas como *Time*, *Geographic* e *BBC World Wildlife* magazine. Como os temas cobertos por essas revistas não são habitualmente sobre o Reino Unido, isso reflete a atitude da maior parte dos participantes de que o meio ambiente de certa forma acontece lá, e não em seus arredores imediatos”. Os autores comentam ainda (p.182) que “para a maioria dos entrevistados na Grã-Bretanha o meio ambiente significa proteção de espécies ameaçadas, fotos de satélite do buraco na camada de ozônio, ou salvar as florestas tropicais pluviais”.

É interessante notar também (p.183) que “uma análise de discurso revelou que os entrevistados britânicos da zona rural têm de fato mais conhecimento sobre o ambiente natural do que os urbanos, mas hesitavam mais em falar sobre meio ambiente já que este era sobre questões globais como o efeito estufa e as florestas tropicais. Como esse tipo de questão não é experimentada diretamente pelos entrevistados, fica a idéia de um meio ambiente como um conceito abstrato, fora da experiência do dia-a-dia e além de sua esfera de ação em termos de mudança”, argumentam os autores.

Isso combina bem com o argumento de Mata (1996) citado antes de que “o meio ambiente deve significar o local de movimentação diária do homem, o seu entorno e que no momento em que passa a ser visto distanciado de sua circulação mais próxima, foge-lhe a idéia de lutar por esta infra-estrutura de base rotineira”.

O estudo citado respalda a idéia de que em sendo mais voltada para as questões “globais” do meio ambiente, a função da mídia é fornecer uma visão fragmentada e falsa e preparar os consumidores para um mercado “verde”. O estudo também reforça nossos argumentos de que a compartimentalização e a reificação levadas ao extremo são bastante “ocidentais”.

Como vimos, a comunicação “cria interpretações de lugares - desde a vida selvagem até Wall Street - e ajuda a cultivar maneiras particulares de viver como sendo naturais. Numa cultura onde existe uma forte dicotomia sociedade-natureza, tendemos a falar e pensar sobre a natureza como um ambiente objetivo (*sans culture*), a cultura como um ambiente construído (*sans nature*), e a comunicação como simplesmente um meio de dizer algo a respeito de cada uma delas (uma crítica também feita por Goody, como vimos no capítulo passado). A medida em que a comunicação continuamente e naturalmente (re)-cria lugares, ela integra criativamente mensagens naturais e culturais, já que isso envolve uma interpretação da paisagem com fins sociais específicos” (cf. Carbaugh, 1996 p.38-40).

Finalmente, como o objetivo maior desta tese é analisar a *démarche* histórica da comunicação no Ocidente e suas implicações com relação à questão ambiental, encerramos aqui esta discussão. É hora, neste momento, de partir para as considerações finais deste estudo.

Notas

(1): Segundo Ramonet (1998 p.51) os novos senhores da geofinança são os gestores dos fundos de pensão e dos fundos comuns de investimento. São eles que a imprensa econômica denomina “os mercados”. Ele comenta que somente os fundos americanos representam US\$ 6.000 bilhões. O deslocamento brutal desses fundos provoca desastres como o que se passou no México. Antes eram os grandes bancos, agora são os fundos privados dos mercados financeiros que detêm em seu poder o destino de muitos países. No que tange à aurora da comunicação dominada pelas grandes empresas, veja Mattelart (1992). No fim de seu livro (p.303-310) ele faz um resumo cronológico dos principais acontecimentos em termos de comunicação-mundo.

(2): “Rupert Murdoch sonha igualmente com isso e procura concretizar a fusão de suas diferentes redes continentais, *Fox* (Estados Unidos), *Sky* (Europa) e *Star* (Ásia), para criar uma ‘rede global’, cujo embrião, *Fox News Service*, foi lançado, em outubro de 1996, nos Estados Unidos e destina-se a ser captado no mundo inteiro” (Ramonet, 1998 p.138).

(3): Ramonet (1998 p.142) faz um interessante comentário sobre a privatização das companhias de telefone (26, no mínimo) nos países pobres. Ele diz que “a norma global do futuro será a propriedade privada de todas as estruturas que constituem a plataforma do ciberespaço. Os gigantes das telecomunicações, tais como *AT&T*, *Microsoft* e *MCI* travam uma feroz competição. Esperam com toda a firmeza colonizar o ciberespaço, inclusive a Internet (que reúne os três setores industriais computadores, televisão, telefonia). O grupo que vier a reinar sobre ela dominará o mundo da comunicação amanhã, com todos os riscos que isso acarreta para a cultura e para a liberdade de espírito dos indivíduos”.

(4): Ramonet (1998 p.143;144) estima que “no ano 2000, haverá cerca de 300 milhões de usuários da Internet”.

(5): Segundo Breton (1992 p.40) a ‘teoria dos jogos’ foi criada pelo matemático Von Neumann.

(6): Santos destaca que ainda vivemos num mundo exigente de um discurso, necessário à inteligência das coisas e das ações. Mas esses discursos são, freqüentemente, tão artificiais como as coisas que explicam e tão enviesados como as ações que ensejam. Sem discurso, praticamente não entendemos nada. Como a inovação é permanente, todos os dias acordamos um pouco mais ignorantes e indefesos.

(7): Segundo Postman, a idéia de “tecnopólio” envolve a crença no progresso, na padronização e numa eficiência superior das máquinas com relação aos seres humanos. O conceito de “tecnopólio” envolve também a idéia de que qualquer tipo de técnica pode pensar por nós. Importante ainda é ressaltar que as origens do tecnopólio podem ser atribuídas a Comte que defendia argumentos a favor da irrealidade de qualquer coisa que não pudesse ser medida. Isso formou os alicerces de uma concepção de seres humanos

como objetos a serem tratados como maquinaria - lamentável, mas indispensável para o desenvolvimento (sic!).

(8): No que tange às conseqüências da globalização sobre as florestas, veja por exemplo Menotti (1999).

(9): Referência ao já clássico livro de Schumacher, "Small is beautiful".

(10): É interessante notar que em uma das manchetes da revista inglesa *The Ecologist* vol.26(4), 1996, aparece o termo 'glocal', que expressa essa sincronicidade entre o local e o global, tão presente hoje.

(11): Os autores comentam que a idéia de que é impossível ser imparcial não encontrou muito consenso no projeto de pesquisa que originou o livro em questão. Eles também comentam que enquanto os jornalistas do hemisfério norte insistem na neutralidade, muitos jornalistas na Índia advogam explicitamente pelo meio ambiente.

(12): Brugger (1994, p.78-80; 1999, p.78-81) faz uma crítica a essa visão reducionista e instrumental que institui a crença de que a formação de profissionais que atuam na questão ambiental possa ser algo como um mero treinamento.

(13): Bourdieu (1997, p.59;62) comenta que "nos anos 50, a televisão estava pouco presente no campo jornalístico, mas com o tempo ela tornou-se dominante econômica e simbolicamente no campo do jornalismo. A televisão pode reunir em uma noite, diante do jornal das 20 horas, mais pessoas do que todos os jornais franceses da manhã e da noite reunidos. Ele também enfatiza (p.23) que há uma proporção muito grande de pessoas que têm na televisão sua única fonte de informação".

(14): Segundo Sachsman (1996 p.242) "em 1971 algo em torno de 42% dos *press releases* sobre o meio ambiente eram provenientes de agências governamentais e oficiais, 23% de corporações e instituições relacionadas às indústrias, 17% de instituições como as universidades, e 17% de grupos ativistas. Friedman (1991 p.21) comenta que repórteres ambientais em 1989 disseram que as fontes oficiais do governo eram a fonte predominante, seguida de grupos ambientalistas.

(15): Layrargues (1998 p.71) destaca ainda que "pesquisas de opinião que indicam a existência de indivíduos dispostos a pagar mais do que o normal pelos produtos ecológicos, confirmam as oportunidades desse nascente 'mercado verde', fruto do investimento em propaganda mercantil, que garante o aumento dos preços repassando os custos ambientais para o consumidor, sem diminuir as taxas de lucro. No Canadá, por exemplo, pesquisa revelou que 80% das pessoas pagariam 10% a mais por produtos não nocivos ao meio ambiente".

(16): Para bem situar o conceito de "cultura do narcisismo" seriam necessárias algumas páginas que fugiriam ao objetivo desta tese. Sinteticamente, "a cultura do narcisismo coloca

o indivíduo no centro dos acontecimentos, dando-lhe a ilusão de que ele é importante e que o objetivo da economia é a satisfação de seus desejos e necessidades” (cf. Belloni, 1994 p.51). Também Toscani (1996 p.36) comenta que “na verdade o consumidor não compra, é o produto que atende às suas expectativas. O dinheiro se torna uma formalidade pois de qualquer forma ele já vinha sonhando com aquilo...” Vale ressaltar ainda que o narcisismo carrega também uma recusa em aceitar a alteridade, o que não é o seu “espelho”. Essa é uma das essências da idéia de unidimensionalidade de que nos fala Marcuse (1982): o que é diferente tende a ser repellido ou reduzido aos termos do universo unidimensional da sociedade industrial.

(17): Dennis comenta nessa mesma página que tanto os ambientalistas quanto os *experts* - independentemente de suas posições sobre o assunto - acreditam nisso, bem como os jornalistas ambientais, sejam eles a favor da objetividade ou da advocacia no jornalismo.

(18) Bourdieu (1997 p.133-135) nos adverte que também a política está condenada a aparecer como um assunto ingrato num universo dominado pelo temor de ser entediante e de divertir a qualquer preço. Ele diz que o medo de entediar leva a dar prioridade ao combate sobre o debate, à polêmica sobre a dialética, e ao enfrentamento entre as pessoas em detrimento do confronto entre seus argumentos: há mais interesse pelo jogo e pelos jogadores do que por aquilo que está em jogo.

(19): Popper (1995, p.26-27) chega a propor um código de ética e ao mesmo tempo um mecanismo de controle, por parte do Estado, da atuação dos profissionais que atuam na televisão. “Qualquer pessoa que trabalhasse para a televisão faria parte de uma organização e possuiria uma licença, que poderia perder se infringisse as regras estabelecidas por essa organização. Ele enfatiza que a civilização consiste essencialmente na redução da violência. É essa a sua função principal e é também o objetivo que visamos quando tentamos elevar o nível de civismo na nossa sociedade. O conteúdo dos cursos de formação deverá orientar-se para o papel fundamental da educação, para as suas dificuldades e para o fato de esta não consistir apenas em ensinar os fatos, mas, sobretudo, em mostrar como é importante a eliminação da violência”.

(20): O conceito de “impacto ambiental” é tão técnico e naturalista quanto o conceito de meio ambiente dominante. Em Brügger (1994, p.60-64; 1999, p.60-64) há uma discussão que procura ultrapassar essas perspectivas reducionistas.

(21): Bourdieu (1997 p.20) também comenta que a *NBC* é propriedade da *General Electric*, que a *CBS* é propriedade da *Westinghouse*, que a *ABC* é propriedade da *Disney*. Ele conclui que esses e outros mecanismos invisíveis fazem da televisão um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica.

(22): Em seu artigo, Schlechtweg (1996) analisa de que forma o grupo *Earth First!* é caracterizado como terrorista e radical. Ele mostra como o trabalho de reportagem (imagens, texto e todas as ênfases e os silêncios envolvidos) foi feito de modo a enfraquecer o vínculo entre não violência e desobediência civil, uma idéia básica do grupo *Earth First!*

e como essa mesma desobediência civil é conectada com terrorismo, sabotagem e ameaça à integridade física dos madeireiros. O trabalho jornalístico não distingue entre proprietários e empregados ou patrões e trabalhadores, somente enfatiza “as pessoas que trabalham na madeireira” e enfatiza as “táticas criminosas” do grupo *Earth First!* em vez das questões que estão em discussão.

(23): O termo “giant redwoods”, que se encontra no original em inglês, refere-se em geral à floresta de sequóias gigantes da Califórnia (*Sequoia sempervirens*).

(24): Com relação aos “vazios” de que nos fala Daly, “Freud (1920) escreveu que a criação do domínio mental da fantasia tem reprodução na criação de ‘reservas’ e ‘parques naturais’ em lugares onde as incursões da agricultura, do trânsito ou da indústria ameaçam transformar...rapidamente a terra em alguma coisa irreconhecível. A ‘reserva’ se destina a manter o velho estado de coisas que foram lamentavelmente sacrificadas à necessidade em todos os outros lugares; ali tudo pode crescer e expandir-se à vontade, inclusive o que é inútil e até o que é prejudicial” (Santos, 1994 p. 23). Mas mesmo o ‘velho estado de coisas’ pode ser hoje objeto de uma racionalidade cruamente mercantilista, como a biodiversidade para o poder da biotecnologia, por exemplo. Cabe ainda ressaltar que, nas reservas de hoje, nem tudo pode expandir-se à vontade. Tampouco é óbvio o que é ou não inútil.

(25): A esse respeito, veja por exemplo Capra (c1982), sobretudo o capítulo intitulado “O modelo biomédico” (p.116-155).

(26): Quem assistiu ao programa “Arquivo X”, da *Fox*, em maio de 1999, por exemplo, assistiu também durante os intervalos aos comerciais da *Toyota*, *Mercedes Benz*, *Hewlett Packard* e *IBM*.

(27): O “Discovery Selvagem” foi, pelo menos nesse dia, patrocinado pela *Toyota*. Em sua propaganda eles dizem: “Poder, conforto, segurança, durabilidade. São poucos que podem juntar todos esses elementos para criar harmonia, uma sensação única no mundo. Descubra um *Toyota*. Colocamos a harmonia em movimento. Qualidade *Toyota*”. Já a propaganda do Fiesta, um carro popular, apela mais para o lado prático e econômico.

(28): É interessante notar que no original, em francês, “Eu gasto” é “Je dépense”. Assim os franceses dizem brincando que o que antes era “pensar” (pensar) para existir, hoje, na sociedade de consumo é “dépenser” (gastar) para existir.

(29): Além disso, ele comenta que “cada televisão nacional dá tanto mais espaço a um atleta ou prática esportiva quanto mais eles forem capazes de satisfazer o orgulho nacional ou nacionalista. Ele também comenta que o Comitê Olímpico Internacional se tornou uma grande empresa comercial com orçamento anual de 20 milhões de dólares dominado por empresas como *Adidas*, *Coca-Cola*, etc” (cf. Bourdieu, 1997 p.124-125).,

(30): Por exemplo, o comercial do *American Express* (“Telecine 1” de 07/03/98).

(31): Toscani (1996 p.13-16) diz que o mundo da publicidade - reino da felicidade, da eterna juventude, do céu sempre azul - é um mundo tacanho e estúpido que nos infantiliza há cerca de trinta anos.

(32): “Presunto” também significa cadáver humano na gíria de favelas e morros cariocas.

(33): Num excelente artigo sobre esse tema, o autor discute diversas questões que fazem do hábito ocidental de comer carne em grande quantidade, uma questão ecológica e eticamente condenável. Uma delas se refere ao balanço energético: “50% dos cereais do mundo e mais de um terço das capturas pesqueiras é consumida por animais destinados à alimentação dos países do Norte. Ele também destaca a enorme poluição decorrente desse processo e afirma que as granjas modernas são verdadeiros campos de extermínio, câmaras de tortura de animais” (cf. Riechmann, 1999). “Pisar mais leve sobre a Terra” (“Stepping lightly on the Earth”) implica também em rever nossos hábitos alimentares.

(34): Um bom exemplo de “séries”, no Brasil, é o “Globo Ecologia”. Borges (1997), que analisou dez vídeos do programa, “identificou a presença de uma abordagem essencialmente naturalista e destaca que de modo geral, “o ‘Globo Ecologia’ não pareceu demonstrar a intenção de construir uma tese própria de Educação Ambiental. Preocupou-se mais em mostrar as iniciativas já levadas a termo, sem discutir sua pertinência, deixando isso por conta do telespectador. Na maioria das vezes, os programas mostraram casos de agentes poluidores em determinados ambientes, mas o discurso não caminhou para a generalização do problema, detendo-se nas conseqüências imediatas da situação concreta apresentada. A autora critica ainda a forma como a pobreza e o desenvolvimento são enfocados: a pobreza como o maior inimigo do meio ambiente e o desenvolvimento como parte importante da solução dos problemas ambientais”.

(35): Também na Índia a TV é citada como a principal fonte de informações sobre o meio ambiente (Chapman *et al*, 1997 p.251).

ANEXO

A tabela abaixo se refere ao número de chamadas publicitárias de fitas gravadas do *Discovery Channel* de 12/02/1998, com início às 9h:30min, até cerca de 4:00h da madrugada de 13/02/1998.

CHAMADAS DE PROGRAMAS

Sala de emergência: $7 + 5 + 8 = 20$

O Oeste: $8 + 5 + 7 = 20$

Tudo Sobre: $9 + 5 + 6 = 20$

A Busca: $8 + 5 + 7 = 20$

Grandes Mistérios e Mitos: $7 + 5 + 8 = 20$

Ciência Popular: $6 + 5 + 6 = 17$

Discovery News: $5 + 3 + 5 = 13$

Além do Ano 2000: $7 + 6 + 8 = 21$

Idéias e Invenções: $6 + 0 + 1 = 7$

Hora Selvagem: $7 + 3 + 1 = 11$

Animais em Perigo: $6 + 0 + 1 = 7$

O Guia Completo (cães): $1 + 0 + 1 = 2$

Civilizações Perdidas: $8 + 3 + 2 = 13$

Equinócio: $7 + 4 + 8 = 19$

Ushuaia: $6 + 4 + 9 = 19$

O Arquivo Secreto dos Tubarões: $1 + 5 + 7 = 13$

Bom Apetite (#118): $0 + 4 + 6 = 10$

CHAMADAS DE MENSAGENS COMERCIAIS

7daydiet: $4 + 6 + 2 = 12$

ABTrainer: $4 + 6 + 2 = 12$

Observações:

1) A primeira fita teve início às 9h30'; a segunda às 15h40' e a terceira e última, às 21h50'. Houve problemas nos primeiros 1'26 segundos da terceira fita e nada ficou registrado. Os números separados por sinal de adição na tabela acima se referem à quantidade de chamadas em cada uma das três fitas. O total geral das chamadas acima soma 276, sendo 17 referentes a programas e 2 a comerciais (7daydiet e ABTrainer). A média geral fica em torno de 14,5 chamadas durante o período analisado (14,8 é a média das mensagens para programas e 12 para os dois comerciais). A média de palavras para as chamadas de programas foi de 51,1 palavras, enquanto que a média de palavras das duas mensagens comerciais mais veiculadas foi de 268,5 palavras.

2) Há também chamadas sobre a parceria do *DC* com a *BBC*. Enfatiza-se aqui ciência, tecnologia, natureza, aventura e o inexplicado, como sendo a essência da programação do *Discovery Channel*. Imagens recorrentes são as máquinas, genericamente (computadores, microscópios, ônibus espaciais, etc), aventura (geralmente mediadas por algum tipo de tecnologia sofisticada) e natureza.

3) Houve uma propaganda da *Toyota* e duas do *Fiesta* (automóveis); uma do *Kwell* (produto para combater piolhos) e cinco "dicas de verão" da *Johnson's & Johnson's* associadas cada uma a um produto (*O.B.*, *Jontex*, *Sundown*, *Vitabase* e *Triatop*).

TEXTOS:

Os textos abaixo se referem aos programas e comerciais da tabela anterior

Sala de emergência:

Dor, sangue, medo. *DC* leva você à vanguarda da medicina. Esta série apresenta os soldados da trincheira que diariamente desafiam a morte, os médicos e enfermeiras

dedicados a salvar vidas. Você vai encontrar a angústia, a coragem e a esperança que surgem nos momentos mais difíceis em “Sala de Emergência”. No *DC*. (52 palavras)

O Oeste:

Os chineses e os russos que atravessaram o Pacífico o chamaram de “O Leste”. Para os espanhóis era “O Norte”. Os ingleses e franceses o denominaram “O Sul”. Mas todos o conhecemos pelo nome dado pelos aventureiros do país que o conquistou: “O Oeste”. Este não é um conto sobre um território místico. É a história de homens e mulheres que construíram suas vidas e deixaram sua marca em “O Oeste”, suas lendas e seus mitos. Só no *Discovery Channel*. (80 palavras)

Tudo Sobre:

Acompanhe-nos em uma detalhada exploração dos temas mais interessantes no campo da ciência e da tecnologia. Tudo o que você quer saber sobre a exploração espacial. Como é viver sem a gravidade. Que conexão existe entre as pequenas descargas elétricas em nossos cérebros e as grandes tormentas do espaço. Tudo isso e muito mais em “Tudo Sobre”. Só no *DC*. (59 palavras)

A Busca:

Bem-vindo ao mundo oculto onde a razão, a ciência e o futuro estão à sua disposição. Um lugar além da imaginação, onde a verdade impressiona mais do que a ficção. “A Busca”. Só no *DC*. (35 palavras)

Grandes Mistérios e Mitos:

Casos ocultos. Existe mesmo a maldição de Tutancâmon ? Fato ou coincidência ? Vinte mortos são encontrados. O monstro do lago Ness: uma realidade ou uma lenda ? Descubra as respostas dos fenômenos mais extraordinários em “Grandes Mistérios e Mitos”. Só no *DC*. (43 palavras)

Ciência Popular:

Agora em sua tela as páginas de nossa revista ganham vida. Entre para um mundo em constante mudança e cheio de possibilidades, motivações, riscos e soluções. O progresso ao alcance de todos. Assista “Ciência Popular”. No *DC*. (37 palavras)

Discovery News:

Existem algumas coisas que você não pode se dar ao luxo de perder, como o “Discovery News”. Indo além das possibilidades, aprofundando-se na ciência e revelando os bastidores

da notícia, entendendo o que aconteceu, por que aconteceu e o impacto que isso teve nas nossas vidas. “Discovery News”. A ciência por trás das manchetes. No *DC*. (56 palavras)

Além do Ano 2000:

Dê uma pequena olhada no futuro. Aprenda hoje sobre a tecnologia de amanhã. No único programa que o leva ao século XXI. “Além do Ano 2000”. Aqui no *DC*. (29 palavras)

Idéias e Invenções:

O mundo moderno é uma maravilha tecnológica à qual já estamos acostumados. Mas a sua essência não é apenas ciência e equipamentos, são também os gênios que estão em seus bastidores. Vamos olhar para o futuro, para os projetos que poderão transformar nossas vidas. Venha conosco fazer uma retrospectiva de “Idéias e Invenções”. Só no *DC* (56 palavras)

Hora Selvagem:

Todas as noites a tela da sua TV será a única coisa que vai separar você dos animais da nova “Hora Selvagem”. Agora com mais ação do que nunca nas estréias de nossa nova temporada. Matar ou morrer. Amazônia, a indomável. Penetre na zona selvagem mais completa, frágil e espetacular do mundo. “Hora Selvagem”. Aqui no *DC*. (57 palavras)

Animais em Perigo:

Desde o início dos tempos, os animais têm desenvolvido formas de adaptação ao meio ambiente. Mas quando não podem reagir à velocidade da mudança, cedo ou tarde morrem. Teremos que lembrar deles através de lendas e fotografias? “Animais em Perigo”. (41 palavras)

O Guia Completo (cães):

Convidamos a você a explorar cada detalhe desses seres, onde são utilizadas as mais avançadas tecnologias de estudo biológico. “O Guia Completo” - Cães. Aqui no *DC*. (27 palavras)

Civilizações Perdidas:

O *DC* convida a percorrer 7000 anos de História para o reencontro com a paixão, a fé e o poder das grandes civilizações perdidas. Mesopotâmia, Egito, Atlântida, Grécia, China, o Império Romano. A história da humanidade de uma forma jamais vista. Venha reconstruir “Civilizações Perdidas”. Só no *DC*. (48 palavras)

Equinócio:

A ciência desafia o desconhecido para chegar ao novo, ao melhor e ao diferente, sempre perguntando porque e porque não. Siga os caminhos que levam às descobertas científicas de hoje. Testemunhe os milagres (será que é aqui que aparece Deus?) e até simples prazeres que a tecnologia avançada nos oferece. Quais serão as novas descobertas de amanhã? Entre no mundo da ciência e da tecnologia onde algo novo está sempre no horizonte. “Equinócio”. No *DC*. (78 palavras)

Ushuaia:

O explorador francês Nicholas Hulot e sua equipe viajam aos quatro cantos do mundo em busca do incomum, do perigoso e do extraordinário. Junte-se a um cometa humano de 45 pessoas, voe em um helicóptero sobre um vulcão do Havaí. Esses aventureiros superam grandes desafios, para capturar as magníficas imagens que antes só existiam em nossa imaginação. “Ushuaia: a aventura máxima”. No *DC*. (62 palavras)

O Arquivo Secreto dos Tubarões:

No fundo do oceano tudo está calmo. Exceto pelo nado furtivo da criatura mais temida do mundo. Os ataques, as vítimas, as histórias. Imagens violentas que o surpreenderão durante toda a narrativa. Dentro da água, ninguém poderá ouvir seus gritos. “O Arquivo Secreto dos Tubarões”. Só no *DC*. (48 palavras)

Bom Appetite:

Ele é um chefe de renome internacional; ela confunde os pimentões com a salsa e juntos formam a melhor combinação na hora de cozinhar. A cada manhã eles reunirão os melhores ingredientes e segredos de nossas terras para misturá-los com esse sabor latino-americano único. Bem vindos à nova produção original do *DC*. Certamente você terá um “Bom Appetite”. Aqui no *DC*. (61 palavras)

7daydiet:

“7daydiet, mais que uma dieta”. Eu comecei em 1978 e a partir daí perdi uns três, quatro quilos. Mais do que perder peso, eu tive outra disposição de vida. “7daydiet: é ver para crer”. Quando o Gary Smith me falou da nova dieta, do novo sistema de nutrição, do novo hábito alimentar, eu não acreditei, por que é aquele negócio, você tem que ver para crer e aí quando eu experimentei a primeira vez, passei a me alimentar de uma maneira totalmente diferente, com aquele livro de receitas que tem no 7daydiet. Não só você fazer o 7daydiet, mas continuar a se alimentar direito, a disposição é outra, seu estado de espírito é outro, seus reflexos, coordenação. “7daydiet: o SPA de Aspen na sua casa”. Realmente é difícil você ir até Aspen o tempo todo. É o máximo, mas não dá pra ficar lá o tempo todo. E o

7daydiet traz o Aspen pra dentro de casa. Isso foi a grande vantagem do 7daydiet, o grande sucesso nos Estados Unidos. “7daydiet: 100% natural”. A grande preocupação do Gary foi fazer uma dieta super natural. É uma alimentação totalmente natural, orgânica, sem nenhum produto químico, sem nada que interfere com o que vem da natureza. “7daydiet: 21 refeições 14 chás, 1 litro de leite organic rice dream, 2 fitas de audio, 1 fita de vídeo, 1 livreto explicativo e uma central de nutricionistas. 7daydiet: a minha dieta. Ligue já (011) 3061-0007. (240 palavras)

ABTrainer:

Manter a forma física, eliminar aquela barriguinha incômoda, sempre foi um problema. Em busca do corpo perfeito tentamos de tudo. Mas muitas pessoas não têm esse problema. São esbeltas saudáveis e muito atraentes. Qual o segredo ? Apresentamos o revolucionário *ABTrainer*, um equipamento fácil de usar que concentra a força do condicionamento físico nos músculos abdominais. A maneira mais eficaz, segura e fácil de entrar em forma, ter uma cintura fina e eliminar as gordurinhas. Sinta-se muito mais atraente e confiante em pouco tempo. Não perca tempo fazendo exercícios que machucam as costas e o pescoço. Desta maneira você trabalha os músculos errados, não fortalece e nem isola o abdômen, ficando apenas dolorido. Com *ABTrainer* você faz o exercício corretamente, queimando as calorias sem levantar as costas do chão e sem pressionar o pescoço, concentrando o esforço nos músculos abdominais. Apenas alguns minutos ao dia bastam para você obter grandes resultados. *ABTrainer* possui *design* perfeito, com exclusivo apoio rotativo para o pescoço. É muito mais confortável. Feito sob medida para você. Não existe nada igual. Assuma este compromisso com você, entre em forma. Mude seu corpo, seu estilo de vida. Sinta-se mais atraente, confiante e feliz. Este é o mais sério e sofisticado sistema de treinamento abdominal que existe. Ligue agora e faça o seu pedido. Você receberá também um guia técnico, um vídeo demonstrativo e um programa alimentar de 10 dias para complementar os exercícios e obter um resultado fantástico. Ligue já e em poucos dias você se sentirá muito mais atraente. Ligue agora para (011) 3068-9884. Aproveite. Oferta por tempo limitado. Use se cartão de crédito ou consulte-nos sobre outra forma de pagamento. Mais um produto importado Williams Worldwide Television. Se em 30 dias você não ficar satisfeito, a WWT devolve o seu dinheiro. (297 palavras)

CAPÍTULO 7

CONSIDERAÇÕES FINAIS

VII.1. O fracasso da comunicação como utopia

“A mercantilização generalizada de palavras e das coisas, dos corpos e dos espíritos, da natureza e da cultura, que é a característica central de nossa época, coloca a violência no cerne do novo dispositivo ideológico. Este, mais do que nunca, repousa no poder dos meios de comunicação de massa em plena expansão por causa da explosão das novas tecnologias. Ao espetáculo da violência e a seus efeitos miméticos, acrescentam-se, de maneira bastante insidiosa, um número cada vez maior de novas formas de censura e intimidação que mutilam a razão e obliteram o espírito” (grifos nossos; Ramonet, 1998 p.150).

Breton (c1992, p.13-17) situa a “nova”¹ noção de comunicação como nascida do universo científico, no seio da cibernética², o que a torna diretamente associada à dimensão de controle. A comunicação assim entendida aspira a ser um valor geral e em parte, identificado com a ‘modernidade’. Nesse sentido, a comunicação não existe fora da interseção do universo da linguagem e da técnica, pelo menos até o início da década de 1940, momento em que a comunicação começa a tomar consciência de si mesma”.

Mas essa idéia de comunicação começa um pouco antes. Mattelart (1992, p.42) destaca que “desde o fim do século XIX, dentro de uma tradição sociológica positivista, começa a se formular a idéia de comunicação como princípio de regulação dos desequilíbrios da ordem social. Uma matriz conceitual que concluiria completamente a sociologia funcionalista da comunicação de massa no século seguinte, a ‘religião do progresso’, cara aos primeiros positivistas, acabaria por se metamorfosear em ‘religião da comunicação”.

Breton (p.29-46) comenta que “a partir de 1929 Wiener desenvolverá uma série de argumentos no sentido de colocar a comunicação como um valor central para evitar o caos social e que as sociedades humanas não podem ser compreendidas se não em termos de comunicação. Sua argumentação desenrola-se em torno de um eixo que opõe a entropia e a informação, a qual tornaria os sistemas abertos, fazendo recuar a desordem entrópica. Nesse contexto o saber sobre a comunicação e sobretudo a sua incarnação em máquinas inteligentes, são ‘bons’ por natureza, dado que se opõem à entropia, bastando deixá-los agir por si mesmos. Tudo isso faz com que se desenvolva um projeto utópico em torno da comunicação”.

O autor nos fala ainda do homem moderno, “o *Homo communicans*, um ser sem interioridade³ e sem corpo - que deixa de ser dirigido pelos seus valores para ser apenas um bom gestor de suas relações sociais, não fazendo mais do que reagir às reações dos outros. Esse homem vive numa sociedade sem segredos, uma sociedade tornada transparente graças às novas máquinas de comunicar” (cf. Breton, c1992 p.09-10; 46). Esses argumentos fecham muito bem com algumas colocações de Ramonet. Coincidentemente, ele também se refere à empresa global como “um organismo sem corpo nem coração, uma rede articulada segundo uma pura racionalidade econômica” (Ramonet, 1998, p.49) - tão instrumental quanto “o homem que reage às reações dos outros”. E o sucesso de ambos, como vimos, seria extremamente dependente das “máquinas de comunicar”.

Breton (c1992) nos mostra como essa comunicação ‘científica’ foi concebida como uma nova utopia que forneceria uma metáfora alternativa ao homem dirigido do interior. Mas em seus argumentos finais, ele (c1992, p.140) destaca que a ‘utopia da comunicação’ não poderá substituir as ideologias que supostamente faliram. O que é mais importante,

porém, é que ele comenta (p.35) que “Wiener já nos advertia que a comunicação é o fundamento da sociedade e aqueles cujo trabalho consiste em manter livres as vias de comunicação são os mesmos de quem depende sobretudo a perpetuidade ou a queda da nossa civilização”. E mais adiante (p.137) ele destaca que o próprio Wiener tinha vaticinado que se a informação se tornasse uma mercadoria, a entropia contra a qual era obrigada a lutar se desenvolveria de forma ainda mais devastadora”.

O problema é que grande parte da informação virou mesmo mercadoria, devido à sua crescente e inextricável interrelação com a economia, agora globalizada. E Ramonet (1998, p.146) diz que “esse caráter de mercadoria leva de longe vantagem sobre a missão fundamental da mídia: esclarecer e enriquecer o debate democrático”.

Argumentamos no capítulo anterior, com Ramonet, que o paradigma da comunicação substituiu o de progresso, dentro do qual crescer é uma obrigação. Mas dentro do paradigma da comunicação crescer não deixou de ser uma meta, pois a racionalidade instrumental que lhe é subjacente não foi ultrapassada. No que tange à comunicação isso se reflete, entre outras coisas, na máxima: “quanto mais comunicação, melhor”. De fato, Breton (c1992, p.54) comenta que “nessa sociedade da informação (acreditava-se que) o único inimigo não era humano, mas o ‘ruído’, a entropia, que a ‘livre circulação da informação’ permitiria conter”. Mas aqui vale lembrar que uma técnica nunca é boa em si mesma.

Chomsky ⁴ (1996), por exemplo, afirma que o aumento do número de informação por segundo, bombardeando nossos cérebros, não ajudou muito a humanidade e apela para a responsabilidade das pessoas em geral em dizer a verdade ou a mentira e isso atinge diretamente os jornalistas. Ramonet (1998, p.139-145) também enfatiza que “é falsa a idéia

de que um volume maior de comunicação fará reinar uma harmonia crescente: a comunicação, em si, não constitui um progresso social, ainda mais quando é controlada por grandes firmas comerciais”. Ele destaca que “o que se modifica é a própria definição da ‘liberdade de expressão’, que esta sofre diretamente a concorrência com a ‘liberdade de expressão comercial’, indissociável do velho princípio do livre fluxo de informação (*free flow of information*) que sempre faz pouco caso da questão das desigualdades em matéria de comunicações. A idéia é deixar funcionar a concorrência livre, em um mercado livre, entre indivíduos livres, ou seja, deixar as pessoas assistirem ao que elas desejam. A única sanção aplicada a um produto cultural deve ser seu fracasso ou sucesso no mercado”⁵.

O mercado entretanto não é livre. E, ao que parece, os indivíduos não são tão livres quanto gostaríamos de acreditar. A instrumentalidade que permeia a cultura ocidental, aliada às abordagens superficiais e à gratificação imediata que caracterizam a mídia, fazem com que a maior parte das pessoas tenha preferência por mensagens e conteúdos que nem sempre são os que mais as fariam refletir. Isso está diretamente associado às possibilidades de reversão dessa ordem mundial.

VII.2. As possibilidades e os limites de mudança

“Os meios de difusão agora ganham primazia sobre as idéias veiculadas. (...) a idéia de uma produção da sociedade por um sistema ‘escriturístico’ não cessou de ter como corolário a convicção de que, com mais ou menos resistência, o público é moldado pelo escrito (verbal ou icônico), torna-se semelhante ao que recebe, enfim, deixa-se *imprimir* pelo texto e como o texto que lhe é imposto” (grifos nossos; Certeau 1996, p.261).

No capítulo passado discutimos, entre outras questões, as vias pelas quais os meios de comunicação podem influenciar na formação de valores, sobretudo os que se referem à questão ambiental. Nossos argumentos se encaminharam no sentido de afirmar esse potencial dos meios de comunicação. Alguns autores, entretanto, discordam desse ponto de vista. Chapman *et alii* (1997, p.208), por exemplo, partilham da idéia de que “a recepção dos textos da mídia é imprevisível ao longo de uma gama de massas de audiência”. E Certeau é outro autor que discorda da idéia de que os receptores sejam tão passivos⁶. Não podemos portanto encerrar este trabalho sem discutir minimamente essa questão. E vamos fazê-lo com Certeau, cujos argumentos tanto serviram de suporte básico aos nossos até agora.

Em primeiro lugar gostaríamos de destacar que concordamos com a existência dos pequenos ‘movimentos brownianos de resistência’ a que se refere Luce Giard na introdução de “A invenção do cotidiano” (p.18), mas não partilhamos do mesmo otimismo que Giard e Certeau têm com relação a eles.

Certeau (p.39-40) está correto ao postular que “a presença e a circulação de uma representação não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. E assim sendo, a análise das imagens difundidas pela televisão (representações) e dos tempos passados diante do aparelho (comportamento) deve ser completada pelo estudo daquilo que o consumidor cultural ‘fabrica’ durante essas horas e com essas imagens”. Ou seja, as imagens passadas na TV são apropriadas de uma maneira não prevista e isso se constitui em uma arte de utilizar o que é imposto.

Para reforçar essa idéia, Certeau (1996, p.39-40; 93-95) argumenta que “há bastante tempo que se tem estudado que equívoco rachava, por dentro, o ‘sucesso’ dos colonizadores

espanhóis entre as etnias indígenas: submetidos e mesmo consentindo na dominação, muitas vezes esses indígenas faziam das ações rituais, representações ou leis que lhes eram impostas, outra coisa que não aquela que o conquistador julgava obter por elas. A força de sua diferença se mantinha nos procedimentos de ‘consumo’. Em grau menor, um equívoco semelhante se insinua em nossas sociedades com o uso que os meios ‘populares’ fazem das culturas difundidas e impostas pelas ‘elites’ produtoras de linguagem”.

É certo que as culturas indígenas faziam outros usos que não aqueles que os dominadores desejavam, mas a verdade é que essas etnias sucumbiram. E a cultura dos dominadores sobreviveu. Mas o mais importante é que o fato de os consumidores fazerem “outros usos”, não qualifica automaticamente esses atos como de libertação ou conscientização política. Tampouco nos parece muito apropriada essa analogia que faz Certeau. Em primeiro lugar, a época e as culturas envolvidas eram muito diferentes, mas talvez o mais importante aqui seja o fato de que, no caso dos espanhóis e dos indígenas, a intenção de dominação por parte dos primeiros era clara, o que teoricamente dava mais chances de as pessoas se rebelarem. Isso porém não é o que acontece agora. A intenção de dominação das mensagens da TV e dos demais discursos hegemônicos não é nada evidente, pelo contrário, tais discursos são cuidadosamente camuflados sob a aparência de discursos científicos, meramente informativos ou lúdicos, o que os torna portanto “neutros”. É preciso ressaltar também que a comunicação, como “arte do convencimento”, é agora incomparavelmente mais aperfeiçoada do que naquela época. A comunicação hoje é mais do que uma “arte”, é uma “ciência”. De fato Norberg-Hodge (1999, p.195) enfatiza que embora os métodos de hoje sejam bem menos brutais do que no período colonial, seus efeitos são muito mais devastadores”.

Outra analogia perigosa que faz Certeau se refere “às astúcias (disfarces, camuflagens) e simulações de plantas e peixes, com as pequenas vitórias dos ‘fracos’, aos pequenos movimentos brownianos de resistência”, como referido antes (p.38; 47; 104). Ora, os mecanismos que operam sobre essas astúcias, isto é, que os torna possíveis, são determinados pelo ambiente natural, não são calculados ou conscientes: são predominantemente genéticos e não culturais como os nossos. Interessante é que essa analogia usada por Certeau pode ser apropriada para argumentar precisamente o oposto do que ele postula: como os peixes, a maior parte dos consumidores talvez não tenha intenção consciente nas táticas ⁷ que usa. De fato o próprio Certeau reconhece que “sem lugar próprio, sem visão globalizante, cega e perspicaz como se fica no corpo a corpo sem distância, comandada pelos acasos do tempo, a tática é determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder e elabora lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes)” (p.101-102). Ele afirma ainda, quanto às táticas, que “o que ela ganha não se conserva” (p.100), ou seja, elas não se tornam hegemônicas.

Embora um tanto radical, talvez concordemos mais com a posição de Bourdieu, da “douta ignorância”, criticada por Certeau (1996, p.124). Diz Bourdieu: “como os indivíduos não sabem, propriamente falando, o que fazem, o que fazem tem mais sentido do que sabem” e como “não há escolha entre diversos possíveis, portanto ‘intenção estratégica’; não há introdução de corretivos devidos a uma informação melhor, portanto não há o ‘menor cálculo’”. No que tange especificamente à televisão, Bourdieu (1997, p.142) diz que “é preciso ter muita fé nas capacidades de ‘resistência’ do povo para supor que o cinismo dos produtores de televisão possa encontrar seu limite ou seu antídoto no cinismo ativo dos espectadores”.

A mudança de um dado padrão de comportamento, seja individual ou coletivo, deve-se basicamente a dois motivos: à mudanças de valores subjacentes àquele comportamento; ou à tentativas de adequação (incluindo maximização de satisfação de desejos) a uma determinada ordem. No que tange ao comportamento ligado ao consumo de bens e mercadorias, uma pessoa pode deixar de ser perdulária por duas razões: uma delas seria porque não tem os meios (dinheiro, por exemplo) para consumir. Uma outra, porque o consumo material não mais significa para essa pessoa bem-estar, conforto ou felicidade. Embora se possa observar mudanças de comportamento nos dois casos, é somente no segundo que houve de fato uma mudança de valores (veja por exemplo Brügger, 1998). A primeira perspectiva pode amenizar a atual crise ambiental, mas é sobretudo da segunda que precisamos, pois uma característica da primeira é justamente que “o que ela ganha não se conserva”, como diz Certeau.

Mas o pior é que a primeira pode levar a interpretações errôneas, exatamente por ser temporária, não implicar em mudanças de valores e ser sobretudo de cunho egoísta (já que está frequentemente ligada à maximização da auto-satisfação). Não é possível concordar portanto que “as táticas de consumo, engenhosidades do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar (sempre) em uma politização das práticas cotidianas (Certeau, 1996 p.45)”. Santos (1994, p.107-108) também comenta que “as minorias se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades hegemônicas. As minorias étnicas, sexuais (de gênero) e outras têm mais dificuldades para aceitar e atender às exigências da racionalidade, na medida em que os pobres delas também são mais defendidos, porque mais infensos às trampas do consumo. Esses são também os instrumentos da realização da contra-racionalidade”.

Mas um comportamento de aparente insubordinação pode ser muitas vezes o mero resultado das pressões que se exercem sobre aqueles que se encontram confinados aos espaços do obedecer, ou seja aos espaços não hegemônicos, como argumenta Santos (1994, p.106). As verdadeiras contra-racionalidades acontecem pela transcendência da racionalidade hegemônica.

Tudo isso está diretamente ligado à educação - formal e informal - quer ela tenha o adjetivo “ambiental” ou não, pois é função da educação formar valores e dependendo destes, teremos comportamentos norteados por uma das duas vertentes, basicamente. Com relação especificamente a uma mensagem da mídia, uma pessoa pode não se comportar como os produtores do texto gostariam por: a) não concordar com a mensagem; b) por não entender a mensagem; c) ou ainda, por não conseguir cumprir a proposta da mensagem (como não ter poder aquisitivo, faixa etária, audácia, etc para ter o comportamento em questão). Qualquer estudo nesse campo deverá levar em conta pelo menos essas três hipóteses.

A relação entre as propagandas de automóveis, por exemplo, tão numerosas, e o comportamento dominante em nossa sociedade com relação aos automóveis, é emblemática. O fato de muitas pessoas não conseguirem (ou conseguirem a duras penas !) saldar as dívidas que contraem para adquiri-los e não pensarem no lado nefasto da “sociedade do automóvel” (veja capítulo sexto, p.13), comprovam duas coisas: a maioria delas está tentando apenas maximizar seus desejos de consumo; e a propaganda funciona, ela faz um tipo de lavagem cerebral.

É claro que existe uma outra experiência que não é a da passividade, mas ela é minoritária e incipiente, mais do que nós gostaríamos. Não se trata de tomar os outros por

idiotas como diz Certeau (p.273). A questão é que há um complexo sistema, incluindo a educação formal, que atua na direção de perpetuar uma determinada visão de mundo e fica extremamente difícil sair dele. Certeau comenta que não é possível concordar com a idéia de que “às massas só restaria a liberdade de pastar a ração de simulacros que o sistema distribui a cada uma”. Ele cita (questionando) estudos que mostram até que ponto apenas uma elite se beneficia da produção cultural de nível mais elevado: “uma enquete mostrou que os fundos públicos investidos na criação e no desenvolvimento de focos culturais reforçaram a desigualdade cultural entre os franceses. (...) A massa quase não circula pelos jardins da arte. Mas vê-se capturada e reunida nas redes da mídia (por exemplo, a TV atrai nove entre dez franceses)” (p.260). No capítulo passado há considerações de Bourdieu que vão no mesmo sentido (veja nota 13; cap.VI). Certeau discorda que “o telespectador não escreve coisa alguma na tela da TV. Perde seus direitos de autor, para se tornar, ao que parece, um puro receptor, o espelho de um ator multiforme e narcísico. No limite, seria ele a imagem de aparelhos que não mais precisam dele para se reproduzir, a reprodução de uma ‘máquina celibatária’ (p.94).

Certeau (1996, p.260-261) argumenta que “supõe-se que ‘assimilar’ significa necessariamente ‘tornar-se semelhante’ àquilo que se absorve, e ‘não torná-lo semelhante’ ao que se é, fazê-lo próprio, apropriar-se ou reapropriar-se dele”. É claro que a relação consumidor-produtor é complexa e que nela existe um *feedback*. No entanto, pensamos que essa influência é muito mais forte no sentido produtor-consumidor, por várias razões. Talvez a mais importante, seja o fato de que a maior parte dos bens de consumo produzidos pela sociedade industrial sejam muito mais um reflexo do que se cria em termos de ideal de felicidade, do que de necessidades reais. E aqui relembramos o comentário de Toscani

(capítulo VI, p.54) de que “a publicidade vende um modelo falsificado e hipnótico de felicidade”⁸. A segunda é que os profissionais que trabalham em comunicação foram treinados para esse fim e têm voz ativa (por exemplo, nas TVs), sendo portanto o seu poder de persuasão muito maior do que no sentido inverso. A maior evidência de que a publicidade funciona, é o fato de ela existir ! Se as pessoas não se influenciassem por ela, em grande medida, não tentassem (a maioria) assemelhar-se às idéias por ela veiculadas, a publicidade não perderia tempo e sobretudo exorbitantes somas de dinheiro para tentar nos impressionar⁹. E essa influência, no que tange à moldagem de valores, não se encontra confinada à publicidade. Comentamos no início desta discussão que Chapman *et alii* concordam que “a recepção dos textos da mídia é imprevisível ao longo de uma gama de massas de audiência”. Mas no fim do capítulo passado (p.59-61), na discussão sobre as diferenças entre a mídia britânica e a mídia indiana, eles próprios nos fornecem evidências de que existe um efeito, pelo menos em nível macro.

Vimos que diversos autores estão convencidos da vitória da monocultura, de uma unidimensionalidade que se impõe por todo o planeta: Marcuse (o pioneiro), Santos, Ramonet, Toscani, Norberg-Hodge e muitos outros. Fica difícil portanto sustentar a tese de que existam leituras completamente diferentes por parte da população que é submetida à ação da mídia e sobretudo, que essas leituras não sejam minoritárias.

Na verdade, apesar de insistir que o consumidor não seja passivo, Certeau expõe ao longo de seu livro uma série de argumentos que apontam na direção contrária. De fato, sua tese sobre a ‘economia escriturística’, já pressupõe uma moldagem da cultura ocidental, em grande medida, pelo escrito (verbal ou icônico), como vimos no capítulo quinto. E em outras passagens, ele próprio coloca em cheque seus argumentos sobre a não passividade.

Por exemplo, ele se pergunta se a “atividade leitora”, no sentido de combinar fragmentos e inventar nos textos algo diferente da intenção deles, será reservada ao crítico literário ou pode se estender a todo o consumo cultural. Ele diz que essa pergunta deve ser respondida pela história, pela sociologia ou pela pedagogia” (p.265).

Certeau tem ainda argumentos muito interessantes acerca da possibilidade de crer. Ele destaca que “para recuperar crenças que vão embora e se perdem, as empresas procuram fabricar simulacros de credibilidade” (p.280-281).

Diz ele que “o falar em nome de um real e a capacidade do discurso para se distribuir em elementos organizadores de práticas, em ‘artigos de fé’, se acham no sistema que combina com a narratividade da mídia. O grande silêncio das coisas muda-se no seu contrário através da mídia. Ontem constituído em segredo, agora o real tagarela. O real contado dita interminavelmente aquilo que se deve crer e aquilo que se deve fazer. A fabricação de simulacros fornece assim o meio de produzir crentes e portanto praticantes: fazer crer é fazer fazer” (cf. Certeau, 1996, p.286-287; 241).

Ele argumenta ainda que

“Esses relatos têm o duplo e estranho poder de mudar o ver num crer, e de fabricar real com aparências. Dupla inversão. De um lado, a **modernidade**, outrora nascida de uma vontade observadora **que lutava contra a credulidade e se fundava num contrato entre a vista e o real, transforma agora essa relação e deixa ver precisamente o que se deve crer**. A ficção define o campo, o estatuto e os objetos da visão. **Assim funcionam os *mass media***, a publicidade ou a representação política. Sem dúvida, também ontem havia ficção (mas ela) narrativizava uma simbólica, deixando a verdade das coisas em suspenso. Hoje a ficção pretende presentificar o real, falar em nome dos fatos e, portanto, **fazer assumir como referencial a semelhança que produz**” (grifos nossos; Certeau, 1996 p.288).

Enfim, “o ‘real’ é aquilo que, em cada lugar, a referência a um outro faz acreditar” (p.289) ¹⁰ e um importante desdobramento disso, é que o “crer” está relacionado com o entendimento do que seja a verdade.

Toscani (1996 p.166), entre muitos outros autores que trabalham com a comunicação hoje, afirma que o público acredita no que ele vê na televisão, nos telejornais, nos programas, nos anúncios:

“Adere-se à verdade de uma imagem de um jornal televisado, sem que se tenha assistido à ação diretamente. (...) A guerra do Golfo da televisão é a verdadeira guerra do Golfo. A única. Dezenas e dezenas de milhares de iraquianos foram mortos, todo o sistema de irrigação e de água potável do país foi destruído, milhares de crianças morrem ainda de diarréia, por falta de medicamentos e ninguém sabe disso. A realidade é a imagem da televisão. Uma tela”.

Mas toda essa discussão sobre possibilidades de mudança deve estar inserida num contexto mais amplo. Vimos que o processo de globalização vem aumentando a competitividade, o individualismo e promovendo um grande reforço da fé na tecnologia como solução dos mais variados problemas. Esse processo vem enfim enfatizando diversas características marcantes das sociedades industriais, fortemente identificadas com o paradigma atomístico-individualista dominante na chamada modernidade. As conseqüências desse processo são a concentração de riqueza e poder, onde os segmentos mais afluentes são aqueles inseridos na economia globalizada e os pobres, periféricos (países e indivíduos), se tornam cada vez mais dispensáveis.

O processo de globalização parece vaticinar a continuidade da modernidade, embora em alguns setores da sociedade, traços de uma pós-modernidade indiquem

mudanças no sentido contrário. Tais mudanças, teóricas e práticas, abrangem áreas distantes como a arquitetura, a filosofia, o cinema e a própria forma de ver e fazer ciência.

Para Giroux (1993, p.46), “o pós-modernismo em seu sentido mais amplo refere-se tanto a uma posição intelectual quanto a um conjunto emergente de condições sociais, culturais e econômicas que caracterizam a era do capitalismo e do industrialismo global”. Ele também argumenta (p.42) que “a crítica pós-moderna não contesta simplesmente os modelos culturais dominantes no Ocidente (com sua noção de conhecimento universalmente válido), mas que a crítica pós-moderna chama a atenção para as profundas mudanças de fronteiras - relacionadas com a crescente influência dos meios eletrônicos de massa e da tecnologia de informação - para a cambiante natureza das formações sociais e para a crescente transgressão das fronteiras entre vida e arte, alta cultura e cultura popular, imagem e realidade”.

Harvey (1993, p.46-49) também nos aponta mudanças que merecem alguma reflexão. Para ele, “o fato mais espantoso sobre o pós-modernismo é a sua total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico. Diversas mudanças estão estampadas nesse ‘novo’ espírito como por exemplo no romance, que teria passado de um dominante epistemológico a um ontológico, com uma conseqüente dissolução entre ficção e ficção científica”.

A possibilidade desses novos paradigmas, que também envolvem de certa forma o resgate de perspectivas e relações com o entorno anteriores à modernidade, é sem dúvida importante. Mas um de seus principais problemas é a abertura à elasticidade de critérios, que pode vir a ser excessiva. Embora seja essa uma característica de qualquer fase de transição de valores, como a que vivenciamos, é preciso que a sua aceitação seja bem

aquilatada pois a falta completa de rigor conceitual ou critérios não resulta sempre ou necessariamente de questionamentos sobre os valores vigentes e em sendo assim pode representar uma falsa rebelião, uma espécie de “rebeldia sem causas”. Além disso, nenhuma sociedade ou cultura se sustenta muito tempo sem um mínimo de valores e critérios.

A questão apontada por Harvey é um bom exemplo, pois as mensagens televisivas encarnam precisamente esse caráter fragmentário, descontínuo e essa dissolução entre ficção e ficção científica, mas isso não é necessariamente bom em si.

Quanto ao fim das ideologias e metanarrativas, Santos (1994, p.186) argumenta que “alguns dizem que o mundo está desconstruído, que acabou o grande relato, que por isso não há teoria, não há mais ideologia. Mas sua impressão não é esta. Ao contrário, afirma ele, o mundo de hoje, na medida em que a totalidade se tornou empírica, permitiu mais facilmente a teorização”. Santos (p.187) tampouco vê a pós-modernidade como fragmentadora, mas como um outro momento de construção (já que a totalidade se torna outra através da fragmentação).

De fato, a monocultura, a unidimensionalidade que caracteriza o mundo de hoje é provavelmente uma das novas formas de teorização, talvez seja a grande “metanarrativa” de hoje. Ramonet (1998 p.75-76) diz que “será chocante constatar que um período de efervescência, crises e perigos de toda espécie, como o nosso, coincida com um consenso ideológico esmagador, imposto pela mídia, pelas sondagens e pela publicidade, graças à manipulação dos signos e símbolos, e ao novo controle dos espíritos”. De fato, Marcuse (1982, p.73) já nos advertia que

“O poder absorvente da sociedade esgota a dimensão artística pela assimilação de seu conteúdo antagônico. No domínio da cultura, o

novo totalitarismo se manifesta precisamente num pluralismo harmonizador, no qual as obras e as verdades mais contraditórias coexistem pacificamente com indiferença”.

De outro lado, Harvey também comenta que “na filosofia, o pós-modernismo teria desembocado numa forte crítica da razão iluminista e rejeição de todo projeto que busque a emancipação do homem unicamente por meio da ciência e da tecnologia, sendo portanto, uma crise do próprio pensamento iluminista (p.46-47)”. Diversos autores neomarxistas e os filósofos da “Escola de Frankfurt” se constituiriam em bons exemplos de pensadores que, dentro dessa ótica, poderiam ser rotulados de pós-modernos ou precursores do pós-modernismo. É incontestável que essa nova forma de ver a ciência e a tecnologia ganha um espaço cada vez maior na sociedade, inclusive nos meios acadêmicos. Ramonet (1998, p.82) comenta que “um número cada vez maior de pessoas continuam convencidas de que a ciência já não consegue fazer nada pelo planeta, nem por elas, e que o progresso, quando é pilotado unicamente pelo interesse mercantil, ‘é a mãe de todas as crises”.

A verdade é que a ciência é um “Ovo de Colombo”. Colombo teve que fazer uma concessão para ganhar sua aposta (isto é, provar a sua tese) que provocou a indignação de muitos: a quebra da casca do ovo - condição *sine qua non* para colocá-lo de pé - foi também a quebra da estrutura que encerrava a totalidade do ovo. Da mesma forma, a ciência para erigir seu poderoso corpo de conhecimento teve que consentir na quebra da totalidade, fazendo perder a integridade do que estava investigando ¹¹.

Muitos já se deram conta disso, mas não está nada claro que essa nova postura se torne hegemônica ou que, mesmo em se tornando, contribua para a construção de uma sociedade mais justa. Justificamos o nosso temor tomando como exemplo o fato de haver

hoje uma aceitação muito grande de discursos que falam em interdisciplinaridade e em novas formas de construir o conhecimento mas que, ao esbarrarem em questões éticas, não se distinguem das velhas formas estabelecidas (veja Brügger, 1995; também capítulo II, p.13). Esse é mais um dos aspectos da crise de valores à qual nos referimos há pouco.

Embora se possa concordar que muitas mudanças apontadas pelos teóricos da pós-modernidade estejam de fato acontecendo, no âmbito da educação e do meio ambiente parece que a tendência globalizadora - no sentido de perpetuação da modernidade - ainda tem deixado marcas muito mais expressivas. É preciso então que aquilatemos bem as conseqüências desse processo, sobretudo seu lado “escuro”, para que não engrossemos a crescente massa de “tecnófilos” já existente (veja capítulo sexto).

E já que nos referimos a uma “tecnofilia”, vamos encerrar esta discussão sobre pós-modernidade e globalização com uma crítica a algumas idéias de Marshall McLuhan. Essa crítica também faz parte do balanço final das idéias desta tese, uma vez que passa por uma apreciação do binômio técnica-cultura.

Em primeiro lugar é preciso louvar a perspicácia com que McLuhan toca num dos principais ramos do complexo circuito de eventos históricos que contribuíram para formar as características da nossa cultura industrial. Sua famosa tese de que caminharíamos em direção a uma “aldeia global” de fato se concretizou. Ele também não apenas acertou ao afirmar que a tecnologia é uma extensão dos sentidos e aumenta a potencialidade humana e o poder de formar cultura, mas de certa forma profetizou o surgimento da realidade virtual.

Suas profecias entretanto têm se realizado de uma forma um tanto nefasta, ou seja, de uma maneira diferente da que ele previu. Um exemplo contundente é o desaparecimento dos Estados, cujo surgimento (veja capítulo V, p.33), argumenta ele, se encontra

diretamente ligado ao estabelecimento em grande escala dos meios escritos de comunicação. Mas nesse processo de transição para uma cultura eletrônica as soberanias não deixaram de existir, apenas mudaram de forma - de Estados para grandes corporações, as *TNCs*. Esse é um aspecto extremamente relevante que precisa ser considerado.

Também o excesso de instrumentalidade que caracteriza nossa época não faz da comunicação globalizada um processo que possa ser chamado de retribalização, como sugere McLuhan. McLuhan foi bastante tecnófilo ao afirmar que como “a emergente cultura eletrônica abriga modelos e estruturas de interdependência humana e de expressão que são ‘orais’ na forma, isso nos (re)transportaria para uma experiência semelhante à dos homens pré-gutenbergianos, ou seja, transformaria o mundo numa grande aldeia, a famosa “aldeia global” (McLuhan, 1977, p.19). Mas é preciso se perguntar se, e em que sentido o mundo eletrônico está se tornando mais auditivo, no sentido original, e sobretudo, como isso vai significar a volta ao espírito de “aldeia”.

Na verdade, essa tese de McLuhan nos parece muito contestável. Comentamos no capítulo passado, com Bourdieu, que o mundo da imagem não deixou de ser dominado pelas palavras: a foto não é nada sem a legenda que diz o que é preciso ler. Bourdieu faz ainda um interessante comentário acerca da palavra legenda, isto é, *legendum* que também significa lenda. Enfim, as palavras - não só as imagens ou sons - continuam a fazer ver, a criar, a levar à existência.

Mais importante porém é o fato de que um vídeo, por exemplo, é ainda, e apesar de tudo, uma forma de comunicação “escrita”. Um vídeo, assim como outros meios audiovisuais de comunicação não são “orais”, apesar de conterem componentes auditivos. O mundo da oralidade é o mundo do sons evanescentes, do trovão, do canto dos pássaros, do

canto do bardo. Não é o mundo da intermediação pela máquina ou pela escrita, “técnicas” que reificam o aqui e agora. No mundo audio-visual há, como no mundo escrito, “selos” que permitem um vai e vem tanto quanto o livro.

Uma das questões associadas a essa discussão é exatamente a nossa comunicação com o entorno através de uma técnica. As técnicas podem ser simples ou sofisticadas. E no mundo de hoje há máquinas sofisticadas. Segundo alguns autores o espírito de coletividade -característico de aldeias e tribos - tende a desaparecer ou enfraquecer com a intermediação através da máquina. O computador pessoal se constitui num bom exemplo ¹² e as realidades virtuais também. Até o presente momento a realidade virtual ainda está bastante marcada pela experiência individualizada e está longe de ser acessível a todos, corroborando os argumentos de Ramonet. Mas mesmo que no futuro próximo a realidade virtual evolua para formas mais coletivas de experiência e quem sabe até acessíveis a todos, uma coisa é certa: a nova experiência será sempre mediatizada por uma máquina - a natureza artificializada de que nos fala Santos - e isso por si só, a distingue de uma experiência comparável à dos homens primitivos ou pré-gutenbergianos. Os desdobramentos políticos ou culturais de seus usos serão portanto uma escolha histórica e não apenas uma contingência derivada da técnica em si como postulava McLuhan. Em outras palavras, a cultura eletrônica não será necessariamente um remédio para a fragmentação provocada pela “galáxia de Gutenberg”, que teria interrompido a sinestesia dos sentidos.

A cultura eletrônica poderá, como ferramenta, auxiliar na reconstrução de um homem uno consigo mesmo e com a natureza. Mas essa unidade, que significa em muitos sentidos liberdade, não virá automaticamente com a máquina. Ramonet (1998, p.146) destaca que “as novas tecnologias não poderão contribuir para o aperfeiçoamento da

democracia a não ser que lutemos, em primeiro lugar, contra a caricatura de sociedade mundial preparada pelas multinacionais envolvidas, desenfreadamente, na construção das auto-estradas da informação”¹³. Democracia e liberdade só virão com luta o que implica, entre outras coisas, em transcender a racionalidade essencialmente instrumental que domina nossa sociedade e nossa cultura. Isso significa abdicar da resolução de todos os problemas pela ciência e pela técnica, resgatar outros aspectos do todo que a fragmentação fez perder e aproveitar o lado sofisticado da técnica para diminuir a violência e multiplicar os aspectos que deveriam caracterizar a idéia de civilização, como nos ensina Popper (1995, p.27).

A idéia de tribo - e conseqüentemente de retribalização - deveria invocar, pelo menos em tese, mudanças de atitudes e valores que caracterizam uma sociedade mais igualitária e conseqüentemente mais justa. Isso se daria através da oportunidade de uma maior participação e controle por parte da população sobre as mais diversas instituições sociais, o que resultaria na possibilidade de haver uma sociedade em que os cidadãos têm direitos e deveres “mais iguais” do que nas nossas. No caso dos meios de comunicação, isso significaria o fim do controle oligárquico que caracteriza esse setor e o início de um amplo exercício de cidadania.

Os termos “aldeia global” e “tribal” são portanto extremamente dúbios. As características que distinguem os conceitos originais de tribo ou aldeia das de agora, abarcam grandes diferenças em sua própria essência. Os ritos tribais a que agora somos submetidos, “o espaço compacto e restrito em que soam os tambores da tribo”, são signos alienantes¹⁴. Um exemplo contundente é o soar do “plim-plim” da *Rede Globo*, uma das maiores empresas e forças políticas do país. O englobamento da família humana em uma só, por meio da revolução eletrônica, parece estar tomando mais o caminho de uma cultura

massificada, unidimensional, nas palavras de Marcuse, do que de tribo, ou clã, termo também usado por McLuhan. E essa retribalização não parece determinada a arrolar mudanças que contribuam para uma sociedade mais justa.

Norberg-Hodge (1999, p.194-197), por exemplo, comenta que “para muitos a economia globalizada marca a concretização do sonho da ‘aldeia global’”. Mas em todo o mundo, a pressão para se ajustar às expectativas da crescente monocultura consumista está destruindo a identidade cultural, eliminando economias locais e apagando diferenças regionais¹⁵. Anúncios e filmes dão a impressão que todos no Ocidente são ricos, belos e corajosos e levam uma vida glamorosa e divertida. Os povos de outras culturas acabam rejeitando suas próprias características étnicas e raciais, sentindo vergonha do que são. A monocultura, - a aldeia global - em vez de aproximar as pessoas, cria divisões que antes não existiam. Ela enfatiza que os conflitos étnicos de hoje são magnificados pela monocultura: em Kosovo, as reformas econômicas levaram ao empobrecimento tanto das populações sérvias quanto albanesas, contribuindo para esquentar as tensões étnicas¹⁶. Ela diz que o ‘desenvolvimento’ econômico não apenas exacerba tensões existentes mas também ajuda a criá-las: ele destrói reciprocidades, a dependência mútua e encoraja as pessoas a substituírem seus valores por aqueles da mídia e isso é rejeitar a si próprio”.

Os “apocalípticos”, como chamou Umberto Eco os filósofos da “Escola de Frankfurt” (da “Teoria Crítica”), talvez não estivessem afinal tão errados em assumir uma leitura predominantemente pessimista dessa realidade (referência a Eco, 1987; veja também Santos, 1992 p.17).

Finalmente, muitos argumentam que McLuhan foi determinista¹⁷ ao “vincular as grandes etapas da história da Humanidade à inovação das técnicas de comunicação,

modelando-as no plano cultural, intelectual e social”, como critica Breton (c1992, p.14;99). Mas talvez o problema de McLuhan esteja mais em sua “tecnofilia” do que em seu determinismo. Nenhum autor acerta sempre, ou em todos os sentidos, em suas construções/representações da realidade. E sempre haverá quem discorde de suas teorias, mesmo por que não existe uma verdade absoluta. Quanto à Breton, por exemplo, além de ele não oferecer nenhuma teoria alternativa, ou seja nada melhor em troca, ele não explora as relações com a economia globalizada, ao contrário de outros autores com os quais dialogamos, o que é uma grande falha.

Devemos também admitir que nossos próprios argumentos caminharam bastante no sentido de vincular técnica e cultura. Estamos cientes entretanto de que a maior contribuição dessa abordagem foi a de jogar luzes em um dos - e não no único - fator que contribuiu para a construção da realidade que vivemos. Outros autores não considerados deterministas também vincularam bastante cultura e técnica, ainda que de uma forma mais sutil: “a escritura e a maquinaria, finalmente confundidas, se tornam, elas mesmas, as modalizações aleatórias das matrizes programáticas demarcadas por um código genético”; isto é, “o sistema escriturístico anda automovelmente” (cf. Certeau, 1996 p.238; p.227).

VII.3. Últimas palavras: “alter ego, alter ethos, alter natura” ?

Por tudo o que foi discutido neste trabalho parece que é possível falar em uma “ocidentalidade” da comunicação, bem como de sua predisposição em tecer potencialmente uma certa trama de relações com o entorno.

É hora portanto de retomar um dos principais argumentos de Heidegger do terceiro capítulo, o de que “a diversificação originária de *logos* e *physis*, levou à apostasia de *logos* como ponto de partida para a edificação do predomínio da razão”. Comentamos antes que essa teria sido uma primeira ruptura entre o homem e o seu entorno, propiciada por *logos*. Mas o mais interessante, sem dúvida, é de um lado, a transformação do Ser - da *physis* - em *idea*, como aparência, como ‘o visto no visível’ e não mais como ‘o vigor que brota’; e de outro, a transformação da verdade em propriedade de *logos* enquanto enunciado. Ao contrário de Foucault, que destaca diversas rupturas na *démarche* da comunicação no Ocidente, Heidegger destaca o cerne de seus aspectos epistemológicos mais gerais, um caminho que aponta mais claramente como se deu a “a mercantilização generalizada de palavras e das coisas, dos corpos e dos espíritos, da natureza e da cultura, como comenta Ramonet. O argumento de Heidegger de que “a transformação do Ser em *idea* provoca uma das formas essenciais em que se move o acontecer Histórico do Ocidente”, se constitui em uma formulação que sintetiza o que acontece, talvez mais do que nunca hoje, na interrelação entre o que deveria ser a *physis* (o meio ambiente, o entorno) e *logos* (a Razão, incluindo a comunicação a respeito de, e com o entorno).

A palavra, *idea* significa o visto no visível, o visto que alguma coisa oferece. Aqui estão também os aspectos mais gerais e por isso mesmo mais importantes de nossos argumentos: o germe do processo de reificação, pode ser interpretado como a redução do Ser à *idea*. Ou mais especificamente, o *me on* de Platão já desvelava um potencial para a reificação da própria *physis*, pois privilegia a materialização em detrimento do vigor que brota, do dinamismo (veja capítulo quatro, p.01-02); e a verdade da *physis*, a *aletheia*, entendida como re-velação do vigor que brota torna-se *homoiosis* e *mimesis*, conveniência e

adequação ¹⁸, o visto no visível, enfim, a aparência tão destacada por Certeau (veja cap.V, p.32) e por Breton (c1992 p.51).

Essa redução do Ser à *idea* também encontra eco na crítica de Santos (cap. I; p.08) ao triunfo da apresentação sobre a significação, na substituição da Natureza Histórica pela Natureza-espetáculo. Tudo isso está também na base de um homem não mais dirigido do interior (que transformou a verdade em propriedade de *logos*), que confia apenas nos sinais externos para conhecer e se comunicar com o entorno cada vez mais através da escrita e das máquinas¹⁹.

Ramonet (1998, p.152) comenta que “embora a comunicação agora exerça uma tirania e tenha se tornado hoje provavelmente uma grande superstição, a comunicação foi libertadora durante muito tempo, porque significava (desde a invenção da escrita e da imprensa) difusão do saber, do conhecimento, das leis, e das luzes da razão contra as superstições e os obscurantismos de toda espécie. Ele pergunta, justificadamente, se a comunicação não teria superado seu estado mais favorável, seu ponto zênite, para entrar em uma fase em que todas as suas qualidades se transformam em defeitos, todas as suas virtudes em vícios. Com efeito (diz ele), a nova ideologia do tudo-comunicação, esse imperialismo comunicacional, exerce sobre os cidadãos, desde há algum tempo, uma autêntica opressão” (cf. Ramonet, 1998 p.152). Essa mesma pergunta pode ser sentida nos argumentos de Breton, uma vez que ele abdica da idéia de comunicação como utopia.

Se considerarmos que a comunicação hoje atingiu um poder de mudança sobre corpos e almas, sobre o homem e sobre a natureza como nunca antes, podemos concordar que a comunicação atingiu seu ponto zênite. Mas considerando a existência de uma espessura no tempo, de uma *démarche* histórica que teceu uma certa relação com o entorno

onde a comunicação teve grande influência, perguntaríamos: qual seria o ponto zênite da comunicação ?

Talvez devamos descartar totalmente a possibilidade de que esse ponto tenha sido a escrita na Babilônia ou o alfabeto na Grécia antiga e procurar um tempo mais recente. Poderíamos argumentar que este zênite foi no século XVI quando as benesses da imprensa já se espalhavam pela Europa. Mas esse é certamente um tempo ainda longínquo demais, pois estaríamos abdicando de importantes conquistas técnicas. Entretanto a história nos mostra que foi sobretudo a partir daí que os progressos nos meios de comunicação se aceleraram, se entrelaçando cada vez mais com a economia. Luce Giard (in Certeau, 1996, p.32) tem uma passagem que sintetiza essa questão, entre outras. Diz ela que “desde o Renascimento, Deus se retirou do mundo e a escritura não é mais a intérprete do sentido oculto de sua Palavra. Assim ela se tornou a grande fabricante, fonte de todo poder”.

E a aurora da comunicação globalizada é ainda mais claramente vinculada a interesses econômicos. Mattelart (1992, p.15-23) muito nos ensina sobre a importância dos mais diversos meios: a navegação a vapor, o telefone, o telégrafo, o rádio, a televisão. Ele destaca que “o século XIX prepara a lenta emergência de um novo modo de troca e de circulação de bens, de mensagens e de pessoas, assim como um novo modo de organização da produção. No decorrer desse século e mais especialmente, a partir de 1850, num contexto onde se concretiza a noção de liberdade de opinião, um conjunto de invenções técnicas vai permitir o desenvolvimento de novas redes de comunicação. As formas históricas de implantação segundo as quais cada um desses novos circuitos de troca vai se inserir nas diversas sociedades, são anunciadoras de questões que se prolongarão no século seguinte. Esse conjunto de transformações técnicas que operam sobre o mundo da

comunicação contribuem para mudar radicalmente o estatuto econômico da informação”, diz ele.

Todas essas transformações técnicas formam sistemas que marcam vitórias sobre o espaço e o tempo e pela primeira vez mensagens podiam andar globalmente mais rápido do que os navios comerciais carregando as cargas às quais se referiam. Os meios de comunicação começaram a partir daí a substituir os fluxos materiais. Teria sido este o ponto zênite da comunicação, ou algum curto espaço de tempo imediatamente após esses eventos ?

Mais uma vez diríamos que um olhar na espessura do tempo revela possibilidades de desdobramento dos aspectos instrumentais em todos os momentos dessa trajetória histórica. Se, com relação a um suposto ponto zênite da comunicação, se argumenta que ela agora está decadente e a serviço do grande capital, esse não é senão um aspecto da intensa instrumentalização do mundo de hoje. Mas essa crescente instrumentalização se deu em sintonia com a *démarche* da própria comunicação.

Os argumentos expostos até agora, nesta tese, mostram a existência de um lado instrumental e reificador presente, desde o início, na *démarche* da comunicação no Ocidente. A “difusão do conhecimento” e “as luzes da razão contra as superstições e os obscurantismos” cobraram seu preço: isso significou também a gênese e a difusão de uma cultura que exerceria um domínio e uma destruição sobre a natureza sem precedentes históricos. Na história da comunicação no Ocidente, cada progresso, cada melhoria de eficiência (que foram sempre associadas aos avanços da ciência e da técnica) trouxe consigo um aumento da instrumentalidade e um maior domínio sobre a natureza e é claro, sobre o homem. E aqui os argumentos de Heidegger e Foucault se encontram: a primazia de

logos sobre a *physis* (veja capítulo III) era apenas o começo de uma longa caminhada onde “o ser do homem e o ser da linguagem jamais conseguiriam coexistir” (Foucault, 1992 p.355).

Não há portanto um “Grand Partage”. Instrumentalização e libertação existiram em todos os momentos. Esse processo foi progressivo: a perda da fluidez, da ambigüidade, da pluridimensionalidade do mito e mesmo da estrutura complexa ternária da linguagem, culminaram na construção da língua “bem-feita” e sem contradições da ciência, de que nos fala Foucault.

Estará a transcendência dessa dimensão da “linguagem-pensamento” ligada à tarefa de construção de um saber interdisciplinar, “pós-científico”, onde o “ser do homem” e o “ser da linguagem” se reencontrariam ? ²⁰ Ou será esse um caminho sem volta, sem possibilidade de reação ? Será essa uma faceta da “onda de petrificação mecanizada e luta convulsa de todos contra todos”, de que nos falava Weber ? Ninguém tem a resposta, mas também Weber mencionou a possibilidade de “um pujante renascimento de antigas idéias e ideais”.

Apesar das dificuldades discutidas, dois argumentos poderiam respaldar essa última profecia. O primeiro é que a comunicação hoje oferece possibilidades nunca antes imaginadas. Temos portanto nas mãos o potencial não apenas para o “inferno”, mas também para o “paraíso”. A árdua tarefa é, sem dúvida, lutar para que todas essas ricas possibilidades possam ser revertidas como benefícios para a maioria, o que certamente não será fácil ²¹.

O segundo é que talvez possamos contar também com alguma “sorte”. A biotecnologia por exemplo, era tida ainda no início dos anos 1990 - ou seja historicamente

“ontem” - como uma das mais promissoras tecnologias de ponta. Mas a biotecnologia tem sofrido inúmeras derrotas e mostrado sua periculosidade tanto potencial quanto concreta (veja por exemplo Ho, Meyer & Cummins, 1998). E esses contratempos têm a ver, entre outras coisas, com o caráter estocástico dos fenômenos naturais e sociais, contrariamente ao que postula a visão dominante de ciência que tem artificializado e escravizado o homem e a natureza. Isso pode significar que apesar de tudo indicar a instalação do “inferno”, é possível que venhamos a vislumbrar um futuro melhor. Tais mudanças se encontram também associadas ao fato de que “se as coisas continuarem assim, assistiremos à ressurgência de movimentos sociais como ainda não se viu desde a Segunda Grande Guerra” (Ramonet, 1998 p.56).

Talvez o excesso de instrumentalização possa gerar a sua própria desestabilização, analogamente ao que acontece nos mecanismos de *feedback* negativo. Seria o “ponto de mutação” de que nos fala Capra ? A “terceira onda” de que nos fala Toffler ? É possível, e aqui cabe lembrar que toda realidade tem pelo menos dois lados.

No quarto capítulo, por exemplo, argumentamos com Moscovici e Arendt (p.12;29) que o impacto da objetificação na gramática podia ser reconhecido pela metamorfose dos verbos, adjetivos e advérbios em substantivos, ou pela preferência por substantivos entre todas as categorias gramaticais de palavras com o mesmo conteúdo de significado. Mas Marcuse (1982, p.200-201) argumenta que os substantivos também correspondem aos universais, e não apenas à solidez e à reificação a que se referem Arendt e Moscovici.

O que mais precisamos para transcender as perspectivas dominantes é de uma desconstrução. E essa desconstrução não implica unicamente em profundas reflexões epistemológicas. No que tange à comunicação, por exemplo, precisamos de uma tele-visão,

não para “ver o que vem de longe”, mas “ver de longe”, ou “ver o que está longe” (a outra margem do lago, as copas das árvores mais altas, enfim, o nosso entorno). Essa tele-visão é uma forma eficaz de tirar nossas vistas das telinhas, de nos recolocar como parte do entorno, e talvez nos ajudar a resgatar uma relação que nunca deveríamos ter rompido.

É possível que surjam “tribos” dispostas a reivindicar uma maior participação na escolha dos valores que norteiam a mídia a partir de grupos organizados já existentes. Krischke (1995), por exemplo, menciona “a emergência de novos atores sociais de grande importância que têm obtido conquistas estratégicas nesse processo de construção da democracia”. No que tange à democratização dos meios de comunicação, tais grupos, entretanto, deverão transcender questões de autonomia, identidade e outras diferenças que supostamente os separam.

Apesar de todas as conquistas que fizemos em termos técnicos e científicos, muito ainda há que se conquistar em termos éticos. Vivemos num mundo onde os direitos humanos ainda são um “luxo” e os animais são tratados com uma crueldade poucas vezes encontrada em outras sociedades. Tudo isso está ligado à instrumentalidade, ao fato de que somos todos - animais e homens, a Biosfera como um todo - enfim tudo, apenas recursos. Mas mesmo a palavra “recurso”, criticada até agora por encerrar potencialmente a instrumentalização de tudo, pode adquirir um outro significado. Se recurso é “um meio para se atingir um fim”, o que é preciso redefinir são os “fins” e os “meios”. Isso redefinirá a idéia de recurso.

Recursos sofisticados de comunicação podem ser maravilhosos. A realidade virtual, por exemplo, é sempre uma forma de substituir o real pelo virtual. Mas ao fazê-lo, ela implicitamente reforça ou redefine o que sejam “meios” e “fins” e o que é mais importante,

ela pode tornar virtual tanto o amor e a alegria, quanto o sofrimento e a injustiça. É só uma questão de escolha. Assim, a realidade virtual pode ser usada para substituir ou criar laços afetivos virtuais como entretenimento, ou para substituir o uso de indefesos animais em pesquisa e aprendizagem, por exemplo. Nesse segundo caso, além de salvar vidas, a realidade virtual nos reconecta com a natureza, nos faculta ver o outro como parte de nós mesmos, de nossa afetividade e não como um meio para se atingir um fim. Também os microscópios, mesmo os mais simples, podem nos mostrar elementos invisíveis da cadeia da vida - como por exemplo, o fitoplancton ²² - amplificando e modificando a nossa percepção do entorno. E os exemplos se multiplicam.

Não devemos entretanto deixar que os novos entornos substituam completamente o “velho”, ou seja, a *physis*. E sobretudo, que nos levem à ganância, mesmo que a ganância se disfarce sob a forma de “conhecimento”. A percepção do entorno como *physis* pressupunha uma visão de totalidade que é estranha às nossa percepção fragmentada por quase quatro séculos de doutrinação cartesiana. Mas mesmo a partir de uma visão fragmentada pode-se ter outra, mais ampla: se pensarmos que a Terra não possui nenhuma fonte extraterrestre de carbono, fósforo ou nitrogênio, teremos que aceitar a idéia de que estamos ligados a todos os homens, a todos os animais e plantas, e a todas as coisas. Será a idéia de reencarnação uma metáfora para o conceito de “ciclo da matéria e da energia”, tão ocidental ? Talvez. Uma coisa é certa porém. Mesmo percebendo o entorno de forma eficiente, através de máquinas e aparelhos de comunicação, é só quando estamos imersos na água real, sentindo sua temperatura, seu contato físico, seus seres, enfim, sua presença, e olhando as gaiotas que voam por sobre nossas cabeças, é que podemos ouvir os verdadeiros tambores da tribo.

Notas

(1): A palavra nova se encontra entre aspas por que o homem sempre se comunicou.

(2): Segundo Breton (1992, p.17) “a cibernética é a ciência do controle e das comunicações cujo fundador é Norbert Wiener. A cibernética está voltada para a investigação das leis gerais da comunicação quer de fenômenos naturais ou artificiais e quer impliquem as máquinas, o homem, animais ou a sociedade”.

(3): Postman destaca (1994, p.21-22) que “as mudanças mais imprevisíveis são as de caráter ideológico, como temia o rei Thamuz, que advertiu que os escritores passariam a confiar mais em sinais externos em vez de confiar em seus próprios recursos internos”. Ramonet (1998, p.53) também se refere a um “homem mundial”, isto é, como átomo infra-humano, esvaziado de cultura, de sentido e de consciência do outro”.

(4): Entrevista com Noam Chomsky para “O Estado de São Paulo” (p.D11; 16/11/1996). Chomsky também nos alerta que “é preciso tirar da cabeça a idéia de uma imprensa ocidental livre. Não se pode falar em democracia quando a imprensa funciona como bloqueadora de fatos e verdades transparentes. Nos EUA a verdade só existe se vier impressa no *The New York Times* ou no *Washington Post*. Mas pode-se ter uma idéia do quanto de verdade vem à tona quando se descobre que 50% dos meios de comunicação nos EUA são controlados por 23 grandes corporações. Os jornais econômicos, em geral, tendem a mentir menos pois são lidos em sua maior parte por gente rica que não aceita ser enganada (por haver muito dinheiro envolvido). O resto da história do mundo se faz com poder da propaganda americana sobre os intelectuais europeus, as agências de notícias americanas UPI e AP divulgando para o mundo a capa do *The New York Times* do dia anterior, uma imprensa repetindo a outra. É preciso ler os jornais como quem lê uma propaganda: eliminando áreas obscuras, defendendo-se sempre. As coisas pioram muito quando se chega à televisão”.

(5): E esses fracassos ou sucessos são extremamente dependentes dos índices de audiência como criticam Popper (1995, p.16-17), Dennis (1991, p.57) e Bourdieu (1997, p.37), que comenta que “o índice de audiência se tornou o juízo final do jornalismo”. Bourdieu (1997, p.81-85) enfatiza ainda “as limitações que o campo do jornalismo, cada vez mais dominado pela lógica comercial, impõe aos outros campos e universos. O peso do campo jornalístico se exerce sobre todos os campos de produção cultural”. Ele fala dos intelectuais e outros que recebem no campo jornalístico uma consagração que não poderiam receber de seus pares; tais consagrações, diz ele, são levadas em conta mesmo pelas comissões do CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*), um órgão semelhante ao CNPq no Brasil.

(6): Talvez a teoria mais radical nesse sentido seja a “teoria hipodérmica” (ou “*bullet theory*”) que fala de propaganda ou manipulação direta (veja Wolf, 1987 p.18). Em contraste temos, por exemplo, a visão excessivamente otimista da “nova esquerda alemã” de Hans Magnus Enzensberger (cf. Santos, 1992, p.18). Mas Wolf (1987, 52) comenta que “as teorias sobre a influência dos *mass media* revelam um movimento oscilante: partem de uma atribuição de grande capacidade manipuladora, passam depois por uma fase intermédia na qual o poder de influência é redimensionado de diversas formas e, finalmente, nos últimos anos, voltam a adotar posições que atribuem aos *mass media* um efeito notável, embora motivado de uma forma diferente daquele que era afirmado pela teoria hipodérmica”. Wolf (p.96) também destaca a “constante oposição entre a pertinência sociológica e a especificamente comunicativa que percorreu e percorre a *communication research*; e a própria discussão sobre a crise dos estudos sobre os *mass media* foi profundamente marcada pela polêmica entre sociologia e semiótica”.

(7): Para Certeau (1996) “a tática é uma ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio (p.100) e ainda, uma arte do fraco” (p.101).

(8): Toscani (1996 p.163-164) enfatiza que ao vender sobretudo um sistema social, a publicidade se torna aliada da indústria conquistadora. A *Coca-Cola* se tornou o símbolo do capitalismo americano. Assim que o primeiro *outdoor* da *Coca-Cola* foi erguido nas ruas de Pequim, a imagem deu a volta ao mundo. Era o símbolo da mudança da China. De sua entrada no regime da livre empresa”.

(9): Toscani (1996 p.21-22) comenta que “segundo relatório de janeiro de 1994, da Associação das agências de consultoria em comunicação, a publicidade representa para as empresas européias um orçamento de 330 bilhões e meio de francos investidos nos grandes meios de comunicação. Somadas aos gastos dos EUA e Japão, o montante chega a metade da dívida externa da América do Sul”.

(10): “A mesma coisa acontece nas disciplinas científicas. Cada campo do saber espera de um outro uma garantia que lastreie o seu simulacro. E o mesmo se repete na política partidária. A citação é a fórmula perfeita do fazer crer. Certeau nos ensina ainda que a multiplicação das sondagens de opinião se constituem em autocitações perpétuas que induzem a se acreditar (o país, por exemplo) no que é: “cada cidadão supõe de todos aquilo que, sem ele mesmo crer, sabe da crença dos outros” (cf. Certeau, 1996 p.290). Isso coloca em cheque nosso trabalho ? Talvez. Mas se assim o for, coloca em cheque qualquer trabalho.

(11): Foucault (1992, p.146) comenta que “a ciência se consolidou e progrediu restringindo o campo de sua experiência; foram assim eliminados os sabores, por exemplo, que com sua incerteza e variabilidade não permitiam uma análise que fosse universalmente aceitável”. Já discutimos como isso se reflete em rupturas com o entorno, inclusive com nossos instintos: hoje para saber se estamos saudáveis ou doentes precisamos de um *check-up* e até para atingir o orgasmo, sugerem-se prescrições técnicas.

(12): Postman (1994, p.26) também discorre sobre a batalha travada entre o mundo da mídia (com sua ênfase na fantasia, na narrativa, na presença, na simultaneidade, na gratificação imediata e na resposta emocional rápida) e o mundo da palavra impressa e argumenta que esse é um fator de fracasso para muitas crianças que entram em choque quando adentram o ambiente escolar, baseado na palavra impressa. Postman destaca que “a oralidade dá ênfase ao aprendizado em grupo, à cooperação e a um sentido de responsabilidade social e a imprensa enfatiza o aprendizado individualizado, a competição e a autonomia pessoal” (p.26-27). Com a introdução dos *PCs*, argumenta ele, esse processo deverá ser potencializado e ele chega a cogitar a possibilidade de o computador elevar o egocentrismo à categoria de virtude (p.27). Egocentrismo, competitividade e individualismo são características da cultura moderna, a mesma que progressivamente separou o homem da natureza. A questão da introdução do computador pessoal nas salas de aula também é muito bem analisada por Almeida (1988).

(13): Popper (1995, p.30) destaca que “não pode haver democracia se não submetemos a televisão a um controle: a televisão tornou-se hoje em dia um poder colossal; como se tivesse substituído a voz de Deus”. Isso nos faz lembrar dois argumentos de Certeau do capítulo quinto (p.33;46) onde ele diz que “a economia escriturística que deu origem à modernidade, surgiu de uma fratura na antiga Escritura que falava. Certeau admite que as vozes ainda falam mas foram apropriadas de todas as maneiras, mediatizadas pelo rádio, TV e depuradas pelas técnicas de sua difusão, tornando-se muitas vezes a imitação do que a mídia produz e reproduz dela(s)”. Ou seja, a mídia - mais especificamente a TV - substituiu a voz de “Deus”.

(14): Podemos dizer que “toda socialização é uma alienação” (Ramos, 1989 p.112). No entanto, Ramos (1989, p.13-14) comenta, a respeito de Habermas, que na sociedade industrial prevalece uma comunicação distorcida entre os seres humanos, resultante da hegemonia da racionalidade instrumental: “Significado, na vida humana e social, é obtido através da prática da interação simbólica. Mas, na sociedade industrial, o significado foi subordinado ao imperativo do controle técnico da natureza e da acumulação de capital”.

(15): Veja a resenha de Richard Smith sobre os livros “From heaven to Earth: images and experiences of development in China” e “Patterns of China’s lost harmony: a survey of the country’s environmental degradation and protection”, in: *The Ecologist*, vol.25, nº6, nov/dez, 1995:242-243.

(16): Mattelart (1992, p.05-07) que reconstitui a genealogia do espaço da comunicação mundial, nos mostra a história da comunicação internacional e suas representações como a história dos entrelaçamentos que foram tecidos entre a guerra, o progresso e a cultura, a trajetória de seus reagenciamentos sucessivos e seus fluxos e refluxos. Mattelart muito nos ensina sobre a interrelação entre o progresso da comunicação e as guerras (sobretudo as do nosso século), sobre o controle da informação pelos militares, sobre a capacidade da

informação gerar, evitar ou encerrar guerras e de como isso foi tornando cada vez mais fina a parede que separava a informação da propaganda.

(17): Adam (1992 p. 176-184), uma autora que citamos no capítulo quarto, também “concorda com o pensamento de Marshall McLuhan de que a tecnologia molda não apenas os objetos e a natureza, mas também as relações sociais, as regras de formação do conhecimento e as nossas teorias. Ela destaca as mudanças promovidas pela comunicação e pelos transportes nas noções de tempo e espaço. Além disso, argumenta ela, a TV relativiza a distinção entre presente, passado e futuro e o real e o fictício pois cria uma simultaneidade de tempos que antes era totalmente desconhecida historicamente. Isso, diz ela, fez com que o tempo e a História perdessem seu significado usual”.

(18): Também a ciência que se tornou hegemônica (e que tanto moldou a cultura ocidental) funciona bastante na base da conveniência e adequação. Pode-se argumentar que toda ciência é sempre conveniência e adequação. Mas aqui há duas questões. A primeira é que os paradigmas que trabalham a complexidade não se pautam tanto pela “eliminação do vigor que brota” (a Física Quântica, por exemplo) quanto a ciência cartesiana. Mas o que é mais importante é que a ciência cartesiana - e a maior parte dos que produzem conhecimento segundo seus princípios - não se dão conta disso, isto é, tomam como verdade o simulacro que produzem.

(19): A acupuntura é um método de tratamento sofisticado que usa instrumentos muito simples: agulhas. Na medicina ocidental a tendência é a combinação de aparelhos cada vez mais sofisticados e tratamentos muitas vezes simplistas: antibióticos e corticóides. É interessante notar também que através do pulso - o entorno direto com o outro - o médico acupunturista obtém informações relevantes sobre o equilíbrio yin/yang do paciente. O pulso na medicina ocidental fornece uma única informação sobre o entorno: o ritmo cardíaco.

(20): Foucault comenta (1992, p.64) que “é na literatura que a linguagem reaparece em seu ser absoluto”, mas o “ser” da literatura é a negação, a antítese do que se tornou a comunicação globalizada. A literatura é quase como uma espécie de folguedo - um pouco como o canto do bardo - muito diversa dos propósitos instrumentais da linguagem globalizada.

(21): Uma parte dessa “ádua tarefa” é conseguir mais espaço para propaganda contra-hegemônica, como a realizada pela *Adbusters* (veja Edwards, 1999).

(22): O fitoplâncton é a comunidade vegetal microscópica que flutua livremente nas diversas camadas de água bem iluminadas e que promovem a fotossíntese, sendo o primeiro elo nas cadeias alimentares - e portanto a base da vida - do meio aquático.

Bibliografia

- ABIB, José Antonio D. Epistemologia, transdisciplinaridade e método. Psicologia: teoria e pesquisa, 12 (3): 219-229, 1996.
- ADAM, Barbara. Modern Times: The technology connection and its implications for social theory. Time & Society. Londres: Sage, vol.1(2):175-191 c1992.
- ALMEIDA, Fernando José. Educação e informática - os computadores na escola. São Paulo: Cortez, 1988.
- ALPHANDÉRY, Pierre, BITOUN, Pierre & DUPONT, Yves. O equívoco ecológico - riscos políticos. Trad. Lúcia Jahn. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- APPLE, Michael. Ideologia e currículo. Trad. Carlos Eduardo F. de Carvalho. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- ARENDT, Hanna. A condição humana. 2ªed. Trad. Roberto Raposo; introd.Celso Lafer, Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- BANGERTER, Adrian. Rethinking the relation between science and common sense: a comment on the current state of SR theory. Papers on Social Representations, vol.4(1):61-78, 1995.
- BELLONI, Maria Luiza. Mundialização da cultura. In: Sociedade e Estado. Brasília, UnB, vol.IX, nº1/2, 1994.
- BORGES, Renata S. F. O meio ambiente na TV: a experiência do Globo Ecologia. Projeto experimental em jornalismo, orientado pelo professor Doutor Aluizio R. Trinta, apresentado à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Julho de 1997.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre a Televisão. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 1997.
- BRETAS, Paulo Roberto. Economia e ecologia. In: Ecologia e cultura. Rodrigo Duarte (org). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1983: 149-156
- BRETON, Philippe. A utopia da comunicação. Trad. Serafim Ferreira. Coleção Epistemologia e Sociedade. Lisboa: Piaget, c1992.

BRÜGGER, Paula. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: alternativa ou eufemismo ? Perspectiva, Florianópolis: Ed. UFSC, X(17): 133-138, jan.jul.1992.

-----, Educação ou adestramento ambiental ? Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1994.

-----, O que queremos afinal com a interdisciplinaridade ? Geosul, Florianópolis: Ed. UFSC, anoX (19/20): 68-75, 1º e 2º semestres de 1995.

-----, Visões estreitas na educação ambiental. Ciência Hoje, vol.24(141): 62-65, ago.1998.

-----, Educação ou adestramento ambiental ? 2ªed. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1999.

BURNHAM, John. "Of science and superstition: the media and biopolitics". In: LAMAY, Craig L. & DENNIS, Everette E. (eds). Media and the environment. Washington, Island Press, 29-41, 1991.

CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação - a ciência, a sociedade, e a cultura emergente. Trad. Alvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, c1982.

CARBAUGH, Donal. "Naturalizing communication and culture". In: CANTRILL, James G. & OVERAC, Christine L. (eds). The symbolic Earth: discourse and our creation of the environment. Kentucky: The University Press of Kentucky, 38-57, 1996.

CASSIRER, Ernst. Linguagem e mito. Coleção Debates. 3ªed. Trad. J. Guinsburg e Miriam Schnaiderman. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 2ªed. Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHAPMAN, Graham, KUMAR, Keval, FRASER, Caroline & GABER, Ivor. Environmentalism and the mass media - The north-south divide. Londres: Routledge, 1997.

COUGHLIN, William J. "Think locally, act locally". In: LAMAY, Craig L. & DENNIS, Everette E. (eds). Media and the environment. Washington, Island Press, 115-124, 1991.

DALY, Herman. "Boundless bull". In: LAMAY, Craig L. & DENNIS, Everette E. (eds). Media and the environment. Washington, Island Press, 149-155, 1991.

D'AQUILI, Eugene, G. The biopsychological determinants of culture. Addison-Wesley Module in Anthropology, Massachussets: Addison-Wesley Publishing Co, 1972.

DENNIS, Everette. "In context: environmentalism in the system of news". In: LAMAY, Craig L. & DENNIS, Everette E. (eds). Media and the environment. Washington, Island Press, 55-64, 1991.

DETHLEFSEN, Thorwald & DAHLKE, Rüdiger. A doença como caminho - uma nova visão da cura como ponto de mutação em que um mal se deixa transformar em bem. Trad. Zilda Hutchinson Schild. São Paulo: Cultrix, c1983.

DETJEN, Jim. "The traditionalist's tools (and a fistful of new ones)". In: LAMAY, Craig L. & DENNIS, Everette E. (eds). Media and the environment. Washington, Island Press, 91-101, 1991.

ECO, Umberto. Apocalípticos e integrados. Tradução Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1987.

EDWARDS, David. Can we learn the truth about the environment from the media ?. The Ecologist, vol 28, nº 1, jan/fev, 1998: 18-22.

EDWARDS, David. The millennial moment of truth. The Ecologist, vol 28, nº 6, nov/dez, 1998: 338-342.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. 6ªed. Trad. Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FOULQUIÉ, Paul. A dialética. 2ªed. Trad. Luís A. Caeiro. Lisboa: Publicações Europa-América, 1974.

FRIEDMAN, Sharon. "Two decades of the environmental beat". In: LAMAY, Craig L. & DENNIS, Everette E. (eds). Media and the environment. Washington, Island Press, 17-28, 1991.

GARE, Arran. Postmodernism and the environmental crisis. Londres: Routledge, c1995.

GIROUX, Henry. Teoria crítica e resistência em educação. Trad. Angela M. Biaggio. Petrópolis, Vozes, 1986.

----- . O pós-modernismo e o discurso da crítica educacional. In: Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos. Trad.e org. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Possibilidades e limites da ciência e da técnica diante da questão ambiental. Geosul, Florianópolis: Ed.UFSC, ano III (5): 07-40, 1º semestre de 1988.

- . Extensão universitária e meio ambiente: a difícil relação entre o saber e o fazer. In: Textos básicos do "IV Seminário Nacional Sobre Universidade e Meio Ambiente", Florianópolis: Editora da UFSC, 187-204, 1990.
- . Os (des)caminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 1989.
- GOODY, Jack. La raison graphique - la domestication de la pensée sauvage. Trad. do inglês de Jean Bazin e Alban Bensa. Paris: Minuit, 1979.
- GORELICK, Steven. The Cassini gamble: scientists go for broke. The Ecologist, 27(6), nov.dez.1997: 214-216.
- GOTTLIEB, Robert. "An odd assortment of allies: american environmentalism in the 1990s". In: LAMAY, Craig L. & DENNIS, Everette E. (eds). Media and the environment. Washington, Island Press, 43-54, 1991.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna - uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 4ªed. Trad. Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.
- HEIDEGGER, Martin. Introdução à Metafísica. 2ª ed. Trad. Emmanuel Carneiro Leão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.
- HILDYARD, Nicholas, HINES, Colin & LANG, Tim. Who competes ? Changing landscapes of corporate control. The Ecologist, 26(4), jul.ago.1996:125-144.
- HO, Mae-Wan, MEYER, Hartmut & CUMMINS, Joe. The Biotechnology Bubble. The Ecologist, 28 (3), mai.jun.1998: 146-153.
- ILLICH, Ivan. Na ilha do alfabeto. In: Illich et al. Educação e Liberdade. Trad. Nelson Canabarro. São Paulo: Imaginário, 1990.
- KLEIN, Julie T. Interdisciplinary teaching: didactics and theory. In: VIII ENDIPE (Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino), Florianópolis, vol.II:269-284, 1996.
- KRISCHKE, Paulo J. Atores sociais e consolidação democrática na América Latina: estratégias, identidades e cultura cívica. In: Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania - desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Editora da UFSC: 181-217, 1995.
- LAMAY, Craig. "Heat and light: the advocacy-objectivity debate". In: LAMAY, Craig L. & DENNIS, Everette E. (eds). Media and the environment. Washington, Island Press, 103-113, 1991.

LAYRARGUES, Philippe P. Educação ambiental e ambientalismo empresarial: um caso ideológico. In: Seminário Educação Ambiental e a Nova Ordem Mundial. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996:36-43.

----- A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo: Annablume, 1998.

LEIS, Hector R. & D'AMATO, José L. Para uma teoria (da prática) do ambientalismo. In: Seminário "A Economia da Sustentabilidade: Princípios, Desafios, Aplicações". Publicação do curso de extensão e especialização Teoria e Práxis do Meio Ambiente, ISER, 1994.

LEVINS, Richard & LEWONTIN, Richard. The dialectical biologist. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

LUKE, Timothy W. Reproducing Planet Earth ? the hubris of Biosphere 2. The Ecologist vol. 25 (4): 157-162, jul.ago.1995.

MANDER, Jerry. How cyber culture deletes nature. The Ecologist, 29(3), mar.abr.1999:171.

----- Guilty until proven innocent. The Ecologist, 29(3), mar.abr.1999:223.

MARCUSE, Herbert. A ideologia da sociedade industrial - o homem unidimensional. 6ª ed. Trad. Giasone Rebuá. Rio de Janeiro:Zahar, 1982.

MATA, Speranza F. Meio ambiente: entre a vida e o verde. In: Seminário Educação Ambiental e a Nova Ordem Mundial. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996:120-124.

MATTELART, Armand. La communication-monde: histoire des idées et des stratégies. Paris: Éditions La Découverte, 1992.

McLUHAN, Marshall. A Galáxia de Gutenberg - a formação do homem tipográfico. 2ªed. Trad. de Leônidas G. de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

MEADOWS, Donella. "Changing the world through the informationsphere". In: LAMAY, Craig L. & DENNIS, Everette E. (eds). Media and the environment. Washington, Island Press, 67-79, 1991.

MENOTTI, Victor. Forest destruction and globalization. The Ecologist, 29(3), mar.abr.1999:180-181.

- MONTEIRO, Carlos Augusto de F. Conferência de abertura. In: Anais do 2º Encontro Nacional de Estudos Sobre Meio Ambiente, vol. III, Florianópolis/UFSC, 24 a 29 de setembro de 1989: 03-25.
- MOSCOVICI, Serge. On Social Representations. In: Social Cognition - perspectives on everyday understanding. Ed. Joseph P. Forgas. Londres: Academic Press, 181-209, 1981.
- NEUSER, Wolfgang. O objetivo das teorias de auto-organização. In: FLICKINGER, Hans G. & NEUSER, Wolfgang. A teoria de auto-organização - as raízes da interpretação construtivista do conhecimento. Col. Filosofia (16), Porto Alegre: EPIPUCRS, 13-22, 1994.
- NORBERG-HODGE, Helena. The march of the monoculture. The Ecologist, 29(3), mar.abr.1999:194-197.
- OLIVEIRA, Nythamar F. Ethos, kosmos e oikos: ética e meio ambiente. Filosofia - Relatórios de pesquisa (UFSC/CFH), IV (31), abr. 1996.
- POPPER, Karl & CONDRY, John. Televisão: um perigo para a democracia. Tradução Maria Carvalho. Introdução de Giancarlo Bosetti e posfácio de Jean Baudoin. Col. Trajectos. Lisboa, Gradiva, 1995.
- POSTMAN, Neil. Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia. Trad. Reinaldo Guarany. São Paulo: Nobel, 1994.
- RAMONET, Ignacio. Geopolítica do caos. Trad. Guilherme J.F. Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1998.
- RAMOS, Alberto G. A nova ciência das organizações - uma reconceituação da riqueza das nações. 2ª ed. Trad. Mary Cardoso. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- RAMOS, Luiz Fernando A. Meio ambiente e meios de comunicação. São Paulo: Annablume, 1996.
- RIECHMANN, Jorge. Menos carne, mejor carne, vida para el campo. El ecologista (17), verão.1999:30-34.
- ROSE, Steven. A perturbadora ascensão do determinismo neurogenético. Ciência Hoje, 21(126): 18-27, 1997.
- RYAN, Teya. "Network Earth: advocacy, journalism and the environment". In: LAMAY, Craig L. & DENNIS, Everette E. (eds). Media and the environment. Washington, Island Press, 81-89, 1991.

- SACHSMAN, David. "The mass media 'Discover' the environment: influences on environmental reporting in the first twenty years". In: CANTRILL, James G. & OVERAC, Christine L. (eds). The symbolic Earth: discourse and our creation of the environment. Kentucky: The University Press of Kentucky, 241-256, 1996.
- SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo - Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Roberto Elísio dos. Introdução à teoria da comunicação - as escolas, os autores, os principais conceitos. Coleção Pistas. São Bernardo do Campo: Editora do IMS, 1992.
- SCHEIBE, Luiz F. & BUSS, Dolores. Mineração, meio ambiente e o caráter paradoxal do conceito de des(-)envolvimento. In: 37º Congresso Brasileiro de Geologia, São Paulo, 1992. Boletim de Resumos Expandidos, vol.I: 607-608.
- SCHLECHTWEG, Harold P. "Media Frames and environmental discourse: the case of "Focus: Logjam". In: CANTRILL, James G. & OVERAC, Christine L. (eds). The symbolic Earth: discourse and our creation of the environment. Kentucky: The University Press of Kentucky, 257-277, 1996.
- SMITH, Emily T. "Greens and greenbacks". In: LAMAY, Craig L. & DENNIS, Everette E. (eds). Media and the environment. Washington, Island Press, 157-169, 1991.
- SOAR, Ercy. Representações de self entre os psicoterapeutas: ciência ou senso comum ? Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: Ed.UFSC,16(23):47-61, abr.1998.
- TOFFLER, Alvin. A terceira onda. 2ªed. Trad. João Távora. Rio de Janeiro: Record, c1980.
- TOSCANI, Oliviero. A publicidade é um cadáver que nos sorri. Trad. Luiz Cavalcanti de M. Guerra. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais - a pesquisa qualitativa em educação. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- WOLF, Mauro. Teorias da comunicação. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

Dicionários

The Concise Oxford Dictionary of Current English. 6^a ed. Oxford University Press, 1976.

Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 2^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, c1986.